



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Rebeca Torres Taveira

**PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR: A ATUAÇÃO DE APARELHOS PRIVADOS DE
HEGEMONIA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS/SC**

Florianópolis
2025

Rebeca Torres Taveira

Programa Bairro Educador: a atuação de Aparelhos Privados de Hegemonia na Rede Municipal de Educação de Florianópolis/SC

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Prof. Mauro Tilton, Dr.

Florianópolis
2025

Taveira, Rebeca Torres

Programa Bairro Educador: a atuação de Aparelhos Privados de Hegemonia na Rede Municipal de Educação de Florianópolis/SC / Rebeca Torres Taveira ; orientador, Mauro Tilton, 2025.

223 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Educação. 2. aparelhos privados de hegemonia. 3. política educacional. 4. cidades educadoras . 5. Programa Bairro Educador. I. Tilton, Mauro. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Rebeca Torres Taveira

Programa Bairro Educador: a atuação de Aparelhos Privados de Hegemonia na Rede Municipal de Educação de Florianópolis/SC

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e (X) aprovado () reprovado, em 14 de agosto de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

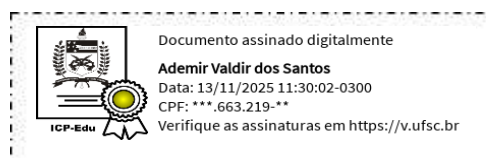
Prof. Mauro Tilton, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador

Profa. Priscila Monteiro Chaves, Dra.
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinadora

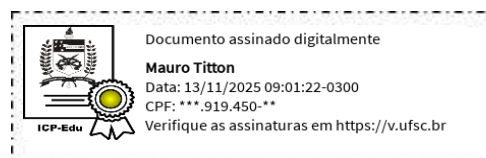
Profa. Olinda Evangelista, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina
Examinadora

Profa. Rosalba Maria Cardoso Garcia, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina
Examinadora

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Educação.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Mauro Tilton, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2025

Ao meu filho Bem.

AGRADECIMENTOS

O momento da escrita dos agradecimentos, apesar de ser um processo que parte da nossa experiência, nos leva a refletir acerca da trajetória percorrida desde o início da pesquisa e sobre os entrelaçamentos coletivos que possibilitaram chegar até a sua finalização. Ainda que com alguma dimensão subjetiva, também é preciso considerar as determinações históricas e de classe que fazem daquilo que é particular, essencialmente comum à classe e à categoria às quais pertencemos. Por ter essa compreensão, não posso deixar de registrar que os resultados do trabalho produzido seriam outros se eu não fosse mãe e trabalhadora. Para além das dificuldades atribuídas pelo meu contexto, que implicaram, certamente, uma perspectiva à investigação que o trabalho na escola como professora e alguém marcada pela sensibilidade do cuidado de uma criança geram.

Dito isso, mesmo convicta de que em condições mais favoráveis e ideais ao modelo de pós-graduação no qual me inseri, o mestrado poderia ter sido mais leve, tenho muito a agradecer às pessoas que me fortaleceram nesse percurso e me possibilitaram a sua conclusão.

A pessoa que mais sentiu as transformações promovidas pelo trabalho de pesquisa e a quem eu agradecerei por toda a vida é o meu filho Bem, a quem sou grata por ficar quietinho durante as aulas que precisou assistir, pela compreensão quando precisei recusar atenção nos momentos de brincadeira, ou quando queria companhia, e por ser paciente sempre que o almoço atrasou por eu estar imersa na escrita ou na leitura de algum documento. Aproveito para agradecer aos professores e às professoras que o acolheram em sala e nas reuniões de orientação.

Agradeço aos amigos e às amigas do Centro Acadêmico de História da Universidade Federal de São Paulo, da gestão 2009 “Levanta que Lá vem História”, pelos 16 anos de companheirismo, pela caminhada de militância estudantil que iniciamos juntos, por vibrarem a cada avanço e conquista, a quem eu tenho como família. Ao Alex Sandro Batista Santos e ao Artur Gomes de Souza, colegas do PPGE e companheiros do extenso Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, muito obrigada pelos documentos compartilhados e pelas conversas que, muitas vezes, me mostraram outras possibilidades e perspectivas para investigação. Às professoras que dividiram comigo suas memórias e documentos que

contribuíram imensamente para atribuir contexto ao início da pesquisa, muito obrigada.

Agradeço de maneira muito carinhosa à minha mãe Estela, a mulher mais trabalhadora e forte que conheço, de quem sinto muito orgulho.

Preciso chamar atenção para a generosidade com que a banca examinadora me acolheu. Eu tenho realmente muita sorte por ter as Profas. Dras. Priscila Monteiro Chaves, Olinda Evangelista e Rosalba Maria Cardoso Garcia como avaliadoras do meu trabalho, a quem admiro tanto, muito obrigada.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Mauro Tilton, pelos longos diálogos teóricos, pelo rigor e seriedade com que realizou cada leitura da pesquisa e orientação. Muito obrigada por apresentar os limites daquilo que é possível realizar durante o mestrado e pela paciência com que lidou com alguém que pensa demais e escreve de menos.

*Você deve lutar pela xepa da feira
E dizer que está recompensado
Você deve estampar sempre um ar de alegria
E dizer: tudo tem melhorado
Você deve rezar pelo bem do patrão
E esquecer que está desempregado.
(Luiz Gonzaga Jr., 1973)*

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é identificar como as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), algumas constituídas como Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), têm atuado para reconfigurar a educação pública por meio de políticas educacionais, como o Programa Bairro Educador (PBE), desde 2017, em Florianópolis. Por meio deste Programa, organizações privadas têm atuado na oferta de educação não formal, no contraturno escolar, inseridos na Rede Municipal de Educação da cidade de Florianópolis/SC, servindo ao capital para a punção do Fundo Público, para o avanço da expansão privatista e da subsunção da educação pública municipal ao capital, reconfigurando-a com base em seus interesses de classe. Assumimos o Programa Bairro Educador como campo empírico e investigamos suas formas de financiamento, sua constituição e implementação e a sua elaboração como política pública educacional proposta como alternativa de educação integral e em tempo integral. Articulado ao exame do PBE, identificamos a inserção de APHs na área da educação e investigamos de que maneira têm determinado as finalidades educativas das políticas educacionais. Realizamos uma pesquisa de caráter documental e bibliográfica, com composição do *corpus* documental analisado aqueles documentos produzidos por instâncias estatais, como legislações e documentos norteadores, por OSCs e por Organizações Internacionais, além de um levantamento bibliográfico acerca da produção de estudos que se entrelaçam ao objeto em questão. Como conclusões apontamos o PBE como parte da estratégia privatista da Rede Municipal de Educação, ao ser tomada como principal política de ampliação da jornada escolar. Do mesmo modo, constatamos o avanço da indústria dos serviços em educação na Rede Municipal de Educação, por meio da contratação de empresas para assessoria e consultoria técnica, a implantação de plataformas para o controle dos processos educativos e da jornada de trabalho dos professores, ao mesmo tempo em que realizam ajustes na política educacional municipal, promovendo a adesão ao modelo de educação e às finalidades educativas formuladas pelos APHs que se vincularam à Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Palavras-chave: aparelhos privados de hegemonia; organizações da sociedade civil política educacional; cidades educadoras; Programa Bairro Educador.

ABSTRACT

This research aims to identify how Civil Society Organizations (CSOs), some of which are classified as Private Hegemonic Apparatuses (APHs), work to reconfigure public education through educational policies such as the Educating Neighborhood Program (PBE). Under this program, private organizations provide non-formal education outside of school hours, integrated into the Municipal Education Network of Florianópolis, Santa Catarina. They leverage capital to divert public funds, advance privatization, and the subsumption of municipal public education to the capital, reconfiguring it based on their class interests. We use the Educating Neighborhood Program as an empirical field and investigate its financing methods, constitution and implementation, and its development as a public education policy positioned as an alternative to comprehensive, full-time education. In connection to the PBE, we identify the insertion of APHs in the education sector and investigate how they serve specific educational purposes within educational policies. We conducted documentary and bibliographic research, incorporating documents produced by state agencies, such as legislation and guiding documents, CSOs, and international organizations, alongside a review of the relevant academic literature. We also analyzed the bibliographical review of studies related to the subject of study. Our conclusions point to the PBE as part of the privatization strategy of the Municipal Education Network, as it is adopted as the primary policy for extending the school day. Similarly, we have observed the growth of the education services industry within the Municipal Education Network, through the contracting of companies for technical advice and consulting, the implementation of platforms to control educational processes and teachers' working hours, while simultaneously making adjustments to municipal education policy, promoting adherence to the education model and educational goals formulated by the APHs linked to the Municipality of Florianópolis.

Keywords: private hegemonic apparatuses; civil society organizations; educational policy; educating cities; Educating Neighborhood Program.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Países com Cidades Educadoras, 2025	32
Quadro 2 - Cidades Educadoras Brasileiras, 2025	35
Quadro 3 - Aparelhos Privados de Hegemonia citados nas publicações analisadas, 2025	89
Quadro 4 - Relação de Instituições conveniadas com o Município de Florianópolis para a Educação Infantil, 2025	104
Quadro 5 - Ocorrências no Repositório, 2025	117
Quadro 6 - Ocorrências no Repositório Institucional da UFSC, 2025	117
Quadro 7 - Ocorrências no Repositório Institucional da UFSC utilizando novos descritores, 2025	118
Quadro 8 - Ocorrências no buscador Google Acadêmico, 2025	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Braços Abertos
ABRINQ	Fundação Abrinq pelos direitos das crianças
ACAM	Associação de Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó
ACIC	Associação Catarinense para Integração do Cego
AEBAS	Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social
AFLODEF	Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos
AICE	Associação Internacional das Cidades Educadoras
ANDES-SN	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APAM	Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente
APH	Aparelho Privado de Hegemonia
ASB	Associação São Bento
ASGF	Associação de Surdos da Grande Florianópolis
ASMOPE	Associação de Moradores da Lagoa do Peri

BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Ceará
CEAFIS	Centro de Apoio à Formação Integral do Ser
CEDEP	Centro de Educação e Evangelização Popular
CEI	Centro de Educação Infantil
CEIFA	Centro de Integração Familiar
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEVAHUMANOS	Centro de Valorização Humana, Moral e Social
CIEDS-Brasil	Centro Integrado de Estudos e Desenvolvimento Sustentável
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMOSG	Conselho dos Moradores do Saco Grande
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
CONFOCO	Conselho Nacional de Fomento e de Colaboração
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONSED	Conselho Nacional de Secretários da Educação
CONSOC-BID	Grupos Consultivos da Sociedade Civil do Banco Interamericano de Desenvolvimento
CREI	Centro de Referências em Educação Integral
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
DLCE	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECOSOC-ONU	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
ENEGEP	Encontro Nacional de Engenharia de Produção
EUA	Estados Unidos da América
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GO	Goiás

IDES	Irmandade do Divino Espírito Santo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIDE SC	Grupo de Líderes Empresariais de Santa Catarina
LIDE	Grupo de Líderes Empresariais
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MPRS	Ministério Público do Rio Grande do Sul
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
MS	Mato Grosso do Sul
NEIM	Núcleo de Educação Infantil Municipal
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
ONG	Organização Não Governamental
OS	Organização Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSCOPAC	Obras Sociais Comunidade Paroquial Coqueiros
PB	Paraíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PED	Plano de Desenvolvimento da Educação
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PME	Plano Municipal de Educação
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Partido Progressista
PROGENTE	Programa de Modernização Gerencial
PSB	Partido Socialista Brasileiro

PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-SP	Pontifícia Universidade de São Paulo
REBRACE	Rede Brasileira de Cidades Educadoras
Rede-CEP Participação	Rede de Experiências em Comunicação, Educação e Participação
RICET	Rede Internacional Cidade que Educa e Transforma
RJ	Rio de Janeiro
SC	Santa Catarina
SECAD Diversidade	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEEDE	Seara Espírita Entrepasto da Fé
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SESI	Serviço Social da Indústria
SINTRASEM Florianópolis	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis
SME	Secretaria Municipal de Educação
SP	São Paulo
TCE – SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TPE	Todos Pela Educação
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB	Universidade de Brasília
UNDIME	União dos Dirigentes Municipais da Educação
UNESCO a Cultura	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPF	Universidade de Passo Fundo

URI Erechim	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
URSS	União das Repúblicas Socialistas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

SUMÁRIO	16
1. INTRODUÇÃO	17
1.1. JUSTIFICATIVA: ANTECEDENTES DO PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR	19
1.2. OS OBJETIVOS DA PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
CAPÍTULO 1. O PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR: ARTICULAÇÕES PARA SUA CRIAÇÃO E INÍCIO DE IMPLEMENTAÇÃO	31
1.1. VERSÕES DO PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR: HÁ MUDANÇAS SUBSTANCIAIS? - O QUE RESSAI NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DO PROGRAMA.	51
1.2. ALGUNS DESDOBRAMENTOS E CONTINUIDADES: 2025 E A CONSOLIDAÇÃO DO PBE NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	69
CAPÍTULO 2. PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E REFERENCIAIS CONSTITUIDORES	73
Capítulo 3. AS REFORMAS ESTRUTURAIS E ADMINISTRATIVAS NO BRASIL: O CAMINHO PARA A EXPANSÃO DA ATUAÇÃO DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO	93
3.1. A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES PRIVADAS NA EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS: APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA EM AÇÃO	104
CAPÍTULO 4. PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES À PRODUÇÃO ACADÊMICA	117
4.1. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	117
4.2. A PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	120
4.3. ORGANIZAÇÕES PRIVADAS E FLORIANÓPOLIS: AS PESQUISAS LOCAIS	123
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES	158
ANEXOS	200

1. INTRODUÇÃO

Ao focarmos o desenvolvimento das políticas educacionais no Município de Florianópolis, ficam evidentes os avanços privatistas na educação pública, com o privilegiamento das parcerias público-privadas entre o Município, associações, institutos e empresas. Historicamente, o avanço privado tem se desenhado como estratégia política ao longo da constituição da rede pública educacional local, sobretudo nos setores que assumem contornos - mais ou menos evidentes - assistencialistas, conforme apontou Faust (2022).

A autora dedicou-se à investigação sobre as transformações nas formas de contratação e condições de trabalho das professoras da Educação Infantil, ocorridas após a apropriação de parte da gestão de unidades educativas por Organizações da Sociedade Civil (OSC)¹. Ao concluir sua pesquisa, apontou para a importância de nos empenharmos à investigação de organizações contratadas para a oferta de educação não formal em Florianópolis/SC, como espaços de contraturno escolar alternativos à escola para ampliação da jornada.

A pesquisa que ora apresentamos tem como objeto o Programa Bairro Educador (PBE), implantado na Rede Municipal de Educação (RME) de Florianópolis/SC em 2019, durante a gestão do Prefeito Gean Loureiro² (2017-2022), período em que a Secretaria Municipal de Educação (SME) teve como Secretário Maurício Fernandes Pereira³. O Programa Bairro Educador é uma política

¹O portal eletrônico Mapa das Organizações da Sociedade Civil do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), organizações da sociedade civil são definidas como entidades “nascidas da livre organização e da participação social da população” (Brasil, s/d), sem fins lucrativos, com atuação e financiamento distintos, mas que tem incomum ações que são de interesse público.

²Gean Marques Loureiro é formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (1995) e em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) (2000), possui Mestrado em Engenharia de Produção (UFSC), eleito vereador da cidade de Florianópolis/SC em 1992, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), aos 19 anos. Em 1994, candidatou-se a deputado estadual, pelo mesmo partido, em coligação com o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB), entretanto, não obteve os votos necessários. Elegeu-se vereador mais uma vez em 1996, desta vez pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi candidato a deputado estadual (1998) pelo Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), além de ocupar cargos em comissões, direções e secretarias tanto do Governo do Estado de Santa Catarina quanto da prefeitura municipal da capital catarinense, elegeu-se como prefeito em 2016, pelo Partido Progressista (PP), após disputa no segundo turno com a candidata Angela Amin. Reelegeu-se prefeito em 2020 pelo Democratas (DEM), cedendo o posto para o atual prefeito Topázio da Silveira Neto para disputar a vaga de governador do Estado de Santa Catarina, agora, pelo União Brasil (UNIÃO), antigo DEM.

³Maurício Fernandes Pereira é formado em Administração (1995), com Mestrado (1996) e Doutorado (2002) em Engenharia pela UFSC. Pós-Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo (USP) (2009) e Pós-Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa (2010). Professor titular da UFSC, ocupando diversas funções no departamento de Ciências da Administração, é membro titular do Conselho Estadual de Educação, tendo ocupado

educacional implantada no Município de Florianópolis e, segundo os seus formuladores, visa possibilitar a formação de crianças e jovens em um modelo de educação integral com ampliação da jornada escolar, sendo o tempo de ampliação da jornada não curricularizado, descentralizado do espaço escolar, com a oferta de atividades esportivas, culturais e pedagógicas no formato de oficinas. Sua gestão e implantação se dá por meio de Parceria Público-Privada (PPP), com concessão a uma organização privada selecionada via Chamamento Público.

Como o PBE se institui baseado na contratualização do município com uma OSC, buscamos identificar qual é a forma e o sentido que tais organizações atuantes na oferta de educação não formal, destinadas ao contraturno escolar, na rede, operam. Nos momentos iniciais de nosso estudo, ao analisarmos os Relatórios de Parcerias (Florianópolis, 2020 e 2024) que descrevem os repasses para as entidades vinculadas ao município, observamos que permanecem recebendo volumosos repasses do fundo público que se destinariam à educação pública. Isso também nos levou à necessidade de identificar como as ações dessas OSC servem ao capital para a punção do Fundo Público, para o avanço da expansão privatista e para a subsunção da educação pública municipal ao capital, reconfigurando-a com base em seus interesses. Por isso é que assumimos o Programa Bairro Educador (Florianópolis, 2022) como campo empírico para investigar suas formas de financiamento, a sua constituição estrutural e a sua elaboração como política pública educacional proposta como alternativa de educação integral e em tempo integral.

Realizamos uma pesquisa de caráter documental, examinando a legislação regulamentadora desta política pública e os seus documentos norteadores, analisados com base em referenciais teóricos que tratam das reformas do Estado no Brasil. Tais reformas implicaram na instituição de uma nova lógica na elaboração de políticas para a educação (Shiroma, Moraes e Evangelista, 2007). Destaca-se, para nosso estudo, a regulamentação e expansão das OSCs como uma nova fase da atuação burguesa na formulação de políticas públicas remetidas ao atendimento dos direitos sociais (Fontes, 2010) estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). As OSCs e outras formas de associativismo burguês também atuaram no processo de intensificação de estratégias de privatização da educação pública,

os cargos de vice-presidente e presidente do Conselho e diretor financeiro da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Ocupou o cargo de secretário municipal de educação nas gestões do prefeito Gean Marques Loureiro e de Topázio Silveira Neto, muitas vezes por um curto período.

desde a reforma administrativa do Estado (Leher, 2021). No trabalho de investigação e na tentativa de elaborar sínteses, utilizamos algumas categorias importantes, como a compreensão gramsciana de Estado Ampliado, Sociedade Civil e Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) (Gramsci, 2007). Buscamos, com isso, identificar como a expansão da atuação na esfera educacional de diferentes formas organizativas como associações, institutos, movimentos, etc. constituídos como APHs da burguesia atinge as políticas educacionais em âmbito local, no Município de Florianópolis. No processo de investigação atentamos para identificar o modo de inserção de APHs na área da educação e como têm influenciado a definição das finalidades educativas de algumas políticas educacionais.

Complementamos a pesquisa documental com uma pesquisa bibliográfica, assumindo, para a composição do conjunto de documentos analisados, aqueles produzidos oficialmente por organizações privadas e por organizações internacionais, além do conjunto de legislações que se entrelaçam ao objeto de estudo. Como considerações preliminares e que necessitam aprofundamento, identificamos que a política educacional analisada se trata da expressão das reformas estruturais e educacionais implementadas a partir dos anos de 1990 e representa um projeto educativo para a educação integral, em tempo integral, formulados por APHs⁴ da burguesia.

1.1. JUSTIFICATIVA: ANTECEDENTES DO PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR

O Programa Bairro Educador apareceu ao público no ano de 2017, ao ser citado em uma mensagem encaminhada pelo então Prefeito Gean Loureiro (2017-2022) à Câmara de Vereadores, na qual afirmou que o PBE seria “Um dos principais programas a serem implementados pelo Governo”. Segundo Loureiro, essa política educacional seria “a grande ferramenta de combate à violência” na

⁴Segundo Liguori e Voza (2018, p. 75) a expressão “aparelho hegemônico” aparece em diversos escritos de Gramsci, em seu período pós-carcerário, mas não há uma formulação exata para a categoria. Hoelever (2019, p. 145) aponta para o deslocamento conceitual sobre a categoria “hegemonia” em Gramsci. Inicialmente, formulou-se hegemonia como uma estratégia revolucionária do proletariado, o filósofo somente atribuiu o sentido de dominação e controle da opinião pública nos Cadernos do Cárcere, servindo para a produção de consenso sobre os modos de vida da burguesia. Surge, então, uma outra compreensão de Estado para o filósofo italiano. À medida que se avança em sua conceituação, aparelho hegemônico emerge como parte da compreensão da categoria “Estado integral”, atribuindo “base material à concepção gramsciana de hegemonia”. Esse Estado é composto pelos “órgãos de hegemonia política” e “aparelho governamental-coercivo”: o parlamento, a magistratura, e o governo, tornando-se setores mais sensíveis aos aparelhos de hegemonia de um grupo social, e que atuam para a formação do consenso (Liguori e Voza, 2018, p. 76).

cidade e uma estratégia fundamental para estimular a população, residente nos bairros escolhidos para receber o PBE, a apropriar-se dos espaços públicos que os compõem (Florianópolis, 2017, n/p), como forma de educá-los para a vida pública, além de qualificar e ressignificar o bairro para a função educativa. Naquele ano, criou-se a Superintendência do PBE, com a publicação da Lei Complementar nº 596, de 27 de janeiro de 2017 (Florianópolis, 2017a), porém, suas atividades iniciaram-se somente em 2019, com a nomeação do Superintendente Guilherme Gevaerd Silvestrin Pontes pelo Decreto nº 20.115, de 29 de março de 2019 (Florianópolis, 2022), o qual passou a mediar reuniões entre representantes da Secretaria Municipal de Educação (SME) e pessoas das comunidades onde seriam instaladas as primeiras sedes. Nestas reuniões, o Superintendente apresentou o PBE como uma política pública de educação não formal, com vistas à oferta de educação integral (Florianópolis, 2019) e em tempo integral, composta por atividades para o contraturno escolar. Segundo informações contidas no documento norteador do PBE (Florianópolis, 2022), em 2019 o PBE passou a receber os recursos financeiros e materiais necessários à sua execução, bem como o início dos trâmites para o processo licitatório e escolha da OSC gestora.

Demonstrou-se necessário considerarmos o lapso temporal entre a criação da superintendência do PBE no ano de 2017 e a nomeação de um superintendente somente no ano de 2019 e analisarmos de maneira relacional alguns passos da administração da Prefeitura para a execução de outros programas que favoreceriam a inserção de OSC em setores fundamentais para o acesso da população a direitos sociais, como o Programa Creche e Saúde Já (Florianópolis, 2018). Lidamos com a hipótese de que estas são políticas conexas e que a implementação do PBE nos moldes desejados pela administração municipal dependia da regulamentação alcançada com a Lei nº 10.372/2018, justificando-se, assim, o intervalo de dois anos entre a sua criação e a sua implantação. É importante destacar que o Prefeito Gean Marques Loureiro publicou o Decreto nº 17.361, de 15 de março 2017, regulamentando as parcerias entre o Município e as OSCs “para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco” (Florianópolis, 2017b, p.1). O Artigo 1º estabelece:

A liberação dos recursos financeiros do Município às organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, dar-se-á por meio de termo de colaboração ou termo de fomento quando

houver transferência de recursos financeiros, dentro dos limites das possibilidades financeiras consignadas no Orçamento Municipal, ou em acordos de cooperação, quando não houver transferência de recursos financeiros e em observância aos dispositivos das Leis Federais nº 13.019, de 2014⁵ e 13.204, de 2015, do Decreto Federal nº 8726, de 2016 e outras normas ou regulamentos posteriores que deliberarem sobre a matéria.

Para tanto, identificamos a tentativa de instituição do Programa Creche e Saúde Já (Florianópolis, 2018), em 2018, pelo Município, objetivando a descentralização administrativa municipal ao atribuir o atendimento e a gestão de Núcleos de Educação Infantil Municipal (Neims) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) para OSCs, por meio da Lei nº 10.372, de 25 de abril de 2018 (Florianópolis, 2018a). Esta Lei foi proposta pelo prefeito Gean Loureiro - amparada na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (Brasil, 1998) - e aprovada pela Câmara de Vereadores, com a justificativa de garantir os direitos constitucionais à saúde e à educação, já que os limites orçamentários e administrativos impediriam a oferta pelo município, necessitando da atuação de outros setores da sociedade civil.

Após intensa mobilização de trabalhadores e trabalhadoras municipais da saúde e da educação, articulados e organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrase⁶), naquele momento a ampliação e consolidação do Programa Creche e Saúde Já foi interrompida. Porém, no ano seguinte, em 2019, a Prefeitura avançou novamente em sua política de parcerias público-privadas, estabelecendo convênio com a Associação São Bento (ASB)⁷ para a administração de cinco NEIMs municipais. O Sintrase realizou análise do processo licitatório e dos documentos apresentados pela ASB para comprovar sua adequação à contratação e constatou que as informações prestadas

⁵Abordaremos, mais adiante no texto, parte do conjunto de legislações federais que regulamentam e regulamentaram a atuação das OSCs no Brasil, sobretudo o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, aprovado durante a gestão da presidente Dilma Rousseff, em 2014.

⁶O SINTRASEM (2018) denunciou inúmeras irregularidades na contratação das OSCs, na execução e na oferta dos serviços.

⁷A Associação de Saúde São Bento, com sede localizada Avenida Protásio Alves, Sala 510, no bairro Petrópolis, Porto Alegre - RS, é uma associação privada, fundada em 2017, tem o seu cadastro de pessoa jurídica ativo, cuja principal atividade econômica é descrita como "Educação Infantil - Creche" (Brasil, 2025). Quando ocorreu o processo licitatório em Florianópolis, estava sendo investigada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) por receber de maneira fraudulenta valores desviados de contratos públicos. Já em Florianópolis, o Sintrase identificou que a ASB forjou as comprovações sobre a experiência em Educação Infantil, exigida pelo edital (Faust, 2022, p. 71). Mesmo com investigações encaminhadas pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), a ASB seguiu gerindo os Neims Antonieta de Barros e Anirson Antônio das Chagas. Em 2020, o município decidiu romper o contrato firmado após recebimento do relatório produzido pela Secretaria Municipal de Transparência, Auditoria e Controle identificado as irregularidades (Correio de Santa Catarina, 2020).

eram falsas (Sintrasem, 2019), configurando fraude no processo licitatório, ocasionando a interrupção do contrato em fevereiro de 2020. Um dos desdobramentos foi a demissão dos trabalhadores e das trabalhadoras vinculadas à OSC para o atendimento nos Neims. “Os trabalhadores precisaram acionar a justiça contra a Associação de Saúde São Bento e a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) pelo não recebimento dos valores referentes aos direitos trabalhistas sobre a rescisão de contrato” (Faust, 2022, p. 27).

Não foi possível localizar documentos que apresentassem detalhes das etapas de constituição do PBE, tampouco das articulações e das justificativas estabelecidas para a sua formulação; com isso, mesmo não sendo possível analisar os acontecimentos mediante análise documental direta, buscamos reconstruir o processo ocorrido, ainda que hipoteticamente, elaborando um panorama histórico levando em consideração os documentos tornados públicos, como as portarias municipais, os chamamentos públicos para seleção da OSC, além da análise da ata da reunião realizadas pela administração municipal no Morro da Mariquinha, em Florianópolis/SC, articulada às informações disponíveis nos Documentos Norteadores do Programa (Florianópolis, 2019; 2022; 2023). Dentro desse contexto, pareceu-nos possível duas hipóteses para as iniciativas municipais e mudanças estratégicas. O PBE, certamente, compunha o escopo de políticas descentralizadoras da administração pública para a educação da gestão de Loureiro, ao considerarmos que as legislações municipais e federais regulamentadoras da oferta de educação integral, com ampliação da jornada escolar, fora do espaço escolar, com a gestão de OSCs, portanto, não haveria impedimento legal para a sua execução abriram caminho para o modelo de política educacional contido no PBE. Outra possibilidade seria de que, em meio ao impedimento da continuidade de outros processos privatistas na educação e na saúde, em virtude da atuação sindical, que barrou a implantação do Creche e Saúde Já, o PBE surgiu como uma alternativa possível para dar continuidade à política defendida pela gestão de Gean Loureiro de descentralização da gestão dos serviços públicos.

Inaugurado o processo de implementação dessa política educacional, realizaram-se encontros com as comunidades onde as sedes do Programa seriam instaladas. Este processo se fez necessário porque os espaços vislumbrados para instalação das sedes, eram ocupados, anteriormente, por Centros Comunitários e Núcleos de Educação Infantil, ocasionando em suas remoções para outros espaços

ou o encerramento de suas atividades. Ao analisarmos a ata da reunião do dia 16 de maio de 2019, realizada no Neim Cristo Redentor⁸, no bairro Morro da Mariquinha, com a participação dos/as servidores/as públicos que atuavam como profissionais da educação na unidade (Florianópolis, 2019a), pudemos identificar algumas estratégias adotadas pela administração do município para tornar o PBE uma política palatável para as populações dos bairros.

Na ocasião, a SME estava representada pelo Secretário Adjunto de Educação Luciano Formighieri e pelo Superintendente do PBE Guilherme Gevaerd Silvestrin Pontes, juntamente com o Conselho Escolar da unidade. Segundo o documento, Luciano Formighieri afirmou que o PBE somente ocuparia o prédio do Neim se a comunidade escolar aprovasse, por meio de deliberação pública, a mudança para a nova localidade, já selecionada pela administração da Prefeitura, uma casa que seria alugada na rua Waldemiro Monguilhot. Para tanto, Guilherme Pontes, descreveu como seria estruturado o PBE, no qual a sede estaria localizada no bairro Monte Cristo e as demais 12 unidades distribuídas pela cidade. O servidor destacou que, além de a comunidade ser a responsável pela decisão de receber ou não o Programa no bairro, poderia participar de sua constituição apontando quais as atividades mais relevantes para as crianças e jovens daquela população. Realizou, ainda, a defesa da relevância da implantação dessa política por tratar-se de uma possibilidade de promoção de transformações das realidades social e econômica daquele bairro (Florianópolis, 2019a).

Os moradores presentes apresentaram suas demandas por formações profissionais e alguns serviços que percebiam como necessários para o contexto onde viviam. Muitas das mulheres presentes afirmavam que estavam desempregadas, por não possuírem escolaridade ou qualificação profissional para ocupar as vagas de emprego disponíveis. O superintendente reforçou o caráter colaborativo da política educacional, na qual a sua construção contaria com a participação da comunidade, deste modo, moradores e professores do Neim que assim desejassem, poderiam atuar na unidade do PBE. Em seguida, Guilherme Pontes descreveu o PBE como uma política de contra-turno escolar, que ofereceria para as crianças e jovens atividades culturais, música, dança, esportes e receberia o

⁸Localizado na região central da cidade de Florianópolis/SC, no Morro da Mariquinha, esteve instalado na parte alta do Morro por mais de 30 anos, em um prédio pertencente ao município.

programa Jovem Aprendiz⁹, ademais, proporcionaria oportunidades de empreendedorismo, sem descrever como isso ocorreria. Ao encaminhar a discussão para uma decisão daqueles que estavam presentes, Luciano Formighieri foi questionado sobre o que ocorreria se a casa locada pela SME para o funcionamento do Neim fosse solicitada pelo proprietário, respondendo que a unidade educativa poderia retornar para o seu espaço de origem, ainda que esteja ocupado pelo PBE.

A estratégia de convencimento utilizada pela SME obteve sucesso, pois, naquele encontro, com muito entusiasmo, conforme descrito em ata, a comunidade votou pela transferência da unidade educativa para dar lugar ao PBE. Ato contínuo aos compromissos assumidos pela Prefeitura com aquela comunidade, a SME convidou alguns servidores que compunham o quadro de funcionários do Neim para que assumissem as funções de coordenação e de oficineiros da unidade, o que não se concretizou devido a alterações na proposta inicial apresentada aos moradores. Havia também a promessa de que as iniciativas de atividades físicas, esportivas e culturais ofertadas no Neim e ministradas por pessoas do bairro seriam incorporadas ao conjunto de oficinas do Programa Bairro Educador, o que, por fim, não ocorreu.

Ao acompanharmos a implementação do PBE no Morro da Mariquinha, demonstrou-se a importância de se perceber, refletir e analisar as determinações políticas, históricas e econômicas que incidiram nesse projeto para a educação pública de Florianópolis/SC. Como política de educação em tempo integral, cuja finalidade educativa PBE define como objetivo o atendimento a crianças, a jovens e a adultos da fração mais pauperizada da classe trabalhadora, demonstrou-se também a importância de compreendermos os entrelaçamentos promovidos pelas diversas forças políticas e econômicas que atuaram na elaboração dessa política. Inferimos, inicialmente, pela forma como ocorreu a sua criação, tratar-se de uma política resultante das demandas e relações estabelecidas localmente, emergindo, deste modo, das condições objetivas imediatas da realidade da região, como se atendessem às reivindicações das populações dos territórios onde o PBE passou a atuar.

⁹ O Programa Jovem Aprendiz trata-se de uma política regulamentada pela Lei No 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que instituiu o contrato especial de trabalho de jovens entre 14 a 18 anos de idade, em que o empregador deve oferecer ao trabalhador, inscrito em programa de aprendizagem, uma formação técnico-profissional. (Brasil, 2000, s/p).

1.2. OS OBJETIVOS DA PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral de nosso estudo é identificar como, porque e em qual sentido as Organizações da Sociedade Civil, constituídas como Aparelhos Privados de Hegemonia, têm atuado para reconfigurar a educação pública por meio de políticas educacionais, caso do Programa Bairro Educador.

Como objetivos específicos, definimos:

- Identificar os Aparelhos Privados de Hegemonia que se relacionam com forças políticas estatais para a oferta do Programa Bairro Educador como política pública educacional destinada à classe trabalhadora;
- Investigar as formas de financiamento, a constituição estrutural e a elaboração do PBE como política pública educacional proposta como alternativa de educação integral e em tempo integral;
- Identificar se o PBE serve ao capital para a punção do Fundo Público em Florianópolis/SC;
- Identificar implicações sobre o trabalho docente (regime jurídico de contratação, formação exigida);
- Identificar o modo de inserção de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) na área da educação e se eles têm influenciado na definição das finalidades educativas das políticas educacionais.

O presente trabalho segue uma abordagem teórico-metodológica fundamentada no materialismo histórico-dialético. Para a análise e compreensão dos documentos norteadores do PBE e do conjunto de legislações regulamentadoras da educação que compuseram nosso *corpus* documental (Apêndice B), buscamos o apoio de estudos que analisaram as políticas educacionais no Brasil, especialmente a partir das reformas educacionais iniciadas na década de 1990 até o momento atual, cotejadas com documentos produzidos por movimentos internacionais relativos ao tema, e elaborados ou promovidos por Organismos Multilaterais (OM), no mesmo período, e que resultaram na formulação do PBE do Município de Florianópolis/SC.

Na composição do *corpus* documental, disponível no Apêndice B, consideramos: os editais, as portarias que regulamentam a implementação do PBE, seus documentos norteadores, os registros orçamentários produzidos pela SME e

pelas OSCs¹⁰ responsáveis pela oferta da política pública, a legislação vigente que autoriza o seu funcionamento e os documentos referentes à Associação Internacional Cidades Educadoras (AICE¹¹). Conforme afirmou Evangelista (2018), as categorias de análise devem emergir do campo empírico que poderá conter respostas a determinados questionamentos que orientam o trabalho de pesquisa:

O trabalho em desenvolvimento pertence a um dado momento da história da produção de um conhecimento específico. O que ele continua? O que ele propõe? O que põe em debate? Em que vai contribuir? Essas são questões que pertencem ao horizonte das possibilidades da teoria. Se acreditamos que é aberta, que deriva de uma sucessão de hipóteses explicativas, que os conceitos não são estáticos, que esse movimento se opera sobre o real para permitir que ele seja apropriado pelo pensamento e como tal conceitualizado e tornado conhecimento, podemos concluir que ela só pode ocorrer como processo histórico que permite a apreensão do mundo e a consciência das inúmeras possibilidades que nele estão inscritas e que essa mesma teoria tem as condições para indicar saídas, soluções para as dramáticas condições da existência humana (2018, p.14).

Sendo assim, o conjunto de fontes selecionadas foi analisado objetivando a compreensão da problemática apresentada e não o seu enquadramento em determinada formulação teórica ou categoria analítica. Ainda concordando com Evangelista (2018), buscamos avançar no estudo

Considerando, com Thompson, que a teoria é uma sucessão de hipóteses que se desconfirmam ou se confirmam, num movimento continuamente aberto, não pode ser tomada como premonitória. Não existe “uma verdade” como lugar abstrato e universal. As categorias de pensamento são mobilizadas para a compreensão do tema de estudo e não para seu encarceramento empirista ou idealista. Desse modo, se não existe um “quadro” teórico, imutável, possível de ser “usado” em qualquer situação, não existe uma empiria que nele se encaixe apesar dele. A teoria deve estar aberta para favorecer o pensar e repensar a empiria, as fontes, os documentos, e para repor-se a si própria como instrumento de inteligência (Idem, p.11).

Neste sentido, estabeleceu-se o objeto empírico da pesquisa pela análise dos movimentos políticos promovidos pela SME e pelo município, desde 2017, registrados nos documentos selecionados. O processo de construção que se deu

¹⁰Inicialmente, a Associação Braços Abertos (ABA) foi a OSC selecionada para gerir o PBE, nos chamamentos posteriores o Instituto Escola de Esporte e Cultura Cidadã assumiu o PBE.

¹¹A Associação Internacional das Cidades Educadoras foi fundada em 1994, na cidade de Barcelona, após a realização do primeiro Congresso das Cidades Educadoras. Declara-se como organização privada, sem fins lucrativos, e sua estrutura é composta pelos governos associados. Atualmente, são cerca de quinhentas cidades vinculadas à Associação, localizadas em trinta e cinco países (Aice, 2023). Abordaremos mais à frente a constituição histórica da organização, suas formas de atuação e como se vincula à política educacional objeto de análise da pesquisa.

até aqui permitiu compreender o método de formulação e instituição desta política educacional, o PBE, e apontou alguns caminhos sobre a problemática esboçada acerca da atuação de APHs na promoção de transformações na educação municipal. Kosik (1976, p. 55) afirma que é necessário esforço para alcançar o pensamento dialético por tratar-se de um método analítico que exige reflexão/compreensão relacional da realidade, separando o que é representação e o que é o objeto. Inicialmente, esta política educacional apresentou-se como uma formulação originária da correlação de forças e dos interesses da classe dominante local, hipótese que ainda se sustenta parcialmente, ao considerarmos que as escolhas realizadas partiram de suas demandas e não daquelas da classe trabalhadora. Mediante análise documental das políticas públicas destinadas à educação integral com jornada escolar ampliada no Brasil, é possível identificar que o Programa Bairro Educador se originou do projeto político nacional e internacional para a educação, ao identificarmos a sua vinculação ao Programa Mais Educação, do Governo Federal, ao PNE 2014-2024 (Brasil, 2014) e às proposições educativas de associações e organizações privadas, como a Associação Cidade Escola Aprendiz¹² e a AICE. Desde as suas primeiras formulações, identificamos a atuação da AICE, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (Cieds¹³ Brasil), do Movimento Todos Pela Educação (TPE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BM).

As compreensões iniciais sobre os caminhos a serem percorridos pela pesquisa foram possibilitados por aquilo que Evangelista (2018, p. 10) nomeou como

¹²A Associação está registrada no Mapa das OSCs do IPEA como associação privada, de CNPJ: 03.074.383/0001-30, com sede na Rua Gal. Jardim, Andar 6 Vila Buarque, São Paulo - SP. Fundada em 1999, a principal atividade econômica é o ensino de arte e cultura. Foi reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em 2004 (Brasil, s/d). Ao longo de sua história, a organização privada participou da assessoria técnica e implantação de diversas políticas públicas para a educação em redes públicas de ensino, em todo o país, elaboradas tendo como referencial a tecnologia social que comercializam. Dentre elas, as mais citadas são a experiência do Programa Mais Educação e a do Bairro-Escola de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, com o programa Bairro-Escola Nova Iguaçu, com envolvimento da Fundação Banco do Brasil, que incluiu a metodologia em seu Banco de Tecnologias Sociais. O projeto Bairro-Educador na cidade do Rio de Janeiro/RJ, coordenado pelo CIEDS e pela Secretaria Municipal de Educação e assessorado pela Associação Cidade Escola Aprendiz (ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ, p. 14, 2017). Gilberto Dimenstein foi o fundador da Associação Cidade Escola Aprendiz e do portal eletrônico Catraca Livre, atuou como jornalista no jornal *Folha de S. Paulo* e comentarista da Rádio CBN (WIKIPEDIA, 2025).

¹³O CIEDS-Brasil está registrado no Mapa das OSCs como associação privada, cujo CNPJ é 05.039.392/0001-16 e atividade econômica declarada como “serviços de assistência social sem alojamento”, fundada em 2001. Recebeu certificação de OSCIP em 2011 e sua sede está localizada na Rua Conselheiro Saraiva, andar 8 - parte centro, Rio de Janeiro/RJ (Brasil, s/d).

“sangrar a fonte” e destrinchar o objeto empírico. Ao realizarmos a análise do PBE, observando as pequenas partes que o compõem, demonstrou-se a quais organizações privadas, APHs, temporalidade histórica e políticas públicas antecedentes do PBE deveríamos nos ater. Neste sentido,

Se compreendemos a empiria como “gestada” na história, como manifestação da consciência humana na história, e se a tomamos como passível de conhecimento pelo sujeito histórico podemos considerar que conhecê-la é conhecer a própria consciência do homem. Pelo seu conhecimento é possível articular outras formas de consciência. Em síntese, expressam vida, conflitos, litígios, interesses, projetos políticos – história. Na efervescência dessas determinações se encontram pesquisador, documento e teoria (Evangelista, n/d, p. 5).

No desenvolvimento da pesquisa assumimos a metodologia para o estudo de documentos em política educacional elaborada por Shiroma, Campos e Garcia (2005), que considera aspectos dos discursos constituídos nos textos como determinantes para os processos de reforma educacional no Brasil. Para tanto, as autoras propõem três movimentos metodológicos, a partir de Bowe e Ball (1992). Em primeiro lugar é essencial analisar o contexto das influências em torno das políticas educacionais: onde ocorre a elaboração da política pública e suas finalidades educativas, assim como o contexto em que são formuladas; posteriormente, identificar os grupos nacionais e internacionais que atuam de forma intraestatal nos governos e as disputas colocadas por esses grupos. Em terceiro lugar, observar o contexto da produção da literatura, incluindo documentos oficiais que compõem as políticas e os discursos que as sustentam. “Cumpre lembrar que os textos representam a política, mas não são a política” (Shiroma, Campos e Garcia, 2005, p. 434), o texto por si só não garante a materialização do pretendido, daí a importância discursiva ao se elaborar a política educacional de maneira que seja acessível e promova identificação, sobretudo, dos profissionais da educação, para além da “homogeneização discursiva”. Procedimento necessário para que, em suma, possamos analisar o contexto da prática, referindo-se à implementação da política.

Conforme afirmou Evangelista (2018, p. 3), “documento é história. Não é possível qualquer investigação que passe ao largo dos projetos históricos que expressa”. Pressupondo essa apreensão, realizamos análise relacional entre os documentos coligidos, produzidos no decorrer das reformas educacionais iniciadas nos anos 1990, acompanhadas das reformas estruturais e administrativas do Aparelho do Estado, além dos processos históricos que os gestaram e os

movimentos internacionais promovidos por organizações internacionais que determinaram as transformações internas.

Deste modo, estabelecemos como recortes temporais e de finalidades educativas para a seleção dos documentos analisados entre os anos 1996 e 2025. Kosik (1976, p. 44) afirma que a compreensão da totalidade concreta, no materialismo histórico-dialético, não corresponde à apreensão da totalidade dos acontecimentos, mas na estruturação dos fatos analisados em um todo “dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” Deste modo, tratamos de documentos destinados à educação integral, com ampliação da jornada escolar, tanto oficiais (nacionais e locais) quanto de documentos produzidos por organizações privadas, bem como daqueles produzidos por organizações internacionais. O recorte se justifica por levarmos em consideração a finalidade educativa do Programa Bairro Educador e as políticas educacionais às quais ele se articula. Transitamos desde a publicação do *Relatório Faure, Aprender a Ser*, de 1977, até os ajustes realizados ao PBE e a contratação de novas organizações privadas para consultoria técnica do PBE, em 2025.

Ainda que durante o levantamento documental tenhamos encontrado significativo volume de documentos, alguns não estavam facilmente disponíveis para consulta pública: os documentos orçamentários, os trâmites de implementação desta política educacional, o convênio internacional estabelecido com a AICE e os valores repassados anualmente para a AICE. Encontramos dificuldades desde a não disponibilização daqueles que deveriam ser facilmente acessados utilizando o Portal da Transparência¹⁴, até respostas negativas para o acesso à documentação por parte da Coordenação de Educação Complementar¹⁵, responsável pelo PBE. Chegamos ao ponto de solicitar auxílio parlamentar para acessar os documentos que não estão disponibilizados para acesso público. Assim, no dia 9 de julho de 2024, por solicitação da pesquisadora, o vereador Afrânio Tadeu Boppré protocolou

¹⁴O Portal da Transparência de Florianópolis possibilita o acesso a informações relacionadas à administração pública. A ferramenta foi criada em decorrência da aprovação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

¹⁵Em 8 de janeiro de 2024, protocolou-se solicitação na SME pedido de acesso aos documentos relativos ao convênio do município à AICE e aos documentos orçamentários que descrevam a fonte de recursos para o financiamento do Programa Bairro Educador. A resposta da SME, após inúmeras tentativas de contato, foi que, na impossibilidade de acesso à documentação no Portal da Transparência, a solicitante deveria registrar um pedido no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), serviço de ouvidoria da Controladoria Geral da União.

na Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis o Requerimento Nº 00269/2024 (Florianópolis, 2024a), requerendo ao Município o envio à Câmara de Vereadores de documentos referentes ao orçamento do PBE e suas despesas nos últimos 24 meses, incluindo os repasses realizados para a AICE. Todavia, o requerimento segue sem resposta até o presente momento. Em 3 de novembro de 2024, foram solicitadas por mensagem eletrônica à direção do Neim Cristo Redentor as atas públicas que registraram algumas reuniões realizadas pela SME, em 2019, com a comunidade e com os servidores públicos da unidade educativa, que poderiam contribuir para o entendimento dos trâmites adotados para a implantação da política educacional, assim como identificar as pessoas envolvidas nesse processo. No entanto, apenas uma ata foi disponibilizada. Em virtude destes impedimentos ao acesso às fontes documentais que poderiam demonstrar detalhes da efetivação do PBE, houve dificuldades adicionais para compreendermos as alterações e os impactos promovidos na educação pública de Florianópolis. No entanto, ao considerarmos as informações disponíveis, tais como os editais de chamamento e os documentos norteadores, pudemos dimensionar a sua repercussão na RME.

Por fim, realizamos a análise dos referentes teóricos que fundamentaram a formulação dessa política educacional, apresentamos um panorama sobre os conveniamentos da RME com algumas OSCs e a atuação de empresas privadas na oferta de assessoria e consultoria técnica e a comercialização de tecnologias e plataformas educativas com contratos firmados nos últimos anos, que aprofundaram o processo de privatização na RME. Posteriormente, realizamos o levantamento bibliográfico, considerando as produções acadêmicas produzidas entre 1996 e 2024, que discutiram a atuação de APHs na educação, a expansão das OSCs na educação, os entrelaçamentos políticos com organizações internacionais, e trabalhos que assumiram como objeto empírico as Cidades Educadoras, a AICE e o Programa Mais Educação, por compreendê-lo como essencial para a formulação do PBE.

CAPÍTULO 1. O PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR: ARTICULAÇÕES PARA SUA CRIAÇÃO E INÍCIO DE IMPLEMENTAÇÃO

Inicialmente com apenas quatro sedes, localizadas em bairros periféricos¹⁶, concentradas sobretudo no Maciço do Morro da Cruz, o Programa Bairro Educador iniciou suas atividades ofertando oficinas culturais e esportivas variadas. Segundo o seu primeiro Documento Norteador (Florianópolis, 2019), deveriam ser privilegiadas as oficinas de apoio pedagógico e a oferta das atividades seria realizada no contraturno escolar, com matrícula preferencial para crianças e jovens da Rede Municipal de Educação. O PBE seria gerido por uma OSC, selecionada por meio de chamamento público via Edital – o que ocorreu pelo Edital nº 003/SME/2019, de 25 de junho de 2019 (Florianópolis, 2019b).

Ainda que tenha sido inaugurada oficialmente apenas em 2019, essa política educacional começou a dar os seus primeiros sinais logo no início da gestão de Gean Marques Loureiro na Prefeitura Municipal, tanto pela criação da sua Superintendência em 2017, quanto pelos discursos oficiais proferidos pela gestão municipal. Em discurso lido por um representante na Câmara de Vereadores da cidade, no dia 13 de fevereiro de 2017, ele afirmou que um dos principais investimentos e programas a serem implementados para a educação em sua gestão seria o Bairro Educador (Florianópolis, 2017). Conforme afirmado mais acima, não foram identificadas, até o momento, documentações que descrevam as ações municipais para a execução do Programa, nos dois anos após a criação da Superintendência; somente em março de 2019 ocorreu a nomeação do Superintendente Guilherme Gevaerd Silvestrin Pontes, pelo Decreto nº 20.115 de 29 de março de 2019 (Florianópolis, 2022).

Nesses marcos iniciais documentados pela SME, alguns elementos constituidores dessa política evidenciaram sua relação com processos mais amplos de reorganização dos interesses burgueses, inclusive em âmbito internacional. O Programa Bairro Educador emerge de uma concepção de cidade e de educação referenciada no modelo educativo das Cidades Educadoras, construído nos movimentos políticos promovidos por OM ao longo dos anos de 1990, responsáveis por impulsionar transformações nas compreensões de educação e suas finalidades educativas até a atualidade. A ideia de cidade que educa por meio de seus recursos

¹⁶ Morro da Mariquinha, Morro do Mocotó, Monte Cristo e Monte Verde.

estruturais, culturais e dinâmicas sociais, e uma educação que se realiza em qualquer tempo e espaço, fora dos limites demarcados pela escola e sua educação formal – ideário que compõe o PBE – foram formuladas pela AICE. Para melhor compreender o que é essa AICE, recorreremos à sua documentação:

Fundada em 1994, a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) é uma Associação sem fins lucrativos constituída como uma estrutura permanente de colaboração entre governos locais que se comprometem a reger-se pelos princípios inscritos na Carta das Cidades Educadoras. Qualquer governo local que aceite este compromisso pode converter-se em membro ativo da Associação, independentemente das suas competências administrativas. No início do ano 2023, o seu número de membros ascendia a cerca de 500 cidades de 35 países distribuídos por todos os continentes (AICE, 2023).

O processo de divulgação e atração de governos para aceitar o estabelecimento de compromisso com a AICE demonstra parte do movimento de um ideário educacional que pretende abarcar uma escala mundial. Abaixo, disponibilizamos a relação de países com cidades conveniadas à AICE, divididos de acordo com informações contidas na página virtual da Associação:

Quadro 1 - Países com Cidades Educadoras, 2025

África	nº de cidades por país	América	nº de cidades por país	Ásia-Pacífico	nº de cidades por país	Europa	nº de cidades por país
Cabo Verde	1	Argentina	29	Austrália	1	Alemanha	1
Marrocos	1	Bolívia	1	Palestina	1	Bélgica	1
Senegal	1	Brasil	43	República da Coreia	21	Croácia	1
		Colômbia	3	Tailândia	1	Espanha	235
		Costa Rica	1			Finlândia	2
		Equador	1			França	12
		México	19			Itália	6
		Porto Rico	1			Polónia	1
		Uruguai	1			Portugal	98
		Venezuela	1			Suíça	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados da AICE (2025, s/p).

Para vincular-se à AICE, aqui entendida como um Aparelho Privado de Hegemonia (APH) internacional, há o condicionante de adesão aos princípios fundamentais contidos na Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2020), formulada inicialmente no Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado em Barcelona (1990), revisada no II Congresso Internacional (Bolonha, 1994), e que passou por outras duas edições, em 2004, em Gênova, durante o VIII Congresso Internacional, e em 2020, quando o documento foi atualizado fora do contexto dos congressos internacionais, segundo descrito na Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2020), para adequação às novas demandas sociais, texto referenciado a partir de resoluções e compromissos estabelecidos em congressos e conferências internacionais promovidos por Organizações Internacionais, como Unesco e o BM. O documento citado na Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2020), que mais interessa ao presente estudo, é a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada em 1990, durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien/Tailândia, por alterar historicamente o curso das formulações internas sobre educação no Brasil, além de ser diretriz para um dos mais influentes APHs que atuam na educação brasileira, o Todos Pela Educação (TPE)¹⁷.

Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 428) relatam que ao analisarem volumoso conjunto documental sobre as reformas educacionais implantadas ao longo do Século XX, cotejados com documentos produzidos por organizações internacionais, puderam identificar uma característica importante: ocorreram mudanças nos discursos assumidos por organizações internacionais ao produzirem esses documentos e que geraram uma “homogeneização das políticas educacionais em nível mundial” no campo discursivo:

Palavras importam, fazem diferença, era o alerta feito por um importante relatório, elaborado, em 1995, pela *Comission on Wealth Creation and Social Cohesion* da União Europeia presidida por Dahrendorf (1995). Dedicou um capítulo inteiro ao tratamento do “vocabulário para mudança”. Iniciava dizendo: *words matter*. Esse relatório propôs que rompêssemos a prisão do vocabulário que ignora importantes elementos do “bem-estar” e, para fazê-lo, sugeriu o uso de alguns termos especialmente importantes,

¹⁷Fundado em 2006, o TPE se apresenta como uma “organização independente que faz *advocacy* pela Educação Básica no Brasil”, que luta por uma educação pública com “avanços reais de qualidade” desvinculada de partidos políticos e financiada por doações de pessoas e por outras organizações. Dentre os seus fundadores estão Priscila Cruz, atual presidenta da organização, Viviane Senna e Jorge Gerdau (TPE, s/d).

como: riqueza (*wealth*), desenvolvimento sustentável, inclusão, flexibilidade, segurança e liberdade, comprometimento, beneficiários (*stakeholders*), cidadania, domínio público, redes de cooperação e voluntarismo (Shiroma, Campos e Garcia, 2005, p. 428).

Também é fundamental não descurar que a produção de qualquer documento é histórica e socialmente determinada, o que implica considerar que no atual momento há forte implicação dos interesses de classe social. Em todos os documentos dessa política educacional, o PBE, analisados no presente estudo, identificou-se que seus formuladores assumiram alguns dos fundamentos provenientes do documento internacional citado, a Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2020), como a compreensão de “educação ao longo da vida” e outros princípios educativos, bem como a formação para a cidadania, conforme destacamos no excerto abaixo, extraído do Documento Norteador do PBE (Florianópolis, 2022, p. 29, grifos nossos):

A educação não formal nas últimas décadas vem sendo compreendida, segundo a UNESCO, como **educação ao longo de toda a vida**, engloba as mais diversas formas de **aprendizagens para a vida**, para a arte de bem viver e conviver, oportuniza o autoconhecimento - **grande campo de educação não formal** - tornando-se caminhos de sabedoria (Gohn, 1999, p. 99). Cabe ressaltar que a garantia do direito à educação e à **aprendizagem ao longo da vida** (Brasil, 2018, p. 9) é, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, em seu título II, inciso XIII, um dos Princípios e Fins da Educação Nacional.

Na composição de seu Documento Norteador de 2019, sobressai a vinculação a essa concepção:

Apresenta a ideia de uma educação integral, em que o ser humano é visto como cidadão de direitos em todas as suas dimensões, que não se limita ao desenvolvimento intelectual, mas também em favorecimento de oportunidades para que sejam conhecidas e valorizadas suas histórias e seu patrimônio cultural. Trata-se de uma visão integral do ser humano: cidadão responsável diante da natureza, respeitador dos direitos humanos, consciente de seus direitos e deveres, capaz de respeitar as diferenças e a promover uma convivência pacífica com todos à sua volta (Florianópolis, 2019, p. 12).

A atuação do APH das Cidades Educadoras não é recente e sua rede de cidades conveniadas é crescente e articulada. Segundo a página virtual da AICE, há no Brasil 43 cidades integrantes, sendo Curitiba/PR a cidade coordenadora da Rede Brasileira de Cidades Educadoras (REBRACE), onde, em maio de 2024, realizou-se o Congresso Internacional de Cidades Educadoras, cujo tema do evento foi

“Sustentabilidade, inovação e inclusão na cidade educadora: transformando o presente” (AICE, 2024).

Quadro 2 - Cidades Educadoras Brasileiras, 2025

Apucarana/PR	Ipacaetá/BA	Piên/PR	São Bernardo do Campo/SP
Araraquara/SP	Jaguari/RS	Pontalina/GO	São Caetano do Sul/SP
Camargo/RS	Marau/RS	Porto Alegre/RS	São Gabriel/RS
Carazinho/RS	Mata/RS	Quitandinha/PR	São José dos Campos/SP
Concórdia/SC	Mauá/SP	Raul Soares/MG	São Paulo/SP
Curitiba/PR	Monte Horebe/PB	Rio Brilhante/MS	São Vicente do Sul/RS
Fagundes Varela/RS	Morretes/PR	Santa Maria/RS	Sarandi/RS
Florianópolis/SC	Nova Petrópolis/RS	Santiago/RS	Soledade/RS
Guaporé/RS	Olinda/PE	Santo André/SP	Tijucas do Sul/PR
Guarulhos/SP	Palmeira/PR	Santos/SP	Três Palmeiras/RS
Horizonte/CE	Passo Fundo/RS	São Bernardo do Campo/SP	Vitória de Santo Antão/PE

Fonte: Elaborado pela autora com dados da AICE (2025, s/p)

Além da incorporação dos princípios contidos na Carta das Cidades Educadoras, uma outra exigência para que Florianópolis se qualificasse como Cidade Educadora foi o conveniamento à AICE mediante o pagamento anual de taxa estabelecida pela AICE, valor calculado a partir da relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e a população residente no município. A regulamentação da adesão se deu com a aprovação da Lei nº 10.961, de 28 de março de 2023 (Florianópolis, 2023a), sancionada pelo atual prefeito Topázio Silveira Neto, e que atribuiu à SME a responsabilidade pela efetivação da integração entre o município e a AICE. Não há – ou não foram identificados até o momento – nos documentos orçamentários analisados, informações com relação aos valores repassados à AICE, assim como a fonte do financiamento vinculada a SME e do cálculo realizado.

Ao olharmos também para sujeitos presentes nesse processo – além do *corpus* documental – fica evidente que a atuação para a consecução das políticas de caráter privatista conta com ampla articulação, na qual se destaca a presença das

redes de APHs, de intelectuais e de operadores políticos. É importante anotar que Casimiro (2020) identificou Topázio Silveira Neto, por intermédio de sua empresa Flex Contact Center, como associado ao APH Grupo de Líderes Empresariais de Santa Catarina (LIDE-SC), a representante regional do LIDE, uma organização privada fundada por João Doria Júnior¹⁸, em 2003, que busca

(...) fortalecer a livre iniciativa do desenvolvimento econômico e social, assim como a defesa dos princípios éticos de governança nas esferas pública e privada. Presente em cinco continentes e com mais de duas dezenas de frentes de atuação, o grupo conta com unidades regionais e internacionais com o propósito de potencializar a atuação do empresariado na construção de uma sociedade ética, desenvolvida e competitiva globalmente (LIDE, 2024, s/p).

Este APH, assim como outros da burguesia brasileira, atua para alterar a educação segundo seus interesses de classe. Para isso, busca incidir na formulação de políticas públicas, incluídas as educacionais. Segundo o LIDE, com o seu Fórum LIDE de Educação, objetiva promover

Um grande debate sobre políticas públicas de incentivo à educação como ferramenta para alavancar ciclicamente a promoção e melhoria da formação profissional. O encontro reúne lideranças empresariais, políticas, educacionais e do setor de tecnologia com o objetivo de traçar rumos para a mobilização pela educação, seus valores cívicos e competitivos (LIDE, 2024, n/p).

Até aqui, examinando os dados apresentados, identificamos diversos APHs e seus representantes que se entrelaçam em torno da administração municipal e dão sinais de suas influências e interferências nas formulações das políticas públicas educacionais, possibilitando inferirmos que o Programa Bairro Educador é resultante dessas articulações. Deste modo, retomamos o histórico de constituição do PBE como parte da política educacional de Florianópolis, quando em 25 de junho de 2019, realizou-se o chamamento público para seleção de OSC para sua gestão pelo Edital nº 003/SME/2019:

¹⁸João Agripino da Costa Doria Júnior nasceu em 1957, é descendente da família Costa Doria, uma família de senhores de engenho, do período colonial, e é formado em Comunicação Social. Em 2001, filiou-se ao PSDB, em 2007 fundou com um grupo de empresários o movimento “Cansei”, em oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Foi eleito prefeito da cidade de São Paulo, em 2017. Em 2018, foi eleito governador do estado de São Paulo e, em 2022, renunciou ao cargo pretendendo concorrer à presidência da República, mas desistiu por pressão do PSDB. O pai de Doria Júnior foi deputado federal pelo estado da Bahia, em 1960 (NEAMP, s/d).

Constitui objeto do presente Edital a seleção pública de Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, para fins de celebração de parceria, com duração certa e em regime de mútua cooperação, visando a prestação de serviços, na esfera territorial do Município de Florianópolis, do programa Bairro Educador para crianças, adolescentes e jovens, de forma compartilhada, complementar e integrada aos serviços educacionais e socioassistenciais próprios da gestão pública municipal, a ser executado a partir do dia 15/08/2019 até o dia 14/02/2020, podendo ser prorrogado por igual período, à critério da Secretaria Municipal de Educação, com investimentos específicos, por meio de celebração de Termo de Colaboração (Florianópolis, 2019, p. 3).

O Edital de seleção pública objetivou selecionar uma organização privada para “prestar serviços educativos (...) para crianças e jovens, de forma complementar e integrada aos serviços educacionais próprios da gestão pública municipal” (Florianópolis, 2019, p.3). Algumas informações contidas no Edital são importantes para a compreensão da concepção de educação – entendida por nós como direito social, mas ofertada como um serviço – contida no PBE, assim como as intencionalidades de seus formuladores. A OSC selecionada se responsabilizaria, segundo o Edital, pela gestão de 16 sedes do Programa Bairro Educador, localizadas nos seguintes bairros: Monte Cristo, Mariquinha, Vila Aparecida, Estreito, Morro do Horácio, Serrinha, Morro da Penitenciária, Córrego Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Monte Verde, Vargem Grande, Rio Tavares, Areias do Campeche, Barra da Lagoa e Rio Vermelho.

As sedes do Monte Cristo e da Mariquinha foram instaladas em prédios próprios da Prefeitura, com concessão de permissão de uso gratuito, segundo a SME “justificado pelo interesse público relevante” (Florianópolis, 2021). Em cada uma das sedes deveriam ser ofertadas oficinas com as seguintes características:

Serão atividades educacionais, esportivas, culturais, musicais, atividades educativas que envolvam culinária, capacitação para geração de renda, atividades recreativas e atividades educativas que visem a promoção à saúde, sugeridas em conjunto pelas comunidades locais e indicadas pelo Superintendente do Bairro Educador (Florianópolis, 2019, p. 4).

No caso das sedes nos bairros Monte Cristo e Mariquinha, as oficinas se concentraram no prédio cedido pela Prefeitura, mas com possibilidade de ocorrerem em outros locais indicados pela comunidade. Nas demais sedes, todas as oficinas ocorreriam em locais distribuídos pelos bairros e indicados pela comunidade.

Há uma série de parâmetros e exigências contidas nos documentos norteadores (2019; 2022; 2023) que estabelecem a constituição e modo de

implementação do Programa Bairro Educador. Dentre elas, a forma de contratação das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores pedagógico, administrativo, manutenção e alimentação, contida na versão do documento norteador publicado em 2022 (Florianópolis, 2022), assim como os professores, são chamados de “oficineiros”, responsáveis pelas oficinas do programa, apontam, mais uma vez, para as intenções de seus formuladores. Outra recomendação é que “As contratações de pessoal deverão ser prioritariamente de pessoas da comunidade local de cada bairro educador, desde que comprovem devida formação específica à função pleiteada” (Florianópolis, 2019, p. 46). Consta no Edital de chamamento, a atribuição à organização privada selecionada a responsabilidade pela contratação de profissionais capacitados com possibilidade de regulação jurídica trabalhista com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Microempreendedor Individual ou contratação com pagamentos utilizando a emissão de nota fiscal avulsa, seguindo as normas da legislação municipal para a emissão de notas fiscais.

Faust (2022) apontou para as transformações das relações de trabalho das professoras e dos professores atuantes na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, como consequência do avanço das parcerias público-privadas na rede. Há tendência de “pejotização” para a contratação dos trabalhadores da educação, procedimento que se tornou possível após a aprovação da Lei da Terceirização, Lei nº. 13.429/2017, no governo Temer (MDB), implicando no rebaixamento do valor da força de trabalho, na perda de direitos sociais, além de fragilizar outras esferas, como o amparo legal da entidade sindical, a possibilidade de organização e a atuação política como categoria trabalhista em torno dos sindicatos e da unidade de classe.

No primeiro Edital, foi selecionada a OSC Associação Braços Abertos (ABA) para a gestão do PBE no período de 15.08.2019 a 14.02.2020, com possibilidade de prorrogação do contrato por mais seis meses. O valor previsto à implementação e à manutenção foi de até R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), dotados da verba orçamentária da SME, cuja fonte de recursos é atribuída ao código 81¹⁹. Verificou-se no Relatório de Parcerias Firmadas entre o Município e Entidades

¹⁹Conforme o Decreto Nº 1.323, de 21 de dezembro de 2012, de Santa Catarina, o código 81 refere-se aos recursos provenientes da “Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas: despesas orçamentárias decorrentes da transferência a outras esferas de governo de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, previstas na Constituição ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do órgão transferidor”.

(Florianópolis, 2020), de 22 de abril de 2020, que em 2019 foram repassados R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais) à Associação Braços Abertos - SC, de nome fantasia ABA²⁰, organização privada registrada sob o número de CNPJ 26.134.674/0001-72, com registro desde 29 de agosto de 2016 e com sede declarada na Rua Professora Marieta Barbosa Ribeiro, nº 190, no bairro Jardim Atlântico, Florianópolis/SC, representada legalmente por Osvaldino de Souza, conhecido publicamente por Pastor Osvaldino.

Ao realizarmos o levantamento documental sobre a referida ABA, localizamos alguns documentos que possibilitaram compreender a sua origem e o histórico de parcerias com o Município de Florianópolis. Idealizada em 1995 pelo Pastor Osvaldino, o seu fundador, apresentado no documento como uma pessoa que trabalhava no setor calçadista e passou a viajar pelo estado do Rio Grande do Sul, em localidades compreendidas por ele como “regiões de vulnerabilidade social”, para selecionar voluntários dispostos a trabalharem em “comunidades desfavorecidas” (Florianópolis, 2019c, p. 2). Em 2019, além da gestão do Programa Bairro Educador, vinculado à SME, a ABA atuou junto à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) para atender a população em situação de rua. De setembro de 2018 até janeiro de 2019, essa organização privada realizou a gestão da “Passarela da Cidadania”, após a assinatura do termo de colaboração com dispensa de chamamento público. Segundo a documentação analisada, o projeto nomeado por “Atendimento a Pessoas em Situação de Rua”, atendeu na Passarela Nego Quirido “mais de 2500 usuários, sendo que mais de 1600 utilizaram o espaço para pernoitar” e foram servidas cerca de 41 mil refeições (Florianópolis, 2019c, p. 2).

Em 2020, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina ajuizou “Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência”, contra o Município de Florianópolis e a ABA, baseada em documentos comprobatórios da violação dos direitos da população de rua, coletados durante os anos de 2019 e 2020. O processo de investigação teve início no dia 21 de fevereiro de 2019, quando a 21ª Defensoria Pública da Capital “instaurou o Procedimento Administrativo de Tutela Coletiva” com base em denúncias relativas às precárias condições de acolhimento

²⁰Em uma consulta ao CNPJ da OSC no Portal da Receita Federal (Brasil, 2024) e no Mapa das OSC (Brasil, s/d), observou-se que a organização consta como “inapta” desde 07.08.2024 em virtude da omissão de declarações. Não localizamos documentação que indicasse se houve e, caso tenha havido, quais sanções foram aplicadas à organização.

da população e alegando que o local e a forma de atendimento não estavam adequados às exigências sanitárias, ocasionando o aumento exponencial do número de casos de tuberculose e escabiose (Santa Catarina, 2020). Além dos problemas apresentados na primeira parceria público-privada estabelecida entre o município e a ABA, ao analisarmos as informações disponíveis, tanto nos documentos produzidos pela SEMAS (Florianópolis, 2020a) e a SME, bem como aqueles disponibilizados pela ABA, não identificamos nenhuma experiência anterior da ABA no atendimento de pessoas dedicado à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Entretanto, essa organização privada foi avaliada como a melhor proponente no chamamento público, estando apta, segundo a administração municipal, a gerir uma política educacional constituída como complementar e articulada à educação básica.

No projeto elaborado pela ABA, em que descreve as intenções para o PBE, publicado pela SME na página Bússola Social²¹ vinculada ao Portal da Transparência de Florianópolis, a ABA descreve as suas intenções para o Programa Bairro Educador:

O projeto prevê prestar serviços educativos para crianças, adolescentes e jovens, na esfera territorial do Município de Florianópolis de forma complementar e integrada aos serviços educacionais e socioassistenciais próprios da gestão pública municipal, realizando oficinas com atividades educacionais, esportivas, culturais, musicais e atividades recreativas sugeridas em conjunto pelas comunidades (Associação Braços Abertos, 2019, p. 3).

Consta, ainda, o detalhamento das áreas pretendidas para atuação, como “Ação Complementar à Escola; Cultura e Artes; Educação; Empreendedorismo/Geração de Emprego e Renda; Esportes; Práticas Esportivas; Promoção da Cultura”, além da delimitação objetiva do perfil do público para quem o projeto foi constituído. De acordo com o documento, o “público beneficiário”

²¹O Bússola Social apresenta-se como uma *startup* de tecnologia fundada em 2018, uma empresa privada que oferece serviços de tecnologia de gestão para que organizações privadas e governos administrem os recursos destinados à manutenção de serviços sociais, a forma como esses recursos são aplicados e a divulgação da prestação de contas utilizando o Portal Bússola Social, onde se hospedam e publicam informações. Segundo cadastro na Receita Federal, a empresa está registrada com CNPJ 29.751.789/0001-02, com sede localizada na rua Doutor Nereu Ramos, 197, sala 702, no centro de Itajaí/SC. Dentre as principais atividades listadas estão: desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não-customizáveis, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, organização de feiras e eventos, educação profissional de nível técnico e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. (Brasil, 2025a).

comporia o recorte etário de seis a 40 anos de idade²², “crianças e adolescentes em situação de risco social, residentes nos focos de exclusão social”, observando as seguintes categorias: infância e adolescência; juventude; mulheres; população negra, com número total de pessoas atendidas delimitado em 10 (Associação Braços Abertos, 2019). É importante destacar que no período de 15 de agosto de 2019 até 14 de fevereiro de 2020, os documentos disponibilizados apontam que o número de matrículas²³ nas sedes teve variação de 5 a 46 pessoas ao longo dos meses, com custo total de R\$ 794.499,99²⁴ (setecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) para a manutenção desses atendimentos, segundo planilha orçamentária postada no Portal Bússola Social.

Os documentos de despesas empenhadas, disponíveis no Portal da Transparência da PMF, evidenciaram algumas informações com relação ao financiamento da política educacional, essenciais para a análise pretendida. Com relação à classificação funcional na receita orçamentária, atribuiu-se ao Programa Bairro Educador a “Função: 12 - Educação”, a “Subfunção: 361 - Ensino Fundamental” e a “Fonte de Recurso: Recursos de Impostos - Educação” (aqui sem detalhamentos sobre a fonte de arrecadação, pois não há informação se os valores são provenientes de Recursos Federais ou do recolhimento municipal). O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Brasil, 2023, p. 75) define que a Função “(...) pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função quase sempre se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação...”. A Subfunção:

²²Todos os documentos analisados que tratam da definição do perfil do público atendido pela política educacional, tanto quando são considerados como definidores os recortes etários, que ora vão dos seis aos 40 anos e ora ampliados aos 90 anos de idade, bem como as características definidoras determinadas socialmente e legalmente, como criança, adolescente, infância e juventude, geram confusão acerca de quem seriam os destinatários do Programa Bairro Educador. Tais definições são importantes ao considerarmos as suas fontes de financiamento, já que, segundo a SME, os valores para implementação e manutenção são oriundos do orçamento do Ensino Fundamental.

²³Os documentos que descrevem como a política educacional foi executada geralmente estão incompletos e apresentam dados diversos e divergentes. Por exemplo, no relatório de divulgação do Programa Bairro Educador, postado mensalmente, constam as variações do número de matriculados entre 5 a 46 pessoas. Já no relatório de monitoramento foram declaradas apenas 10 matrículas. Nenhum dos documentos detalha as matrículas por sede.

²⁴As informações relacionadas aos valores repassados à ABA são divergentes e há pouco detalhamento. No Portal Bússola Social, a SME declarou o repasse de R\$839.999,99 (oitocentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) à ABA, no Relatório de Parcerias Firmadas entre o Município e Entidades de 2019 o valor foi de R\$630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais) e no documento orçamentário da Associação R\$794.499,99 (setecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

(...) representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções (Brasil, 2023, p. 75).

Com a análise documental inicial, fica evidenciada a transferência de recursos destinados aos investimentos e à manutenção da educação básica, especificamente ao ensino fundamental, para OSCs, mediante a implementação do Programa Bairro Educador, dando indícios do processo de privatização de parcela da educação pública, com vistas à educação em tempo integral, com modelo de educação não-formal, na cidade de Florianópolis. Apesar de existirem outras experiências locais de transferências de recursos, com a expansão das parcerias público-privadas, é necessário considerarmos algumas especificidades do PBE. Trata-se de uma política de governo com vistas a tornar-se uma política de estado²⁵, na qual o atendimento de crianças e jovens em idade escolar é oferecido integralmente por uma organização privada, que retira da educação básica grandes volumes de recursos públicos.

Ao iniciarem a implantação do PBE, os representantes públicos que estabeleceram os primeiros contatos, durante as reuniões nos bairros, com as comunidades das regiões pretendidas para a instalação das unidades do PBE, as quais citamos anteriormente, alinharam os seus discursos às prerrogativas dos documentos norteadores, conforme trecho abaixo, destacado do documento publicado em 2022:

O Programa Bairro Educador foi pensado como uma Proposta de Governo do Prefeito Gean Marques Loureiro, que entende o Programa como “uma ferramenta utilizada pela prefeitura para combater a violência e estimular a integração entre bairro e comunidade. Os moradores passam a ter mais uma alternativa educativa além do espaço escolar” (Florianópolis, 2022, p. 20).

Há um conjunto de compreensões que se desenvolvem no decorrer das descrições das suas concepções sobre cidade, cidadania, justiça social, cultura e desigualdade social que resultam em um modelo de educação cujas finalidades são

²⁵O Projeto de Lei (PL) n.º 19269/2024, de 19.06.2024 (Florianópolis, 2024b), proposto pelo vereador Bruno Borges Becker, institui o Programa Bairro Educador como política de estado, e encontra-se em tramitação na Câmara de Vereadores municipal.

essencialmente assistencialistas. É possível identificar intenções educativas com o excerto abaixo, no qual afirma-se que:

(...) no Brasil em que praticamente todos os programas/projetos de bairros educadores acontecem em áreas de alta vulnerabilidade social, manifestada por baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). Regiões onde o tráfico de drogas é grande, onde ocorrem normalmente disputas pelo comando do mercado ilícito de drogas que se manifesta também em grande imposição de armas e violência (Florianópolis, 2019, p. 18).

Parece-nos que esta política educacional se constitui pela noção de que a violência é decorrente da falta dos atributos necessários para a vida pública em sociedade, ainda que essa seja desigual, injusta e violenta.

Os espaços públicos como praças, ruas de lazer, bibliotecas muitas vezes deixam de ser utilizados por medo da violência ou falta de conservação, essa realidade muda quando a comunidade percebe que aquele espaço é seu. Na verdade, numa perspectiva de cidade educadora esses espaços vão deixando de ser espaços marcados pelo medo e pela violência, à medida que a comunidade começa a se sentir parte constituinte e reconhecida daquele espaço e as portas da escola são abertas: a escola passa então a ocupar a cidade (Florianópolis, 2019, p. 18).

O excerto acima deixa evidente a utilização de uma velha tática da burguesia no campo educacional: atribuir à escola a solução de problemas criados fora dela, ao mesmo tempo em que a compreende como obsoleta e insuficiente para suprir as demandas atuais da sociedade.

Passados dois anos desde a sua implantação e início do atendimento das crianças, jovens e adultos nas sedes do Programa Bairro Educador, gerido pela ABA, o município lançou em 18 de maio de 2021 outro Edital de chamamento público para seleção da OSC que daria continuidade à execução desta política educacional, tendo sido selecionado o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã.

O período de concessão da gestão, estabelecido a partir da assinatura do contrato firmado, seria até o dia 31 de dezembro de 2021, com possibilidade de prorrogação por mais seis meses. Para este edital, a SME disponibilizou R\$ 1.850.000,00²⁶ (um milhão e oitocentos e cinquenta mil reais) para a realização de até 700 atendimentos, valor repassado em quatro parcelas, podendo ser utilizado

²⁶Consta no relatório de Parcerias Firmadas entre o Município e Entidades que a totalidade do valor estipulado no edital foi repassada à OSC, ao longo de seis meses.

para a contratação dos trabalhadores, encargos trabalhistas, custos para a execução das oficinas, alimentação, transporte para saídas de estudos e aquisição de materiais. O orçamento dos custos para a implementação e a manutenção das sedes deveria ser descrito no Plano de Trabalho (apresentaremos mais detalhadamente a função deste documento no decorrer do desenvolvimento do texto). Diferente do edital anterior (Florianópolis, 2019b) que previu a instalação de 16 sedes, para 2021 a previsão era de quatro sedes, com as oficinas pré-estabelecidas (Florianópolis, 2021a, p. 3 e 4):

SEDE I - Bairro Sede (Monte Cristo): Terá como sede o prédio da prefeitura, localizado na Rua Maria Salete Dutra, sem número, na comunidade Novo Horizonte, no Monte Cristo.

Poderão ser desenvolvidas nesta sede oficinas, tais como: Oficina de Rap, Taekwondo, Futebol, Basquete, Oficina Mídias Sociais, Ballet, Oficina de Teatro, Oficina de Música, Jiu-Jitsu, Handebol, Apoio Pedagógico, entre outras custeadas por este edital. Poderão ser ainda desenvolvidas outras oficinas em parcerias (sem serem custeadas por esse edital) dentro de um Quadro de Horário estabelecido no Plano de Trabalho. Deverá ser mencionado o horário de cada oficina dentro do Período Matutino, Vespertino e/ou Noturno, bem como os Recursos Humanos e materiais que serão utilizados para o desenvolvimento das mesmas (Item 2.4).

SEDE II - Bairro Sede (Mariquinha): Terá como sede o prédio da prefeitura, localizado na Rua Laura Caminha Meira, 276, no Morro da Mariquinha.

Poderão ser desenvolvidas nesta sede oficinas, tais como: Oficina da Dança, Capoeira, Tênis de Mesa, Grafite, Judô, Oficina do Surf, Oficina de Estética e Beleza, Box, Jiu-Jitsu, Oficina de Elétrica, Apoio Pedagógico entre outras custeadas por esse edital. Poderão ser ainda desenvolvidas outras oficinas em parcerias (sem serem custeadas por esse edital) dentro de um Quadro de Horário estabelecido no Plano de Trabalho. Deverá ser mencionado o horário de cada oficina dentro do Período Matutino, Vespertino e Noturno bem como os Recursos Humanos que serão utilizados para o desenvolvimento das mesmas (Item 2.4).

SEDE III – Bairro Mocotó – Centro Comunitário – Altos do Morro do Mocotó.

Poderão ser desenvolvidas nesta sede oficinas, tais como: Taekwondo, Capoeira, Condicionamento Físico – Terceira Idade, Tênis de Mesa, Karatê, Oficina de Boi de Mamão, Oficina de Carnaval, Oficina de Dança, Grafite, Informática, Apoio Pedagógico entre outras custeadas por esse edital. Poderão ser ainda desenvolvidas outras oficinas em parcerias (sem serem custeadas por esse edital) dentro de um Quadro de Horário estabelecido no Plano de Trabalho. Deverá ser mencionado o horário de cada oficina dentro do Período Matutino, Vespertino e Noturno bem como os Recursos Humanos que serão utilizados para o desenvolvimento das mesmas (Item 2.4).

SEDE IV – Bairro Monte Verde – Conselho Comunitário Monte Verde. Terá como sede a Rua do Guaramirim, 179 - Monte Verde.

Poderão ser desenvolvidas nesta sede oficinas, tais como: Pilates, Ginástica para Terceira Idade, Artesanato, Dança, Futebol, Capoeira, Jiu-Jitsu e Apoio Pedagógico entre outras custeadas por este edital. Poderão ser ainda

desenvolvidas outras oficinas em parcerias (sem serem custeadas por esse edital) dentro de um Quadro de Horário estabelecido no Plano de Trabalho. Deverá ser mencionado o horário de cada oficina dentro do Período Matutino, Vespertino e Noturno bem como os Recursos Humanos que serão utilizados para o desenvolvimento das mesmas (Item 2.4).

Destaca-se aqui que, além dos recursos públicos retirados do orçamento da SME destinados a investimentos no Ensino Fundamental, os espaços ocupados pelas OSCs (ABA e Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã) seriam cedidos pelo Município, com uso de prédios públicos outrora com outras finalidades, como é o caso do prédio da sede do Morro da Mariquinha, onde por mais de 30 anos funcionou o Neim Cristo Redentor, ou por Centros Comunitários, locais em que há concessão de uso para a comunidade com a finalidade de ofertar atividades esportivas, artísticas e culturais, e que tiveram que dar lugar ao Programa Bairro Educador, como nas sedes do Monte Verde e do Morro do Mocotó.

O resultado do Chamamento Público nº 002/SME foi publicado no Diário Oficial do Município (DOEM) em 02.07.2021, intermediado pela Comissão de Seleção da Educação, que selecionou a OSC Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã para a “execução” dessa política educacional. No Mapa das Organizações da Sociedade Civil do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que disponibiliza dados sobre as OSCs atuantes no país, a organização privada selecionada informou o nome fantasia Instituto Escola Cidadã, de fundação em 20.01.2011, inscrita sob o CNPJ nº 13.201.012/0001-26, localizada na Rua Santos Saraiva, nº 840, sala 207, Bairro Capoeiras, Florianópolis/SC²⁷. Declarou-se como de “natureza jurídica” uma associação privada sem fins lucrativos tendo “atividade econômica” descrita como: clubes sociais, esportivos e similares; “área de atuação”: cultura e recreação; “subárea” de atuação: esporte e recreação. Os “Espaços de Participação Social”: Conselhos de Políticas Públicas, Conferências de Políticas Públicas e outros espaços de participação. Há apenas um trabalhador declarado como vinculado à OSC. Não constam informações sobre os projetos implementados e as suas fontes de recursos anuais (Brasil, s/d).

Francisco Menuci da Silveira surge nos documentos referentes à parceria público-privada do chamamento público de 2021, 2022 e o primeiro semestre de

²⁷Atualmente o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã declara sede na Rua do Guaramirim, nº 179, - anexo ao Conselho Comunitário do Monte Verde, no bairro Monte Verde, Florianópolis/SC. Como não houve alteração no portal do IPEA optamos por manter a informação dos dois endereços.

2023 como responsável²⁸ pelo Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã. Posteriormente, os contratos de 30.06.2023 e 20.12.2024, Volmir Joner da Silveira é declarado como responsável nos termos de colaboração firmadas entre a OSC e o Município, além da alteração estatutária do Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã (2023), atribuindo a ele a função de presidente. Ao realizarmos o levantamento histórico investigando os documentos públicos da Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã e de seus responsáveis legais, algumas informações importantes foram reveladas. O nome do atual presidente do Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã apareceu vinculado à OSC Santa Catarina Empreendimentos Esportivos Culturais, registrada sob o número de CNPJ: 03.851.733/0001-28, com nome fantasia Unisul Esporte Clube, fundada em 05.06.2000, localizada no endereço Rua dos Maracanas, Cidade Universitária Pedra Branca, Palhoça/SC, como constam nas informações apresentadas no portal do IPEA (Brasil, s/d), no Mapa das Organizações da Sociedade Civil e, segundo o Portal da Receita Federal, está inapta desde o dia 28.08.2018 por “omissão de declarações”²⁹ (BRASIL, 2024a). De acordo com o Edital de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade Nº 167 - 10.03.2020 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, documento afirma que:

A PGFN identificou indícios da ocorrência de dissolução irregular das pessoas jurídicas abaixo relacionadas, em razão da ausência de faturamento, de movimentação financeira e de pagamento de tributos correntes nos últimos três anos. A infração à lei consistente na dissolução irregular de pessoa jurídica com débitos inscritos em dívida ativa é causa de responsabilização pessoal dos seus diretores, gerentes ou representantes (PGFN, 2020).

Ao acompanhar a trajetória da OSC Santa Catarina Empreendimentos Esportivos Culturais é possível estabelecer o percurso histórico dos representantes

²⁸A pesquisa não localizou o estatuto da OSC anterior a 2023, assim, não é possível afirmar se no momento da assinatura do termo de colaboração da parceria público-privada, Francisco Menuci da Silveira seria o presidente da organização privada. Ainda que não ocupe a função de representante legal, de acordo com entrevista realizada informalmente com uma professora oficinaira da sede do Bairro do Mocotó que teve o seu contrato encerrado, ele é amplamente conhecido como o responsável pelo Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã, estando presente com frequência nos eventos, reuniões e encontros promovidos. A entrevistada afirmou não conhecer Volmir Joner da Silveira, tampouco escutou relatos sobre a atuação dele como representante legal do Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã.

²⁹Não localizamos documentação que indicasse se houve e quais sanções foram aplicadas à Santa Catarina Empreendimentos Esportivos Culturais.

legais do Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã e como se vinculam às forças políticas atuais, que avançam e aprofundam a transferência de recursos públicos para organizações privadas por meio das PPPs.

O nome de Volmir Joner da Silveira aparece como o “administrador de pessoa jurídica à época da dissolução irregular”, entretanto localizamos um estatuto da organização privada de 25.05.2000 em que o presidente da Santa Catarina Empreendimentos Esportivos Culturais é Gerson Luiz Joner da Silveira. O documento citado se encontra anexado ao Projeto de Lei Ordinária nº 0084/2005 que autoriza o município de São José/SC a conceder auxílio financeiro e ceder o uso do ginásio esportivo para atividades físicas à Santa Catarina Empreendimentos Esportivos Culturais, além de autorizar a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José (São José, 2005). Ao longo de quatro anos, a Santa Catarina Empreendimentos Esportivos Culturais receberia auxílio mensal no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) e a concessão de uso do ginásio “Forquilhão” para a instalação de infraestrutura como administração, almoxarifado e sala para fisioterapia.

Art. 2º - A entidade beneficiada, por força do presente auxílio financeiro, deverá representar o Município na Superliga Nacional, nos Jogos Abertos de Santa Catarina, bem como participar de eventos esportivos na cidade de São José, em articulação com a Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, respeitada a agenda de treinos e jogos das competições e deverá proceder à exposição da marca do município de São José (...) nas demais peças dos uniformes, equivalendo ao destaque dado ao copatrocinador, atualmente a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina, denominada “Fundação Unisul” (São José, 2005, p. 1).

Dentre as atribuições destinadas à Fundação Unisul (atual Fundação InoversaSul), compreendemos ser relevante destacar as seguintes exigências do município de São José: o repasse ao município de bolsas de estudos a serem distribuídas a estudantes carentes e a atletas, condicionadas à aprovação no processo seletivo da instituição de ensino; desconto corporativo para os funcionários da Prefeitura de São José e seus familiares (São José, 2005, p. 3). Há aqui a articulação de duas organizações privadas ligadas diretamente a Gerson Luiz Joner da Silveira. Autodeclarado como “consultor educacional” em sua rede social LinkedIn (LinkedIn, 2025), o então presidente da OSC Santa Catarina Empreendimentos Esportivos e Culturais, atuou como presidente do Conselho Estadual de Educação em 2015, presidente e vice-presidente das Comissões de Legislação e Normas e

Educação a Distância, foi reitor, vice-reitor, Pró-reitor de ensino e Diretor de Educação e professor de Direito na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) (Santa Catarina, 2024). O nome de Gerson Luiz Joner da Silveira se tornou relevante para a pesquisa, assim como a OSC ligada à Fundação Unisul, em virtude da escassez de informações sobre os presidentes do Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã, além da pouca documentação referente às parcerias estabelecidas entre o município de Florianópolis e o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã e os dados divulgados pelo IPEA. A sua identificação nos permitiu verificar a atuação de Francisco Menuci da Silveira e Volmir Joner da Silveira e o longo histórico de atuação de organizações privadas e APHs no Estado de Santa Catarina (SC), essencialmente na cidade de Florianópolis, por meio das OSCs.

Ao identificarmos o vínculo de Volmir Joner da Silveira com a Santa Catarina Empreendimentos Esportivos e Culturais, identificamos inúmeros termos de colaboração e concessão de gestão de políticas públicas destinadas ao esporte durante os anos 2000, dentre eles: Escola de Voleibol (2002 até 2008); Escola de Voleibol e Judô (2009); Escola de Voleibol em Camaçari/BA (2009); Escola de Voleibol e Futsal (2010). A partir de 2011 se iniciam os projetos implementados pelo Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã: Futsal; Campeonato de Golfe Sênior - SC (2012); Projeto Brinca Praia (2014); Circuito Rei e Rainha do Mar de corrida, natação e *stand-up paddle* (2015); *Night Run* Costão do Santinho, corrida noturna na praia (2015 e 2016); Projeto do Ministério do Esporte em parceria com a ENGIE, CASAN e BRDE (2017, 2018, 2019); Programa Bairro Educador (a partir do segundo semestre de 2021 até o momento)³⁰. Não há nenhum movimento do Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã para desvincular a relação existente entre as duas organizações privadas, conclusão que chegamos ao observarmos que as ações de ambas estão publicadas e descritas na rede social do Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã³¹.

Analisando os conteúdos do perfil da Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã no Instagram, identificamos a imagem de algumas pessoas nos

³⁰As informações sobre os projetos realizados pelas OSCs foram identificadas no perfil da rede social do Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã e analisadas a partir de outras documentações.

³¹O perfil no Instagram do Instituto Escola de Esporte e Cultura Cidadã <https://www.instagram.com/instituto.escola.cidada/>.

registros fotográficos do Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã e da Santa Catarina Empreendimentos Esportivos e Culturais se verificamos que no período de 22 anos há algumas que se repetem, reforçando a hipótese de estarem relacionadas. Tão logo o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã foi selecionado mediante chamamento público de 2021, Bruno Borges Becker foi nomeado Superintendente do PBE (Decreto nº 23.339 de 16 de novembro de 2021b). Ele foi o fundador do Projeto Resgate, em que prestava atendimento à população em situação de rua, e em 2020 foi eleito como primeiro suplente para o cargo de vereador pelo Partido Social Democrático (PSD), tendo assumido a função por cerca de 45 dias durante o ano de 2021. “Logo depois coordenou por mais de dois anos o projeto inovador de contraturno escolar, Bairro Educador, promovido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.” (Florianópolis, 2024, s/p).

Para o Edital de Chamamento Público nº 001/SME/2022 de 24 de maio de 2022 (Florianópolis, 2022a), a SME disponibilizou o total de R\$5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais) para a execução do Programa Bairro Educador durante o período de 01.07.2022 a 31.12.2022, referentes ao atendimento de 2100 estudantes ao mês. Segundo os critérios de concessão, os valores teriam como fonte de recursos a arrecadação proveniente da “Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas” (Brasil, 2023, p. 97). A aplicação deveria seguir o descrito no Plano de Trabalho seguindo as seguintes categorias (Florianópolis, 2022a, p. 11):

Recursos Humanos (salários e encargos trabalhistas), Recursos Diretos (materiais, alimentação, transporte para estudos pedagógicos, serviços de terceiros) e Recursos Indiretos, onde o Plano de Trabalho determina, dentro das possibilidades permitidas para a Educação e pela legislação vigente.

Ao examinarmos os editais de Chamamento Público identificamos a ampliação do programa desde a sua implementação e, agora, a OSC selecionada, o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã, deveria gerir 12 sedes distribuídas em bairros divididos por duas regiões do município, na região continental os bairros contemplados seriam Monte Cristo e Vila Aparecida; na região insular os bairros são Morro da Mariquinha, Morro do Mocotó, Monte Verde, Costeira, Rio Vermelho, Agrônômica, Sambaqui, Rio Tavares, Campeche e Ingleses, instalados em prédios municipais, no espaço de uma escola da rede municipal³², em

³²A sede do Rio Tavares deveria ser instalada em um espaço anexo à Escola Básica Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes, localizada no bairro Campeche Leste (Florianópolis, 2022).

propriedades com cessão de uso como centros, associações e conselhos comunitários, fundações municipais e a sede do clube de futebol Vila Futebol Clube no bairro Ingleses do Rio Vermelho. O documento descreve as oficinas que deverão ser ofertadas para crianças e jovens matriculados preferencialmente na rede pública de educação, nos períodos matutino e vespertino, tendo o período noturno dedicado às oficinas abertas a toda a comunidade dos bairros. Cada sede tem em seu desenho curricular seu conjunto de oficinas, entretanto, algumas categorias e critérios para a oferta ao público foram pré-definidos no edital:

Serão atividades educativas, esportivas, culturais, musicais, capacitação para geração de renda/empreendedorismo, atividades que visem a formação do indivíduo entre outras, com acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação. Serão ofertadas nas sedes do Programa no mínimo quatro oficinas por período, com a meta de 2.100 (dois mil e cem) atendimentos, de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino, vespertino e noturno. Sendo a oficina de apoio pedagógico, obrigatoriamente, oferecida em todas as sedes nos períodos matutino e vespertino (Florianópolis, 2022a, pp. 40 e 41).

Assim como apontamos no início do trabalho para a tendência de “pejotização” na contratação de professores e de professoras na rede pública de Florianópolis, identificada por Faust (2022), nos editais para a seleção da OSC responsável pelo Programa Bairro Educador há sempre a atribuição da escolha do modo jurídico de contratação dos “oficineiros” à organização privada selecionada, eximindo o município de eventuais danos relacionados a direitos trabalhistas sofridos pelos trabalhadores contratados, conforme descrito na Cláusula Terceira do edital que trata da “Responsabilidade pelo Vínculo Empregatício”:

3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da Organização da Sociedade Civil e ao adimplemento do Termo de colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

3.1 - A inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação às obrigações do item 3 não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

3.2 – A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pela administração pública não gera vínculo trabalhista ao MUNICÍPIO (Florianópolis, 2022a, p. 47).

Faust (2022) indicou um aprofundamento dessa nova forma de contratação de profissionais de educação, a partir de 2019, tendo a terceirização da força de

trabalho de pessoas física e jurídica na educação como uma tendência sancionada pelo Estado. No dia 2 de janeiro de 2023, pelo Decreto Municipal nº 24.554 (Florianópolis, 2023b), Bruno Borges Becker foi exonerado do cargo de superintendente do PBE e nomeado como Coordenador Executivo de Educação Complementar³³, em 3 de janeiro de 2023, com o Decreto nº 24.589, em virtude da Reforma Administrativa Municipal. A Lei Complementar nº 736 (Florianópolis, 2023c) alterou a “estrutura organizacional da administração pública do poder executivo municipal” (Florianópolis, 2022a, p. 25).

1.1. VERSÕES DO PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR: HÁ MUDANÇAS SUBSTANCIAIS? - O QUE RESSAI NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DO PROGRAMA.

Passados quatro anos desde a implementação dessa política, o Programa Bairro Educador tem na constituição de sua história três versões de documentos norteadores que instituem o modelo de educação e formulam as práticas educativas cotidianas dosicineiros e das icineiras, articulados aos planos de trabalho locais de cada sede. A análise de como se deu o desenvolvimento dos documentos revelou alterações substanciais, sobretudo ao compararmos a edição inaugural de 2019 com aquela de 2022 (a 3ª edição de 2023 trata-se mais de uma revisão dos conteúdos daquela de 2022). No que diz respeito à forma e aos objetivos aparentes dos documentos, há alguns destaques importantes. Escrito por Rubia Eneida Holz Jacques³⁴ (descrita como Pedagoga do Programa Bairro Educador), o Documento Norteador de 2019 (Florianópolis, 2019) apresenta a forma tradicional de um texto acadêmico. Seguindo os parâmetros de formatação estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o texto é constituído por referenciais teóricos, objetivando a sua justificativa como melhor política educacional destinada à ampliação da jornada escolar. Neste ponto fica patente que dependendo do documento e a quem ele se destina, alteram-se os objetivos do PBE, possivelmente buscando mobilizar maior adesão ao Programa por parte do público ao qual se

³³O documento norteador do programa de 2022 nos leva a entender que a Coordenação de Educação Complementar foi criada e dá conta especificamente do Bairro Educador.

³⁴Rubia Eneida Holz Jacques é servidora efetiva na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis desde 2006, contratada para a função de Professora Auxiliar de Educação Infantil. Mestre em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC), ano de obtenção do título em 2015, com a dissertação “Inserção na creche e relações sociais: um estudo de caso de um bebê recém chegado” (CNPQ, 2024), foi nomeada superintendente do programa em 01.09.2020 (Decreto nº 21.954), permanecendo no cargo por cerca de dois meses, durante a gestão do prefeito Gean Loureiro, tendo como secretário da educação Maurício Fernandes Ferreira e secretário adjunto de educação Luciano Formighieri.

direciona. Além disso, outra hipótese evidenciada é de que haja contradições na sua composição, a qual representa as tensões das disputas entre os diferentes grupos políticos e frações da própria burguesia que o impulsiona. É possível vislumbrar essa compreensão ao considerarmos que o PBE passou por uma transição entre governos que, quando foi conveniente, alinharam-se em torno de seus interesses como fração de classe, mas que romperam durante o pleito de 2024. Torna-se importante lembrar que Topázio Silveira Neto chegou à prefeitura como vice-prefeito de Gean Loureiro, em 2020, e assumiu a prefeitura em 2022, quando Loureiro renunciou para candidatar-se a governador do Estado de Santa Catarina.

Ao ler o Documento Norteador de 2019 (Florianópolis, 2019), submerge-se em um ecletismo acentuado, transitando entre a teoria do desenvolvimento de Lev Vygotsky cujas obras “A formação social da mente” (1984) e “A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores” (1989) estão referenciadas, e obras de Paulo Freire do campo da filosofia da educação como “Educação e mudança” (1979), “Educação como prática da liberdade” (1989) e “Pedagogia do oprimido” (1987), além dos teóricos Newton Duarte e Moacir Gadotti. Quanto aos documentos legais que amparam a produção, são citadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) (Brasil, 1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990) (Brasil, 1990), a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988), além de dois referenciais que introduzem conceitos centrais para o Programa (em 2019), oriundos do Programa Mais Educação do Ministério da Educação (MEC): “Bairro Escola - Passo a Passo³⁵” (Associação Cidade Escola Aprendiz, s/d) e “Caminhos para Elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada - Como ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem” (Brasil, 2011), produzidos durante a política de governo Compromisso Todos pela Educação, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011), cujo Ministro da Educação era Fernando Haddad (2005 - 2011).

³⁵O documento refere-se em seu texto inicial como “tecnologia social” formulada pela Associação Cidade Escola Aprendiz que tem sido comercializada para diversas redes públicas de educação em todo o país. Para nós, é possível supor que toda a constituição do Programa Mais Educação se deu pela compra dessa tecnologia por meio de consultoria técnica e dos manuais para implantação. Mais a frente, quando analisarmos os referenciais utilizados para a constituição do PBE, apresentaremos a publicação *Bairro - Escola: uma nova geografia do aprendizado. A tecnologia da Cidade Escola Aprendiz para integrar escola e comunidade*, de 2005, financiado pela UNICEF, Fundação Educar D’Paschoal e Fundação Abrinq e pela Associação Cidade Escola Aprendiz.

O manual “Bairro Escola - Passo a Passo” (Associação Cidade Escola Aprendiz, s/d), material formulado em parceria entre o MEC, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Fundação Educar D’Paschoal, a União dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e a Associação Cidade Escola Aprendiz, defende uma proposta de Educação Comunitária, pautada na participação da sociedade civil e no voluntariado, como alternativa para atender parte da política de ampliação da jornada escolar. Vale a pena destacar a presença de APHs, OM e instância do Estado na formulação do documento, o que é indicativo das articulações e processos de construção de consensos nas disputas por hegemonia. Segundo a publicação, a política objetiva:

Transformar a comunidade em um ambiente de aprendizagem, ampliando os limites das salas de aula, é o desafio dos Bairros-Escola. Educar converte-se, então, numa responsabilidade coletiva, na qual professores e gestores passam a contar permanentemente com as mais diversas parcerias públicas e privadas, a começar pelas famílias (Associação Cidade Escola Aprendiz, s/d, p. 4).

Transformar uma escola comum em uma “escola sem muros, aberta à comunidade” distribuindo as responsabilidades pela oferta de espaços educativos seria uma alternativa de baixo-custo e criativa, segundo as formulações da Aprendiz, que possibilitaria melhorias no desempenho acadêmico, constituiria práticas de cidadania e da vida em comunidade, servindo como estratégia para prevenção dos riscos de violência (Associação Cidade Escola Aprendiz, s/d). No decorrer do texto, são apresentadas algumas experiências, implementadas utilizando a tecnologia social desenvolvida pela OSC, e seu modelo de educação comunitária, compreendidas como bem-sucedidas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Aqui torna-se primordial introduzir o histórico da Associação Cidade Escola Aprendiz³⁶, para demonstrarmos a sua relação com o PBE, a AICE e o MEC, ao identificarmos que a principal influência teórica e política do programa está na Associação Cidade Escola Aprendiz. Essa OSC é uma iniciativa do jornalista Gilberto Dimenstein, no histórico descrito na publicação *Aprendiz: 20 anos de histórias e reinvenção* (2017), cuja organização foi realizada por Natacha Costa³⁷.

³⁶Mais adiante, ao tratarmos do referencial utilizado para a constituição do PBE contido nos documentos norteadores do programa, realizaremos tentativa de demonstrar como se dá a vinculação da Associação Cidade Escola Aprendiz e o MEC, sobretudo ao identificarmos alguns de seus intelectuais orgânicos.

³⁷Natacha Costa é formada em psicologia pela Pontifícia Católica de São Paulo (PUC - SP) e mestra em Educação pela USP. Atualmente ocupa o cargo de diretora da Escola Vera Cruz e do Instituto

Consta que essa organização privada teve início no “projeto experimental de educação e comunicação” realizado com uma turma de estudantes do Colégio Bandeirantes, na cidade de São Paulo/SP, onde a primeira experiência foi relatada como recuperação de espaços deteriorados no bairro Vila Madalena, mas que, após sua revitalização, rapidamente voltaram a ser depredados, segundo a publicação, como forma de protesto da comunidade por não ter participado da construção da intervenção. Posteriormente, a forma de ação foi reformulada, alterando-se a metodologia de operação, passando a ter ações criadas e realizadas coletivamente, com a participação e a articulação da população residente do bairro (Associação Cidade Escola Aprendiz, n/d).

Em 1998, a Associação Cidade Escola Aprendiz inaugura sua sede, na Rua Belmiro Braga, no bairro Vila Madalena, em São Paulo/SP, e passa a prestar assessoria a empresas do terceiro setor com projetos de comunicação. Somente em 2000, a organização passa a oferecer consultoria técnica e metodológica para a implantação de programas educacionais, baseados em alguns princípios e conceitos educativos. Há a compreensão central de que todas as pessoas têm possibilidade de aprender, uma vez que os processos de aprendizagem ocorrem ao longo da vida e os espaços destinados à educação não se restringem à escola, sendo imprescindível que se estenda aos bairros e às cidades, bem como que seja promovida por organizações de diversos setores, preferencialmente conectadas e articuladas à comunidade. Para tanto, os conteúdos abordados, as estratégias de aprendizagem e as atividades oferecidas devem emergir dos interesses e demandas dos indivíduos e das comunidades. Surgem preceitos constituídos em torno da noção de território e territorialidade, como as “trilhas educativas”, a “educação comunitária” ou a “pedagogia comunitária”, “corresponsabilidade” ou “responsabilidade compartilhada”.

Vera Cruz, em São Paulo. Atuou como diretora executiva da Associação Cidade Escola Aprendiz entre 2006 e 2025, compôs o grupo de trabalho interinstitucional formulador do Programa Mais Educação do MEC, em 2007. “Entre 2013 e 2015, fez parte da Comissão Editorial de Educação Integral em Tempo Integral pela Fundação Joaquim Nabuco/MEC e do grupo de trabalho nacional da Iniciativa pela Inovação e Criatividade na Educação Básica do Ministério da Educação”, participou do “Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância no *Center on the Development Child* da Universidade de Harvard”, fez parte de duas gestões do Conselho Estratégico Universidade-Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e “atuou em 2024 como Coordenadora de Formação pela Universidade Federal Fronteira Sul no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral do Ministério da Educação. Segundo o seu perfil na rede social LinkedIn, Costa “participa ativamente da construção das agendas de Educação Integral, Inovação na educação e enfrentamento à Exclusão Escolar no país atuando em iniciativas, conselhos e comitês relacionados a estes temas nos últimos anos” (LinkedIn, 2025).

Essas premissas nos orientam em projetos os mais diversos: no apoio à gestão de políticas de Educação Integral e Cidades Educadoras, na formação de professores e gestores públicos, em projetos voltados ao protagonismo infanto-juvenil e às relações intergeracionais, e no combate à exclusão escolar e ao trabalho infantil (Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017, pp. 9 e 10).

Deste modo, de acordo com o conjunto de ações divulgado no texto analisado, em 2000, a associação implementa o Programa Aprendiz Comgás, em parceria com a empresa de fornecimento de gás Comgás. O programa destinava-se à formação de jovens para o desenvolvimento de projetos sociais em seus bairros. O Programa Aprendiz Comgás durou até 2013 e estendeu-se para a formação de professores da rede³⁸ de educação e de educadores de outras OSCs (Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017, p. 12).

Segundo o histórico da publicação, em 2006:

A Cidade Escola Aprendiz participa da modelagem do Programa Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC), disseminando a proposta Bairro Escola para escolas de todo o país. Em parceria com o UNICEF, é produzida a publicação "Bairro-escola: Passo a Passo" e o vídeo "O Direito de Aprender", distribuídos a todos os municípios brasileiros como ferramenta conceitual para integrar as estratégias do Plano de Desenvolvimento da Educação no país (Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017, p. 12).

Entre os anos 2007 e 2017, envolve-se em diversos projetos que fazem referência à concepção de Cidades Educadoras, sem vincular-se explicitamente à AICE. Na cidade de Sorocaba/SP, participa da formação de educadores comunitários em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Sorocaba, como parte do Programa Sorocaba Cidade Saudável, Cidade Educadora, em que "A metodologia aplicada é sistematizada e reconhecida pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil) em 2008. As formações são realizadas até 2012." (Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017, p. 13). Atuou no programa São Paulo Cidade Educadora (2015) no momento em que ocorre a ampliação da abrangência daquela política pública, atribuindo à cidade características que a qualificam a se conveniar a AICE para se certificar como Cidade Educadora, de acordo com os parâmetros e os princípios estabelecidos pela AICE. Já em 2017, a Associação Cidade Escola Aprendiz inicia o ciclo de formações denominados "Potenciais Educativos do

³⁸Não está especificado no documento a qual ou quais redes de ensino se refere.

Território Urbano", "envolvendo educadores das regiões do Butantã, Jardim Ângela e Heliópolis na cidade de São Paulo pelo programa Cidades Educadoras³⁹" (Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017, p. 17). No ano de 2013, a Associação Cidade Escola Aprendiz, articulada a organizações governamentais e a OSCs, grupos não especificados no texto, lança o Centro de Referências em Educação Integral, entidade destinada à pesquisa, ao desenvolvimento e "disseminação" de materiais que amparam a gestão de projetos educacionais de educação integral. Durante o segundo mandato da presidenta Dilma Vana Rousseff, a diretora pedagógica da Associação Cidade Escola Aprendiz, Helena Singer⁴⁰, afasta-se da organização privada para assumir a função de assessora do Ministro da Educação (2015), Renato Jaime Ribeiro. No mesmo ano, a Associação Cidade Escola Aprendiz passa a ser representada pela diretora Natacha Costa no grupo de trabalho (GT) do Programa de Estímulo à Criatividade na Educação Básica, nacionalmente, coordenando o GT regional de São Paulo. É interessante destacar que em nenhum dos textos analisados, tanto aqueles produzidos pela Associação Cidade Escola Aprendiz, bem como os de autoria de escritores que falam sobre as experiências da Associação Cidade Escola Aprendiz ou de suas tecnologias sociais, sem estarem diretamente vinculados à essa organização privada, apesar das frequentes menções à AICE ou aos seus documentos norteadores, não há nenhuma citação a qualquer nível de parceria entre as duas entidades. Além da produção bibliográfica da Associação Cidade Escola Aprendiz e da AICE, identificamos diversos intelectuais orgânicos da burguesia que demonstram a vinculação das duas associações, no compartilhamento de espaços destinados à formulação de políticas públicas educacionais, em documentos norteadores de políticas públicas e nas

³⁹A OSC apresenta em sua relação de projetos o Programa Cidade Educadora, implantado na cidade de São Paulo, nos bairros Butantã, Jardim Ângela e Heliópolis. No portal virtual, o programa é descrito como "uma iniciativa da Associação Cidade Escola Aprendiz", resultante ao acúmulo de 22 anos de experiência no desenvolvimento do Bairro-Escola. A iniciativa incentiva cidades que queiram promover o desenvolvimento integral de suas populações e para construir modelos para "a constituição de territórios educativos no país, além de identificar e apoiar políticas públicas que contribuam com seu fortalecimento." (Associação Cidade Escola Aprendiz, 2018), sem relacionar o programa ou a concepção de cidade educadora a AICE.

⁴⁰Helena Singer apresenta-se como socióloga, atuante no fomento às questões sobre democracia, direitos humanos e inovação (Linkedin, 2025). Articuladora do Movimento de Inovação na Educação, "Movimento integrador de redes, escolas, profissionais, ativistas e iniciativas sociais pela transformação da educação em seus diversos campos", seu grupo de articuladores conta ainda com a participação de Jaqueline Moll, José Pacheco e Natacha Costa, como parceiros institucionais a Associação Cidade Escola Aprendiz e a organização privada internacional Ashoka Empreendedores Sociais, a qual Singer também se declara como membra (Movimento De Inovação Na Educação, 2025).

parcerias estabelecidas entre os governos e as duas associações. Para nós, até o momento, há clareza de que a concepção de Cidades Educadoras contemporânea foi formulada e se consolidou pela e na AICE, entretanto, não identificamos as razões para esse aparente distanciamento entre os projetos e as associações.

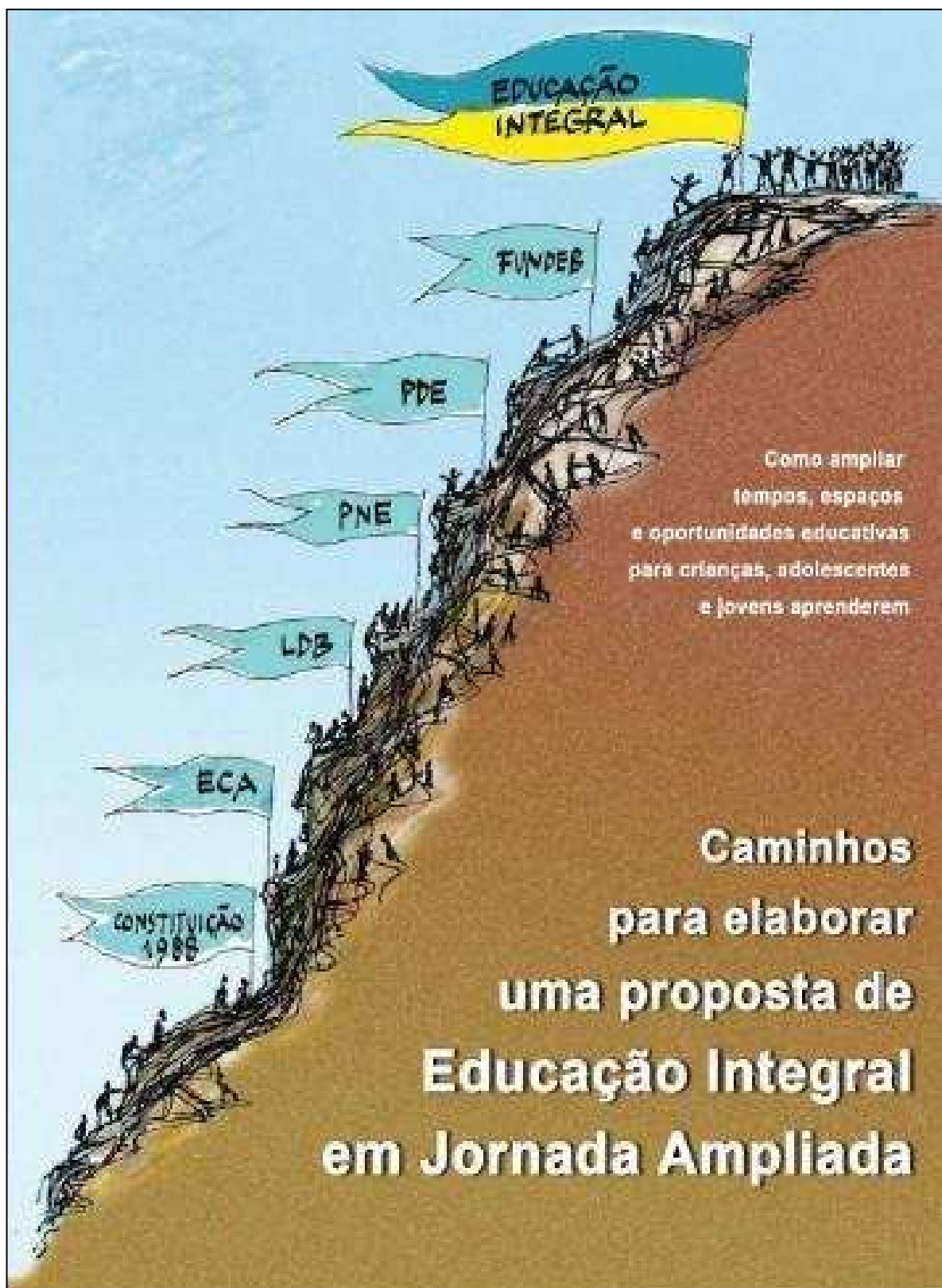
A cartilha “Caminhos para Elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada - Como ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem” (Brasil, 2011a), organizada por Jaqueline Moll⁴¹, compõe os documentos destinados à implantação do Programa Mais Educação, utilizado pelo PBE como referencial fundamental à sua formulação, ainda que pouco se faça referência ao Programa Mais Educação nos textos de seus documentos norteadores. Não obstante, a sua análise nos permitiu ver sua relevância nas determinações das políticas educacionais destinadas à ampliação da jornada escolar, em Florianópolis. A produção do documento contou com a participação de organizações públicas e privadas, como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC⁴²), a Associação Cidade Escola Aprendiz, o Conselho Nacional de Secretários da Educação

⁴¹Jaqueline Moll é professora titular e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI Erechim), atuou como conselheira do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (2014-2018), no MEC (2005 - 2013) foi Diretora de Políticas e Articulação Institucional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; Diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Permanente, Alfabetização e Diversidade; Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica e coordenou a implantação do Programa Mais Educação. Entre 2020 e 2023 desenvolveu pesquisa intitulada “Cidades Educadoras: construindo o status quo nas pesquisas brasileiras”, atualmente (2024 - atual) desenvolve a pesquisa “Cidades que Educa e (Se)Transforma: compreendendo os mosaicos que são as nossas sociedades”, “O projeto tem por objetivo construir um campo de referência de aporte teórico no âmbito da Cátedra Unesco A Cidade que Educa e Transforma” (CNPQ, 2025). Em 30 de novembro de 2020, participou como mediadora do *Webinar*, promovido pela AICE, em comemoração do Dia Internacional das Cidades Educadoras e pelos 30 anos de existência da Associação Internacional (Moll, 2020). Em 2023, como presidente da Cátedra Unesco - A Cidade que Educa e Transforma, “Idealizada em 2022 (...) tem como propósito sistematizar e compartilhar conhecimento e experiências para pensar as cidades como espaços e territórios educativos” a entidade compõe o Programa de Cooperação Internacional Rede Internacional Cidade que Educa e Transforma (RICET) liderada pelo ISEC Lisboa (UPF, 2023). Apresentada oficialmente em Brasília (DF), juntamente com Raquel Franzin (MEC), introduziu subsídio técnico para a execução do Programa Escola em Tempo Integral (MEC) (Brasil, 2023a). A trajetória de Jaqueline Moll na formulação de políticas educacionais para a promoção da educação integral, com ampliação da jornada escolar e as funções ocupadas em setores públicos e em organismos multilaterais apontam para a participação de intelectuais orgânicos na implementação dos projetos educativos pautados para atender os interesses da burguesia.

⁴²A organização privada CENPEC elaborou a publicação Cadernos CENPEC: educação integral, 2006, disponibilizado em página eletrônica pelo MEC na relação de documentos orientadores para a implantação do Programa Mais Educação, com editorial intitulado O Ressurgimento da Educação Integral, escrito por Maria Alice Setubal.

(CONSED), a Rede de Experiências em Comunicação, Educação e Participação (Rede CEP), a UNDIME, além de diversas secretarias municipais de educação e Universidades Federais, articuladas por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional responsável pelo Texto-Base (Brasil, 2011a, p. 2). A capa produzida para o documento apresenta a seleção de alguns marcos históricos e legais nos campos da educação e do direito - a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), o Plano Nacional da Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -, expostos em bandeirolas, carregadas pela representação de um grupo de pessoas que aparentam subir arduamente, mas de maneira colaborativa, uma montanha acidentada. Há no topo uma bandeira maior e de cores diferentes das demais que leva impressa as palavras "Educação Integral".

Figura 1- Capa da Cartilha Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em jornada ampliada, 2011



Fonte: Brasil, 2011.

A representação imagética descrita possibilita inferir o conteúdo do documento e a sua intencionalidade. A cartilha, elaborada com a instituição do “Compromisso Todos Pela Educação”, assumiu como meta a melhoria do

desempenho acadêmico dos estudantes atendidos nas redes de ensino brasileiras até o ano de 2022. Uma das estratégias assumidas pelo grupo formado por “governos e sociedade”, foi a elaboração da compreensão de “Educação Integral, em jornada ampliada”, concebido a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (Brasil, 2007a), e implantado por meio do “Programa Mais Educação” - este foi criado pela Portaria Interministerial 17/2007 (Brasil, 2007b) e pelo Decreto 7.083 de 27/01/2010 (Brasil, 2010). A cartilha surge, então, como um resumo do documento original, elaborado pelo MEC e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECADI)⁴³ em parceria com representantes de organizações da sociedade civil, objetivando amparar dirigentes governamentais, lideranças da sociedade civil, educadores e gestores escolares, organizados em instituições privadas, públicas ou individualmente, que desejassem implementar aquela política educacional (Brasil, 2011a). De acordo com a cartilha, a compreensão da ampliação da jornada escolar se constitui no PDE:

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), indica, no seu artigo 20, as diretrizes voltadas à ampliação do tempo de aprendizagem dos alunos e à qualificação dos processos de ensino, com participação dos alunos em projetos socioculturais e em ações educativas. A ideia é ampliar a jornada escolar, possibilitando a crianças, adolescentes e jovens envolver-se em atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer. Isso contribui para reduzir evasão, reprovação e distorções de idade-série, ao mesmo tempo em que amplia o tempo de aprendizagem dos alunos (Brasil, 2011a, p. 7).

Caberia ao Programa Mais Educação “operacionalizar as diretrizes do PDE”, referenciado em experiências iniciadas durante o movimento Escola Nova (Brasil, 2011a, p. 7). No entanto, não pretendemos nos debruçar sobre o Programa Mais Educação para analisá-lo profundamente, neste momento, o que fugiria ao escopo de nosso estudo. Entretanto, parece-nos importante demonstrar que o Programa Bairro Educador emerge dessa política educacional, resultante da articulação de APHs da burguesia e de seus intelectuais orgânicos que avançaram no decorrer dos anos na ocupação do Aparelho de Estado, realizando a punção do fundo público, mediante reformas estrutural e administrativa, e reconfigurando e ressignificando a educação. Ainda que o texto da cartilha não faça menção à AICE, ou a qualquer forma de assessoria prestada para a sua elaboração e conveniamento, como é prática histórica da organização privada, ao formular a concepção de “Cidade

⁴³ Atualmente SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão).

Educadora” do Programa Mais Educação, o movimento que deu origem à Associação Cidade Escola Aprendiz, realizado em 1990, é citado no seguinte trecho:

O movimento das Cidades Educadoras, iniciado na década de 90 em Barcelona, despertou a consciência de que as pessoas que moram em uma cidade são educadas pelo modo como suas ruas, vielas e praças são estruturadas e usadas, pelos serviços públicos que possui e como esses serviços são oferecidos, pelas diferentes formas como os seus moradores habitam, trabalham, se transportam e se comunicam (Brasil, 2011a, p. 9).

O termo “cidade educadora” aparece 13 vezes, sempre vinculado às mesmas concepções de cidade educadora contidas na Carta das Cidades Educadoras⁴⁴ (AICE, 2020) produzida pela AICE, sem referenciá-la como formuladora dessas concepções. A Cartilha não apresenta uma base teórica explícita sobre os conceitos de educação integral e em tempo integral. Ao se definir a defesa de suas compreensões, não há um compromisso teórico evidente. São apresentados, primeiramente, aspectos daquilo que se constitui como educação integral com ampliação da jornada escolar pelo Programa Mais Educação e, posteriormente, é realizada a defesa do investimento e da expansão desse modelo de ampliação da jornada, objetivando a educação integral dos estudantes. O que chamou a atenção, e é essencial destacar, foram algumas definições contundentes. Segundo o documento, a formação escolar não deve se dar exclusivamente nas escolas, atribuindo a necessidade de todos os setores da sociedade civil⁴⁵ se comprometerem com a educação formal, fundamentalmente pelas parcerias com o Estado. Conforme evidenciam os pontos 2, 4 e 5 do capítulo 2 do texto:

2 A educação não se esgota no espaço físico da escola, nem no tempo de 4 ou 7 horas ou mais. A Educação realiza seu compromisso ético com a inclusão social quando se promovem articulações e convivências entre programas e serviços públicos, entre organizações governamentais e não-governamentais, entre espaços escolares e não-escolares.

4 Organizações e instituições da cidade precisam fortalecer a compreensão de que também são espaços educadores; diferentes atores sociais podem agir como agentes educativos.

⁴⁴“Os municípios com representação no Congresso Internacional das Cidades Educadoras, celebrado em Barcelona em 1990, incluíram na Carta Inicial os princípios básicos pelos quais se deve reger o impulso educativo da cidade. Partiam da convicção de que o desenvolvimento dos seus habitantes não pode ser deixado ao acaso. A Carta foi revista no II Congresso Internacional (Bolonha, 1994), no VIII Congresso (Génova, 2004) e em 2020, para adaptar as suas perspectivas aos novos desafios e necessidades sociais” (AICE, 2020, s/p).

⁴⁵A categoria “sociedade civil” citada no parágrafo diz respeito à concepção contida na política educacional.

5 A escola precisa fortalecer a compreensão de que não é o único espaço educador da cidade; qualquer outra organização ou instituição pode colaborar com a Educação Integral (Brasil, 2011a, p. 39).

Seguiu-se ainda a defesa desse modelo de educação amparado em um conjunto de legislações e políticas públicas que transitam entre a Constituição Federal (Brasil, 1988), as legislações que regulamentam a educação no Brasil, como a LDB 9394/96 (Brasil, 1996) e o decreto que estabelece os Planos de Metas Compromisso Todos pela Educação - Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007), aos recursos para o seu financiamento como o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Brasil, 2007a) e a força de trabalho valendo-se do voluntariado. De acordo com a Cartilha, “voluntários doam e recebem”:

Muitas das atividades relativas aos diferentes macrocampos em que se concentram as atividades de Educação Integral na ampliação da Jornada (Acompanhamento Escolar, Cultura e Artes, Cultura Digital, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Esporte e Lazer e outros) podem ser conduzidas por voluntários da comunidade. A Lei do Voluntariado nº 9.608/1988 considera serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (Art. 1). O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista e previdenciária – mas promove outros vínculos, de natureza pessoal e social, beneficiando não só quem recebe o serviço, mas quem o oferece (Brasil, 2011a, p. 45).

A ideiação de instituir novas formas de trabalho, substituindo a contratação de professores/as por monitores, oficineiros e pelo trabalho voluntário, atravessa o documento como uma estratégia para a implementação do modelo de educação integral com ampliação da jornada escolar. A defesa da reestruturação da escola pública para atender às demandas da globalização, das transformações ambientais e da superação das desigualdades no acesso aos avanços tecnológicos e científicos vão na direção da abertura institucional para que o setor privado assuma parte das funções da escola pública.

A primeira edição do documento norteador do Programa Bairro Educador (Florianópolis, 2019) segue os parâmetros estabelecidos pelo Programa Mais Educação, conforme é possível verificar no *Manual Bairro Escola - Passo a Passo* (Associação Cidade Escola Aprendiz, s/d), na cartilha *Caminhos para Elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada - Como ampliar*

tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem (Brasil, 2011a) e no manual *Programa Mais Educação: passo a passo* (Brasil, 2011b). Cabe destacar a centralidade da atuação de dois APHs que constituíram a formulação dessa política educacional, o PBE, de Florianópolis: a Associação Cidade Escola Aprendiz, citada 12 vezes no decorrer do Documento Norteador (Florianópolis, 2019), além de ser referenciada indiretamente quando a SME utiliza a cartilha produzida pelo MEC, e a Organização não Governamental (ONG) Centro Integrado de Estudos e Desenvolvimento Sustentável (CIEDS-Brasil), que assessorou por meio de consultoria técnica o município do Rio de Janeiro para a elaboração da sua experiência de “Bairro Educador” (CIEDS, 2024) implementada no ano de 2010. Verificamos que a CIEDS-Brasil foi citada 42 vezes no Documento Norteador (Florianópolis, 2019) e que a política pública municipal, o PBE, leva o mesmo nome daquela implementada no Rio de Janeiro, o que indica se tratar de um dos referenciais mais importantes para o Programa Bairro Educador da SME de Florianópolis. De acordo com o portfólio de ações na área da educação disponibilizados por essa ONG, a experiência do “Bairro Educador” carioca surge da seguinte compreensão:

O foco do trabalho é a apresentação de novas possibilidades de planejamento e realização de ações pedagógicas nas unidades escolares. Para isso, utiliza como metodologia a integração e articulação dos potenciais educativos do bairro e da cidade (espaços, pessoas, instituições, serviços públicos, empresas, entre outros) às escolas, tendo o Projeto Político Pedagógico de cada escola como principal referência. O projeto é desenvolvido em todas as 155 Escolas do Amanhã e em outras 41 Escolas Municipais localizadas no seu entorno, formando uma rede de 51 Bairros Educadores na cidade do Rio de Janeiro (CIEDS, 2024).

Finalista do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, em 2013, o projeto desenvolvido no Rio de Janeiro se diferencia do PBE de Florianópolis ao utilizar o espaço da escola para articular as possibilidades de parcerias identificadas nos bairros e na cidade, objetivando a ampliação da jornada escolar, diversificando as atividades oferecidas de acordo com as escolhas feitas em cada unidade educativa articuladas a cada Projeto Político Pedagógico (PPP) (Fundação Banco do Brasil, 2013). No texto *Bairro Educador: uma experiência de Educação Integral na Cidade do Rio de Janeiro*, de Bruno Silva Lopes, Marcia Florencio de Souza e Márcia Teixeira Pinto – equipe técnica da CIEDS-Brasil que

assumiu a função de coordenação do Bairro Educador no Rio de Janeiro – afirma-se que:

O Bairro Educador teve como objetivo principal a promoção do desenvolvimento integral e ampliação dos repertórios educativos dos estudantes, a partir da construção de novos processos de aprendizagem e da articulação dos potenciais educativos dos territórios (espaços, pessoas e instituições) às escolas, estimulando um ambiente promotor de prosperidade, integrando as famílias, o direito à cidade e a permanência interessada do aluno na escola. A proposta esteve alinhada à política de Educação Integral do Ministério da Educação com a perspectiva de ampliação de recursos, tempos e espaços educativos. Adotou ainda como referência os princípios das Cidades Educadoras (Barcelona, 1990): trabalhar a escola como espaço comunitário; trabalhar a cidade como grande espaço educador; aprender na cidade, com a cidade e com as pessoas; valorizar o aprendizado vivencial e priorizar a formação de valores (CIEDS-Brasil, pp. 1 e 2).

As informações sobre a CIEDS-Brasil em seu portal institucional são escassas, pois não há um histórico relatando como se constituiu e quem são os seus fundadores. Entretanto, estão disponíveis informações que nos possibilitam entender o alcance do APH no campo da educação, estando presente em grande parte do território nacional, e como atua. Esse APH afirma que em virtude da complexidade dos problemas sociais brasileiros, opera nas áreas da educação, inclusão social e bem-estar, engajamento comunitário, empreendedorismo socioambiental, com o intuito de “construir um futuro mais próspero para quem precisa”. Entre a sua rede de parceiros, identificamos: UNICEF, Fundação Roberto Marinho, Governo do Estado do Ceará, UNDIME, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Itaú Social. A sua estrutura organizativa está composta por “equipe executiva” com profissionais de diversas áreas e por um “grupo orientador” que se trata de um:

Grupo consultivo e voluntário que reúne representantes do poder público, iniciativa privada e organizações sociais. O Grupo Orientador contribui, orienta e apoia na gestão institucional, a partir de análise de cenários e tendências das políticas públicas e do investimento social privado, auxiliando na tomada de decisões, planejamento estratégico e sustentabilidade organizacional (CIEDS-Brasil, 2024).

O portal ainda descreve instâncias consultivas, fóruns e conselhos municipais e estaduais, de diversos setores, nos quais opera para “Participação e Controle Social”, dentre os mais relevantes para a pesquisa estão: Grupos Consultivos da Sociedade Civil do Banco Interamericano de Desenvolvimento

(CONSOC-BID); Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC-ONU); Conselho Nacional de Juventude (Conjuve); Centro de Referências em Educação Integral (CREI) (CIEDS-Brasil, 2024).

O documento norteador do Programa Bairro Educador, produzido em 2022⁴⁶, apresenta significativas mudanças com relação à forma. De sua primeira versão que continha forma acadêmica, transforma-se em um documento que aparenta intenções mais panfletárias do que regulamentadoras e fundamentadoras dessa política educacional. O seu desenho gráfico colorido, composto por textos curtos, afasta-se das extensas teorizações e da preocupação em apresentar um aporte teórico que justifique as escolhas pelo modelo de educação, mesmo que os referenciais teóricos ainda estejam presentes no texto. A publicação se inicia com mensagens do prefeito Topázio Silveira Neto, do secretário da educação Maurício Fernandes Pereira e do superintendente do programa Bruno Borges Becker, seguidas por suas fotografias ilustrando cada uma delas. Além das orientações sobre a sua implementação, indicam-se normas relacionadas à publicização dos conteúdos produzidos pela OSC⁴⁷ Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã nas redes sociais de cada sede, durante os atendimentos às crianças, aos jovens e aos adultos e em atividades externas, sendo descritos os perfis das redes sociais que deverão estar relacionados por meio de “marcações” nas imagens e nos vídeos. O que há de continuidade entre os documentos é a defesa de que a educação não é monopólio da escola, por isso a formulação de um projeto de ampliação da jornada escolar, mediante educação não formal por se tratar de aspectos e conteúdos educativos adaptáveis, que podem ocorrer em qualquer espaço no qual se identifique potencial educativo e em parceria com organizações privadas.

Esta flexibilidade, tanto no que diz respeito em relação à oferta de múltiplos e diversos espaços, quanto ao tempo, respeitando as diferenças e as capacidades de cada estudante em seu processo de aprendizagem, favorece a educação não formal, por oportunizar envolver-se com atividades no turno oposto ao período escolar (jornada ampliada), conhecer melhor suas potencialidades e harmonizá-las em benefício de todos, tendo a possibilidade de acessar diferentes conteúdos, por meios distintos, viabilizando o seu desenvolvimento integral (Florianópolis, 2022, p. 28).

⁴⁶O documento analisado foi produzido durante a gestão do prefeito Topázio Silveira Neto, cujo secretário municipal de educação era Maurício Fernandes Pereira, o secretário adjunto de educação Rodrigo Goulart Leite e o superintendente do Programa Bairro Educador Bruno Borges Becker.

⁴⁷Conforme introduzido anteriormente, o Instituto Escola de Esporte e Cultura Cidadã foi a OSC selecionada para a gestão da política educacional no edital de 2022. Não foram identificados pela pesquisa a realização de editais de chamamento público posteriores a esse.

Para tanto, apresentam-se justificativas legais, assim como no documento anterior, alinhando-se e adequando-se às recentes políticas públicas educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018), ao Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) e ao Plano Municipal de Educação (Florianópolis, 2015), sem deixar de se comprometer com as formulações dos APHs que orientaram a primeira versão do documento, como a AICE, a Associação Cidade Escola Aprendiz e a CIEDS-Brasil.

Nessa segunda edição da publicação (Florianópolis, 2022) ficam mais evidenciadas as concepções de “educação integral” e “educação em tempo integral”. Não obstante, o Programa Bairro Educador segue a linha de construção dos documentos e das políticas educacionais às quais se vincula sem estabelecer determinações mais evidentes para “educação integral” e “educação em tempo integral”, tanto que a leitura mantém a possibilidade de compreendê-los como conceitos indissociáveis ou como sinônimos.

A educação integral e integrada objetiva o desenvolvimento das múltiplas dimensões do ser humano, englobando e considerando cada contexto em suas especificidades e particularidades para desenvolver um sentido relevante à produção de novos conhecimentos e experiências (Florianópolis, 2022, p. 29).

Há o entendimento de que os seres humanos são compostos por cinco dimensões: a dimensão física, a dimensão emocional/afetiva, a dimensão intelectual, a dimensão cultural e a dimensão social, definição que se constitui a partir da teorização de Miguel Arroyo sobre “sujeito integral”:

Assim como Miguel Arroyo, entendemos que o desafio da educação é desenvolver as múltiplas dimensões do indivíduo, pois o ser humano é um sujeito integral, enquanto sujeito de conhecimento, de cultura, de valores, de ética, de identidade, de memória e de imaginação, a educação integral tem que dar conta de todas essas dimensões do ser humano (Florianópolis, 2022, p. 31).

Segundo a publicação, é necessário desenvolver essas dimensões com auxílio da “educação integral”, preferencialmente não formal, para que, consciente da sua composição dimensional, o ser humano tenha condições de viver e atuar em sociedade a partir dos princípios constitutivos da política educacional (equidade, inclusão, sustentabilidade, contemporaneidade) (Florianópolis, 2022, pp. 31 e 32),

princípios que não sofreram alteração com relação à primeira versão do documento norteador. A “educação em tempo integral”, com ampliação da jornada escolar, é amparada na oferta de espaços educativos de contraturno. As compreensões primordiais, até o presente, referenciam-se no Programa Mais Educação e as demais elaborações que o atravessam, apresentadas anteriormente. Ocorre que essa política educacional incorpora as políticas públicas educacionais que tratam da ampliação da jornada escolar no PNE 2014-2025 (Brasil, 2014) e no PME 2015-2025 (Florianópolis, 2016).

Em 25 de junho de 2014 aprovou-se o PNE, por meio da Lei nº 13.005, com vigência de 10 anos (2014-2024)⁴⁸ (2014a) assumindo o compromisso de implementar, ao longo desse período, as 20 metas para a educação, objetivando, no anunciado, sobretudo, o combate às desigualdades nas redes de ensino público, valendo-se da promoção da equidade e da qualidade da educação no país (Brasil, 2014). Dentre as diversas definições do PNE, a meta 6 estabeleceu como responsabilidade a oferta de, no mínimo, 50% de atendimento em tempo integral⁴⁹ nas redes públicas, abarcando cerca de 25% das crianças e dos jovens matriculados na Educação Básica no Brasil. Entretanto, apesar da oferta ser responsabilidade dos estados e dos municípios, o PNE possibilitou a abertura de espaços para o atendimento pelas parcerias com o setor privado, permitindo o atendimento fora do contexto escolar, mediante instituições de educação não formal, que ofereçam atividades extracurriculares, para dar conta da política de ampliação da jornada escolar. Deste modo, o PNE 2014-2024 contribuiu para a ampliação e o aprofundamento da atuação de grupos privados na oferta da Educação Básica no país. Em 2023, o Ministério da Educação (MEC) retomou os debates acerca da meta 6 e instituiu o programa “Escola em Tempo Integral” pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023 (Brasil, 2023b), ao reservar recursos orçamentários e determinar a sua forma de financiamento.

Por intermédio do Plano Municipal de Educação 2015-2025, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Florianópolis se alinhou ao previsto pelo PNE e estruturou sua proposta para a oferta de ampliação da jornada escolar em tempo integral dividida em três modelos de atendimento: Escolas com Jornada Integral

⁴⁸O caráter decenal do Plano Nacional da Educação foi atribuído por emenda Constitucional nº 59 de 2009.

⁴⁹Compreende-se no PNE como “tempo integral” a jornada de 7h diárias ou 35h semanais (Brasil, 2014).

Interna; Escolas com Jornadas Regulares Internas e Atividades Externas de Jornada Ampliada Aberta (Florianópolis, 2016). No caso das escolas com Jornada Ampliada Aberta, o atendimento poderia ser ofertado por ONGs, clubes esportivos ou na própria unidade educativa. O processo de tentar apagar as diferenças entre educação escolar e não escolar vai ficando evidente, encaminhando a educação escolar para fora da escola.

Ao investigar, ainda que sem aprofundamento, sobre a operação da AICE no Brasil, evidenciou-se a sua articulação com APHs nacionais, como o CIEDS-Brasil e a Associação Cidade Escola Aprendiz. Identificamos que alguns grupos – tais como os citados – inseriram-se no aparelho de Estado dando-lhe nova organização estrutural, sobretudo com as reformas e ajustes originados nos anos de 1990 para atender as demandas do capital internacional e nacional e das burguesias local e internacional, atuando nas formulações de políticas públicas nacionais e locais, como preconizado no Plano Diretor da Reforma de Estado (Brasil, 1995). Para percebermos seus modos de inserção e participação no aparelho de Estado, além de suas intenções, tornou-se primordial realizarmos o movimento proposto por Evangelista (2009, p.8): “(...) é necessária uma reflexão de largo espectro – uma decomposição da fonte, uma separação entre essência e aparência – para que a sua vida seja trazida à tona.” A cada busca realizada nos repositórios e buscadores virtuais, surgem em vídeos e em textos publicados em portais eletrônicos figuras públicas disseminando as ideias das cidades educadoras e de experiências na elaboração de políticas públicas referenciadas na Carta dos Princípios da AICE, em municípios e estados, desde o início dos anos de 1990. Conteúdos que nos levam a compreender que o PBE faz parte de uma articulação mais ampla, compondo “uma estratégia de legitimação eficaz na medida em que consegue ‘colonizar’ o discurso, o pensamento educacional e se espalhar no cotidiano como demanda imprescindível da ‘modernidade’. (Shiroma, Campos e Garcia, 2005, p. 249)”. Essa evidência se demonstra pela articulação do PBE com outros programas, formulados pelo MEC, que são constituidores do modelo de educação integral e educação em tempo integral, amplamente disseminados nas redes de ensino público municipal e estadual do país, como o Programa Mais Educação. Em âmbito local, há ainda muito o que se revelar sobre o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã, uma OSC organizada em um grupo político da burguesia que opera no estado de Santa Catarina há pelo menos 20 anos com as PPPs, demonstrando como APHs

são estratégicos para garantir a sociabilidade na perspectiva das necessidades de reprodução social burguesa.

1.2. ALGUNS DESDOBRAMENTOS E CONTINUIDADES: 2025 E A CONSOLIDAÇÃO DO PBE NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ao final do ano de 2024 e início de 2025, alguns movimentos se estabeleceram no PBE. Com o afastamento do superintendente Bruno Borges Becker⁵⁰ para disputar o cargo de vereador na Eleições Municipais em outubro, Carla Cristina Britto⁵¹ assumiu a coordenação executiva do Programa e foi a representante do Município de Florianópolis no XVII Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Curitiba - PR, de 21 a 24 de maio de 2024. Na ocasião, Britto apresentou a comunicação *Programa Bairro Educador: transformar vidas* (AICE, 2024, p. 70). Já em 2025, foi exonerada do cargo pela publicação do Decreto n. 27.327, de 07 de janeiro de 2025 (Florianópolis, 2025).

Em 20 de dezembro de 2024, o 6º aditivo ao termo de colaboração n° 152/PMF/SME/2022 (Florianópolis, 2025a) foi publicado no Diário Oficial de 6 de janeiro de 2025, com a OSC Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã, que opera o PBE desde 2022 sem nova chamada pública. Para esse novo período, foram repassados R\$ 4.222.850,46 (quatro milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos), uma redução de 11,56% com relação ao último contrato, para o atendimento de 2100 matrículas, de crianças, com idade mínima de seis anos, a jovens e adultos, entre 01.01.2025 até 30.06.2025. Posteriormente, no dia 3 de julho de 2025, o 7º aditivo ao termo de colaboração n° 152/PMF/SME/2022 (Florianópolis, 2025b) foi assinado, com novo repasse de R\$1.407.616,82 (um milhão, quatrocentos e sete mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta e dois centavos) para atendimento de 01.07.2025 até 31.08.2025. A título ilustrativo para a nossa pesquisa, Santos (2023, p. 127) realizou levantamento orçamentário constatando que o gasto-aluno da RME no ensino fundamental em 2020 era de R\$14.245,00 anuais (quatorze mil, duzentos e quarenta

⁵⁰Bruno Becker ficou com a suplência na Câmara de Vereadores e em 2025 assumiu a função de secretário adjunto do continente.

⁵¹Carla Britto é professora na RME desde 1992, já ocupou os cargos de diretora de unidade educativa em NEIMs como o NEIM Raul Francisco Lisboa, o Cristo Redentor e o Hassis. É mestra em educação (2021) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (2023) na UFSC (CNPQ, 2024).

e cinco reais), ou seja, cada estudante matriculado nas escolas municipais custava para a prefeitura R\$1.187,08 mensais (mil cento e oitenta e sete reais e oito centavos). A grosso modo, para termos um parâmetro sobre os custos orçamentários dessa política educacional em relação ao investido nas escolas básicas regulares, ao todo, nos últimos 7 meses, a OSC recebeu R\$5.630.437,25 (cinco milhões, seiscentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos) para a manutenção do Programa, considerando a exigência de 2100 matrículas, cada estudante matriculado no PBE, presumindo estar em contexto de ampliação da jornada escolar⁵², acarretaria ao Município o custo de R\$335,14 mensais (trezentos e trinta e cinco reais e quatorze centavos), representando 28,23% do gasto-aluno matriculado no ensino fundamental. O aluno na escola regular representa um investimento de R\$ 296,77 (duzentos e noventa e seis reais e setenta e sete centavos) por hora, em um turno de 4h. Já no PBE são R\$ 335,14 (trezentos e trinta e cinco reais e quatorze centavos) o custo por turno de 4h.

Desde então, em 2025, a música da “dança das cadeiras” tocou mais rápido no PBE e na SME⁵³, ocorrendo uma sequência de troca de servidores e a vinculação de novas organizações privadas que se envolveram em sua suposta reestruturação na SME. No dia 28 de janeiro de 2025, Jennifer Ramos Soares, servidora pública municipal de matrícula nº 79034-6, foi contratada em caráter temporário, em cargo comissionado, para a gerência de Parcerias e Planos de Colaboração (Florianópolis, 2025c) para gestão da parceria com o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã. No dia 28 de abril de 2025, o servidor Guilherme Gevaerd Silvestrin Pontes⁵⁴, matrícula 48489-0, que ocupava novamente a função de

⁵²É preciso compreender que a concepção de educação em tempo integral e de ampliação da jornada escolar do PBE não necessariamente corresponde ao que prevê a política de educação com ampliação da jornada do PNE (2024 - 2025), que acarretaria em 7h de permanência na escola. Como o PBE está estruturado em oficinas, não é possível garantir que essa carga horária efetivamente seja cumprida. Assim, a OSC recebe R\$335,14 por matrícula, independente da quantidade de oficinas que o estudante participe.

⁵³Cabe ressaltar que, desde de janeiro de 2025, Thiago Mello Peixoto da Silveira assumiu o cargo de Secretário Municipal de Educação na gestão do agora eleito prefeito Topázio Silveira Neto. Peixoto da Silveira é formado em economia, foi deputado federal, presidiu a Comissão Especial do Fundeb no Congresso Nacional e implantou projeto de reforma educacional em Goiás, em 2011 (Florianópolis, 2025d).

⁵⁴Por proposição do parlamentar João Cobalchini (MDB), a câmara de vereadores de Florianópolis concedeu a Guilherme Gevaerd Silvestrin Pontes o troféu Governador Celso Ramos, no dia 17 de julho de 2025, como forma de agradecimento por sua trajetória, relevante contribuição à política catarinense, dedicação e profissionalismo. A aprovação ocorreu meses após a demissão de Pontes por irregularidades administrativas (Florianópolis, 2025e).

Superintendente do Bairro Educador⁵⁵, foi exonerado por irregularidades administrativas, cuja penalidade resultou em demissão, conforme Portaria nº 18/CGM/2025 (Florianópolis, 2025f). Em 27 de maio de 2025, a SME firmou contrato com 6 meses de duração, ao custo de R\$515.500,00 (quinhentos e quinze mil e quinhentos reais), com dispensa de licitação, de serviços de assessoria e consultoria da educação com o Serviço Social da Indústria - Sesi - Florianópolis, “para novo posicionamento” do Programa Bairro Educador, objetivando atender as necessidades da SME (Florianópolis, 2025g). A estrutura administrativa da Prefeitura passa, então, por mais uma alteração, transformando a Coordenação Executiva de Educação Complementar do Programa Bairro Educador em Consultoria Executiva de Educação Complementar do Programa Bairro Educador, atribuindo posse na função de consultor executivo para exercer o cargo de fiscal do contrato nº268/SME/2025 - Serviço Social da Indústria – Sesi/Florianópolis ao servidor público Felipe Augusto Teixeira⁵⁶, em 3 de junho de 2025 (Florianópolis, 2025h).

Podemos concluir que o PBE tem em seu horizonte a sua consolidação como política de Estado, compondo o movimento histórico privatista da educação pública municipal, e tem sido um negócio tão atrativo a ponto de chamar a atenção de organizações privadas conhecidas por pautarem e atuarem sobre as políticas públicas educacionais para implantarem os seus interesses e se apropriarem de parcela significativa do fundo público destinado ao financiamento da educação. Identificamos as três principais organizações privadas que têm recebido a maioria dos repasses orçamentários à manutenção do PBE: o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã, gestora e ofertante do PBE, o Sesi, que surgiu com seus serviços de consultoria para o reposicionamento do Programa, em 2024, mas que carrega consigo a possibilidade de assumir a gestão do PBE e a AICE que, anualmente, recebe repasses cujos valores ainda não estão publicamente acessíveis. É indicativo de que o PBE se constitui em uma política cujos proponentes e operadores pretendem que seja permanente ao integrar o *Programa*

⁵⁵Neste contexto, o servidor acumulava a função de superintendente do PBE e da Associação Braços Abertos-ABA, a primeira OSC responsável pela gestão do PBE e pela atual gestão da Passarela da Cidadania Nego Quirido.

⁵⁶Felipe Augusto Teixeira é professor na RME desde 1989, é formado em História pela Udesc, foi diretor de unidade educativa na rede, em 6 de janeiro de 2017 tomou posse como vereador na Câmara de Florianópolis para ocupar o mandato de Vanderlei Farias. Nas eleições de 2016, Teixeira foi candidato a vereador pelo PDT, alcançando a suplência com 2164 votos (Florianópolis, 2025i). Em 2024 candidatou-se mais uma vez a câmara, agora pelo PSD de Topázio Silveira Neto, mas com apenas 1300 votos, não conseguiu se eleger.

de Metas 2025 - 2028: compromisso com Floripa (Florianópolis, 2025j), publicado pela Prefeitura, em junho deste ano. Como parte do Eixo: Desenvolvimento Humano e Social, a meta 10, que diz respeito ao PBE, reafirma as intenções do governo municipal em:

Fortalecer a educação comunitária e a identidade cultural local por meio da ampliação do Programa Bairro Educador, incorporando atividades de arte, cultura e capacitação em economia criativa, promovendo o protagonismo territorial e preparando moradores para oportunidades no mercado de trabalho (Florianópolis, 2025j, p. 17).

O objetivo descrito no documento é de expansão dessa política educacional até 2028, especialmente na área da economia criativa (FLORIANÓPOLIS, 2025j, p.17). Ou seja, além da explicitada intenção de tornar o PBE em uma política de Estado, também está evidenciada a intenção de direcionar a formação da infância e juventude ao ideológico horizonte burguês.

CAPÍTULO 2. PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E REFERENCIAIS CONSTITUIDORES

O Programa Bairro Educador apresenta alguns pressupostos que puderam ser compreendidos quando nos dedicamos ao estudo das referências utilizadas para a sua formulação, tanto ao considerarmos as bases teóricas, como ao analisarmos políticas educacionais relacionadas, contidas em seus documentos norteadores, como experiências adequadas às finalidades educativas propostas pelo município, ao implantar o PBE na cidade de Florianópolis.

Alguns autores, conceitos teóricos, modelos educativos, metodologias, experiências educacionais e organizações privadas surgiram repetidas vezes nos documentos e textos, em alguns momentos explicitamente referenciados, em outros, em que não houve referência, foram identificados pelos pesquisadores porque tiveram contato anterior, ao longo da pesquisa, com textos e documentos primários ou quando secundários os conceitos foram corretamente atribuídos aos seus idealizadores. As concepções de educação integral, formal, não-formal e informal, educação ao longo da vida, educação integral, educação em tempo integral, Cidades Educadoras, cidadania, Trilhas Educativas, Tecnologia Social e pedagogia por projetos se revelaram em sua essencialidade ao nos debruçarmos nas escolhas feitas pela equipe responsável pela produção da documentação regulamentadora, possibilitando-nos identificar entrelaçamentos políticos e ideológicos desde suas origens, além de estarem impregnados dos interesses burgueses disfarçados em discursos universalistas sobre cidades que educam a classe trabalhadora para a cidadania.

Inicialmente, apresentaremos a publicação que se tornou referência para o movimento das cidades educadoras, independente de qual organização a qual se vincula. Referenciado em inúmeros textos, *O Relatório Faure*, coordenado por Edgar Faure para a Unesco, intitulado *Aprender a ser* (Faure, 1977), nomeado como um trabalho coletivo, foi escrito no contexto da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, organizada pela Unesco, composto por Edgar Faure (presidente) ex-presidente do conselho e ex-ministro da Educação Nacional, na França; Felipe Herrera, professor da Universidade do Chile, ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento; Abdul-Razzak Kaddoura, professor de física nuclear na Universidade de Damasco; Henri Lopes, Ministro dos Negócios

Estrangeiros, ex-ministro da Educação Nacional, em Congo-Brazzaville; Arthur V. Pétrovski, professor, membro da Academia das Ciências Pedagógicas da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); Majid Rahnema, ex-ministro do Ensino Superior e das Ciências, no Irã; e Frederick Champion Ward, conselheiro para a Educação Internacional na Fundação Ford. Deste documento, originaram-se as compreensões “educação ao longo da vida”, “cidade educativa” e “educação escolar e não escolar”, concepções que reverberam até a atualidade.

O texto tinha a função de apresentar um panorama da realidade educacional, o desenvolvimento tecnológico e científico mundial, considerando as especificidades das nações “desenvolvidas”, que compunham o bloco dos “países de primeiro mundo” e das nações “em desenvolvimento” pertencentes ao bloco de “países de terceiro mundo” (Faure, 1977). Logo nas primeiras páginas são abordadas as questões sobre a instituição escolar e a cidade educativa. Faure indica que há um grupo de intelectuais que acreditam que seria imprescindível a eliminação da escola da estrutura social, entretanto, o autor demonstra desacordo com esse entendimento, afirmando que a incorporação à escola de uma educação extra-escolar seria uma alternativa mais adequada às demandas mundiais.

Certamente que, segundo os países, há gêneros de escolas e de formas de ensino que reclamam sérias críticas, e inúmeros aspectos do ensino escolar têm de ser integralmente reconsiderados e reformados. Contudo, a renúncia à escola, como elemento essencial, ainda que não exclusivo, da educação comprometeria a luta empreendida para fazer ascender milhões de seres humanos ao nível de educação que permite assimilar o conhecimento como um sistema (Faure, 1977, p. 33).

Deste modo, Faure, em nome da comissão, assume uma postura supostamente “dialética” entre aqueles que estão presos à forma tradicional da instituição escolar e aqueles que defendem uma ação mais radical. Indicando-nos como saída alternativa mudanças no modelo de educação e em suas finalidades educativas, por uma educação que se estende ao longo da vida, articulada à educação que ocorra em outros espaços, para além da instituição escolar, conforme trecho destacado: *“E porque assim é, a Comissão dedicou todo o interesse a duas noções fundamentais: a educação permanente e a cidade educativa”* (Faure, 1977, p.33). Assim, referenciada a origem dos conceitos centrais das formulações, daremos início às análises das publicações citadas nos documentos norteadores do PBE.

Moacir Gadotti⁵⁷ (2005 e 2006) posiciona-se e é posicionado nos documentos analisados como interlocutor da caracterização de educação formal, não-formal e informal e das ideias de Paulo Freire e John Dewey, entrelaçando a esses três conceitos a formulação freiriana de cidade que educa para a cidadania e a pedagogia por projetos do teórico estadunidense, segundo ele, incorporado pelo brasileiro em suas obras ao retornar do período em que permaneceu nos Estados Unidos da América (EUA), na Universidade de Columbia. Há, ainda, nessa profusão de conceitos, a defesa das Cidades Educadoras, da AICE e o seu modelo de cidadania, e a aprendizagem ao longo da vida (Unesco), com aproximações teóricas das formulações freirianas. Em *A escola na cidade que educa*, Gadotti afirma que a primeira cidade brasileira a integrar e inaugurar no Brasil o Movimento das Cidades Educadoras foi Porto Alegre, em 2001, durante a gestão de Tarso Genro⁵⁸, filiado ao PT. Segundo ele, apropriando-se da construção freiriana e da AICE,

Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa quando, além de suas funções tradicionais — econômica, social, política e de prestação de serviços — exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora, ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos — crianças, jovens, adultos, idosos — na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora: “enquanto educadora, a Cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exerçamos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos” (2006, p. 134, apud Freire, 1993, p. 23).

O autor define a educação como um direito humano fundamental, garantido por um conjunto de legislações nacionais e acordos internacionais, direito que historicamente constituiu-se como educação regular/formal, não-formal e informal, tendo a não-formal sido entendida em oposição à formal, por seu caráter desregulamentado. Para ele:

⁵⁷Moacir Gadotti é professor titular aposentado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e presidente de honra do Instituto Paulo Freire. Autor de diversas obras, dentre elas *História das Ideias Pedagógicas* (1993) e *Escola Cidadã* (1992). Parece-nos um intelectual orgânico ao incorporar aos seus textos de maneira recorrente as ideias contidas nas publicações da AICE e ao citá-las diretamente como formuladoras da compreensão de cidade educadora, contida em inúmeras políticas públicas educacionais brasileiras.

⁵⁸Tarso Fernando Herz Genro deixou a prefeitura em 2002 para concorrer ao cargo de governador do estado do Rio Grande do Sul, sendo derrotado, em segundo turno, por Germano Rigotto do PMDB. Após a derrota, foi convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ocupar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, até 2004, para, posteriormente, substituir Cristovam Buarque, filiado ao partido Cidadania, no Ministério da Educação.

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem (Gadotti, 2005, p. 3).

Gadotti estabelece leves críticas ao rebaixamento que vem ocorrendo, nas últimas décadas, no contexto brasileiro, da educação como direito à educação na condição de serviço, processo resultante da mercantilização da educação, justificado pelos governos em virtude do alto custo ao Estado que implica a oferta de educação pública, segundo o autor (Gadotti, 2005). Ambos os textos analisados (Gadotti, 2005 e 2006) nos possibilitaram traçar os caminhos teórico e político que resultaram na defesa da educação não-formal como alternativa viável e complementar à educação formal, sendo essa alternativa algo inerente à educação integral e em tempo integral, ao se compreender que a cidade serve às populações como espaço educativo para a vida e para a cidadania. Entretanto, não nos é apresentado um modelo de cidade educadora despretensioso, mas aquele idealizado pela AICE. Segundo o autor, trata-se da “cidade, como espaço de cultura, educando a escola e todos os seus espaços e a escola, como palco do espetáculo da vida, educando a cidade numa troca de saberes e de competências” (Gadotti, 2005, p. 8) e reivindica explicitamente tal compreensão à AICE ao afirmar que:

A julgar pelos que defendem o conceito e a prática da “cidade educadora”, a resposta é sim. Esse conceito consolidou-se no início da década de 90, em Barcelona, na Espanha, onde se realizou o primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Esse Congresso aprovou uma Carta de princípios básicos que caracterizam uma cidade que educa (Gadotti, 2005, p. 8).

Aqui tratamos da cidade educadora vinculada a seu APH formulador, a AICE, com o entendimento de que essa educação integral e não-formal não é uma concepção desenvolvida descolada da realidade histórica e objetiva. Sua formulação, nos textos do teórico, evidencia o compromisso com grupos privados específicos que emergem das determinações econômicas e produtivas do capital. Diz respeito a um modelo de educação com vistas à oferta por organizações privadas e que ocorra ao longo da vida (Unesco), para tanto, ela precisa e deve ocorrer além do espaço institucional escolar, porque a escola regular é rígida,

inflexível e pouco atrativa para a sociabilidade burguesa a qual certa fração da classe trabalhadora é submetida.

A criança gosta mais de aprender na rua do que na escola. Às vezes tenho a impressão de que as crianças vão para a escola para se livrar dela. Na rua a criança pode fazer suas próprias regras. Aí ela pode exercer seu direito de sujeito normativo. Na escola as regras já vêm prontas. Ela tem que obedecer e não criar regras. A criança faz espontaneamente a relação entre o formal e o não-formal (Gadotti, 2005, p. 8).

No entanto, segundo Gadotti, há solução para essa incompatibilidade natural entre o indivíduo e a escola, basta estender-se a espaços que acolham a composição orgânica humana, e que, ao mesmo tempo, contribua para os preceitos contemporâneos da educação formal de formação para a cidadania, verter-se em “Escola Cidadã”. Assim, compreende-se que “A escola precisa de regras claras, mas pode abrir-se mais para a cidade, aprender na cidade, da cidade.” (Gadotti, 2005, p. 8).

Nesse sentido Escola Cidadã, em maior ou menor grau, supõe a existência de uma Cidade Educadora. Essa apropriação se dá através de mecanismos criados pela própria escola, como o Colegiado escolar, a Constituinte Escolar, plenárias pedagógicas e outros. Esse ato de sujeito da própria cidade leva para dentro da escola os interesses e necessidades da população. Esse é o “cenário” da cidade que educa no qual as práticas escolares possibilitam qualificar tanto a leitura da palavra escrita como a “leitura do mundo” (Paulo Freire). A cidade que educa não fica no imediato, mas aponta para uma compreensão mais analítica e reflexiva tanto dos problemas do cotidiano quanto dos desafios do mundo contemporâneo. (Gadotti, 2005, pp. 10 e 11).

Ao encontro de Gadotti, há outros interlocutores, compreendidos como intelectuais orgânicos (Gramsci, 1989), organizados em APHs, pulverizando as elaborações que resultam no modelo de educação e cidadania da AICE. Há momentos nos quais a vinculação a essa organização internacional se faz explicitamente; em outros casos, é necessário repertório e acúmulo investigativo para se perceber as origens de determinadas defesas, o que torna as orientações opacas para parte importante do público ao qual se destina. Entretanto, as documentações analisadas até aqui convergem para a concepção de que a escola pública contemporânea, ainda que seja arcaica para atender as demandas globais, a educação ambiental, a formação resiliente, bem como os preceitos de inclusão e acolhimento da diversidade dos variados grupos que a acessam objetivando o seu desenvolvimento integral, deve abrir-se e vincular-se a organizações privadas.

Isa Maria Ferreira da Rosa Guará, vice-presidente da fundação Abrinq e assessora de coordenação do Cenpec à época da publicação do artigo *É imprescindível educar integralmente*⁵⁹ (2006), sustenta que não há proposta de educação integral possível que a educação regular e formal, dentro dos limites legalmente estabelecidos, dê conta, por isso, é essencial reformular as formas de funcionamento dessas instituições. Não há somente limites estruturais e de finalidades educativas contidos na educação formal regular, por sua inflexibilidade curricular e regulação, e pelos entraves impostos pelas características docentes, não sendo possível que a formação integral do ser humano ocorra exclusivamente nesses espaços. Daí ela apresenta as alternativas viáveis para esses limites: a pedagogia por projetos que exige do professor um “estado-de-aprender”, privilegiando a imaginação e as competências em abordagens diversas, somado a implantação de espaços educativos em organizações privadas (Guara, 2006):

Nas organizações não-governamentais, o desenvolvimento de projetos é facilitado pela natureza de seu espaço sociocultural mais flexível, que oferece suporte para a mediação entre a família, a escola e a comunidade, visando ao desenvolvimento global da criança e sua interação com o meio. Se a dinâmica da socialização e os processos educacionais ocorrem em diferentes lugares, e de modos variados, a proposta de Educação Integral, como articulação de saberes a partir de projetos integradores, também aflui para a demanda de articulação das redes institucionais, que devem operar, de modo compartilhado e complementar, com os programas e as políticas dirigidas ao mesmo público de um mesmo contexto local (Guara, 2006, p.17).

Há o direcionamento intencional desse modelo de educação integral e suas finalidades educativas para a fração da classe trabalhadora mais precarizada, atendida pelas redes públicas de educação, na medida em que a autora acredita que desvincular a ampliação da jornada escolar para o tempo integral, e articulá-la à assistência social e à organizações privadas, constitui uma rede de apoio para dar conta de todas as suas supostas vulnerabilidades, sendo a educação integral parte das respostas a essas vulnerabilidades.

Por isso, a educação integral precisa ser conjugada com a proteção social, o que supõe pensar em políticas concertadas que considerem, além da educação, outras demandas dos sujeitos, sendo, a mais básica, a de uma sobrevivência digna e segura (Guara, 2006, p. 20).

⁵⁹O artigo foi publicado no *Cadernos CENPEC: educação integral* (2006), publicação referência para a implantação do Programa Mais Educação, como citado anteriormente.

Guara (2006) atribui qualidade e legitimação à atuação articulada com as organizações privadas, mesmo apontando para fragilidades e a dificuldade em manter a oferta regular das atividades e por encontrar resistência entre alguns setores do campo da educação por seu caráter assistencialista. Entretanto, para a autora, essas características têm sido superadas nos últimos anos pelo crescente processo de profissionalização e por suas capacidades de estabelecerem conexões entre aquilo que é proposto como educação não-formal e os conteúdos curriculares da educação formal articulados na vida cotidiana e prática.

Com sua diversidade e sua capacidade de oferecer respostas criativas em muitas áreas, é razoável acreditar que essas organizações e a escola possam realizar diversos arranjos na viabilização da educação integral (Guara, 2006, p.23).

Jaqueline Moll, Marcio Tascheto da Silva⁶⁰ e Elcio Corá, publicaram em 2022, pela revista eletrônica Vagalumear, vinculada à Universidade Estadual do Amazonas (UEA), o artigo *Cidades Educadoras: o desafio da construção de outro paradigma pedagógico e de gestão em tempos distópicos*, no qual os autores iniciam o texto apresentando uma concepção fundante do conceito de cidades educadoras e uma compreensão de direito à cidade. Henri Lefebvre, filósofo marxista francês, na obra *Direito à Cidade* (2016), descreve analiticamente a formação da cidade urbana que se constituiu para a vida produtiva, após a revolução industrial. Em sua discussão sobre o direito à cidade, propõe que as cidades devem se constituir pela e para a classe operária.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser reformulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. (...) O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utiliza os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar agente, o portador ou o suporte social dessa realização (Lefebvre, 2016, pp. 127 e 128).

⁶⁰Marcio Tascheto da Silva é professor assistente I do curso de pedagogia da Universidade de Passo Fundo (UPF), atuou como consultor da Unesco (2009), da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) (2010), como consultor no MEC, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Secad/MEC (2009-2010). É membro do Movimento Brasileiro de Cidades Educadoras/SP, coordenador do Programa UniverCidade Educadora UPF e compõe o Conselho Consultivo do programa Educação e Território da Associação Cidade Escola Aprendiz. Segundo ele, a Cidade Educadora é “radicalmente democrática” e atribui às universidades a função de difusora e consolidadora da compreensão do conceito “territórios educativos” (2024). Participou, em 2023, da apresentação da Cátedra Unesco - A Cidade que Educa e Transforma, em Brasília (DF).

A concepção “Le droit à la ville” ou o direito à cidade de Lefebvre (2016) é sequestrada para o fortalecimento do presumido caráter democratizante proposto como modelo de cidade educadora, um modelo, segundo Moll, Silva e Corá (2022), que é promotor dos direitos fundamentais e do acesso à cultura de suas populações. Já alinhados às formulações burguesas e às demandas produtivas do capital, utilizam o Relatório Faure, *Aprender a ser* (Unesco, 1977), documento citado anteriormente, - que inaugurou o conceito de “cidade educativa” e de “educação ao longo da vida”, princípios fundantes e já consolidados no modelo de educação e cidadania elaborado pela AICE ⁶¹.

Os autores do artigo analisado afirmam que o debate acerca das cidades educadoras passou por três movimentos históricos, no Brasil, iniciado pelo processo de redemocratização, durante os anos 1980, posterior à ditadura empresarial-militar e às novas formulações educacionais. O segundo ciclo é caracterizado por um período de resistências e ataques aos direitos sociais conquistados e à democracia⁶². E o ciclo mais recente inaugurado pelo Programa Mais Educação, que fomenta e retoma as discussões sobre educação integral e “a ideia-força” das Cidades Educadoras (Moll, Silva e Corá, 2022).

O direito à cidade educadora, utopia concreta que volta à cena nas cidades brasileiras neste terceiro ciclo, parece atualizar esse desejo alimentado por inúmeras experiências passadas que não perderam sua memória de futuro. No entanto, para que não seja uma pálida sombra do real e fuja dos slogans frugais de um presente sem espessura, a prática de uma cidade educadora em terreno sombrio, só será possível se assumir sua radical posição de resistência a produção capitalista do espaço e da vida. Desta forma, a noção de espaço remete a uma relação singular no mundo, à dimensão existencial de um lugar habitado. Isso permite “descrever a cidade como um lugar a ser apropriado pelo uso” (Moll, Silva e Corá, 2022, p. 3, apud Certeau, 1984, p. 117).

No trecho destacado, exprime-se uma visão reformista e conciliadora de classes sociais sobre o direito à cidade, pois não há radicalidade quando a proposta se dá pela via da apropriação de um modelo de cidade formado para a sociabilidade e para a vida produtiva capitalista. Não basta apropriar-se dos espaços que a integram. Para Lefebvre (2016) a cidade capitalista industrializada se ergueu de

⁶¹É importante ressaltar que o Relatório Faure, *Aprender a Ser*, é citado de forma recorrente em diversos textos analisados para a pesquisa, demonstrando ser o marco inicial das transformações propostas e promovidas pelos APHs das cidades educadoras.

⁶²Os autores não demarcaram em que período os ataques aos direitos sociais e à democracia ocorreram.

maneiras distintas: a cidade operária, organizada em torno da fábrica, e a cidade para o consumo, aquela onde se consome a cultura, o lazer e a natureza. De todo modo, somente vivencia diariamente as mazelas dessa estruturação a classe trabalhadora, que sofre todos os dias com a mobilidade urbana produzida para o capital, que submete uma fração da classe ao transporte coletivo precarizado e escasso, enquanto outra fração com mais poder de endividamento se espreme em filas longas em ruas esburacadas no fluxo de carros particulares. Ainda assim, elas experimentam e se apropriam da cidade, só não a consomem, ou o que consomem é destinado à classe trabalhadora, dos cinemas, aos espetáculos de teatro e música erudita, aos bailes funk no alto dos morros. Enquanto a burguesia, sobrevoa a cidade com seus helicópteros e transita, durante o verão, em seus iates e jet skis, conforme discorreu o filósofo francês:

Aqui ainda, como há um século, ela nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela. Como há um século, ainda que em novas condições, ela reúne os interesses (aqueles que superam o imediato e o superficial) de toda a sociedade, e inicialmente de todos aqueles que habitam. Os moradores do Olimpo e a nova aristocracia burguesa (quem o ignora?) não habitam mais. Andam de palácio em palácio, ou de castelo em castelo; comandam uma armada ou um país de dentro de um iate; estão em toda parte e em parte alguma. Daí provém a causa da fascinação que exercem sobre as pessoas mergulhadas no cotidiano; eles transcendem a cotidianidade; possuem a natureza e deixam os esbirros fabricar a cultura. Será indispensável descrever longamente, ao lado da condição dos jovens e da juventude, dos estudantes e dos intelectuais, dos exércitos de trabalhadores com ou sem colarinho e gravata, dos interioranos, dos colonizados e semi colonizados de toda espécie, de todos aqueles que sofrem a ação de uma cotidianidade bem ordenada... Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação mais próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retornar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. O quadro dessa miséria generalizada não poderia deixar de se fazer acompanhar pelo quadro das “satisfações” que a dissimulam e que se tornam os meios de eludi-la e de evadir-se dela. (Lefebvre, 2016, p. 128).

No artigo *A cidade e os seus caminhos educativos: escola, rua e itinerários juvenis* (2008), publicado em *Educação e Vida Urbana: 20 anos de Cidades Educadoras*, por ocasião do X Congresso da Associação Internacional das Cidades Educadoras, Jaqueline Moll assume a defesa de que a rua não deveria ser considerada como espaço de aprendizagem para as pessoas “sem casa”, “sem família” e “sem escola”, porque isso implicaria em dois processos: a romantização da rua como lugar de liberdade plena e em contraposição, objetivamente, a rua

representaria violência, insegurança e guetização de grupos e indivíduos. Entretanto, argumenta que conforme se assume a rua como espaço de formação educativa intencional, identitária e coletiva, acaba por potencializar como território político e cultural, por grupos que a habitam e exploram de maneira pedagógica. A reflexão proposta pela autora caminha em favor de espaços de formação suplementares à escola e à educação formal. Em certo ponto, recua nesta defesa para, posteriormente, avançar e revelar seus propósitos. Moll afirma que não anseia pela “desescolarização” da educação, tampouco invalida as aprendizagens escolares, porém, vê a concepção das cidades educadoras e o seu modelo metodológico como oportunidade de adequar a forma escolar às determinações do tempo presente, que exigem novas abordagens e espaços educativos. Segundo a autora,

O conjunto de práticas educativas realizadas no âmbito da escola vive o impacto destas perplexidades e instabilidades, tanto no relacionamento com as novas gerações, quanto no campo dos novos saberes produzidos. A responsabilidade com o futuro, impõe-nos como tarefa fundamental compreender o que está acontecendo para construir novos olhares sobre os tensionamentos, desafios e limites de nossas práticas e sobre o desenho de outras possibilidades para a vida na escola, na comunidade e na cidade (Moll, 2008, p. 221).

No artigo *Cidades que educam e se educam: reconstruindo o olhar sobre a educação a partir dos territórios e das pessoas*, publicado pela Revista Retratos da Escola, em 2022, por Jaqueline Moll, Renata Gerhardt de Barcelos e Thiago Dutra, os autores afirmam que as Cidades Educadoras europeias são para as populações da América do Sul pontos de partida para avançarmos como cidades que educam “à luz de contornos decoloniais e latino-americanos, tendo como horizonte a educação como um campo que permite recriar constantemente nossa forma de entender e estar no mundo” (Moll, 2008 , p. 3).

Analizamos esse conjunto de publicações produzidas pela Associação Cidade Escola Aprendiz, tomadas como referência pelos constituintes do PBE em Florianópolis. Em sua maioria, conforme demonstrado ao longo texto, tratam-se de manuais que apresentam instruções e recomendações para a implantação de seus princípios metodológicos. Em *Bairro - Escola: uma nova geografia de aprendizado, a tecnologia da Cidade Escola Aprendiz para integrar escola e comunidade*⁶³, em

⁶³A “tecnologia social” formulada pela Associação Cidade Escola Aprendiz referenciou o manual Bairro-Escola do Programa Mais Educação.

2005, com autoria atribuída a Barnabé Medeiros Filho⁶⁴ e Mônica Beatriz Galiano⁶⁵, a publicação recebeu apoio da Fundação Abrinq, UNICEF, Fundação Educar D’Paschoal e Associação Cidade Escola Aprendiz – na época da publicação Miguel Pereira Neto⁶⁶ ocupava o cargo de presidente do APH. Desde a contracapa, a publicação apresenta a seus possíveis leitores a que veio:

É consenso que a escola sozinha não pode suprir as exigências da nova sociedade de conhecimento. A melhor maneira de enfrentar este imenso desafio é mobilizar os potenciais educativos de cada comunidade, na perspectiva de fazer com que ensino e aprendizagem passem a ser parte integrante de todas as atividades humanas (Medeiros Filho e Galiano, p. 11, 2005).

E seguem afirmando que “O ato de educar é complexo demais – e cada vez mais complexo – para ficar confinado nas fronteiras da escola.” (Medeiros Filho e Galiano, p. 20, 2005). A frase foi atribuída ao jornalista Gilberto Dimenstein como forma de aproximar à realidade brasileira ao que Cesar Coll⁶⁷ e Rosa Maria Torres⁶⁸ definiram como “Comunidades de Aprendizagem”, em que educar passa a ser responsabilidade e tarefa de todos. Para tanto, a educação deverá estar inserida em “planos educativos territorializados formulados para determinado território” utilizando como metodologia as “trilhas educativas”, deste modo, todos se tornam educadores, a educação passa a ser ofertada por diversas organizações privadas, em locais inseridos na comunidade, eliminando os limites entre educação formal e não-formal, segundo Medeiros Filho e Galiano (2005, p. 20).

Em *Aprendiz: 20 anos de história e reinvenção* (Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017), um compilado de artigos sobre a trajetória da Associação Cidade Escola Aprendiz, escritos por pessoas vinculadas ou que estiveram vinculadas à ela.

⁶⁴É jornalista, atuou no jornal *Folha de S. Paulo* e Editora Abril. Militante e preso político durante a ditadura empresarial-militar.

⁶⁵Não foram encontradas informações públicas sobre a biografia de Mônica Beatriz Galiano.

⁶⁶Consta em seu perfil de LinkedIn sua extensa experiência em Direito Empresarial e Processo Civil. O advogado afirma que tem dedicado sua carreira à advocacia empresarial e à consultoria jurídica (Neto, 2025). No prefácio do documento citado, escreveu que após oito anos de pesquisa e “experimentações” com a parceria entre a Escola Cidade Aprendiz e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a proposta do “Bairro-Escola” passou a ser “disseminada” em programas de formação de diretores e de professores das redes municipais e estadual do estado de São Paulo (Aprendiz, 2005).

⁶⁷Cesar Coll é professor de psicologia Evolutiva e Educação na Faculdade de Psicologia, Universidade de Barcelona. Atuou como um dos principais formuladores dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997), no Brasil (UPF, 2013).

⁶⁸Rosa Maria Torres atuou como diretora pedagógica da Campanha Nacional pelo Letramento “Monseñor Leonidas Proaño”, entre os anos de 1988 e 2000, e Ministra da Educação e Cultura em 2003, no Equador. Em Nova York, trabalhou como assessora educacional sênior e editora da publicação *Education News* da Unicef de 1991 até 1996 (Vecam, 2014).

Selecionamos dois textos que apresentam compreensões relevantes para a análise do PBE, para o desenho das ramificações e delimitação do alcance dos APHs e dos intelectuais orgânicos na condução das políticas públicas educacionais destinadas à educação integral com ampliação da jornada escolar, nas quais o campo empírico pesquisado se entrelaça, sobretudo com o conceito das cidades educadoras. Helena Singer conta um pouco da história da Associação Cidade Escola Aprendiz e da tecnologia social Bairro-Escola em *Bairro-Escola e Territórios Educativos*, em 1999, no qual a autora descreve que conheceu a organização quando realizava um levantamento das iniciativas privadas em educação mais inovadoras do país. Segundo o seu relato, apesar de o projeto ter somente dois anos, tendo como eixo norteador uma concepção de cidadania, concebiam-se como inovador por atuar em uma estrutura composta por diversos parceiros, instalada em galpões, no bairro Vila Madalena/SP, com projetos que se estendiam para as ruas da cidade paulistana, utilizando a metodologia de projetos promovidos e elaborados por uma equipe formada por profissionais e voluntários da área da arquitetura, saúde, comunicação, arte e ciências humanas. Tinha como principal proposta adentrar as escolas e modificá-las internamente, algo que ela mesma não acreditava ser possível. Entretanto, oito anos após o seu primeiro contato, foi convidada a fazer parte da equipe da Associação Cidade Escola Aprendiz. O que nos despertou a atenção em sua escrita foram sinais da defesa da necessidade de se refundar e refuncionalizar a escola⁶⁹, tendo como modelo a concepção de cidades educadoras e suas trilhas educativas, um: “sistema de corresponsabilidade entre escolas, famílias e comunidades com foco na garantia de condições para o desenvolvimento das pessoas, especialmente as crianças e os jovens” (Singer, 2017, pp. 49 e 50).

No texto *Sonhar uma Cidade Educadora*, a autora Raiana Ribeiro⁷⁰, à época da publicação gestora do Programa Cidades Educadoras da Associação Cidade Escola Aprendiz, fortalece o discurso da refuncionalização da escola:

⁶⁹Sobre o processo de refuncionalização da escola, cabe uma análise mais aprofundada, mas que não é o objetivo da presente dissertação.

⁷⁰Raiana Ribeiro é jornalista formada pela PUC de São Paulo, é diretora de programas na Associação Cidade Escola Aprendiz responsável por Programas Centro de Referências em Educação Integral, Educação e Território e Proteção Integral. Segundo o seu perfil no LinkedIn, “Tais programas atuam nacionalmente no apoio à formulação e a implementação de projetos e políticas públicas de Educação Integral, Territórios Educativos”, principalmente ações destinadas ao combate da exclusão escolar, do trabalho infantil e da “pobreza multidimensional” (LinkedIn, 2025).

Inspirados pelo movimento que busca refundar a escola brasileira compreendemos que o novo paradigma da educação exige de nós um outro projeto de cidade - uma Cidade Educadora. Alçando-nos a voos ainda maiores, assumimos a tarefa de fortalecer essa agenda no Brasil, fomentando que o potencial educativo dos territórios seja ativado e colocado a serviço do desenvolvimento integral de seus habitantes (Ribeiro, 2017, p. 84).

Atribuiu-se à Associação Cidade Escola Aprendiz a responsabilidade de disseminá-las e consensua-las como alternativa viável para o campo da educação. Identificamos o artigo *Educação integral e cidades educadoras: perspectivas para um Brasil justo*, das autoras Natacha Costa e Cleuza Repulho⁷¹, o qual nos apresenta a contradição contida nessa organização privada, ao considerarmos que à medida que realiza a defesa da garantia de acesso aos direitos sociais, exerce poder como formuladora e implementadora de políticas educacionais que tem como princípio a apropriação desses direitos fundamentais por organizações privadas, rebaixando aquilo que se configurava em *status* de direito social, como a educação, em mero serviço social. O discurso contido no fragmento abaixo expõe a defesa daquilo que deveria ser indefensável por uma OSC:

É assim que, surpreendentemente para quem viveu os últimos quase 30 anos de intensos debates, avanços, iniciativas e formulação de políticas e práticas afirmativas concretas, se coloca como perspectiva o que desde sempre se colocou como urgente no país: é preciso lutar com firmeza pela ideia de que os direitos fundamentais são inegociáveis. A sociedade civil organizada brasileira, que teve um papel tão fundamental nas conquistas das últimas décadas, tem hoje seu papel reforçado (Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017, p. 103).

Ocorre ainda a defesa profícua da participação primordial da sociedade civil organizada na figura de instituições privadas, atuantes como intelectuais orgânicos da burguesia, financiadas por grandes grupos empresariais, como negociadoras e articuladoras de políticas educacionais, independente dos compromissos históricos

⁷¹Cleuza Repulho é mestra em educação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, professora da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, atuou como secretária de educação nos municípios de Santo André e em São Bernardo do Campo, em São Paulo, presidente da UNDIME, consultora UNESCO, diretora de políticas educacionais do MEC em 2008, membro da Comissão de discussão e aprovação do Fundeb, conselheira do Instituto Natura (2017-2019), Centro de Referências em Educação Integral, Nova Escola, Comunidade Educativa Cedac, Instituto Rodrigo Mendes, membro do *Women's Leadership*, na Universidade de Columbia (EUA) e do Cenpec, conselheira da Lego Educação do Brasil. No Centro Lemann, auxiliou na elaboração e implantação da plataforma Conviva. Como consultora sênior, trabalhou na Fundação Lemann (2015-2021), na Associação Cidade Escola Aprendiz, e no Instituto Natura (2015-2028). Atua nas Comissões Intergovernamental do Fundeb, no Conselho Consultivo do INEP, no Comitê de Governança do Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente do Inep, no Comitê do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar, no Comitê Gestor do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (2011- 2025) (Lattes, 2025).

assumidos por esses governos, é imprescindível se relacionar com os atuais representantes, de Fernando Henrique Cardoso, a Luiz Inácio Lula da Silva, de Dilma Rousseff, a Michel Temer e, porque não, até mesmo com Jair Messias Bolsonaro. Afinal,

A sociedade civil organizada e movimentos sociais devem ser reconhecidos e fortalecidos em função do papel fundamental que desempenham na garantia da perenidade destas agendas. Governos vêm e vão. A sociedade permanece. E seu engajamento nos rumos do país define a possibilidade de uma democracia real acontecer (Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017, p. 103).

Demonstra-se no texto a movimentação em torno do modelo de educação integral formulado pela Associação Cidade Escola Aprendiz do qual a instituição se coloca com em disputa para que esse seja o modelo comum nas redes de ensino públicas brasileiras.

É por acreditar nesses pressupostos que agendas como Educação Integral e Cidades Educadoras se convertem em pautas tão fundamentais para nós. Através delas, seguimos convictos no propósito de contribuir para fazer do Brasil um país de todos e todas. Sem exceção (Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017, p. 103).

Dedicamo-nos até aqui a analisar a bibliografia produzida pela Associação Cidade Escola Aprendiz, na qual identificamos indícios da influência da AICE nas propostas construídas pela Associação Cidade Escola Aprendiz, considerado inúmeros intelectuais que se colocam como interlocutores das Cidades Educadoras, por terem participado como interlocutores da AICE em eventos governamentais, em outros fomentados por instituições universitárias e tantos outros tendo como promotores a própria AICE. Deste modo, para demonstrarmos o entrelaçamento existente entre as diversas entidades, pessoas e governos, passaremos a referir algumas publicações preparadas pela AICE. Iniciaremos com a *Carta das Cidades Educadoras* (2020) que, para além dos princípios que determinam uma cidade educadora, fundamenta-se em compreensões que atravessam as políticas educacionais brasileiras, bem como o PBE. Em primeiro lugar, a experiência de uma educação integral que se consolida fora do espaço escolar, nos espaços públicos das cidades, em seus bairros e comunidades, tem como modelo a educação não-formal, efetivada pelas parcerias com outras organizações e a compreensão de

educação ao longo da vida. Conforme destacamos no trecho a seguir, idealiza-se que:

A educação começa na infância, mas nunca termina e jamais se reduz à formação laboral ou profissional. Uma educação ao longo da vida que tenta mobilizar as consciências para conciliar a liberdade com a responsabilidade, despertando o sentido da interdependência entre as pessoas e a natureza como forma de habitar a cidade e o planeta; fomentando a reflexão e o pensamento crítico, a capacidade de compreender problemas complexos; incentivando a participação corresponsável na formulação e desenvolvimento de políticas; imaginando e promovendo modos de vida que não impliquem a destruição do território (AICE, 2020, p.5).

Há ainda a intenção de instaurar consenso sobre um modelo de cidadania e de sociabilidade pertencentes às cidades educadoras:

A Cidade Educadora deve oferecer a toda a população formação em valores e práticas de cidadania democrática que promovam o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade, o interesse pelo que é público e o comprometimento com o bem comum (AICE, 2020, p. 26).

Ressaltamos que tal modelo de cidadania, apresentado como aquele que é globalizado, deverá incutir em seus cidadãos a noção de que as individualidades, as subjetividades, a diversidade e a vida plural não deverão ir de encontro ou gerar tensionamentos acerca do projeto ideal da cidade. Destacamos abaixo 20 princípios estabelecidos pela instituição, descritos na Carta das Cidades Educadoras, e que são determinantes e constituintes das cidades educadoras (AICE, 2020):

Educação inclusiva ao longo da vida;
Política educativa ampla;
Diversidade e não discriminação;
Acesso à cultura;
Diálogo intergeracional;
Conhecimento do território;
Acesso à informação;
Governança e participação dos cidadãos;
Acompanhamento e melhoria contínua;
Identidade da cidade;
Espaço público habitável;
Adequação dos equipamentos e serviços municipais;
Sustentabilidade;
Promoção da saúde;
Formação de agentes educativos;
Orientação e inserção laboral inclusiva;
Inclusão e coesão social;
Corresponsabilidade contra as desigualdades;
Promoção do associativismo e do voluntariado;
Educação para uma cidadania democrática e global.

Os critérios exigidos são assumidos de modo essencial para qualquer comunidade que deseja avançar em sua organização social, com vistas a possibilitar vida digna para todas as pessoas, objetivamente, evidencia-se que o modelo é arranjado para os contextos de vida das populações pauperizadas. São colocados como primordiais, entretanto acabam por manifestar incertezas com relação à forma de efetivação desses princípios e qual o rigor utilizado pela AICE ao fiscalizá-los. É preciso considerar o aspecto da regulação do cumprimento desses princípios, porque como são colocados como condicionantes à declaração de Cidade Educadora, ao conveniamento do município e a justificativa dos valores repassados periodicamente à organização internacional. Além disso, ao relacionarmos os princípios às políticas educacionais atuais, percebemos que o modelo proposto se adequa às políticas privatistas da educação pública, às reformas trabalhistas que promovem o rebaixamento, desprofissionalização do trabalho docente, à perda de direitos trabalhistas e da seguridade social, bem como promoção do segregamento de frações da classe pauperizada nas periferias das cidades. Quando consideramos a realidade da cidade de Florianópolis e o contexto de implantação do PBE, por exemplo, utilizado como fator predominante para qualificar a região como Cidade Educadora e experimentamos o cotidiano da vida na capital catarinense, percebemos que há um abismo de distância entre os padrões estabelecidos pela organização internacional e o concreto.

De acordo com o princípio 11, “A cidade promoverá o convívio e a integração da comunidade no espaço público edificado e natural, evitando sempre a formação de guetos.” (AICE, 2020, p. 14). Ao analisarmos a forma de implantação do PBE, observamos que se trata de uma política educacional que acaba por favorecer e intensificar o isolamento de populações que pouco transitam na cidade e quase não se apropriam dos espaços públicos fora de suas comunidades. Com a exigência de formação de agentes educativos contida no princípio 15, no contexto do programa de Florianópolis, o princípio possibilita a contratação de trabalhadores sem os direitos que professores e professoras têm, como o pagamento do piso salarial, a aposentadoria por tempo de serviço e idade mínima específicos para a categoria, o direito à hora atividade, tempo destinado ao planejamento do trabalho docente, e, em algumas redes de ensino públicas, significa a perda do direito à licença aperfeiçoamento e ao pagamento adicional pela regência de classe. Gera, ainda, o

rebaixamento da profissão docente, considerando que não há critério formativo para se qualificar como educador, qualquer pessoa, em qualquer lugar poderia educar.

As últimas armadilhas estão nos princípios 18 e 19 com a “corresponsabilidade contra as desigualdades” e a “promoção do associativismo e do voluntariado” que abrem caminho para a informalidade condicionada ao trabalho voluntário e para a ampliação de políticas privatista da educação, ao entregar para organizações privadas com *status* de OSC sem fins lucrativos parte do fundo público que deveria financiar educação pública, com oferta pública.

O *Guia metodológico: da leitura da Carta à consolidação de uma Cidade Educadora*, de Sheila González Motos⁷² (2021), é um manual para a introdução dos municípios como Cidade Educadora. Nele há uma proposta de organização estrutural municipal para a implementação, aquilo que consideramos como mais relevante e que não pudemos identificar em Florianópolis diz respeito ao amplo diálogo com as diversas forças políticas e grupos, incluindo outros municípios, para que a adesão à proposta elaborada pela AICE ocorresse mediante consenso.

A construção da cidade como espaço educador requer um impulso político inicial que conte com o apoio das diferentes sensibilidades políticas do município. Por essa razão o processo deve iniciar-se na base de um diálogo fértil e aberto entre o governo municipal e as restantes forças políticas, tendo em vista somar apoios para que a decisão de adoção dos princípios da Carta das Cidades Educadoras e de adesão à AICE seja aprovada por um amplo consenso (AICE, 2019, p. 10).

Há, ainda, propostas avaliativas destinadas ao acompanhamento das ações municipais, que deverão ser realizadas por um grupo de trabalho e que poderá servir como norteador. Dentre os modelos sugeridos, há um *check list* a ser aplicado em programas da sociedade civil, como forma de mapear as áreas ainda deficitárias da região e questionários prontos para a aplicação, com o intuito de realizar diagnóstico da realidade local. Coincidência ou não, assim como a Associação Cidade Escola Aprendiz, a AICE publicou uma coletânea de artigos em celebração aos seus vinte anos de existência, originário do X Congresso da Associação de Cidades Educadoras, realizado na cidade de São Paulo, em 2008. Com título *Educação e Vida Urbana: 20 anos de Cidades Educadoras*, a publicação conta com texto de David Harvey, Zygmunt Bauman, Jaqueline Moll, entre outros, além de relatos de experiências de Cidades Educadoras de diversas partes do mundo. Seleccionamos o

⁷²Professora da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Barcelona.

texto que faz parte da introdução, escrito por Pilar Figueras Bellot⁷³, *Cidades Educadoras, uma aposta de futuro*, por compor o conjunto de referências que deu suporte teórico para os documentos norteadores do PBE. A autora relata que o primeiro congresso das cidades educadoras se centrou nas discussões a partir da infância e da juventude, o que, segundo ela, foi um erro metodológico, tendo em vista que todas as gerações deveriam ter sido consideradas nesses primeiros debates, transcendendo a educação como etapa escolar. Bellot situa a origem das primeiras formulações sobre as cidades educadoras, o *Relatório Fauré, Aprender a Ser* (1977) surge como referência, mais uma vez.

Com esta abordagem ousada e inovadora, a Câmara Municipal de Barcelona acolhia e assumia no ano de 1989 o conceito de cidade educadora e apresentava-o, simultaneamente, como o significante de uma proposta integradora da educação formal, não-formal e informal que se gera no contexto da cidade e se destina a todos os que a habitam; e também reveladora de um compromisso político, público e activo que diz respeito, não só às famílias e às escolas, mas aos municípios, às associações, às indústrias culturais, às empresas e a outras instituições e colectividades (AICE, 2008, p. 19).

A autora reforça a ideia de diálogo público para formação de consenso acerca da essencialidade de aceitação do programa das Cidades Educadoras.

É necessário que os governos locais, principais promotores da adesão à Carta se empenhem na criação de um discurso político que convença os cidadãos e os representantes municipais do interesse na colaboração transversal e cruzada do maior número de pessoas e associações da cidade e, também, da totalidade dos departamentos municipais (AICE, 2008, pp. 20 e 21).

Temos percebido nas publicações analisadas que referenciam o PBE, tanto naquelas produzidas pelas organizações privadas citadas, como naquelas publicadas em outros espaços, o alinhamento dos discursos acerca das Cidades Educadoras e da tecnologia social elaborada pela Associação Cidade Escola Aprendiz. Chama-nos a atenção é que ora os documentos aparecem vinculados à AICE, ora são colocados como apenas inspirados na associação internacional. Outra particularidade pertinente, é a defesa constante de políticas privatistas da

⁷³Formada em música e em psicologia, Pilar Figueras Bellot é professora titular na Universidade Autónoma de Barcelona, ocupou cargos públicos na região, todos na área de educação e música. Promoveu e dirigiu o primeiro congresso Internacional das Cidades Educadoras, ocupando o cargo de secretária geral da AICE entre 1994 e 2012.

educação, como o recorrente discurso defensor da transferência de parte das funções da escola para OSC e outras instituições da burguesia:

As Cidades Educadoras, com suas instituições de ensino formal e as suas intervenções não formais (com fins educativos fora da educação regulamentada) e informais (não intencionais ou planejadas), colaborarão entre si, bilateral ou multilateralmente, para tornar a troca de experiências uma realidade. Com espírito de cooperação, apoiarão mutuamente projetos de estudo e investimento, tanto sob a forma de cooperação direta, como em colaboração com organismos internacionais (AICE, 2020, p. 6).

Identificamos na bibliografia analisada nessa pesquisa e produzida pelos diversos APHs, OSCs e intelectuais orgânicos representantes de seus interesses os APHs apoiadores e disseminadores do modelo de educação das cidades educadoras e organizamos no quadro abaixo:

Quadro 3 - Aparelhos Privados de Hegemonia citados nas publicações analisadas, 2025

Associação Internacional de Cidades Educadoras	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - Anfope	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec	A Rede de Experiências em Comunicação, Educação e Participação - Rede CEP
Associação Cidade Escola Aprendiz	Centro de Criação de Imagem Popular - CECIP	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE
Todos Pela Educação - TPE	Cipó - Comunicação Interativa	Instituto Paulo Freire	Cidades Educadoras América Latina
Cieds Brasil	Fundação Banco do Brasil	Fundação Educar D’Paschoal	Fundação Abrinq
Rede Internacional Cidade que Educa e Transforma	Rede Brasileira de Cidades Educadoras - Rebrace		

Fonte: Elaborado pela autora com dados de 2025.

É importante destacarmos essas organizações por se vincularem ao consenso de que a escola pública e a educação formal e regular, da maneira como se institui, desde a sua composição curricular, sua estrutura, os trabalhadores que nela atuam e seus regimes jurídicos de contratação, estão obsoletas (além de ser altamente custosa para os cofres públicos) e por isso jamais poderão dar conta de

atender as demandas formativas dos estudantes, tampouco de oferecer a formação escolar redutora de desigualdades sociais, econômicas e culturais, adequada para a vida produtiva na sociedade capitalista atual. Não à toa realiza-se a defesa categórica de que a escola pública necessita vincular-se às organizações privadas e abrir mão do monopólio formativo para a vida produtiva. Há interesses econômicos e ideológicos por trás do modelo de educação compartilhada com setores privados, apresentada com uma educação (supostamente) emancipadora e crítica. Do mesmo modo, há em comum a ideia de educação que ocorre ao longo da vida, destinada a uma formação para o exercício de um tipo de cidadania, subvertendo-se o direito à cidade, em direito à Cidade Educadora. Tratamos aqui de uma educação formulada especificamente para as frações da classe trabalhadora pauperizada. O que ainda não se evidenciou é a forma de articulação entre esses APH e os motivos para não se vincularem publicamente em um grande bloco em defesa desse projeto, o que faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3. AS REFORMAS ESTRUTURAIS E ADMINISTRATIVAS NO BRASIL: o CAMINHO PARA A EXPANSÃO DA ATUAÇÃO DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Ao examinarmos os contextos sociais e econômicos em que nos encontramos, sobretudo os aspectos que descrevem a atualidade e anunciam o nosso futuro, como as possibilidades de trabalho e de moradia, o acesso à educação e à cultura, o cuidado, à saúde, aquilo que nos possibilita condições de produção da vida de maneira digna, corremos o risco de concluirmos (ou de sermos induzidos a concluir) que seguimos o curso natural da nossa existência. Certamente, corremos o risco de, em algum momento, passar despercebido ou tornar-se tarefa difícil de se perceber o amálgama político, econômico e histórico resultante da atuação de forças políticas responsáveis por (re)configurarem nossas vidas, incidindo direta ou indiretamente em nossa realidade concreta. Tratando-se do Brasil, país periférico do sistema do capital, mas com potencial econômico e produtivo que desperta interesse na expansão do controle das classes dominantes nacionais e internacionais, olhar para a nossa história, sem perceber os seus entrelaçamentos, poderá resultar em compreensões deterministas e fatalistas, em especial sobre os direitos (e a perda deles) que são fundamentais para garantia de bem-estar da classe trabalhadora.

Nesta pesquisa, referenciada nas categorias analíticas gramscianas - Estado ampliado, sociedade civil, sociedade política, hegemonia e Aparelhos Privados de Hegemonia - definimos a observação e análise teórico-metodológica dos processos históricos, econômicos e políticos, considerando também as crises do capital que afetam substancialmente os países da América Latina, resultando no avanço do modelo econômico neoliberal e que implicaram no aprofundamento do projeto capitalista dependente brasileiro, com a sequência de privatizações que transformou direitos sociais, estabelecidos com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em serviços sociais, portanto, em bens mercadejáveis (Granemann, 2007).

Consideramos especificamente a expansão da atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia (Fontes, 2018) no campo da educação, a partir das reformas estruturais do Estado implementadas ao longo da última década dos anos 1990 e aperfeiçoadas nos anos 2000 de acordo com as transformações do capital, que possibilitaram a apropriação de algumas funções da escola por Organizações

Sociais Civis e promoveram tamanho enraizamento dessas instituições nas políticas educacionais nacionais que, por vezes, as confundimos com o próprio Aparelho do Estado. De acordo com Fontes (2018), a concepção gramsciana de Estado percebe a totalidade do Estado capitalista de maneira relacional, na qual estrutura e superestrutura se imbricam organicamente, tornando necessário investigar não apenas - ou de maneira isolada - os aspectos econômicos de sua constituição, mas examinar o “domínio político e ideológico, pensados em sua correlação com as lutas de classes” (Fontes, 2018, p. 220).

Gramsci (2014, p. 28) nos permite pensar como o Estado atua para a difusão da sociabilidade capitalista e a consolidação do consenso sobre o seu modo de produção da vida como única possibilidade real, objetivando o controle da classe trabalhadora subalterna:

Na realidade, o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos da superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica.

Muito distante de ser o único agente promotor da hegemonia das classes dominantes, o Estado se estrutura como facilitador, financiador e organizador dos grupos econômicos em disputa pelo controle do Aparelho de Estado e do fundo público:

Já se põe nesse momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são

concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais' [...] (Gramsci, 2014, p.41).

Nessa concepção de Estado fica evidente que não se trata apenas de um aparelho isolado de outras esferas sociais, bem como não se trata da existência de Estados nacionais isolados um dos outros em seu funcionamento. Os Estados capitalistas assumem características próprias do modo de produção e possuem níveis diversos de articulação com os demais Estados nacionais capitalistas, criando uma ação concertada em âmbito internacional. Os Organismos Multilaterais cumprem importante papel nessa ação em âmbito mundial. Historicamente, um marco importante surge nos anos 1940, quando como consequência da reorganização das forças capitalistas decorrentes da Segunda Guerra Mundial, foram criados OM como a Unesco, o BM e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para atuarem como formuladores, financiadores e apoiadores de estratégias para a reorganização, cooperação e a reconstrução dos países atingidos (Leher, 1998). A expansão e diversificação das ações desses Organismos segue durante a Guerra Fria (1947-1989), especialmente com o aprofundamento das tensões sociais nos países periféricos, sobretudo aqueles que lutavam para garantir sua descolonização, abrindo caminho para o desenvolvimento de forças confrontacionais à ordem e também daquelas comunistas. Neste contexto, os OM atuaram para a garantia de segurança do sistema capitalista e o controle das insurgências das populações.

Neste movimento destacamos apenas um aspecto importante da atuação do Banco Mundial, que naquele momento era presidido pelo antigo Secretário de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA), Robert McNamara: o BM passou a associar a educação, o combate à pobreza e a segurança do capital ao controle das populações dos países periféricos do sistema mundial do capital e começou a ampliar o financiamento e a consultoria técnica para o reformas educacionais, condicionadas aos seus critérios de formulação e implementação.

O Banco volta-se para programas que atendam diretamente as populações possivelmente sensíveis ao 'comunismo', por meio de escolas técnicas, programas de saúde e controle da natalidade, ao mesmo tempo em que promove mudanças estruturais na economia desses países, como a transposição da "revolução verde" para o chamado Terceiro Mundo (Leher, 1999, p. 22).

Ao constituir o seu projeto de combate à pobreza, voltado para submissão da classe trabalhadora ao projeto hegemônico das classes dominantes, o Banco Mundial consolidou a compreensão de que a pobreza seria resultado da falta de produtividade das populações dos países periféricos, desconsiderando suas determinações históricas. E associou a ideia de que a segurança dos países e de suas relações internas e externas dependeria do desenvolvimento econômico, integrando políticas e diretrizes para a educação como políticas de segurança. Nosso destaque deste aspecto decorre do fato do Programa Bairro Educador ser direcionado exatamente para as parcelas da população e as regiões da cidade qualificadas como de risco, associadas à pobreza e à falta de segurança, retomando e reforçando o ideário bancomundilista.

Acompanhando o processo de abertura democrática após os anos da ditadura civil-militar brasileira, o BM, assim como outras organizações internacionais, atuou na formulação da reestruturação do Estado brasileiro, articulados à burguesia, intencionando torná-lo mais eficiente aos olhos do capital.

A proposta de reforma do estado, principal bandeira e veículo fundamental para a transformação social almejada pelas classes burguesas, pautou as lutas, e sua expansão exigia não apenas a extensão dos aparelhos burgueses. No mesmo sentido, as tensões interburguesas também adquiriam cada vez mais musculatura. O estado, por sua vez, amplia-se a partir dos sustentáculos da sociedade civil que buscam capturar ou executar suas funções, abrigando cada vez mais tensões, configurando-se para contê-las no processo de construção de uma efetiva hegemonia burguesa (Casimiro, 2018, p. 152).

A historiadora Virgínia Fontes nos apresentou o surgimento de formas de atuação da classe dominante a partir do Estado referenciado em um panorama histórico sobre a formação de entidades e instituições constituídas por setores da burguesia para oferecer às parcelas da classe trabalhadora mais atingidas pela expropriação e espoliação algum alívio, oferecendo parte do excedente de suas riquezas na forma de atendimentos pontuais de algumas necessidades prementes, classificando essas atuações como filantropia e filantropia empresarial (Fontes, 2020). As entidades, fundações e instituições filantrópicas, começaram a se fortalecer e a expandir suas ações, alterando suas estruturas e objetivos no início do século XX, nos EUA, sobretudo com as fundações Carnegie e Rockefeller. No Brasil, houve a ação destas associações filantrópicas internacionais, ou seja, Aparelhos Privados de Hegemonia, mas também foram sendo criadas algumas pelas

burguesias locais. No entanto, havia a compreensão de que as pretensas boas ações filantrópicas serviam para ocultar o caráter “predatório” no modo de produção da vida que a classe dominante impunha à classe trabalhadora. Ao assumir contornos moralizantes, atribui aos acumuladores do fruto da intensa espoliação da classe trabalhadora, como merecedores do acúmulo de suas riquezas.

O senso comum absorve contraditoriamente tais práticas, pois elas sugerem que o excedente da riqueza dos excessivamente ricos poderia ser utilizado para melhorar a vida dos muito pobres ou para contribuir com a “coletividade” ou o “bem comum”. Em outros termos, a filantropia é um atributo de ricos que procuram justificar seu excesso de riqueza e legitimá-la (Fontes, 2020, p. 3).

No Brasil, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) trata a filantropia como “investimento social privado”. O GIFE foi inaugurado “como grupo informal em 1989” e, somente, a partir de 1995 tornou-se uma instituição sem fins lucrativos. Segundo o seu portal eletrônico

A organização compreende investimento social privado como o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos ou organizações sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público (GIFE, 2024).

Fontes (2020) aponta para um aspecto importante do empresariado que se coloca como investidor social, que é a captação de financiamento público para atuação nas áreas destinadas à garantia de direitos sociais. Ou seja, punção do fundo público e transformação dos direitos sociais em serviços, que ademais permitem elaborar estratégias de construção da hegemonia pela atuação ideológica e educacional contida nessas ações:

Não é a filantropia o que caracteriza o capitalismo contemporâneo e do qual o Brasil é um dos pontos de observação privilegiado. Há inúmeros estudos brasileiros sobre o avanço do capital aos recursos públicos (educação, saúde e especialmente a previdência) através de aparelhos privados de hegemonia, como “organizações sociais”. Não existe capitalismo filantrópico, como demonstra Medeiros (2013), em minuciosa análise no qual realiza a crítica ontológica do que se apresenta como eventuais surtos de altruísmo, mas cujo objetivo é sobretudo defender o capitalismo, malgrado o horror econômico e social que disseminam. Há filantropia no capitalismo - esse é um privilégio da desigualdade. Pode ser compreendido como uma espécie de elogio do vício (a produção de desigualdades) à virtude. Não existe capitalismo filantrópico (2020, p. 19).

Os campos de atuação e as intenções desses grupos privados, nacionais e internacionais, se estendem à população pela apropriação de setores estratégicos e como alternativa para o tratamento das desigualdades sociais produzidas por eles mesmos, enquanto assaltam o fundo público, elaboram e desenvolvem estratégias para a hegemonia, mantendo no horizonte de todos a sociabilidade possível para a classe trabalhadora no contexto capitalista.

A intensificação da atuação dos APHs na educação, e em outros setores essenciais para a população, principalmente com a adesão das OSCs é um fenômeno evidente do último período histórico. Crescem exponencialmente o número de fundações, instituições e organizações sociais civis sem fins lucrativos, formulando e buscando implementar um projeto educacional no Brasil que permita a apropriação do patrimônio público, incluída a educação como estratégia para expansão de seus domínios. Evangelista (2023) aponta para as transformações na organização da burguesia e a reestruturação do capital, alterações comprometidas com a “produção da própria hegemonia”, ocorridas do desgaste do regime autoritário empresarial-militar (1964-1985), e a pressão externa por alterações do regime político brasileiro, com o propósito de adequar-se ao movimento internacional de globalização econômica. A classe dominante passa a servir-se de organizações,

Constituídas como meios de “ação política”, semelhantes aparelhos concentravam “um esforço de intervenção abrangente, preparada e calculada” (ibid., p. 20 e 26) que viabilizou a saída da burguesia de seu localismo para postar-se como “uma associação para a ação, uma coletividade societária [...]”, pela qual seus interesses de classe, organizados nacionalmente, seriam apresentados como interesses universais (Evangelista, 2023, p. 169).

Com a difusão das “Pedagogia das Competências” e a “Pedagogia do Aprender a Aprender”, como parte das pedagogias hegemônicas do capital (Duarte, 2010), e com a expansão da atuação de setores da Sociedade Civil organizados em diversas formas associativas, tanto na formulação de políticas públicas para a educação, como para a sua oferta, forma sendo criadas as condições à criação de novos marcos legais que viabilizassem as mudanças pretendidas pela burguesia. Com a promulgação da Lei nº 9.790/1999, regulamentando as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), amplia-se o caminho para as parcerias público-privadas no setor da educação.

Desde as reformas estruturais e administrativas, com os ajustes mediante legislações e documentos norteadores da educação, aprofundou-se o processo de subsunção da Educação aos interesses burgueses. Com a difusão do consenso sobre a participação da “Sociedade Civil” naquilo que seria próprio do Estado, no Brasil, se buscou propagar o ideário de que as organizações associativas deveriam fazer parte da tarefa cidadã de atuar ou contribuir para a oferta da educação, tida como um serviço social mercadejável e não como um direito social. Com isso, ficaria permitido o avanço predatório, mas socialmente consensuado, no setor da educação das OSCs e das OSCIPs⁷⁴ que “converteram legalmente direitos sociais e universais em ‘serviços públicos não estatais’ e proporcionaram as condições jurídicas para a expansão de organizações sociais empresariais” (Andrade e Motta, 2020, p.8), como demonstram os dados apresentados:

A regulamentação de OS e OSCIP criou condições para o exponencial crescimento, particularmente, das organizações sociais empresariais ligadas à educação. Entre 1996 e 2005, o crescimento das organizações da sociedade civil foi de 215,1%, tendo passado de 107,3 mil para 338,2 mil em todo o Brasil (OJEDA, 2012); em 2016, esse número chegou a 820 mil (LENCIONI, 2018). Em 1996, havia um total de 49.129 empresas no mercado educacional; esse número passou para 61.430 em 2006 e, em 2016, para 101.430 – aumento de quase 50% em dez anos (IBGE, 2019) (Ibidem, p. 8).

Vemos, assim, que os APHs se inserem no aparelho do Estado aprofundando a ação do capital sobre o conjunto da sociedade. No entanto, Os APHs nos são apresentados, segundo os setores da classe dominante, como sem fins lucrativos, mas “com fins ‘sociais’” (Evangelista, 2023), comprometidos socialmente e desprovidas das contaminações políticas partidárias ou ideológicas,

⁷⁴Trataremos na pesquisa somente por Organização da Sociedade Civil em virtude da terminologia utilizada pela SME nos chamamentos públicos para a seleção das organizações privadas, assim como foram definidas em seus estatutos constitutivos. De todo modo, é importante definirmos que as mudanças em suas qualificações ocorrem de acordo com os campos de atuação e as fontes de recursos acessadas. De acordo com o portal do IPEA, “O termo ‘Organização da Sociedade Civil’ (OSC) representa apenas a forma mais recente de fazer referência àquelas entidades antes denominadas “Organizações Não Governamentais” (ONG). Essas entidades constituem atores sociais e políticos cada vez mais presentes nas democracias contemporâneas e podem ser qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde que cumpram certos requisitos estabelecidos em lei. A lei que instituiu essa titulação tinha como objetivo regulamentar o regime jurídico entre essas entidades e o poder público, com o fim de celebração de convênios. Organização Social (OS) é outra qualificação outorgada pela Administração Pública para entidades sem fins lucrativos, para que possam receber determinados benefícios do poder público (dotações orçamentárias, isenções fiscais etc.) com vistas à realização dos seus fins. Com esse título, é possível celebrar um contrato de gestão, que é um modelo de administração pública que pretende ser mais eficiente. A qualificação como OSCIP ou como OS é opcional e traz benefícios e deveres para as OSCs em geral” (Brasil, s/d).

como alternativa eficiente ao Estado para atuação em áreas destinadas à promoção de direitos sociais, como a educação.

Essas organizações são os portadores materiais da sociedade civil. Com efeito, Gramsci identifica-os como “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, porém articulados a esta, dialeticamente, no sentido da edificação da dominação. Nessa matriz, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social e que, por sua vez, ampliam o Estado (Casimiro, 2020, p. 28).

Em 2016, durante o segundo mandato da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016), o Estado brasileiro refinou a regulação das parcerias com os APHs e suas OSCs com a aprovação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) (Lei 13.019/2014, de 31 de julho de 2014) (BRASIL, 2014b) pelo decreto nº 8.726 de 27 de abril de 2016⁷⁵⁷⁶, a fim de estabelecer critérios mais abrangentes, mecanismos de regulação e acompanhamento das parcerias público-privadas firmadas entre o Estado e as OSCs. De acordo com a publicação no Portal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços, o processo de constituição do decreto se deu com ampla participação social mediante a criação de um Grupo de Trabalho, em que se realizaram encontros e oficinas para a promoção do diálogo entre governo e diversos setores da sociedade civil, além de duas consultas públicas *online* disponibilizadas para manifestações no portal “Participa BR”. Incluiu-se a esse trabalho consultivo e de fomento acerca do conteúdo e dos objetivos do decreto, o envolvimento de servidores públicos das áreas de gestão e controle, autoridades públicas, acadêmicos, advogados, promotores de justiça, membros de conselhos de políticas públicas, movimentos sociais e pessoas interessadas no tema abordado. A partir da sua aprovação “foi instituído o Conselho Nacional de Fomento e de Colaboração (Confoco), *lócus* institucional de diálogo sobre as organizações e suas relações de parceria com o Estado”, e a criação do *Mapa das Organizações da Sociedade Civil*, onde se centraliza e disponibiliza

⁷⁵Em âmbito municipal e estadual, o decreto entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017, estando facultado a ambos a elaboração de seus próprios decretos reguladores das parcerias público-privadas por intermédio de OSCs. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, nesses casos, serviria como um parâmetro. No município de Florianópolis, inicialmente, tais relações foram reguladas pelo Decreto 17.361, de 15 de março de 2017, aprovado durante a gestão do prefeito Gean Loureiro.

⁷⁶O decreto foi substituído pela Lei nº13.800 de 2019, aprovada durante a gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2023).

informações sobre as OSCs atuantes no país (Brasil, 2016). O MROSC evidencia a participação estruturante dos APHs no Estado brasileiro, que se vinculam a ele desde a apropriação de instâncias de fomento e elaboração de compreensões sobre as formas de execução das políticas públicas de Estado e suas formulações, até a própria execução dessas políticas, movimento que é avaliado como um avanço para a democracia “[...] pois passa a tratar de forma institucional as organizações da sociedade civil, como entes legítimos que se relacionam com o Estado brasileiro”,

Segundo Dilma Rousseff, as organizações da sociedade civil têm sido parceiras fundamentais do Estado na implementação de políticas em favor dos cidadãos, o que representa “um ganho inequívoco” para a população. “A democracia brasileira se fortalece quando o Estado, em todas as suas instâncias, se abre para a participação social. Dar voz aos cidadãos, acolher suas demandas, permitir-lhes participar da construção e da implementação de políticas é o resultado fundamental de um processo democrático e, portanto, é um requisito também para o nosso processo de desenvolvimento inclusivo. Nesse processo, as organizações da sociedade civil são atores, agentes decisivos. Elas são, muitas vezes, o instrumento que nós temos para chegar aos cidadãos, identificar suas demandas e construir melhores alternativas” (BRASIL, 2014c).

Evidencia-se por intermédio do discurso de Rousseff a difusão da hegemonia burguesa acerca da sua participação na estrutura estatal, com a tentativa de convencimento de que a interferência de APHs e a subsunção de políticas públicas por OSCs trata-se da expansão da participação da população na elaboração de políticas, na formulação de legislações e em suas execuções, considerando-se, assim, uma maneira de consolidação do regime democrático.

Para além dos avanços da burguesia em termos da consolidação de um marco legal que contemplasse seus interesses, consolidados pelo MROSC, é importante anotar que compreendemos ser importante atentar para as escolhas discursivas constituídas durante as gestões do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal, em razão da expectativa de que esse seria um período de avanço da classe trabalhadora no campo dos Direitos Sociais fundamentais. Entrementes, o que observamos foi o privilegiamento dos projetos da classe dominante. A aprovação do MROSC é exposta como demanda e ganho universais, pela presidenta Dilma Rousseff:

O empenho de todos vocês foi muito importante para que esse tema fosse encarado como prioridade por nós e pelo Congresso Nacional. Graças a esse amplo diálogo, o resultado é um novo arcabouço jurídico que traz benefícios para todos: beneficia as organizações da sociedade civil, que

passam a dispor de um ambiente jurídico, de uma institucionalidade pautada por regras claras e objetivas e mais transparência nas regras que pautam a relação das organizações da sociedade civil com o Estado; vai permitir também um reconhecimento, por parte do Estado, da relevância, da importância dessas organizações na vida de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.” Para a presidenta Dilma, os agentes públicos também saem ganhando com a nova lei, já que “passam a ter parâmetros mais claros para a tomada de decisão nos processos de seleção dessas organizações parceiras (Brasil, 2014d, s/p).

Percebe-se a trajetória da operacionalização do projeto burguês a partir da estrutura do Estado, ficando evidente que as alterações jurídicas e políticas não foram naturais, tampouco fragmentadas, mas sim coordenadas em diferentes ritmos para adequações às transformações internas e externas do capital, conforme permitido pela correlação de forças sociais em cada período. O movimento foi contínuo, talvez não sem percalços devidos também pelas disputas intra-burguesas, avançando ao menos desde o início dos anos 1990 ao longo de todos os governos, mesmo com a suposta alternância das forças políticas. Conforme formulou Casimiro (2020, p. 28):

A construção da hegemonia de determinado grupo (fração burguesa) e sua concepção de mundo é um processo dinâmico e contínuo, que necessita de constante atualização para sua revitalização e permanência. A hegemonia, dessa forma, não é um fim, mas sim, é um momento da dinâmica do próprio processo que, enquanto hegemônico, de um lado, precisa ser garantido permanentemente e, de outro, cria seus próprios mecanismos de atualização. O Estado representa uma forma de materialização institucional e veículo fundamental nesse processo de construção de hegemonia.

Vale destacar que consideramos durante a pesquisa especificamente a expansão da atuação dos APHs (Fontes, 2018) que possibilitaram a apropriação de funções da escola por organizações privadas e promoveram tamanho enraizamento dessas instituições nas políticas educacionais nacionais que, por vezes, as confundimos com o próprio aparelho estatal. Fontes (2018) afirma que, para Gramsci, a consciência está ligada à forma da vida social, considerando o estado capitalista como integrante de uma totalidade “não mecânica”, mas “relacional e complexa”. Para a historiadora, o capital em sua fase imperialista, no Brasil, requer ação de setores formuladores da consciência da classe trabalhadora, como a educação e a cultura, dentre outros. Deste modo,

Se a consciência está ligada à forma da vida social, é nessa vida social, começando pela fábrica, que se moldam certas formas de ser, de sentir, de

pensar. Se é na sociabilidade, nas formas de organização, nos aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil), que Gramsci buscará a resposta concreta para as formas de organização da luta anticapitalista, é porque aí também residem modalidades de consolidação, sistematização e difusão de uma sociabilidade adequada à dominação. Os aparelhos privados de hegemonia ligam-se direta ou indiretamente ao solo da produção, permitindo compreender como diferentes tendências e contradições são traduzidas em formas mais ou menos organizadas de cultura e de consciência e chegam a condensar-se como projetos políticos (Fontes, 2018, p. 221).

A concepção gramsciana de Estado (Fontes, 2018) percebe a totalidade do estado capitalista de maneira relacional, na qual estrutura e superestrutura se imbricam organicamente, tornando necessário investigar não apenas - ou de maneira isolada - os aspectos econômicos de sua constituição, mas examinar o “domínio político e ideológico, pensados em sua correlação com as lutas de classes”. Gramsci (2014) permite pensar como o Estado atua(ria) para a difusão da sociabilidade capitalista e a consolidação do consenso sobre o seu modo de produção da vida, como única possibilidade real, objetivando o controle da classe trabalhadora. O filósofo esclarece que é o Estado capitalista o difusor dessa sociabilidade, mas que não detém o seu monopólio, muito distante de ser o único agente promotor da hegemonia das classes dominantes, ele se estrutura como facilitador, financiador e organizador dos grupos econômicos em disputa pelo controle do aparelho estatal e do fundo público.

O aprofundamento da atuação dos APHs na educação, como formuladores de políticas públicas e implementadores de tais políticas, para além da função de formadores de quadros para a classe dominante, faz parte de um movimento que surge como resposta à crise estrutural do capital e da necessidade do processo expansivo do capital, o que demanda a intervenção do Estado e a punção do fundo público. Ou seja, o incontornável movimento expansivo do capital exige mudanças contínuas e não pode prescindir do Estado, por isso demanda a sua reestruturação, contando para esta tarefa com frentes móveis de ação (Dreifuss, 1981) que por sua vez se constituem também pelos APHs e as OSCs que operacionalizam e implementam os seus projetos e se apropriam privadamente de parte crescente do orçamento público destinado ao financiamento da educação pública. Dito isso, “A ampliação do Estado a partir das organizações empresariais sem fins lucrativos - aparelhos privados de hegemonia - é positiva apenas para o capital, pois pavimenta seu avanço sobre os recursos públicos (educação, saúde, previdência). (Fontes,

2018, p. 1). A educação, como campo de negócios, também será mercadejada por esse conjunto de OSs, constituídas como APHs, que supostamente atenderiam às necessidades de todos indistintamente. O Estado vem, ao longo das últimas décadas, como exposto, criando condições e se estruturando para que a educação seja tratada como mercadoria (Garcia, 2024).

Concordamos com Casimiro (2018) ao afirmar que, para além das correlações de forças entre as frações da burguesia, há os movimentos de resistência de organizações da classe trabalhadora que tentam conter os avanços do capital, objetivando a manutenção daquilo que é público e a garantia de direitos. E nesta tarefa precisamos do reconhecimento de quais estratégias a classe trabalhadora exercerá para conter os avanços privatistas e o rebaixamento dos direitos sociais em serviços sociais.

3.1. A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES PRIVADAS NA EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS: APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA EM AÇÃO

Neste item, apresentaremos breve análise do contexto atual da atuação das organizações privadas na RME de Florianópolis, onde o compartilhamento ou a entrega de atribuições municipais em educação e para OSCs têm se consolidado como estratégia dos governos que destinam parcela significativa do investimento em educação básica às organizações privadas. Nos últimos anos, acompanhamos o incremento do processo privatista, com contratações de assessorias e consultorias técnicas de OSCs, aquisições de pacotes de formação continuada para professores, além da compra de tecnologias e materiais pedagógicos. Ademais, historicamente, a SME utiliza-se do conveniamento com OSCs para a oferta de matrículas na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, para a ampliação da jornada escolar. Algumas instituições são destinadas às pessoas com deficiências e outras para o atendimento de crianças e jovens com suposta impossibilidade de acessar os espaços educativos⁷⁷.

Ainda que o nosso campo empírico esteja localizado em Florianópolis, a cidade incorporou as formulações de suas políticas públicas o *modus operandi* de

⁷⁷Trataremos aqui como hipótese formulada pela pesquisa, porque são espaços destinados ao acolhimento de crianças e jovens, fora do contexto familiar, como não realizamos investigação sobre as finalidades educativas do conveniamento de instituições ligadas à assistência social no escopo orçamentário da educação básica, não podemos afirmar o tipo de atendimento educativo oferecido.

setores empresariais e financeiros que dominaram a estrutura do Estado brasileiro com as reformas estruturais⁷⁸ implementadas ao longo dos anos de 1990. Maria de Fátima Felix Rosar (2022) aponta para os resultados dessas reformas no campo da educação, que geraram um processo de deslocalização das atividades destinadas à classe trabalhadora realizadas por instituições públicas, foram aprofundadas na segunda metade do século XXI, após os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, entre os anos de 2003 a 2016 (Rosar, 2022, p. 2). A autora afirma que a ingerência empresarial sobre o Estado transformou sua conduta “em uma expressão da economia e da política, desvinculadas do compromisso com direitos, interesses e demandas das classes majoritárias” (2022, p. 2), aquilo que no campo jurídico outrora era assimilado como direito, passou a ser implicado como serviço.

Ainda sobre as repercussões das reformas estruturais, Susan Robertson e Antoni Verger, em *A origem das parcerias público-privadas na governança global da educação* (2012) nos possibilitam conceber as escolhas dos governos municipais de Florianópolis. Os autores se referem a um novo padrão de governança que demandava por outras formas de privatização, diferentes das executadas nos anos de 1970 a 1990, que possibilitaram a expansão da indústria de negócios e de serviços educativos, redefinindo a incumbência do Estado na educação (Robertson e Verger, 2012, p. 1138). Os Estados transitaram dos processos de privatização que ocorriam nos governos, para a privatização dos próprios governos, em especial pelas PPPs, por consequência o setor privado assume a oferta de parte dos serviços públicos e o Estado passa a operar como gestor que “assegura o ambiente político favorável e, o mais importante, o seu financiamento.” (Robertson e Verger, 2012, p. 1143), dessa perspectiva, a educação converte-se em bem de consumo ou em serviço prestado.

Logo, as organizações privadas encarregam-se da função de elaboração e implementação das políticas públicas, através de consultorias e assessorias técnicas, da gestão ou da oferta dos serviços públicos, por meio dos conveniamentos entre estados e municípios e OSCs e outras formas de privatização do fundo público. Ao tomarmos Florianópolis como expressão local desse processo, verificamos que a SME mantém, em 2025, doze instituições privadas conveniadas destinadas ao atendimento de crianças com idade adequada para a Educação

⁷⁸ Analisaremos as reformas estruturais brasileiras, de maneira mais aprofundada, no capítulo 2 da dissertação.

Infantil e vinte e quatro que atendem crianças e jovens com idade escolar para matrícula no Ensino Fundamental da escola regular. Nos quadros abaixo, apresentamos a relação das instituições que recebem, atualmente, financiamento por meio do orçamento⁷⁹ da SME, no Município:

Quadro 4 - Relação de Instituições conveniadas com o Município de Florianópolis para a Educação Infantil, 2025

Nome da instituição	Endereço	Etapa da educação
SERTE - Educandário Lar de Jesus	Rodovia Leonel Pereira, 604 – Cachoeira do Bom Jesus – CEP: 88056-300	Educação Infantil
SEEDE - Seara Espírita Entrepasto da Fé	Servidão Marcelino Gonçalves, nº 71 - Monte Verde - CEP: 88032-650	Educação Infantil e Ensino Fundamental
IDES - Irmandade do Divino Espírito Santo – CEI Girassol	Rua Emílio Blum, 124 - Centro, Florianópolis – SC - CEP: 88020-010	Educação Infantil
Sociedade Divina Providência – CEI Nossa Senhora do Mont Serrat	Rua General Vieira da Rosa, nº 962 – Centro - CEP: 88020-240	Educação Infantil
Creche Crescer – Conselho Comunitário Costeira do Pirajubaé	Avenida Deputado Diomício Freitas, 126 – Costeira do Pirajubaé - CEP: 88047-402	Educação Infantil
CEI Nossa Senhora da Boa Viagem – Centro Comunitário Saco dos Limões	Rua João Mota Espezim, 783 – Saco dos Limões - CEP: 88045-400	Educação Infantil
Creche São Francisco de Assis	Servidão Alfredo Silva, 72 - Carvoeira - CEP: 88040-415	Educação Infantil
Creche Vó Inácia	Servidão Dois Pinheiros, 89 – Caieira do Saco dos Limões - CEP: 88045-399	Educação Infantil
Associação Lar Recanto do Carinho	Rua Rui Barbosa, 810 – Agrônômica - CEP: 88025-301	Educação Infantil
Fundação Hermon – CEI Morro da Caixa	Travessa das crianças, nº 38. Morro da Caixa – Estreito - CEP: 88085-020	Educação Infantil
ASMOPE – Associação de Moradores da Lagoa do Peri	Rodovia Francisco Thomaz dos Santos, nº 4330 – Armação do Pântano do Sul	Educação Infantil

⁷⁹Algumas instituições recebem financiamento da SME e da SEMAS.

Assistência Social São Luiz	Rua Rui Barbosa, nº 01 – Agronômica - CEP: 88025-3011	Ensino Fundamental
ACAM - Associação de Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó	Rua treze de maio, nº 149 – Fundos 43 - Centro - CEP: 88020-231	Ensino Fundamental
Ação Social Coloninha	Rua Rodolfo Bosco, nº 261 – Coloninha - CEP: 88090-440	Ensino Fundamental
Ação Social Missão	Rua Eurico Hosterno, nº 321 – Santa Mônica - CEP: 88035-400	Ensino Fundamental
ACIC - Associação Catarinense para Integração do Cego	Rua Virgílio Várzea, nº 1300 – Saco Grande - CEP: 88032-005	Ensino Fundamental
AEBAS - Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social	Rua Pedro Cunha, nº 1031 – Estreito - CEP: 88070-500	Ensino Fundamental
AFLODEF - Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos	Rua Rui Barbosa, nº 708 – Agronômica - CEP: 88025-301	Ensino Fundamental
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Rodovia Admar Gonzaga, nº 2937 – Itacorubi - CEP: 88034-001	Ensino Fundamental
APAM - Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente	Rua Francisco Vieira, nº 200 - Morro das Pedras - CEP: 88010-102	Ensino Fundamental
Casa São José	Rua Marcos Aurélio Homem, nº 366 - Serrinha - CEP: 88040-440	Ensino Fundamental
Casa da Criança do Morro da Penitenciária	Rua Álvaro Ramos, nº 320 - Trindade - CEP: 88036-032	Ensino Fundamental
CEAFIS - Centro de Apoio à Formação Integral do Ser	Rua Genuíno Pereira da Silva, nº 282 - Monte Cristo - CEP: 88095-565	Ensino Fundamental
CEDEP - Centro de Educação e Evangelização Popular	Rua Frei Fabiano de Cristo - Monte Cristo - CEP: 88090-490	Ensino Fundamental
CEIFA - Centro de Integração Familiar	Rua João Motta Espezim, nº 683 - Saco dos Limões - CEP: 88045-544	Ensino Fundamental
CEVAHUMANOS - Centro de Valorização Humana Moral e Social	Rua Joaquim Fernandes de Oliveira, nº 78 - Abraão - CEP: 88085-170	Ensino Fundamental
COMOSG - Conselho dos Moradores do Saco Grande	Rodovia Virgílio Várzea, nº 1313 - Saco Grande - CEP:	Ensino Fundamental

	88032-001	
Obras de assistência social Dom Orione	Rua Dib Cherem, n° 2698 - Capoeiras - CEP: 88090-001	Ensino Fundamental
Fundação Vidal Ramos	Rua Victor Konder, n° 321 - Centro - CEP: 88015-400	Ensino Fundamental
Associação Gente Amiga	Rua Antônio Carlos Ferreira, n° 1175 - Agronômica - CEP: 88025-211	Ensino Fundamental
OSOPAC - Obras Sociais Comunidade Paroquial Coqueiros	Rua Vitor Silva, n° 50 - Coqueiros - CEP: 88080-250	Ensino Fundamental
PROMENOR	Rua Rui Barbosa, n° 811 - Agronômica	Ensino Fundamental
ASGF - Associação de Surdos da Grande Florianópolis	Rua Trajano, n° 168 - Centro - CEP: 88010-102	Ensino Fundamental
Conselho Comunitário Coloninha	Rua João Evangelista da Costa, n° 435 - Coloninha - CEP: 88070-750	Ensino Fundamental

Fonte: Elaborado pela autora com os dados de 2022.

De acordo com o documento *Relatórios de parcerias firmadas entre o município e entidades*, produzidos pela Controladoria-Geral do Município, de 2024 e 2025 (Florianópolis, 2024 e 2025i), as instituições conveniadas receberam o total de R\$48.016.034,05⁸⁰ (quarenta e oito mil e trinta e quatro reais e cinco centavos) em repasses do orçamento da SME, até 2 de julho de 2025, nas quais muitas delas acumularam, ainda, repasses efetuados pela SEMAS.

Outra forma de inserção das empresas privadas na RME, é a aquisição de tecnologias para fins pedagógicos, como plataformas educativas, ou para o controle dos aspectos burocráticos, como o registro do ponto eletrônico dos trabalhadores da educação. Em 2024, a Prefeitura desempenhou valores exorbitantes com a contratação imprevista do Sistema Arlequim⁸¹, um “serviço de PCs Virtuais” por R\$27.000,00 (vinte e sete mil reais) ao ano (Sintrase, 2024). A empresa tem em

⁸⁰Estão incluídos nesse valor os repasses realizados para a manutenção do PBE.

⁸¹A Arlequim Technologies é uma empresa privada, registrada com CNPJ: 03.493.366/0003-08 cuja principal atividade econômica está descrita como “suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação” (Brasil, 2025b), fundada em 2021, pelo engenheiro civil Haroldo Jacobovicz. A empresa oferece tecnologia de computadores virtuais em que os dados ficam armazenados “na nuvem” (Arlequim, 2025). Além da Arlequim, Jacobovicz fundou, também em 2021, o Instituto Haroldo Jacobovicz, uma OSC com sede em Curitiba - PR (Brasil, s/d).

sua gama de serviços, tecnologia elaborada para atender as demandas do setor, com a promessa de aumento da produtividade dos trabalhadores, e assegura que:

Melhorar o desempenho do serviço público é assunto que nunca sai de pauta. Com a nossa virtualização de computadores, você tem uma tecnologia poderosa para aumentar a sua eficiência, a segurança, a flexibilidade, a escalabilidade e a mobilidade de equipamentos capazes de aperfeiçoar seu desempenho em todas as áreas, como educação, administração, saúde, segurança, finanças e planejamento urbano (Arlequim, 2025).

Segundo o Sintrasem (2024), além da Rede já possuir tecnologias semelhantes, às unidades educativas teriam limitações para uso do serviço contratado, tendo em vista que não estariam equipadas adequadamente para o acesso à Plataforma, não teriam acesso ao serviço de internet necessário. Além disso, os professores, quando recorreram ao uso pedagógico do Arlequim e encontraram problemas, não receberam suporte com relação às dificuldades enfrentadas. Em 2023, a prefeitura contratou o serviço de ponto eletrônico da empresa Rioluto Tecnologia e Soluções Inteligentes⁸², de acordo com o seu perfil no LinkedIn (2025) a plataforma possibilita que a empresa:

Gerencie seus funcionários na entidade ou *home office*, corte despesas com horas extras desnecessárias e acelere tomadas de decisão com dados e indicadores analíticos. A plataforma Rioluto administra o controle em tempo real de funcionários, evitando passivos trabalhistas. Uma solução completa para a necessidade do seu negócio, com software em nuvem, BI que funciona em versão para computador e aplicativo no smartphone, tudo isso em modo *online* e *offline*! (LinkedIn, 2025).

Tão logo se optou por essa tecnologia para o registro da jornada de trabalho dos servidores do Município, o Sintrasem (2024) identificou uma série de problemas que vão além da transferência de recursos do fundo público, no valor de R\$ 1.445.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), para uma empresa privada. A Prefeitura, anteriormente, havia implantado um sistema de registro de ponto por biometria nos setores da saúde e da assistência social, e que poderia ter sido aproveitado, sem gerar desperdício de recursos. O novo sistema da Rioluto, impôs que, em algum momento, os servidores tenham que utilizar seus

⁸²A empresa de registro número 34944807/0001-02, com sede na Rua Koesa, 218, bairro Kobrasol, São José - SC, foi fundada em 2019, e, desde então, tem acumulado uma série de contratos com prefeituras cujos valores ultrapassam R\$ 8,9 milhões (oito milhões e novecentos mil reais) (Sintrasem, 2024a). O co-fundador da Rioluto Tecnologia e Soluções Inteligentes, Fernando Santos de Castro, formado em Ciências da Computação, um jovem de apenas 32 anos, afirma atuar na área de tecnologia há mais de 10 anos (LinkedIn, 2025).

equipamentos particulares para o controle da frequência, expondo os trabalhadores a apropriação indevida de seus dados pessoais por plataformas digitais. Por fim, até a implantação dessa tecnologia, os profissionais da educação realizavam os controles de frequência, registrando manualmente em livro ponto, o que garantia à categoria certa proteção com relação ao controle excessivo e a vigia constante da organização de seus tempos de trabalho (Sintrase, 2024b). Em alguma medida, o livro ponto permitia resistir à instituição da lógica empresarial de monitoramento produtivo do trabalho intelectual do professor. Rosar (2022) nos provoca a compreender a importância de se proteger o controle do tempo no contexto da educação. A autora demonstra que essa pressão para a instituição da lógica gerencial empresarial nos processos educativos, sobretudo no trabalho produtivo do professor, teve início nos anos de 1970, num movimento internacional, com uma série de propostas teóricas formuladas, intencionando “conceber-se a escola como uma empresa” (Rosar, 2022, p. 4). Nesse sentido, afirma que:

Sob a lógica derivada do modo de produção que regula os processos de organização do trabalho manual e intelectual na sociedade capitalista, interessa ao capitalismo homogeneizar a organização do trabalho, de tal modo que possam ser diluídas especificidades de processos subjetivos no âmbito da produção de ideias, conceitos, concepções, objetivos, finalidades últimas de instituições de cultura e de educação e, no âmbito da materialidade concreta, possam ser incluídas instalações físicas, equipamentos e materiais utilizados em atividades-meio e nas atividades-fim (Rosar, 2022, p. 4).

Um modelo gerencial semelhante instituiu-se no Brasil com a interferência de movimentos políticos ligados a grandes empresas e corporações privadas nas decisões do MEC. Desse modo, o setor privado encontrou um caminho para que as formulações das políticas educacionais brasileiras absorvessem o modelo corporativo de centralização e descentralização da administração dos processos educativos em todas as esferas da educação, a começar pelo MEC, das secretarias de educação dos estados e dos municípios, até o chão da escola, nas unidades educativas das redes de ensino. Rosar faz um destaque interessante que nos possibilitará regressar ao contexto local da cidade de Florianópolis. Dentre os inúmeros movimentos que articulam a incorporação dos interesses privados no MEC, o movimento TPE aparece como criador do maior conglomerado da burguesia nacional, desde 2007, com capacidade de concentração “em torno do seu projeto hegemônico” (Rosar, 2022, pp. 6 e 7). Eis que, em 2025, o TPE encontrou em

Florianópolis um campo fértil para operar. Em 21 de março de 2025, o TCE de Santa Catarina firmou parceria de cooperação técnica com o TPE e a PMF com vigência até 28 de março de 2025, de acordo com o descrito no *Acordo de Cooperação Técnica N. TC 07 2025, a cláusula terceira - das obrigações das partes*, determina que:

3.1. Para alcançar o objeto do presente acordo, o Todos Pela Educação concorda em:

3.1.1. Compartilhar a base de conhecimento que constitui a denominada "Visão Sistêmica para a Gestão Municipal", divulgada pela entidade para o aprimoramento da gestão educacional em Estados e Municípios, parâmetro que será utilizado para construção de referencial de orientação e de controle da política pública da educação em Santa Catarina.

3.1.2. Apoiar e acompanhar o desenho, implementação e monitoramento do Projeto de Apoio do Controle Externo à Gestão da Educação, incluindo a troca de informações com o TCE/SC, projeto que será desenvolvido junto ao Município de Florianópolis, o qual figura como aderente (Santa Catarina, 2025, p. 2).

Já à PMF, dentre outras atribuições, caberá:

4.2.2. Realizar as ações necessárias à implementação das práticas de gestão de excelência na educação identificadas e sugeridas no Projeto de Apoio do Controle Externo à Gestão da Educação, em diálogo com o TCE/SC;

4.2.3. Disponibilizar informações e dados necessários para o monitoramento e avaliação das atividades previstas na CLÁUSULA SEGUNDA, CLÁUSULA TERCEIRA, e no Plano de Trabalho do acordo, observada a LGPD (Santa Catarina, 2025a, p. 3).

Durante a solenidade de celebração do acordo, o Prefeito de Florianópolis Topázio Silveira Neto aproveitou para realizar o lançamento do “Programa Floripa Mais Aprendizagem”, um plano formulado com inspiração nas experiências de outros municípios brasileiros (Santa Catarina, 2025b). EVANGELISTA e SEKI (2025) analisaram a chegada oficial do TPE à cidade e sinalizaram para o projeto “técnico-político” elaborado pelo TPE em 2018 chamado *Educação Já*, no qual a organização “vem pautando as políticas educacionais em nível federal, estadual e municipal” (Evangelista e Seki, 2025). Em 2024, é realizada a publicação do documento *Educação Já Municípios* (TPE, 2024)

Este documento, construído no âmbito da iniciativa Educação Já Municípios, tem como objetivo principal apresentar recomendações de políticas públicas educacionais para a formação das agendas municipais para a Educação Básica no período de 2025-2028. Espera-se, assim, contribuir para que os planos educacionais das gestões eleitas sejam capazes de superar os

desafios que o cenário atual impõe e alinhados com o que as evidências e experiências de sucesso mais recentes indicam ser importante para a garantia de uma Educação de qualidade com equidade (TPE, 2024, p. 2).

Segundo Evangelista e Seki (2025), o acordo firmado não emergiu subitamente, pelos movimentos orgânicos das relações políticas locais,

Tal acordo deriva de uma política que vem sendo encaminhada pela PMF há algum tempo, na qual estão envolvidos ex-prefeitos como Dário Elias Berger, César Souza Júnior e Gean Marques Loureiro. Sobram evidências de que o Prefeito, Topázio Neto, e o Secretário Municipal de Educação de Florianópolis/SC, Thiago Mello Peixoto da Silveira, também preferem as formas privadas de gestão da política educacional (Evangelista e Seki, 2025).

Interessa-nos perceber que, conforme se concretiza a parceria firmada, em suma, assume-se que não haveria dispêndio de recursos financeiros para a sua execução (TCE - SC),

9.1. As partes acordam que não haverá repasse de recursos financeiros, materiais ou humanos entre o TCE/SC e o Todos Pela Educação no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica.

9.2. Cada parte arcará com os custos e despesas necessários para o cumprimento de suas respectivas obrigações, conforme estabelecido neste acordo e nos Planos de Trabalho anexos (Santa Catarina, 2025a, p. 6).

Entretanto, acabam sendo utilizadas outras estratégias e envolvidas outras empresas para a distribuição de recursos orçamentários da educação oriundas do fundo público, como demonstraremos a seguir: em 10 de março de 2025, o estado de Santa Catarina, por intermédio do TCE - SC, contratou a empresa Amplify Consultoria de Gestão Ltda⁸³ até o dia 6 de setembro de 2025, para a realização de “consultoria especializada” objetivando:

⁸³A Amplify declara-se como uma empresa de consultoria técnica em gestão empresarial, inaugurada em 11 de janeiro de 2021, com capital inicial no valor de R\$5.000,00, uma empresa de pequeno porte, cujo CNPJ é 40.332.053/0001-24, e sua sede está localizada na Rua Cel José Eusébio, 95 - Higienópolis, São Paulo - SP (ECONODATA, 2025). Sua fundadora e proprietária Wanessa David Ferreira, é formada em Relações Internacionais desde 2008 pela Universidade de Brasília (UNB), realizou o curso de Master of Business Administration (MBA) na Columbia Business School, nos EUA, entre os anos de 2013 e 2015. Recebeu o prêmio Lemann Fellow, em 2025, concedido pela Fundação Lemann (Linkedin, 2025). Quando da inauguração da Amplify, declarou que dez anos antes havia contribuído como consultora para “o salto de qualidade educacional de uma rede pública estadual brasileira” (Ferreira, 2021), uma experiência que a inspirou a contribuir para a transformação da realidade social brasileira, levando-a a criar a Amplify uma “consultoria estratégica de excelência dedicada a amplificar o impacto social gerado por entidades do terceiro setor” (Ferreira, 2021).

o apoio técnico na elaboração do planejamento estratégico da educação municipal de Florianópolis, com duração de 8 semanas, visando o aprimoramento da gestão educacional, conforme a abordagem da Visão Sistêmica da Gestão Municipal desenvolvida pelo Todos Pela Educação (Brasil, 2025c),

O contrato no valor de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), com dispensa de licitação, intermediado pelo TCE-SC, abriu a porteira e o precedente para que os governos locais contratassem empresas privadas sem a necessidade de processo licitatório, seja por dispensa ou inexigibilidade de licitação, sem possibilitar que o processo seja aberto para ampla concorrência, com vistas a garantir que o melhor e menor valor seja o selecionado e que tenha como critério para contratação empresas com histórico de atuação dos serviços ou produtos os quais os municípios necessitam. Seguindo a prática do estado de Santa Catarina, a PMF publicou no diário oficial municipal, em 23 de maio de 2025, a ineligibilidade de licitação N°138/SMLCP/SULIC/2025, permitindo a SME a contratação da Amplify Consultoria de Gestão LTDA “para implementação de Estratégia de Transformação Educacional de Florianópolis” (Florianópolis, 2025k, p. 71), no valor de R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), pelo período de 8 meses. Em 26 de maio de 2025, o diário oficial publicou o extrato do contrato, assinado pelo secretário municipal de educação Thiago Mello Peixoto da Silveira, declarando que as despesas acarretadas pela contratação “correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Educação” (Florianópolis, 2025l, p. 114).

Diante dessa distribuição de recursos públicos sem o uso dos critérios públicos esperados, em 3 de junho de 2025 o vereador da câmara municipal de Florianópolis Leonel Camasão (PSOL), protocolou na câmara o requerimento n°00522/2025 em que solicita à SME esclarecimentos com relação à contratação do SESI e os serviços prestados de consultoria, quais os critérios utilizados para a seleção e qual a justificativa técnica para que essa contratação tenha ocorrido com dispensa de licitação. No mesmo documento, Camasão solicita esclarecimentos sobre a contratação da Amplify, pois o vereador almeja saber o que significa prestar serviço para formulação de “Estratégia de transformação Educacional de Florianópolis”, o porquê dessa contratação também ter ocorrido sem licitação. Além disso, requisita à SME a exposição do histórico de serviços realizados pela Amplify que conceda à empresa o reconhecimento de ser “notadamente especializada em

serviços educacionais” e, por fim, questiona se o Conselho Municipal de Educação (CME) havia manifestado posicionamento com relação à contratação da Amplify (Florianópolis, 2025m, p.1). Camasão justifica que

Tais contratações envolvem somas significativas de recursos públicos e tratam de projetos com impacto direto na política educacional do Município de Florianópolis. A não realização de processo licitatório nos dois casos — sendo um por dispensa e o outro por inexigibilidade — exige fiscalização rigorosa por parte desta Casa Legislativa, para assegurar o respeito aos princípios da legalidade, publicidade, economicidade e eficiência (Florianópolis, 2025m, p.2).

Em resposta à solicitação do vereador, Alexsandra Turnes Clasen, Diretora Administrativa Operacional, afirmou que os trâmites para a contratação seguiram a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021, Brasil, 2021). Referente à documentação solicitada, a relação estaria disponível para acesso no Portal da Transparência. Sobre a contratação do SESI, a diretora justificou que a entidade tem:

(...) reconhecida experiência em apoio à tecnologia e inovação no setor educacional. A instituição apresentou proposta de continuidade ao desenvolvimento estratégico do Programa Bairro Educador, com foco no aprimoramento dos resultados obtidos até o momento (Florianópolis, 2025n, p. 3).

Além de atender aos “requisitos legais, fiscais, trabalhistas e técnicos exigidos.” (Florianópolis, 2025n, p. 3). Sobre a contratação da Amplify, afirmou ter ocorrido pela necessidade da continuidade de ações voltadas para a “recomposição e inovação pedagógica”, justificou inelegibilidade do processo licitatório em virtude da contratação anterior realizada pelo TCE - SC para o “desenvolvimento do planejamento estratégico educacional de Florianópolis” (Florianópolis, 2025n, p. 3), sendo assim,

6. Concluída a fase de planejamento, a continuidade dos trabalhos pela mesma empresa, que detém domínio técnico do diagnóstico, conhecimento da realidade local e notória especialização na área educacional, justifica a inexigibilidade de licitação com base no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, conforme Termo nº 138/SMLCP/SULIC/2025 (Florianópolis, 2025n, p.4).

O município justifica a contratação, ainda que sem apresentar documentação que comprove o “conhecimento da realidade local” e a “notória especialização”. E finaliza da seguinte maneira:

7. Destacamos que a estratégia foi orientada pelas diretrizes do programa Educação Já Municípios, do movimento nacional Todos Pela Educação, com apoio do TCE-SC, o que reforça a legitimidade técnica da contratação. A continuidade pela mesma empresa evita descontinuidades, retrabalhos e garante a efetividade na execução das ações planejadas (Florianópolis, 2025n, p. 4).

Como apontamos, o TCE - SC abriu a porteira e o município passou a contratação de empresas sem o rigor dos critérios estabelecidos pelo processo licitatório, deixando o fundo público mais vulnerável a usos que atendam aos interesses privados, em detrimento do interesse público. Para nós, ao analisarmos esses procedimentos, evidencia-se aqui a formulação de Rosar (2022) sobre a incorporação de aspectos do gerencialismo, aprofundando a privatização da educação pública municipal:

Noutras palavras, o Estado capitalista potencializou o seu arcabouço por meio do qual alcança sólida capilaridade para atuar, usando a justificativa ideológica da defesa da educação como direito constitucional da população brasileira, ao mesmo tempo que constrói formas de canalizar recursos públicos para diferentes segmentos do setor corporativo, os quais se arrogam o direito de se instituírem como coparticipantes da ação estatal, uma vez que à sociedade também é atribuída a responsabilidade de realizar a educação (Rosar, 2022, p. 7).

Parece-nos que:

Essas ações de ingerência explícita no funcionamento dos órgãos da educação têm possibilitado que, de modo subliminar, sejam veiculados os novos paradigmas do gerencialismo empresarial, definindo as práticas de deslocalizar a educação de seu campo próprio de conhecimento vinculado à sua finalidade de contribuir para o desenvolvimento humano, na perspectiva de emancipar e construir condições de transformação dos fundamentos da sociedade capitalista (Rosar, 2022, p. 8).

Em 22 de julho de 2025 a SME publicou no diário oficial o Edital de Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) Na Área de Educação nº 026.000/SMLCP/2025, para seleção de OSCs de acordo com o documento:

1.1. Constitui-se objeto do presente Edital o credenciamento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na política de Educação, com

vistas a formalizar possíveis e futuras parcerias com a Secretaria Municipal de Educação (Florianópolis, 2025o, p. 1).

Para tanto, deverão se caracterizar por oferecer:

(...) “atividades voltadas ou vinculadas a serviços de Educação. com atuação em atividades e projetos de recomposição e trilhas de aprendizagem para a Educação Básica, mediante a utilização de tecnologias como ferramentas para conteúdos pedagógicos de aprendizagem... (Florianópolis, 2025o, p.1)

O edital não evidencia que atribuições da RME de Florianópolis serão assumidas pelas OSCs, mas dá indicação de que se trata da educação regular, em nível de Ensino Fundamental. As organizações avaliadas como aptas seguindo os critérios exigidos pelo edital, poderão estabelecer com a SME “Termo de Colaboração” ou “Termo de Fomento”, com vigência de três anos, podendo ser prorrogados pelo mesmo período, com a dispensa de chamamento público, amparando-se no MROSC (Lei nº 13.019/2014, Brasil, 2014b), Marco tão celebrado pela então presidenta Dilma Rousseff.

Para finalizarmos, se observarmos isoladamente cada uma das contratações, ou se compararmos o tamanho do orçamento da SME para a manutenção do funcionamento da RME, esse movimento poderá ocasionar em um aparente baixo custo, caso os serviços contratados fossem operados pela PMF, algo que facilmente não se sustenta ao analisarmos a totalidade dessas despesas. De todo modo, perceberemos ao longo da investigação que a maior problemática é estarmos caminhando a passos largos para aprofundar a privatização da educação pública de Florianópolis, a cada contratação de empresas privadas para consultoria e assessoramento técnico, a cada aquisição de produtos e de tecnologias supostamente educativas, seja pelo conveniamento de OSCs para o atendimento de crianças e jovens na educação básica, ou para a gestão de uma política educacional como o PBE.

CAPÍTULO 4. PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES À PRODUÇÃO ACADÊMICA

4.1. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Utilizando as bases de dados Catálogo de Teses e Dissertações Capes, Periódicos Capes, Scielo, o Repositório Institucional da UFSC e o Google Acadêmico, percorreu-se um caminho de levantamento bibliográfico com foco nas produções acadêmicas (teses, dissertações e artigos científicos) estabelecendo três critérios para seleção: as produções que dialogam com o campo empírico escolhido, aquelas que indicam a relevância da pesquisa pretendida para o campo teórico e as produções que demonstram o alcance da atuação dos APH e do processo privatista da educação em Florianópolis/SC, principalmente das Parcerias Público-Privadas e das OSCs. Os descritores eleitos para a realização das buscas nas bases de dados surgiram da análise preliminar das leituras sobre o tema, em que se destacaram: Aparelhos Privados de Hegemonia; Política Educacional; Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral; Organizações Sociais; Organizações da Sociedade Civil e Parcerias Público-Privadas. Estabeleceu-se como recorte temporal para as buscas o período de 1996 a 2024⁸⁴ em virtude dos processos históricos nacionais e internacionais, identificados ao longo da pesquisa, que indicam a necessidade de se verificar como incidiram na produção acadêmica brasileira. Para tanto, consideramos as bibliografias que indicaram o início das discussões e do movimento internacional das Cidades Educadoras, produções que referenciam o Programa Mais Educação, por considerarmos como emergente dos modelos de educação referenciados nas concepções de Cidades Educadoras, sobretudo aquelas disseminadas pela AICE e pela Associação Cidade Escola Aprendiz; a documentação das organizações internacionais orientando as reformas administrativas e estruturais dos países de economia periférica na América Latina e no Caribe; a bibliografia que analisa os movimentos econômicos mundiais pós crises do capital, além de documentos oficiais, legislações e bibliografias sobre as reformas administrativas e estruturais implantadas no Brasil, ao longo dos anos de 1990 e 2000, que regulamentam e possibilitaram a atuação de APH e OSCs na educação.

⁸⁴O recorte temporal estabelecido surgiu, inicialmente, fundamentado no balanço de literatura realizado para a pesquisa desenvolvida pela professora Dra. Priscila Monteiro Chaves, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE) intitulada “Formação de professores para o capital, plataformação e a refuncionalização da escola”.

Definimos como estratégia analítica alguns movimentos para o tratamento das ocorrências, que nos possibilitaram a elaboração de quadros, divididos por repositórios e pelas combinações dos descritores. Nos repositórios institucionais externos (Catálogos de Teses e Dissertações - Capes, Portal de Periódicos da Capes, Portal Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD) utilizamos as combinações descritas abaixo, resultando no número de trabalhos expostos no quadro:

Quadro 5 - Ocorrências no Repositório, 2025

Repositórios	Aparelhos privados de hegemonia; educação integral; educação em tempo integral; cidades educadoras; política educacional	Aparelhos privados de hegemonia; cidades educadoras; política educacional	Cidades educadoras; política educacional; educação integral; educação em tempo integral	Aparelhos privados de hegemonia; cidades educadoras	Cidades educadoras; educação integral; educação em tempo integral
Catálogos de Teses e Dissertações - CAPES	0	0	30	3	177
Portal de Periódicos da CAPES	0	0	1	0	0
Portal Scielo	0	0	0	0	0
BDTD	2	120	8	11	260

Fonte: Elaborado pela autora.

No Repositório Institucional da UFSC, inicialmente, nós adotamos os mesmos descritores e combinações, refinando as buscas para publicações vinculadas ao PPGE/UFSC:

Quadro 6 - Ocorrências no Repositório Institucional da UFSC, 2025

Aparelhos privados de hegemonia; educação integral; educação em tempo integral; cidades	Aparelhos privados de hegemonia; cidades educadoras; política educacional	Cidades educadoras; política educacional; educação integral; educação em tempo integral	Aparelhos privados de hegemonia; cidades educadoras	Cidades educadoras; educação integral; educação em tempo integral
---	---	---	---	---

educadoras; política educacional				
9	9	28	9	29

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao considerarmos o histórico da atuação de organizações privadas na rede municipal de ensino e como esse contexto impacta a produção intelectual acadêmica, sobretudo porque há muitos profissionais da educação das redes públicas nos Programas de Pós-Graduação nas universidades públicas da região, em virtude das possibilidades de progressão da carreira no magistério mediante os níveis de formação e do fomento a continuidade da trajetória acadêmica com as licenças aperfeiçoamento, por obtermos poucos resultados, preferimos expandir a pesquisa ao incluir os descritores Organizações sociais e Política Educacional; Organizações da Sociedade Civil, Política Educacional, Aparelhos Privados de Hegemonia; Parcerias Público-Privadas e Política Educacional, com refinamento para produções que contenham Florianópolis como assunto. Deste modo, os resultados se apresentaram da seguinte maneira:

Quadro 7 - Ocorrências no Repositório Institucional da UFSC utilizando novos descritores, 2025

Organizações sociais e política educacional	Organizações da sociedade civil, política educacional e aparelhos privados de hegemonia	Parcerias público-privadas e política educacional
371	131	302

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação ao Google Acadêmico, pressupondo que a ferramenta não se trata de um repositório de produções científicas, mas de um buscador, pertencente a uma empresa multinacional, com atuação mundial, que estabelece critérios sobre a disposição dos conteúdos e a ordem prioritária de suas apresentações, considerando os seus interesses corporativos, optamos por apenas apresentar as ocorrências das buscas, aplicando as combinações dos descritores adotadas nos repositórios institucionais, sem realizar outros refinamentos. Para além dos marcadores escolhidos anteriormente, tampouco executamos o tratamento das

publicações. Em contrapartida, faz-se necessário o aprimoramento das buscas e disposições dos repositórios acadêmicos nacionais, pois observamos, durante o levantamento de produções, que documentos disponibilizados nos bancos de trabalhos apareciam nas buscas realizadas no Google Acadêmico, enquanto nos bancos não localizamos os mesmos documentos. Dito isso, os resultados foram organizados no quadro a seguir:

Quadro 8 - Ocorrências no buscador Google Acadêmico, 2025

Aparelhos privados de hegemonia; educação integral; educação em tempo integral; cidades educadoras; política educacional	Aparelhos privados de hegemonia; cidades educadoras; política educacional	Cidades educadoras; política educacional; educação integral; educação em tempo integral	Aparelhos privados de hegemonia; cidades educadoras	Cidades educadoras; educação integral; educação em tempo integral
6430	9230	16300	10300	16300

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2. A PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL

Mediante análise dos resultados obtidos com a combinação dos descritores listados acima, decidimos destacar os documentos que citam os conceitos de Cidades Educadoras, ou a AICE ou ao Programa Mais Educação e identificar aqueles que se posicionaram de maneira crítica e acrítica. Nesse caso, consideramos aqueles que os compreenderam como politicamente primordiais para a educação pública como referenciais para a formulação de políticas educacionais destinadas à educação integral e à educação com ampliação da jornada escolar. Desta forma, a produção acadêmica nacional nos permitiu perceber o aprofundamento e a influência de APHs que pulverizaram as ideias e as finalidades educativas das Cidades Educadoras, assim como identificar a que organizações políticas se vinculam, além de identificar seus intelectuais orgânicos e as relações que estabelecem na estrutura do estado. Foram 122 trabalhos selecionados, dentre eles, 40 citaram as Cidades Educadoras e/ou a AICE e seu modelo de cidade educadora como essenciais para a formulação de políticas de educação integral, 42 trabalhos utilizaram o Programa Mais Educação como campo empírico como política de sucesso e viável para a ampliação da jornada escolar e a promoção de educação integral. Somente três realizaram análise crítica às Cidades Educadoras e/ou a AICE

e dois trabalhos consideraram o Programa Mais Educação como instrumento de aprofundamento da precarização e da intensificação do trabalho docente e como política focalizada, destinada ao controle social das populações empobrecidas.

Fernando Medeiros Mendonça, em seu trabalho de dissertação de mestrado *Currículo Integrado e Cultura Corporal em Escolas de Tempo Integral da Rede Municipal de Goiânia-Go* (2019), questiona a estratégia da intersectorialidade para a racionalização dos recursos públicos utilizada pelo Programa Mais Educação implantado em Goiânia. O autor afirma que ao aderir a concepção de territorialidade contida nas Cidades Educadoras da AICE, essa política educacional promove a ampliação da jornada escolar, supostamente objetivando a educação integral, com ações articuladas com a comunidade e organizações privadas, presumindo uma ampliação da atuação do Estado, quando, na realidade, ocorre um “encurtamento da esfera pública” e redução das possibilidades formativas da escola. Na dissertação *Educação política e educação escolar: análise do projeto cidades educadoras*, Daniel José da Cunha (2019) desenvolveu pesquisa documental para investigar a influência do projeto Cidades Educadoras da AICE na produção científica do país, especialmente nos Programas de Pós-Graduação. Sua investigação se norteou em três questionamentos: identificar as concepções fundantes das Cidades Educadoras; qual a concepção de educação escolar compreendida pela AICE; de que maneira o projeto Cidades Educadoras foi analisado pela produção científica no Brasil. Em suas considerações finais, Cunha observou o alinhamento da associação internacional à Unesco e ao Relatório Jacques Delors, constatou a relevância da AICE como APH implicado na disseminação da coesão social capitalista ao comercializar um modelo de cidadania adequado à sociabilidade do capital e conclui que o grande volume de produção acadêmica que adere ao projeto Cidades Educadoras é um instrumento de legitimação desse modelo de cidadania. Em *Salvador, cidade educadora e os ciclos de parceria público-privado (2005-2012)*, Manuela Cassia da Silveira analisa os ciclos de PPPs na cidade de Salvador, entre os anos 2005 e 2012, durante os mandatos do prefeito João Henrique Barradas Carneiro (filado ao PL), e quais as consequências dessas parcerias e de que maneira elas incidiram na constituição da política educacional da capital baiana. Para tanto, a autora assumiu como campo empírico o Programa Cidade Educadora, ao admitir os princípios contidos na Carta das Cidades Educadoras e incorporá-los às diretrizes curriculares da cidade. Para tanto, a prefeitura adquiriu materiais

didáticos destinados ao Programa, graças à parceria municipal com a Editora Aymará⁸⁵, apontada por Silveira como empresa responsável pela inserção de um sistema privado de ensino na rede de educação pública. “Salvador foi a primeira capital brasileira a adotar o SPE (Sistema Privado de Ensino) da Editora Aymará que era denominado, exatamente, de Programa Cidade Educadora (PCE).” (Silveira, 2019, p. 82). A autora conclui que os ciclos de parcerias analisados foram executados sem regularidade, aprofundando práticas de descontinuidade de políticas educacionais e auxiliando na implementação da “cultura do gerencialismo” na administração da educação.

Já o autor Sérgio João da Silva, em sua dissertação *Os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital e das políticas educacionais locais sobre a organização do trabalho docente na Rede Estadual de Pernambuco* (2021), analisa o papel precarizante do trabalho docente de políticas educacionais destinadas à ampliação da jornada escolar, como o Programa Mais Educação. Silva não desenvolve profunda reflexão sobre a relação objetiva dessa política pública, por não se tratar da empiria principal da pesquisa. A política compõe um conjunto de estratégias escolhidas para a educação em tempo integral que aprofundam as condições de trabalho da categoria em todo o país. O estudo contribui para compreendermos o impacto político nas produções acadêmicas do campo da educação. Crítico ao Programa Mais Educação, Paulo Aparecido Dias da Silva, em sua tese de doutorado *A falácia da educação integral sob o domínio imperialista: um estudo do Programa Mais Educação em Rondônia* (2017), iniciou sua pesquisa indagando se a proposta de educação integral contida nessa política educacional efetivamente daria conta da formação humana em sua totalidade ou apenas se materializou como mera ampliação da jornada escolar com vistas a atender às demandas formativas daquilo que o autor nomeou como capitalismo burocrático brasileiro. No panorama histórico sobre a educação integral, retoma-se as concepções pragmáticas de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro e o fascismo da Ação Integralista Brasileira (AIB), dirigida por Plínio Salgado (Silva, 2017). Destaca o papel

⁸⁵A editora Aymará Edições e Tecnologia LTDA. era parte do grupo familiar Sagarana, atuava comercialmente de maneira diversificada, abrangendo setores da educação, agropecuária e imobiliária (SILVEIRA, 2019, p. 83). Fundado em 2005 e extinto em 2010 por Áureo Gomes Monteiro Júnior, formado em Geografia pela USP, autor do livro *Educação Orgânica*, anteriormente, foi diretor comercial de 1996 a 2002 e diretor de internet de 2002 a 2005 do Portal do Grupo Positivo. Monteiro Júnior declara-se como co-criador e presidente da Ahom Educação, criada em 2011, cuja missão é “investir em iniciativas capazes de transformar a educação, alinhando tecnologia e convergência com o desenvolvimento pessoal e coletivo” (Linkedin, 2025).

do BM, realizado desde os anos 1970, quando passou a atuar como agência central no financiamento de políticas de combate à pobreza, tratando a educação básica como prioridade para as políticas focais, considerando-a agente fundamental para o controle social. Ao analisar o Programa Mais Educação, aponta suas “redes de aprendizagem” e “territórios educativos” como pertencentes à agenda pós-moderna que rejeita a transmissão de conhecimentos historicamente construídos e universais e indica que coordenadores, diretores, professores e monitores destacaram que o programa foi implementado de maneira autoritária (Silva, 2017). Por fim, o autor conclui que as políticas de educação integral, na fase imperialista do capitalismo, consistem em uma falácia burguesa e conclui que a educação integral no sentido da omnilateralidade ocorrerá como síntese da revolução socialista.

4.3. ORGANIZAÇÕES PRIVADAS E FLORIANÓPOLIS: AS PESQUISAS LOCAIS

Compreendemos que as transformações econômicas, do mundo do trabalho, das formas de produção material e da vida são impelidas pela luta de classes e ao considerá-las como determinações gerais sobre os campos empíricos, escolhas teóricas e perspectivas analíticas adotadas para o desenvolvimento das pesquisas nos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras, precisamos considerar como possibilidade as particularidades locais que incidem nas produções acadêmicas. Deste modo, ao realizarmos o levantamento bibliográfico das publicações sobre educação, disponíveis no Repositório Institucional da UFSC, vinculadas ao PPGE, foi essencial abarcar a realidade da rede de ensino municipal, as estratégias políticas de seus governos para a educação e os contextos históricos e atuais de sua formação. As PPPs inseriram-se na RME primordialmente pela inserção de organizações privadas, sobretudo confessionais e comunitárias, para oferta de vagas em creches. Do mesmo modo, tais organizações adentraram a educação pública municipal como estratégia para assumir parte da oferta de vagas para o atendimento das crianças, jovens e adultos, abarcando todos os segmentos da educação básica, conforme apontou Faust (2023), seguindo as possibilidades proporcionadas pelas legislações atuais, para a ampliação da jornada escolar no ensino fundamental. Posteriormente, com a oferta de serviços e das chamadas “tecnologias educacionais”, como o fornecimento de materiais didáticos, metodologias educativas, sistemas de avaliação em larga escala e, mais

recentemente, com as consultorias oferecidas por APHs e com a plataformização da educação, com a implantação de plataformas de gestão, de conteúdos e de recursos didáticos, cujos temas tratam de APH na formulação e implantação de políticas públicas educacionais. Portanto, ao realizarmos a pesquisa no Repositório Institucional da UFSC, buscamos identificar as produções que tratavam das PPPs, OSCs e APHs na RME objetivando refletir sobre a indicação de que a região se tornou um laboratório de experimentação para a subsunção de setores estratégicos ao capital, assim como perceber o avanço privatista na educação pública.

Na busca preliminar, ao utilizarmos os mesmos descritores aplicados nos demais repositórios, selecionamos dois trabalhos: *A transição do financiamento das creches conveniadas em Florianópolis, entre o Fundeb e a focalização*, dissertação escrita por Thaisa Neiverth (2009) que trata da oferta de vagas na educação infantil, na cidade de Florianópolis, mediante instituições conveniadas e analisa a transição do financiamento das políticas para essa etapa da educação, da assistência social para o setor da educação. A outra pesquisa refere-se à tese de doutoramento de Jeferson Silveira Dantas (2012) intitulada *Espaços coletivos de esperança: a experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC*, em que investiga a atuação da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, articulada às escolas e aos centros de educação infantil da região, para atender as especificidades dos estudantes pertencentes a essas populações.

Ao ampliarmos as buscas incluindo os descritores Organizações sociais e Política Educacional; Organizações da Sociedade Civil, Política Educacional e Aparelhos Privados de Hegemonia; Parcerias Público-Privadas e Política Educacional expandiram-se os números de ocorrências. Para o tratamento das produções, inicialmente, estabelecemos os seguintes critérios para seleção: análises da atuação de organismos internacionais na formulação de políticas educacionais; pesquisas sobre a vinculação de organizações privadas nas redes de ensino pública do estado de SC; pesquisas que trataram especificamente de políticas educacionais municipais privatistas e trabalhos que analisaram a inserção de organizações privadas na RME. Julgamos relevante que a seleção abarcasse trabalhos produzidos em âmbito nacional e em outras regiões do estado de SC, pela possibilidade de partes da sua elaboração darem conta das particularidades locais da educação pública da capital.

Em meio às ocorrências que surgiram, selecionamos quatorze trabalhos e destacamos apenas três. Alciléa Medeiros Cardoso escreveu a dissertação de mestrado *O ideário gerencial no trabalho do diretor escolar: concepções, contradições e resistência* (2008), no qual analisou o processo de transformação das atribuições e do trabalho do/a diretor/a escolar na RME, ocasionado pela reforma administrativa implantada pela prefeita Ângela Amin (PP) entre os anos 1998 a 2004. O modelo de reforma foi elaborado pela empresa Nortia Consultores Associados⁸⁶. Contratada pela prefeitura, a empresa formulou o Programa de Modernização Gerencial (PROGENTE), dividido em quatro fases de implantação, instituindo o modelo de gerencialismo, em que o diretor/a, agora compreendido como gestor/a ou gerente escolar, é responsabilizado e cobrado pela produtividade da unidade educativa e desempenho escolar dos estudantes, acarretando em sobrecarga de atividades, sobretudo administrativas, afastando-o dos aspectos pedagógicos da função e dos princípios da escola democrática. Segundo Cardoso, a implementação desse modelo enfrentou muitos focos de resistência entre os/as diretores/as da RME que defenderam os processos democráticos historicamente instituídos nas escolas municipais.

Na dissertação de mestrado *Programa Educação Integral: escolarização ou custódia?* (2014), Karine de Souza Leandro analisou a educação integral como uma política educacional brasileira e configurada pela política de educação em tempo integral constituída na reforma educacional brasileira, durante os governos de Luiz

⁸⁶A empresa Nortia Consultores Associados está registrada com CNPJ 02.199.436/0001-87. Iniciou as suas atividades em 1997, tem capital Social declarado de R\$ 149.500,00, sediada na Rua Jornalista Manoel Menezes, 115 - Itacorubi, Florianópolis - SC e tem como principal atividade a consultoria empresarial. Consta em seus registros os nomes dos sócios Mauro Mitio Yuki e Noemia Ogasawara Yuki (Econodata, 2025a). Mauro Yuki publicou dissertação de mestrado, em 1988, pelo PPG do Centro Tecnológico da UFSC, intitulada Uma metodologia de implantação de técnicas e filosofias japonesas na gestão de empresas brasileiras (UFSC, 1988). Noemia Yuki foi diretora da Associação Nipo-Catarinense, uma organização sem fins lucrativos, publicou dissertação de mestrado, em 1994, pelo PPG do Centro Sócio-Econômico da UFSC, com título Inovação tecnológica e desenvolvimento de recursos humanos: um estudo de caso sobre o impacto do sistema gerencial da qualidade total no sistema de desenvolvimento de recursos humanos (UFSC, 1994). Mauro e Noemia Yuki aparecem associados ao Instituto Mix Biguaçu (Econodata, 2025b, s/p), empresa com mais de 200 cursos listados em sua carteira de serviços, a qual oferece cursos de graduação, profissionalizante e de trânsito, a distância e de forma híbrida. O curso de Biomedicina oferecido pela instituição, por exemplo, tem a sua carga teórica à distância e suas atividades práticas e de estágio presenciais, segundo descrição do portal (Instituto Mix, 2025, s/p). Registrado sob CNPJ 38.483.019/0001-09, fundado em 2020 com razão social Yuki Soluções em Educação e Treinamentos Ltda, com capital social inicial de R\$ 180.000,00, com sede na Rua Lúcio Born, 12 - Centro, Biguaçu - SC, sua principal atividade é de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Dentre as secundárias, são o comércio varejista de perfumaria, livros, jornais, revistas e papelaria, ensino de idiomas e atividades de ensino não especificadas anteriormente, e consta em seu quadro societário os nomes de Mauro e Noemia Yuki, além Jefferson Teiji Yuki (Econodata, 2025b, s/p).

Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff (2003 - 2012). A autora assumiu como objeto empírico o Programa Educação Integral da RME de Florianópolis, formulado na gestão do prefeito Dário Elias Berger (2005 - 2012). Destacou as aproximações sobre as compreensões do modelo de educação integral dos governos dos petistas e dos psdebistas que, contraditoriamente, apresentam-se como situados em campos políticos partidários pertencentes a espectros opostos. Leandro realizou uma análise considerando as implicações que impactaram a escola e a educação, acarretando no processo de desqualificação docente, gerando atribuições às funções da escola e o consequente fortalecimento das parcerias público-privadas, consolidando políticas privatista da educação pública municipal (Leandro, 2014). O autor Alex Sandro Batista dos Santos produziu tese de doutorado intitulada *As estratégias de privatização do fundo público na rede municipal de ensino público de Florianópolis (2007 - 2020)* (2023) em que buscou investigar como se dá a privatização do fundo público destinado à educação pública municipal, considerando como estratégias utilizadas pelo Poder Executivo Municipal, como as legislações aprovadas, as parcerias público-privadas e os conveniamentos de organizações privadas. Foi analisado o conjunto de legislações, ações, atividades, programas de governo e os dados orçamentários apresentados pelo município ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE - SC). Santos aponta, por um lado, que há disputas intraclasse em que frações da classe social dirigente do Estado disputam recursos públicos nas concessões e licitações públicas e, por outro lado, há a organização da classe trabalhadora, principalmente organizada em torno de suas entidades de classe, como é o caso dos trabalhadores municipais vinculados ao Sintrasm, que pressionam o município para que atendam os seus interesses de classe, recorrendo às greves e às paralisações como estratégias de luta (Santos, 2023).

Ao concluirmos o levantamento bibliográfico no Repositório Institucional da UFSC, cabe salientar que identificamos baixa incidência de pesquisas acadêmicas que se debruçam sobre a inserção de organizações privadas na RME, o que nos causou estranheza, principalmente ao atentarmos que historicamente a rede de ensino da capital catarinense tem se valido fundamentalmente das parcerias na parceria com instituições privadas. Em 2001, quando se tornou necessário o aumento das vagas para o atendimento nas creches, em virtude das longas filas de espera as quais as crianças pequenas estavam submetidas, a estratégia para ampliação da oferta e expansão da rede assumida pelos governos foi o

conveniamento municipal com tantas outras instituições privadas (Neiverth, 2009, pp. 3 e 4). Temos acompanhado a aquisição de materiais pedagógicos, plataformas de gestão escolar, contratação de consultorias e assessorias técnicas, além de OSCs, ora assumindo partes da função da escola com atividades de contraturno escolar, ora realizando o atendimento de crianças pequenas na educação infantil. Para finalizar, observamos a política educacional de Florianópolis como resultante da política educacional no Brasil, que, desde as reformas estruturais, tem aprofundado a expansão privatista da educação, sobretudo com um conjunto de legislações, conforme apontamos ao longo da pesquisa, preparado para atender aos interesses da classe dirigente, que visa garantir acesso irrestrito ao fundo público e o controle hegemônico da todas as frações da classe trabalhadora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção da pesquisa ocorreu de maneira desordenada, em virtude dos desafios existentes nas pesquisas que envolvem análise de documentos públicos. Todas as etapas da investigação sobre o PBE necessitaram de constantes revisões. Por se tratar de uma política educacional recente, à medida que avançávamos, novas informações surgiam e documentos eram publicados. Além disso, as divergências de informações, em diferentes documentos oficiais, principalmente os orçamentários, e a falta de alguns documentos, dificultaram comparações objetivas necessárias à análise, sobretudo quando intentamos mensurar o alcance do PBE na RME e a relação custo/aluno entre o ensino regular e essa política educacional.

Buscar a documentação, selecioná-la e analisá-la à luz do campo teórico assumido, para, por fim, captar os seus sentidos, acima de tudo aqueles que não são revelados nos documentos tornou-se um trabalho complexo. Como afirmou Kosik (1976, p. 22), é desafiador analisar o objeto contemporâneo, porque aquilo que está no passado, a própria realidade já estabeleceu um ordenamento. Entretanto, a busca por documentação demonstrou-se árdua, porque, até o presente momento, encontramos inúmeros entraves para acessar documentos públicos. Afinal, a disposição irrestrita às informações governamentais faz parte da história recente do nosso país. Somente em 18 de novembro de 2011, com a sanção da Lei nº 12.527, pela presidenta Dilma Vana Rousseff, possibilitou-se a “gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação” (Brasil, 2011c). Assim, esse processo é algo ainda em consolidação, exigindo que o pesquisador encontre estratégias tanto para o acesso a documentos, quanto para a sua organização e análise. Neste sentido, ao encaminharmos a pesquisa para a sua finalização, sistematizamos nossas descobertas, de maneira analítica e dialética, e por justamente não tratarmos a empiria como simples representação objetiva da realidade, realizamos trabalho relacional, necessário para compreensão da realidade que permeia essa política educacional.

Para concepção materialista histórica dialética, o real é concebido como um todo estruturado que se desenvolve e se cria. Portanto, almejamos atribuir um ordenamento aos entrelaçamentos e determinações, resultantes dos interesses de classe, que culminaram no objeto deste estudo, para vislumbrarmos uma

compreensão sobre a totalidade concreta (Kosik, 1976, p. 34). Iniciamos a pesquisa conscientes da especificidade local expressa no PBE, instigados por alguns sinais que nos possibilitaram inferir sobre a articulação de inúmeras organizações privadas, nacionais e internacionais, às voltas de um projeto educacional que transcendia a cidade de Florianópolis. Para tanto, levantamos questões iniciais que nortearam os caminhos percorridos por nós. Inicialmente, supomos a atuação de APHs, na forma de OSCs, para reconfiguração da educação pública de acordo com os interesses da burguesia, assim como para a punção do fundo público e a subsunção da educação pública ao capital, resultando no aprofundamento privatista da RME.

Em primeiro lugar, identificamos as OSCs, ABA e o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã como organizações que mantêm com o município vasto histórico de parcerias na assistência social, no esporte, na cultura e na educação, como exposto ao longo da pesquisa. Com isso, seus representantes nas figuras de Osvaldino de Souza (ABA), Volmir Joner da Silveira, Francisco Menuci da Silveira e Gerson Luiz Joner da Silveira (Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã), notadamente Gerson Luiz Joner da Silveira pelos espaços estratégicos ocupados por ele na reitoria da UNISUL e no Conselho Estadual de Educação. Identificamos um movimento contínuo: entram governos e saem governos, esses grupos seguem privilegiados nas cessões de serviços públicos da cidade.

Outras figuras que parecem ocupar cadeira cativa na Prefeitura, principalmente na SME, apareceram em diferentes funções na secretaria e se vincularam a essa política educacional, ainda que pontualmente. Maurício Fernandes Pereira, secretário da educação durante as gestões de Gean Loureiro e Topázio Neto, Luciano Formighieri, secretário adjunto da educação entre 2017 e 2024 e secretário adjunto da saúde de 2020 a 2024, assumiu função extremamente importante para o Programa ao mediar o diálogo entre a prefeitura e as populações dos bairros que receberam as suas primeiras sedes. O vereador suplente Bruno Becker (PSD), atual secretário adjunto do continente, que se coloca como defensor da justiça social, por vezes ocupou a função de superintendente do PBE e foi coordenador de formação complementar do PBE na SME, coordenação assumida em uma das reformas administrativas do prefeito Topázio Neto (PSD). Carla Cristina Britto, eventualmente diretora indicada pela SME de unidades educativas, vinculou-se brevemente ao PBE, após a saída de Becker. Guilherme Gevaerd

Silvestrin Pontes, que ocupou o cargo de superintendente inúmeras vezes, em momentos diferentes, além de atuar como fiscal de contratos da prefeitura com OSCs e que deixou o PBE, exonerado, em 2025, por irregularidades no exercício de sua função. Por fim, surge a figura de Felipe Augusto Teixeira, professor efetivo da RME, companheiro de partido de Topázio Neto e agora consultor executivo do PBE. Esse procedimento de distribuição de cargos comissionados, em que não há alternância de servidores, somente de funções ocupadas, independente da gestão do governo, leva-nos a supor que há um grupo ou alguns grupos políticos e organizações privadas introjetados na estrutura pública municipal que movimentam as pessoas citadas de acordo com os seus interesses.

A conclusão da pesquisa desconstruiu a nossa hipótese inicial de que essa política educacional havia se constituído localmente, por determinações de grupos da região, com interferência de uma organização internacional. Evidenciou-se que o PBE se originou do Programa Mais Educação, política educacional destinada à educação integral, com ampliação da jornada escolar. O estudo acerca dessa política, em relação ao PBE, levou a pesquisa a outros desdobramentos e descobertas, algumas de extrema relevância. A AICE é uma organização privada, sem fins lucrativos, que surge em Barcelona/Espanha por intermédio da Unesco. Sua formulação de cidade educadora, o seu modelo de educação e cidadania, surgiu da concepção de cidade educadora, um modelo de educação e cidadania originado na publicação do *Relatório Faure, Aprender a Ser* (1977), quando as primeiras formulações de cidade educadora e de educação ao longo da vida aparecem. A partir de então, tanto a AICE, como a Unesco, têm atuado nacionalmente na formulação do modelo de educação integral, em tempo integral, tendo as suas representações garantidas nos espaços políticos de debate, sobretudo representada por Jaqueline Moll, que aparece como presidente da Cátedra Unesco Cidade que Educa e Transforma, além de interlocutora das Cidades Educadoras em inúmeros espaços políticos promovidos pelo MEC. É importante lembrar que Moll participou como coordenadora da formulação do Programa Mais Educação e, recentemente, tem participado de espaços de discussão sobre as novas políticas públicas para educação integral da atual gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023 - 2026), muitas vezes como representante da Cátedra Unesco Cidade que Educa e Transforma, e que é colocada como uma das mais importantes teóricas da educação integral, no Brasil. Já Marcio Tascheto da Silva

lidera o Programa UniverCidade, vinculado à UPF, também ligada e com representação na Cátedra Unesco.

Os sinais da AICE no Brasil começaram a reverberar na segunda metade dos anos 1990, fomentando a eclosão do movimento das cidades educadoras no país, que tem a Associação Cidade Escola Aprendiz como um dos seus mais ativos porta-vozes e que se apropriou de diversos princípios constituintes das cidades educadoras, originários da AICE, para constituir sua própria “tecnologia social” e o seu Programa de Cidades Educadoras. Entretanto, apesar de intimamente ligada à Associação Internacional, não foi possível estabelecer as formas de vinculação existentes entre as organizações. Como descrevemos no conjunto de análises da pesquisa, identificamos vagas menções em seus documentos e uma discreta citação na documentação norteadora do Programa Mais Educação, mas sem demonstrar qualquer tipo de parceria oficial. Conectamos a AICE e a Aprendiz ao identificarmos a incidência de conceitos educativos, métodos de implantação e propostas políticas educacionais comercializadas como tecnologias mediadas por consultorias técnicas. Porém, para além da prova documental, causa estranhamento perceber que os seus interlocutores, frequentemente, são as mesmas pessoas, e isso ocorre no âmbito do discurso da oralidade, quando a defesa de seus projetos atravessa o debate público. Da mesma maneira ocorre com as publicações de pesquisadores, acadêmicos e teóricos da educação, as quais fazem menção, defesa e pulverização das organizações. A convergência se dá pelo método de construção da hegemonia do modelo de educação integral, com ampliação da jornada escolar, que emerge para a pesquisa como fruto das determinações dos interesses do capital e da burguesia, porque fazem a defesa de um modelo que institucionaliza na política educacional pública as PPPs, valendo-se da vinculação da educação básica às OSCs, a ponto de, muitas vezes, tamanha imbricação nos serviços públicos, levar-nos a confundir uma organização privada com uma instituição pública. Presenciamos esse processo quando da implantação da política nacional Educação para Todos⁸⁷, durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, com o ministério comandado por Fernando Haddad (2005-2012).

Há um movimento semelhante, talvez até mais intensificado, que pudemos perceber ao analisarmos o Programa Mais Educação e os APHs envolvidos em sua formulação. Concluimos que, nesse caso, trata-se de uma política educacional que

⁸⁷Era comum confundirmos essa política educacional com o movimento promovido pelo TPE.

de fato foi obtida pelo MEC com a aquisição da tecnologia elaborada pela Associação Cidade Escola Aprendiz. É possível chegar a esse desfecho ao constatar que os manuais utilizados para a implementação da política foram produzidos pela Aprendiz, material amplamente utilizado e divulgado em contextos que sugerem a propaganda do serviço prestado ao Ministério. Não houve possibilidade de estabelecermos as formas de vinculações entre as organizações privadas envolvidas, mas tornou-se possível esboçarmos alguns papéis, articulações e objetivos. Há dois grandes APHs⁸⁸ que mais se destacam, a AICE e a Associação Cidade Escola Aprendiz, mobilizados em pulverizar nos governos, em âmbito federal, estadual e municipal, a ideia de Cidades Educadoras e um modelo de educação integral, com ampliação da jornada escolar. Tanto o fazem que as identificamos em suas publicações institucionais e em publicações escritas por pessoas vinculadas a essas entidades, ainda que não oficialmente. Parece-nos terem assumido a tarefa de divulgar o movimento nacional por cidades educadoras, conforme destacamos em grande parte da pesquisa. Pudemos identificar suas conexões com a Unesco, sobretudo em torno da Cátedra Unesco - Cidade que educa e transforma, e que os conecta a outras instituições privadas internacionais.

Outro ponto importante de articulação que se converte em aspecto que sinaliza convergência para a promoção de hegemonia sobre esse modelo de educação em tempo integral, são as concepções de educação, política de educação integral e de finalidades educativas, defendidas pela AICE e pela Associação Cidade Escola Aprendiz, que convergem para um modelo que atenda especificamente frações da classe trabalhadora pauperizadas. Segundo suas formulações, essas populações necessitam de uma educação básica com tempos e currículos mais flexíveis, focalizada, diversa e criativa. Com foco no desenvolvimento da cidadania e na promoção da vida em comunidade, fundam-se objetivando o combate à violência, as deficiências formativas e a pobreza. Deste modo, apontam para a obsolescência da escola regular em sua estruturação atual. Por trás dessa defesa, há intenções de classe que se convertem em determinações de ordem econômica, política e ideológica.

⁸⁸Há outros APHs envolvidos e que foram identificados pela pesquisa, mas que assumem outros papéis que não pudemos aprofundar na investigação em virtude dos limites estabelecidos para a pesquisa.

Tendo em vista que a ampliação da jornada escolar na forma estrutural defendida pela AICE e a Associação Cidade Escola Aprendiz favorecem a inserção ampliada de organizações privadas na educação básica, esse modelo promove o deslocamento de partes das funções formativas da escola pública, ocasionando o rebaixamento da educação oferecida para a classe trabalhadora, substituindo a elaboração institucional curricular, que parte (ou deveria partir) de bases epistemológicas, formuladas por profissionais da educação, com formação docente e, conseqüentemente, com acúmulo teórico e formativo para a função, para dar lugar a atividades constituídas para se realizarem “em qualquer tempo e em qualquer espaço”. Compreendendo que todos são educadores, converte-se a função docente em “educador comunitário” ou voluntariado. Substitui-se, assim, o conhecimento socialmente construído, historicamente referenciado, que parte de um modelo de educação universal, por atividades específicas para a comunidade e a serem realizadas na comunidade, que, fora do contexto da educação em tempo integral, poderiam facilmente ser qualificadas como atividades recreativas.

Junto a isso, aprofundam processos de desprofissionalização do trabalho docente, fragilizam o exercício da função ao jogar uma massa de trabalhadores da educação na condição de trabalhador pejetizado, sem direito à seguridade social na condição de professor, ao pagamento do piso salarial e à organização laboral pela representação sindical. Evangelista e Shiroma (2007) apontaram para a reconversão profissional do professor no decorrer das reformas educacionais ocorridas nos países da América Latina, pela articulação de organizações internacionais e o Estado. O “professor obstáculo” das reformas, como maior categoria de servidores públicos, mesmo sob intensificação do trabalho, coberto de novas atribuições e burocracia, tão exausto para lutar contra políticas de sucateamento e rebaixamento salarial, ainda é percebido como entrave para as reformas educacionais. Assume-se a tarefa de rebaixá-lo de sua função e (por que não?) desqualificado a ponto de não poder se reconhecer como parte da categoria de professores, tanto no campo discursivo, ao afastar-se da organização sindical e das lutas da categoria por adesão ao consenso sobre o papel dos sindicatos, assim sem poder se enquadrar como professor pela sua forma jurídica de contratação. As autoras revelam a despersonificação do “professor como sujeito”, “em detrimento da docência como ação” (Evangelista e Shiroma, 2007, p. 536).

O Programa Mais Educação e o PBE aprimoraram a despersonalização do professor ao instituir a categoria dos “oficineiros”. Entretanto, essa ideia não nasce do PBE, muito menos do Programa Mais Educação. Trata-se das formulações da AICE e da Associação Cidade Escola Aprendiz, que cumprem a agenda das organizações internacionais pela reconversão do professor. O MEC, por sua vez, adere a essa política de reconversão da função, referendando-a ao adquirir o pacote da política educacional para ampliação da jornada escolar. Deste modo, resolveram-se dois problemas: o da organização política da categoria que gera barreiras para o avanço dos interesses de classe da burguesia e do capital, e os custos orçamentários para os Estados, com pisos salariais e planos de carreira.

De modo tão intenso quanto a alteração estrutural, o deslocamento de partes da função da escola distribuídas para OSCs, objetivando a ampliação da jornada escolar, nos moldes propostos e, justamente, na forma como o PBE foi implantado, não garante a ampliação para tempo integral com sete horas de atividades educativas diárias ou 35 horas semanais, como preconizam o PNE (2014 - 2025), o PME (2015 - 2025) e o Programa de Educação Integral em Tempo Integral (Brasil, 2023a) atual. A ampliação da jornada no contexto do PBE⁸⁹ ocorre pela oferta de oficinas, organizadas e escolhidas por cada sede do Programa. Assim, uma criança ou um jovem são considerados como participantes da política de educação em tempo integral estando matriculados em uma atividade, independente de completar ou não a carga horária estabelecida. Não há evidências de acompanhamento desses critérios.

Para finalizarmos, abordaremos o modelo de educação integral incorporado pelo PBE. Indicamos para a compreensão de incorporação porque esse modelo não consiste em uma formulação da SME, mas uma apropriação das formulações da AICE e da Associação Cidade Escola Aprendiz, com evidências de aquisição do produto educacional dessas organizações privadas.

Sendo assim, tomamos a última versão do Documento Norteador do PBE (Florianópolis, 2023) como referencial, porque o documento traz algumas pequenas revisões com relação ao conteúdo publicado nas versões de 2019 e 2022. Em seus escritos, descreve-se a educação integral como um processo de desenvolvimento humano que abarca toda a sua dimensão, de maneira global, mas subdividida em

⁸⁹Ressaltamos que o modelo de educação em tempo integral do PBE foi possibilitado pelas políticas educacionais nacionais e pelo conjunto de legislações que as regulamentam.

dimensão física, emocional/afetiva, intelectual, social e cultural. Tal abordagem de educação integral se dá de maneira integrada porque o seu desenvolvimento supostamente partiria da subjetividade dos indivíduos em relação à coletividade, observando os territórios nos quais eles estão inseridos, atentos às suas potencialidades e vulnerabilidades. Para instituição desse modelo de educação integral, assume-se a estratégia da educação em tempo integral ou educação com ampliação da jornada escolar, partindo das seguintes concepções: educação ao longo da vida, processos educativos que ocorrem em qualquer tempo e espaço, educação comunitária que transpõe os limites escolares e as parcerias entre o Estado e OSCs. Para nós, delineiam-se duas estratégias para tornar aceitável ou justificável a transferência orçamentária para organizações privadas, mesmo ocasionando na desescolarização dos processos educativos com o deslocamento de parte de funções da escola e/ou sua refuncionalização e o rebaixamento, como citado anteriormente, do professor, dando lugar ao educador, ao educador comunitário e, no caso do PBE, ao oficineiro.

Em primeiro lugar, é preciso tornar essa estratégia “palatável”, convencer, sobretudo, profissionais da educação, que nem toda educação precisa ou deve ser curricularizada, executada pela escola e na escola. Há outras formas mais contemporâneas e modernas de se ensinar e promover o desenvolvimento das crianças e jovens. Encontrar espaços educativos mais estimulantes que as salas de aulas, convencer que a educação “transcende tempo e espaço, (...) podendo (...), um espaço teoricamente inusitado, transformar-se em espaço de significativas aprendizagens” (Florianópolis, 2023). Parte dessa tarefa é apresentar educadores mais capazes de lidar com as diversidades individuais que os professores da escola regular. Outro ponto de convencimento é de que essa educação fora da escola, menos rígida, formulada pelo sujeito, para o sujeito e suas individualidades, precisa ser abarcada pelo escopo de financiamento da educação básica. Para tanto, as formulações acerca da educação não-formal como complemento à educação formal ganham não só interlocutores de peso, como Jaqueline Moll, Paulo Freire, Miguel Arroyo e Moacir Gadotti, mas é legitimada e legalizada por um conjunto de legislações e políticas públicas, como o Programa Mais Educação, o PNE, o PME e o Programa Escola em Tempo Integral. Não à toa, o setor que administra o PBE na SME recebeu os nomes de Coordenação Executiva de Educação Complementar do

Programa Bairro Educador e, atualmente, Consultoria Executiva de Educação Complementar do Programa Bairro Educador.

A SME poderia ter optado por outras estratégias para implementação de seu modelo de educação integral, com ampliação da jornada escolar, que não favorecesse a expansão da atuação de OSCs, como diversas experiências na própria RME demonstraram ser estruturalmente possível e relevantes do ponto de vista formativo dos estudantes. A Proposta Pedagógica para a Educação Básica contida no PME (2015 - 2025) (Florianópolis, 2016, p.56) previa a instituição da educação integral e em tempo integral com duas possibilidades: “Escolas com Jornada Integral Interna” e “Escolas com Jornada Regular + Atividades Externas (Jornada Ampliada Aberta)⁹⁰”. O PBE demonstra que o município optou pela descentralização das atividades escolares ocorridas fora das unidades educativas básicas e pelo compartilhamento da educação integral, com ampliação da jornada escolar com organizações privadas.

Deste modo, essa política educacional impacta a educação municipal de Florianópolis não apenas aprofundando o modelo da nova pedagogia da hegemonia (Neves, 2018), mas impacta as decisões orçamentárias, algo que é, para nós, extremamente problemático ao observarmos o contexto de sucateamento estrutural das unidades educativas, onde há escolas regulares sem itens básicos de higiene, como sabonetes para lavar as mãos, além de problemas estruturais em suas construções gravíssimos, como no caso do NEIM Orlandina, no bairro Monte Verde, em que o muro do edificado caiu na residência do morador vizinho e as crianças passaram meses frequentando a unidade com a fossa transbordando no terreno pela falta de manutenção. Ou mesmo, o caso do NEIM Doralice Teodora Bastos, em Canasvieiras, e a Escola Básica Municipal (EBM) Intendente Aricomedes da Silva, em Cachoeira de Bom Jesus, que sofrem com infiltrações nas paredes, vazamentos das caixas d'água e o mato alto que toma conta das áreas verdes das unidades (Sintrasem, 2025).

Na pesquisa acerca dessa política educacional, o PBE se evidenciou como parte de uma estratégia aprofundada de apropriação do fundo público e de expansão de políticas de privatização da educação municipal, que ocorrem

⁹⁰Compreende-se a ampliação da jornada executada em “Centros de Inovação da educação básica, a serem construídos pelo Programa de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação infantil e do Ensino fundamental de Florianópolis, ou em ONGs, clubes etc.” (Florianópolis, 2016, p. 56).

praticamente de maneira silenciosa, como quem “come pelas beiradas”, sem chamar muita atenção. Tanto o fazem que o PBE iniciou suas atividades em 2019 com apenas quatro sedes, e atualmente conta com doze, com possibilidade de ampliação, em breve, para dezoito. Nesse processo, acompanhamos a cessão de uso de espaços públicos, como praças e quadras esportivas, prédios públicos ocupados por NEIMs e centros comunitários e até a execução de oficinas dentro de unidades educativas, como é o caso do NEIM João Machado da Silva, localizado no Morro do 25 e tratado como uma extensão do Bairro Educador da Mariquinha (Florianópolis, 2025). A SME começou com um primeiro repasse de cerca de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) para a manutenção do Programa, valores que vêm aumentando a cada chamamento, a cada aditivo para prorrogação de contrato, até chegarmos à casa dos milhões de reais, totalizando R\$37.472.240,82 (trinta e sete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos) repassados somente ao Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã, em um período quatro anos.

Entretanto, nós não acompanhamos nenhuma movimentação da categoria ou do Sintrase questionando a estratégia de ampliação da RME em torno do PBE, pelo contrário, vemos uma grande quantidade de profissionais da educação que atuam na rede, alguns inclusive efetivos, que aceitam contratos temporários no PBE, ao mesmo tempo em que participam das mobilizações da categoria pautando a negociação da data-base e que têm resultado, nos últimos anos, em avanços mínimos na recomposição salarial anual. Essa imobilidade nos aponta para a instrumentalidade do PBE a serviço da burguesia ao articular hegemonia, educação e controle social. O PBE se tornou como a “menina dos olhos” do capital e da burguesia. De maneira dialética, o PBE desarticula a categoria de professores, enfraquecendo o poder sindical de articulação, organização e mobilização para frear o avanço desse modelo de educação integral com ampliação da jornada escolar, porque coopta os próprios trabalhadores, assim como aprisiona a população em torno do PBE já que não há outras possibilidades de acesso ao lazer, à cultura, a atividade esportiva e ao reforço escolar com capilaridade semelhante a do PBE que possa atender aos filhos e as filhas da classe trabalhadora pauperizada.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRAÇOS ABERTOS. **Relatório de Execução**. Prestação de serviços nos bairros do Programa Bairro Educador, no município de Florianópolis. Florianópolis, SC: 2019. Disponível em: https://bussola.blob.core.windows.net/temporario-bussola/2025-11-09/Monitoramento%20Programa%20Bairro%20Educador_ngiZx3.pdf?sv=2017-11-09&sr=b&se=2025-11-09T13:13:56Z&sp=r&spr=https&sig=eBeaEtWd4VxHnKIYaq7psqGopBKQgP93kMB8vCXD8zw%3D. Acesso em: 9 nov. 2025.
- AICE. **Educação e Vida Urbana: 20 anos de Cidades Educadoras**. Associação Internacional de Cidades Educadoras, 2008. Disponível em: <https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educador-as-PT.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- AICE. **Carta das Cidades Educadoras**, 2020. Disponível em: https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta_10x14cm.pdf. Acesso em: 5 set. 2024.
- AICE. **Guia Metodológico: da leitura da carta à consolidação de uma cidade educadora**. Associação Internacional de Cidades Educadoras, 2021. Disponível em: https://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2020/05/PT_Consolidacio2021.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.
- AICE. **Congresso Internacional de Cidades Educadoras**, 2024. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/congresso/curitiba-2024/>. Acesso em: 5 set. 2024.
- AICE. **Site da Asociación de Ciudades Educadoras**. Página inicial, [s/d]. Disponível em: <https://www.edcities.org/>. Acesso em: 14 mar. 2024.
- ASHOKA. **Portal Institucional Ashoka Empreendedores Sociais**. Página inicial, [s/d]. Disponível em: <https://www.ashoka.org/en-nrd>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Aprendiz: 20 anos de histórias e reinvenções**, 2017. Disponível em: https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2017/11/aprendiz_20_a_nos_de_historias_e_reinvencao.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.
- ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Relatórios de Atividades 2018: programa Cidades Educadoras**, 2018. Disponível em: <https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/relatorios/2018/programas/cidades-educadoras/#:~:text=O%20programa%20Cidades%20Educadoras%20%C3%A9,o%20desenvolvimento%20integral%20de%20todas>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Bairro Escola: passo a passo**, [s/d]. Disponível em https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Bairro-escola_passo-a-passo.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.
- BATISTA, Manuela Cassia da Silveira Gomes. **Salvador, cidade educadora e os ciclos de parceria público-privado (2005-2012)**. 2019. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/843>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: MARE, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf/@download/file/Plano%20diretor%20da%20reforma%20do%20aparelho%20do%20estado%20-%201995.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) para regulamentação do trabalho de jovens entre 14 e 18 anos. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 6 de nov. 2025.

BRASIL. **Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003**. Convertida na Lei nº 10.836, de 2004. Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Família. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2003/medidaprovisoria-132-20-outubro-2003-497302-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF: 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.094%2C%20DE%2024,da%20qualidade%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica.. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 8 nov. de 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Portaria Interministerial 17/2007 e Decreto 7083 de 27 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre a instituição do Programa Mais Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207083&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.083%2C%20DE%2027,16%20de%20junho%20de%202009%2C. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual Bairro Escola - Passo a Passo.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8192-1-bairro-escola-seb-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caminhos para Elaborar uma Proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8194-4-caminhos-elaborar-educacao-integral-cecipe-seb-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Mais Educação: passo a passo.** Brasília: Ministério da Educação, 2011b. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/programa-mais-educacao-passo-a-passo,12372af7-ddd7-478a-965e-aa3de41abf99>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014a. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Brasília, DF: 2014b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais. **Dilma Rousseff: as organizações da sociedade civil são parceiras fundamentais para a implementação de políticas públicas**. Brasília, DF: 31 jul. 2014c. Disponível em: <https://www.gov.br/sri/pt-br/backup-secretaria-de-governo/assuntos/noticias/noticias-em-acervo/2014/julho/31-07-2014-dilma-rousseff-as-organizacoes-da-sociedade-civil-sao-parceiras-fundamentais-para-a-implementacao-de-politicas-publicas>. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Dilma assina decreto que regulariza o MROSC**. Brasília, DF: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 07 ago. 2014d. Disponível em: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/noticias/noticias/2016/dilma-assina-decreto-que-regulamenta-o-mrosc-1>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. **Edital de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade Nº 167 - 10/03/2020**. Brasília, DF: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/editais-de-notificacao/editais-2020/edital-de-procedimento-administrativo-de-reconhecimento-de-responsabilidade-no-167-10_03_2020.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**, 10ª edição, Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2023. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458. Acesso em: 5 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola em Tempo Integral**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/cartilha.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2023b. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Receita Federal. **Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da Empresa Associação Braços Abertos**. Brasília, DF: Receita Federal, 2024.

Disponível em:

https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Receita Federal. **Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da empresa Unisul Esporte Clube**. Brasília, DF: Receita Federal, 2024a. Disponível em:

https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Receita Federal. **Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da Organização da Sociedade Civil Associação de Saúde São Bento**. Brasília, DF: 2025. Disponível em:

https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Receita Federal. **Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da empresa Bússola Social**. Brasília, DF: Receita Federal, 2025a. Disponível em:

https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.as. Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. Receita Federal. **Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da empresa Arlequim**. Brasília, DF: Receita Federal, 2025b. Disponível em:

https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.as. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Portal Nacional de Contratações Públicas. **Contrato nº 26/2025/2025**.

Contratação de consultoria especializada para o apoio técnico na elaboração do planejamento estratégico da educação municipal de Florianópolis. 2025c.

Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/contratos/83279448000113/2025/26>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. **Glossário**. Brasília, DF: IPEA, [s/d]. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/glossario>. Acesso em: 6 de nov. 2025.

BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. **Associação Braços Abertos**, [s/d]. Disponível em:

<https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/843742/associacao-bracos-abertos>. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. **Associação Cidade Escola Aprendiz**, [s/d]. Disponível em:

<https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/591519/associacao-cidade-escola-aprendiz>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. **CIEDS-Brasil**, [s/d]. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/564878/centro-de-integracao-e-desenvolvimento-o-sustentavel>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. **Instituto Haroldo Jacobovicz**, [s/d]. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/1363270/instituto-haroldo-jacobovicz>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. **Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã**, [s/d]. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/713023/instituto-escola-de-esporte-cultura-e-eduacao-cidada>. Acesso em: 6 out. 2024.

BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. **Perguntas Frequentes**. Definições do IPEA sobre OS, OSC e OSCIP. [s/d]. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil, **Santa Catarina Empreendimentos Esportivos Culturais**, [s.d]. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/702210/santa-catarina-empreendimentos-esportivos-culturais>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRITTO, Carla Cristina. **Currículo do sistema currículo Lattes**. Brasília, 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1411809003678501>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BÚSSOLA SOCIAL. **Página institucional da empresa**. [s/d]. Disponível em: <https://www.bussolasocial.com.br/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

CARDOSO, Alciléa Medeiros. **O ideário gerencial no trabalho do diretor escolar: concepções, contradições e resistência**. Dissertação (Mestrado em Educação) -, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91196>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTRO, Fernando Santos. **Linkedin**: perfil profissional, 2025. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/fernandosantosdecastro/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 1 ago. 2025.

CIEDS-Brasil. **Bairro Educador**. [s/d]. Disponível em: <https://www.cieds.org.br/resumo-do-projeto/bairro-educador>. Acesso em: 4 out. 2024.

CORÁ, Elsie; MOLL, Jaqueline; SILVA, Marcio Tascheto da. **Cidades Educadoras: o desafio da construção de outro paradigma pedagógico e de gestão em tempos distópicos**. Revista Vagalume. V. 02, N. 02, 2022. 2. Disponível em: https://unitwin.iseclisboa.pt/publicacoes/cidades_educadoras.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

CORREIO SC. Prefeitura de Florianópolis rompe contrato com Associação São Bento. **Correio De Santa Catarina**. 10 fev. 2020. Disponível em: <https://www.correiosc.com.br/prefeitura-de-florianopolis-rompe-contrato-com-associao-sao-bento/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

COSTA, Natacha. **Linkedin**: perfil profissional, 2025. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/natacha-costa-a650b135/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CUNHA, Daniel José da. **Educação política e educação escolar**: análise do projeto cidades educadoras. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11341>. Acesso em: 5 jul. 2025.

DA SILVA, Marcio Tascheto. **Currículo do sistema currículo Lattes**. Brasília, 2025. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4880820875937135>. Acesso em: 23 jun. 2025.

DA SILVA, Paulo Aparecido Dias. **A falácia da educação integral sob o domínio imperialista**: um estudo do Programa Mais Educação em Rondônia. 2017. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5673>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DA SILVEIRA, Gerson Luiz Joner. **Linkedin**: perfil profissional, 2025. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/gerson-luiz-joner-da-silveira-4b832128/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 1 ago. 2025.

DANTAS, Jeferson Silveira. **Espaços coletivos de esperança**: a experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96346>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ação Civil Pública com Pedido de Tutela Provisória de Urgência instaurada contra o município de Florianópolis e a Associação Braços Abertos**. Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Florianópolis, 30 jul. 2019. Disponível em: https://www.defensoria.sc.def.br/uploads/downloads/0023_62a4d09ebb0f9.pdf. Acesso em: 4 out. 2024.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado** - ação política, poder e golpe de classe. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ECONODATA. **Amplify**. Situação cadastral da empresa consultada, 2025. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/40332053000124-amplify-consultoria-de-gestao-ltda>. Acesso em: 8 nov. 2025.

ECONODATA. **Nortia Consultores Associados**. Situação cadastral da empresa consultada, 2025a. Disponível em:

<https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/02199436000187-nortia-consultores-associados-ss>. Acesso em: 26 jul. 2025.

ECONODATA. **Instituto Mix Biguaçu**. Situação cadastral da empresa consultada, 2025b. Disponível em:

<https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/38483019000109-yuki-solucoes-e-m-educacao-e-treinamentos-ltda>. Acesso em: 26 jul. 2025.

EVANGELISTA, Olinda, SHIROMA, Eneida. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.3, p. 531-541, set./dez. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/LPBg4SpmbKq3psDMGVT7YPK/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 30 jul. 2025.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: COLÓQUIO A PESQUISA EM TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS, 1., 2009, Belém. **Anais [...]** Belém: UFPA, 2009.

Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/211971320/texto-Olinda-PDF>. Acesso em: 1 ago. 2025.

EVANGELISTA, Olinda. De protagonistas a obstáculos: aparelhos privados de hegemonia e conformação docente no Brasil. **Revista Outubro**, São Paulo, ed. 35, p. 164-194, 2022.

EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan K.. O TPE desembarca na Ilha de Santa Catarina: tecnocracia, hegemonia e a negação do magistério em Florianópolis.

Contrapoder, 23 abr. 2025. Disponível em:

<https://contrapoder.net/colunas/o-tpe-desembarca-na-ilha-de-santa-catarina-tecnocracia-hegemonia-e-a-negacao-do-magisterio-em-florianopolis/#easy-footnote-7-7795>.

Acesso em: 2 ago. 2025.

FAURE, Edgar. **Aprender a Ser**. 2ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

FAUST, Juliana. **A Hibridização e a Flexibilização das Relações de Trabalho de Professoras na Atuação de Organizações da Sociedade Civil: Novas Formas de Subsunção ao Capital**. 2023. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em:

https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/8673/Juliana_Matias_Faust_16976401295338_8673.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

FERREIRA, Wanessa. **Dez anos atrás, tive a honra de contribuir [...]** 2023.

LinkedIn: Perfil de Wanessa Ferreira. Disponível em:

<https://www.linkedin.com/in/wanessaferreira/recent-activity/all/>. Acesso em: 2 ago. 2025.

FERREIRA, Wanessa. **LinkedIn**: perfil profissional, 2025. Disponível em:

<https://www.linkedin.com/in/wanessaferreira/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 2 ago. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação 2015-2025**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Disponível em:

https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26_10_2018_12.15.31.3e1bcbd82c8eb1f6ff80d75e1fb8cd64.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis **Mensagem do prefeito é lida na Câmara**. Florianópolis: Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis, 2017. Disponível em:

<https://www.cmf.sc.gov.br/imprensa/noticias/Noticias/111/2024/783>. Acesso em: 27 set. 2024.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Complementar nº 596, de 27 de Janeiro de 2017**. Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Municipal de Florianópolis, reestruturação de cargos, estabelece princípios e diretrizes de gestão e adota outras providências. Florianópolis: Câmara Municipal, 2017a. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2017/59/596/lei-complementar-n-596-2017-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-da-administracao-publica-do-poder-executivo-municipal-de-florianopolis-reestruturacao-de-cargos-estabelece-principios-e-diretrizes-de-gestao-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 17.361, de 15 de Março de 2017**. Regulamenta as parcerias entre o município de Florianópolis e as organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de projetos e atividades previamente estabelecidos em planos de trabalho, nos termos das leis federais nº 13.019, de 2014 e 13.204, de 2015 e do decreto federal nº 8726, de 2016. Florianópolis: Câmara Municipal, 2017b. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05_04_2017_14.49.45.8a3919da8633bc5dbb61a00ad6acb0c8.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde. **Programa Creche e Saúde Já**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, 2018. Disponível em:

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_10_2018_19.14.50.6ade2005a314daa5666e78530dab4f2a.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 10.372, de 25 de abril de 2018**. Institui o programa creche e saúde já no âmbito do município de Florianópolis e dá outras providências.

Florianópolis: Câmara Municipal, 2018a. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2018/1038/10372/lei-ordinaria-n-10372-2018-institui-o-programa-creche-e-saude-ja-no-ambito-do-municipio-de-florianopolis-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 4 mar. 2023.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Bairro Educador: Documento Norteador/2019**, Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2019. Disponível em:

<file:///C:/Users/748323/Downloads/EIXOS%20NORTEADORES%20-%202019.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Ata da reunião realizada no Neim Cristo Redentor para apresentação do Programa Bairro Educador à população do bairro.** 16 de maio de 2019, 2019a.

FLORIANÓPOLIS. Edital de Chamamento Público nº 003/SME/2019. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis:** ed. 2466, p. 5, 26 jun. 2019b.

Disponível em:

https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/26_06_2019_19.06.36.b4026766612867ab85977aa2856d4f56.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano de Trabalho Associação Braços Abertos - ABA, 2º aditivo do termo de colaboração 061/PMF/SEMAS/2019.** Dispõe do plano de trabalho da OSC para o atendimento às pessoas em situação de rua (vinculação com a Proteção Social Especial).

Florianópolis: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2019c. Disponível em:

https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_07_2020_11.37.15.072c228cc9b8376e5c5f7d563d4d923f.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Relatório de Parcerias Firmadas entre o Município e Entidades.** Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2020. Disponível em:

<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/smtac/index.php?cms=parcerias+do+municipio&menu=0>. Acesso em: 8 set. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Ofício de encaminhamento da prestação de contas do termo de colaboração com dispensa de chamamento público.** Florianópolis: Secretaria Municipal de Assistência Social, 20 jan. 2020a. Disponível em:

https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_07_2020_11.24.43.f7942a313098ffa578bb4bdd0080390b.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 23.061, de 23 de Julho de 2021. Dispõe Sobre Permissão de Uso, A Título Precário e Gratuito, À Instituto Escola de Esporte Cidadã "Escola De Esporte Cidadã". **Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis:** ed. 2993, p. 2, 23 jul. 2021. Disponível em:

https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/23_07_2021_19.39.46.5dfaf22ba9a9b83dad1a1bf8183d51b5.pdf Acesso em: 15 set. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Edital de Chamamento Público nº 002/SME/2021.** Seleção de Organização da Sociedade Civil para gestão do Programa Bairro Educador. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2021a. Disponível em:

https://docs.google.com/document/d/1vaozGEoQYG_LuqtXcDTeCokCAUI4gzBANrwrSEWNeY/edit. Acesso em: 4 out. 2024.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 23.339 de 16 de Novembro de 2021.** Nomeia Bruno Borges Becker a função de superintendente do Programa Bairro Educador.

Florianópolis, 2021b. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2021/2334/23339/decreto-n-23339-2021>. Acesso em: 2 out. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Bairro Educador: Documento Norteador/2022**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2022. Disponível em:
<file:///C:/Users/748323/Downloads/DOCUMENTO%20NORTEADOR%20-%20Programa%20Bairro%20Educador%20%20-%202022.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2022.

FLORIANÓPOLIS. Edital de Chamamento Público nº 001/SME/2022. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis**: ed. 3199, p. 5, 24 maio de 2022a. Disponível em:
https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/24_05_2022_22.52.10.8e3dae5430e3f05fc604b87f854375e7.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

FLORIANÓPOLIS. **Programa Bairro Educador, Documento Norteador: 2023**. Secretaria Municipal de Educação, 2ª edição, Florianópolis, 2023. Disponível em:
https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_09_2024_8.53.47.200785762c7e44b3a8eb70ca284f724b.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 10.961, de 28 de março de 2023**. Autoriza o Município de Florianópolis a Integrar à Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE). Florianópolis: Câmara Municipal, 2023a. Disponível em:
<https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/0/0/1/0/89156>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FLORIANÓPOLIS. Decreto municipal nº 24.554, de 2 de janeiro de 2023. Exonera Bruno Becker os cargos em comissão da secretaria municipal de educação da prefeitura Municipal de Florianópolis. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis**: Secretaria Municipal da Casa Civil, Florianópolis, ed. 3350, p. 97-98, 2 jan. 2023, 2023b. Disponível em:
https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/03_01_2023_1.01.31.1df7a51cfbd086578987f8753b7976de.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

FLORIANÓPOLIS. **A Lei Complementar nº 736, de 2 de janeiro de 2023**. Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração pública do poder executivo municipal de Florianópolis, reestrutura os cargos e funções gratificadas, estabelece princípios e diretrizes de gestão e adota outras providências. Florianópolis: Câmara Municipal, 2023c. Disponível em:
<https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/leis-complementares/0/2/0/88390>. Acesso em: 3 out. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Controladoria-Geral do Município. **Parcerias do Município**. Relatórios de parcerias firmadas entre o município e entidades. Florianópolis: Controladoria-Geral do Município, 2024. Disponível em:
<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/smtac/index.php?cms=parcerias+do+municipio&menu=0>. Acesso em: 1 ago. 2025.

FLORIANÓPOLIS. **Requerimento de nº 00269/2024, de 9 de julho de 2024, protocolado pelo vereador Afrânio Tadeu Boppré**. Solicitação de documentação referente ao Programa Bairro Educador à Câmara Municipal de Vereadores. Florianópolis, 2024a.

FLORIANÓPOLIS. **Projeto de Lei (PL) n.º 19269/2024, de 19 de junho de 2024**. Dispõe sobre a criação de programa bairro educador e dá outras providências.

Florianópolis: Câmara Municipal, 2024b. Disponível em:
<https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Leis-ordinarias/2024/1/0/98847>.
 Acesso em: 4 out. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Decreto municipal nº. 27.327, de 07 de Janeiro de 2025. Exonera, a pedido, cargos em comissão da Secretaria Municipal de Educação, Carla Cristina Britto. **Diário Oficial Município de Florianópolis**: Secretaria Municipal da Casa Civil, Florianópolis, ed. 3847, p. 318-319, 7 jan. 2025. Disponível em:
<https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/6767802>. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. 6º Aditivo ao Termo de Colaboração nº152/PMF/SME/2022. Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã. **Diário Oficial Município de Florianópolis**: Câmara Municipal de Florianópolis, ed. 3846, p. 299, 6 jan. 2025a. Disponível em:
<https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/6759050>. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **7º Aditivo ao Termo de Colaboração nº152/PMF/SME/2022**, Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2025b. Disponível em:
https://s3cache.dom.sc.gov.br/atos/2025/07/1751659164_extrato_stimo_termo_aditivo_ao_termo_de_colaboracao_n_152_pmf_sme_2022.docx.pdf. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº. 91/2025**. Nomeia Jheniffer Ramos Soares para gestão da parceria com o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2025c. Disponível em:
https://s3cache.dom.sc.gov.br/atos/2025/01/1738335062_portaria_n._912025.pdf. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Thiago Mello Peixoto da Silveira**: Secretário Municipal de Educação. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2025d. Disponível em:
<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educacao/index.php?pagina=govgabinete&menu=1&submenuid=sobre#:~:text=Thiago%20Mello%20Peixoto%20da%20Silveira&text=Ex%2Dsecret%C3%A1rio%20de%20Estado%20da,Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20pela%20Harvard%20University>. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. **Projeto de Resolução N.º 02974/2025**. Concede o troféu Governador Celso Ramos ao senhor Guilherme Pontes. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2025e. Disponível em:
<https://www.cmf.sc.gov.br/assinatura/assinado/2025/07/250714174846D3315.pdf?vh=eacf08a>. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 18/CGM/2025**. Trata da exoneração de Guilherme Gevaerd Silvestrin Pontes. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2025f. Disponível em:
https://s3cache.dom.sc.gov.br/atos/2025/07/1751651028_portaria_guilherme_assina_da.pdf. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Extrato do Contrato nº 268/SME/2025. Contratação de serviços de Assessoria e Consultoria em Educação (ACE), para novo posicionamento de Bairro Educador, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis/SC. **Diário Oficial Município de Florianópolis:** Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias, ed. 3945, p. 113, 02 jun. 2025g. Disponível em: <https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/7270988>. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria Nº. 465/2025.** Designa Felipe Augusto Teixeira como fiscal do contrato nº268/SME/2025 - Serviço Social da Indústria – SESI/Florianópolis. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação 2025h. Disponível em: https://s3cache.dom.sc.gov.br/atos/2025/06/1749062492_portaria_de_fiscalizao_n4652025_ass.pdf. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. **18ª Legislatura.** Posse como vereador de Felipe Augusto Teixeira. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis. 2025i. Disponível em: https://www.cmf.sc.gov.br/softcam/noticia_print_pdf.php?item=817&assinatura=0. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal da Casa Civil. Secretaria Executiva de Gestão por Resultado. **Programa de Metas 2025 - 2028:** Compromisso com Florianópolis: Secretaria Municipal da Casa Civil, 2025j. Disponível em: https://s3cache.dom.sc.gov.br/atos/2025/06/1750701493_processo_pmf_i_001348212025_selecionados.pdf. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias. Inexigibilidade de Licitação Nº138/SMLCP/SULIC/2025. **Diário Oficial Município de Florianópolis:** Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias, ed. 3939, p. 71, 23 maio 2025k. Disponível em: <https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/7251774>. Acesso em: 2 ago. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Extrato do Contrato Nº 280/SME/2025. **Diário Oficial Município de Florianópolis:** Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias, ed. 3946, p. 114, 2 jun. 2025l. Disponível em: <https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/7271114>. Acesso em: 2 ago. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. **Requerimento N.º 00522/2025.** Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2025m. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/tramitacoes/11/106262/pesquisa>. Acesso em: 2 ago. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. **Resposta ao Requerimento Nº 00522/2025.** Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2025n.

FLORIANÓPOLIS. Edital de Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil (OSCS) Na Área de Educação nº 026.000/SMLCP/2025.**Diário Oficial Município de Florianópolis:** Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias, ed. 3979, p. 97, 22 jul. 2025o. Disponível em: <https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/7422086>. Acesso em: 3 ago. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis. **Biografia, Atividades e Mandatos de Bruno Borges Becker**. Florianópolis: Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis, [s/d]. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/camara/membros/show/249>. Acesso em: 4 out. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Localização das sedes dos Bairros Educadores**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, [s/d]. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educacao/index.php?cms=bairros+educadores&menu=12&submenuid=2445>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FONTES, Virgínia. Capitalismo Filantrópico? - Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. In: **Marx e Marxismo**. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.8, n.14, jan/jun 2020. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/351>. Acesso em: 7 jul. 2024.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital-Imperialismo. Teoria e História. Col. **Pensamento Crítico**. 2ª Edição, Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/brasil_capital_imperialismo.pdf. Acesso em: 4 abr. 2022.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Bairro Educador. **Vídeo do Youtube**, 13 nov. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZgUoAliuHNk>. Acesso em: 28 out. 2024.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Ide, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/54490/1/gadotti-educacao-nao-formal.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GADOTTI, Moacir. A Escola na Cidade que Educa. **Cadernos CENPEC**, 2006, n. 1. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7beb/b5ff31290bc2f42b2e746025103ce1c24527.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Currículo do sistema currículo Lattes**. Brasília, 2025. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0393558289378220>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GEAN MARQUES LOUREIRO. In: **WIKIPÉDIA**: the free encyclopedia, [s/d]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gean_Loureiro. Acesso em: 30 jan. 2025.

GIFE. **Descrição do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas**, [s/d]. Disponível em: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/>. Acesso em: 6 out. 2024.

GILBERTO DIMENSTEIN. In: **WIKIPÉDIA**: the free encyclopedia, [s/d]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gilberto_Dimenstein. Acesso em: 30 jun. 2025.

GONZAGA JR., Luiz. **Comportamento Geral**. 1973. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/330922/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. 7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere (1931-1937)**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. (Vol 3. Maquiavel – notas sobre o Estado e a Política). 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. Em Pauta. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Número 20, 2007. p. 57-68.

GUARA, Isa Mara Rosa F.. É imprescindível educar integralmente. *In*: **Cadernos Cenpec**, 2006.

HOEVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. *In*: **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 145–159, 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792>. Acesso em: 13 jul. 2025.

INSTITUTO ESCOLA DE ESPORTE CULTURA E EDUCAÇÃO CIDADÃ. **Estatuto do Instituto Escola Cidadã**, 2023, 7 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Leis-ordinarias/0/2/8/92597>. Acesso em: 9 nov. 2025.

INSTITUTO ESCOLA DE ESPORTE CULTURA E EDUCAÇÃO CIDADÃ. **Perfil Instituto Escola Cidadã**. Instagram: @instituto.escola.cidada, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/instituto.escola.cidada/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

INSTITUTOMIX. **Portal Institucional do Instituto Mix Biguaçu**, 2025. Disponível em: <https://institutomix.com.br/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEANDRO, Karine de Sousa. **Programa Educação Integral: escolarização ou custódia?** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina,, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129506>. Acesso em: 24 jul. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Nebli, 2016.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. R Leher. **Revista Outubro** 1 (3), 19-30, 1999. 422, 1999. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-03.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

LIDE. **Fórum LIDE de Educação**, [s/d]. Disponível em: <https://www.lide.com.br/produtos/forum-lide-de-educacao>. Acesso em: 8 set. 2024.

LIDE. **Página institucional**, [s/d]. Disponível em: <https://lide.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2024.

LIDE SC. **Descrição Institucional**, [s/d]. Disponível em: <https://www.lidesc.com.br/institucional.html>. Acesso em: 7 set. 2024.

LIGUORI, Guido; VOZA, **Pasquale**. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo, Editora Boitempo, 2017.

LINKEDIN. **Perfil da empresa Resoluto Tecnologia e Soluções Inteligentes**, 2025. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/plataformarisoluto/about/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MEDEIROS FILHO, Barbaré; GALIANO, Mônica Beatriz. **Cidade Escola Aprendiz para integrar escola e comunidade**. São Paulo: Tempo D'Imagem, 2005. Disponível em: https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Bairro-Escola-Nova-geografia_pdf.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

MENDONÇA, Fernando Medeiros. **Currículo Integrado e Cultura Corporal em Escolas de Tempo Integral da Rede Municipal de Goiânia-Go**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica Instituição de Ensino). Universidade Federal de Goiânia, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede>. Acesso em: 10 jan. 2025

MOLL, Jaqueline. A cidade e os seus caminhos educativos: escola, rua e itinerários juvenis. *In*: Associação Internacional Sociedades Educadoras. **Educação e Vida Urbana: 20 anos de Cidades Educadoras**, 2008. Disponível em: <https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educador-as-PT.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MOLL, Jaqueline. 30 de Novembro: Dia Internacional das Cidades Educadoras e 30 anos de Associação Internacional de Cidades Educadoras. **Blog da Professora Jaqueline Moll**, 01 dez. 2020. Disponível em: <https://jaquelinemoll.blogspot.com/2020/12/30-de-novembro-dia-internacional-das.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MOLL, Jaqueline; BARCELOS, Renata Gerhardt de; DUTRA, Thiago. Cidades que educam e se educam: reconstruindo o olhar sobre a educação a partir dos territórios. *In*: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 36, p. 713-717, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1702/1132>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MOLL, Jaqueline. **Currículo do sistema currículo lattes**. Brasília, 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5636898381563825>. Acesso em: 10 out. 2024.

MONTEIRO JUNIOR, Áureo Gomes. **Linkedin: perfil profissional**, 2025. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/aureogomesmonteiro/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO. **Portal institucional**, [s/d]

Disponível em:

<https://movinovacaonaeducacao.org.br/o-movimento/#grupo-articulador>. Acesso em: 30 jun. 2025.

NEAMP. **João Agripino da Costa Doria Junior**. Perfil biográfico, [s/d]. Disponível em: <https://neamp.pucsp.br/liderancas/joao-agripino-da-costa-doria-junior>. Acesso em: 1 ago. 2025.

NEIVERTH, Thaisa. **A transição do financiamento das creches conveniadas em Florianópolis entre o FUNDEB e a focalização**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93316>. Acesso em: 20 jan. 2025

PAIVA, Ana Júlia. Em Brasília (DF), Cátedra Unesco discute políticas de Educação Integral e o papel educador das cidades. **Educação e Território**, 17 ago. 2023.

Disponível em:

<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/em-brasilia-df-catedra-unesco-discute-politicas-de-educacao-integral-e-o-papel-educador-das-cidades/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. *In. Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/9pbHm3pRMrsRK7gZwQjFnNP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2022.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Currículo do sistema Lattes**. Brasília, 2025.

Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1031023823121360>. Acesso em: 30 jan. 2025.

PEREIRA NETO, Miguel. **LinkedIn**: perfil profissional, 2025. Disponível em:

<https://www.linkedin.com/in/miguel-pereira-neto-156432/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 29 jun. 2025.

REPULHO, Cleuza. **Currículo do sistema Lattes**. Brasília, 2025. Disponível em:

<http://lattes.cnpq.br/7652032261440413>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RIBEIRO, Raiana. **LinkedIn**: perfil profissional, 2025. Disponível em:

<https://www.linkedin.com/in/raianaribeiro/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ROBERTSON, Susan e VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *In. Scielo*, Educ. Soc. 33 (121), Dez (2012).

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/J4LqqtJBmwML9cR4dg8p65L/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. A estratégia do estado capitalista no setor da educação no Brasil: deslocalizar os processos educativos. *In. Revista Trabalho Necessário*, V.20, nº 42, 2022 (maio-agosto). Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53629/32460>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. **18º Gerson Luiz Joner da Silveira** - Presidente no período de 2015. Florianópolis: Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, [s/d]. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/institucional-presidentes/1323-18-gerson-luiz-joner-da-silveira>. Acesso em: 4 out. 2024.

SANTA CATARINA. Governo de Santa Catarina. **Decreto nº 1.323, de 21 de dezembro de 2012**. Aprova a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Florianópolis: Governo de Santa Catarina, 2012. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/13310/Decreto_Classifica_o_da_Despesa_P_blica_Compilado_at_decreto_531_2024_publicado_site_em_05_04_24_17123433790142_13310.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Acordo de Cooperação Técnica N. TC 07.2025. Acordo que entre si celebram o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a organização da sociedade civil Todos pela Educação, para a realização de atividades em prol do desenvolvimento da educação no Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial Eletrônico**: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, n. 4045, 24 mar. 2025. Disponível em: https://www.tcesc.tc.br/sites/default/files/2025-03/ACT_n_tc_07.2025_TCE_e_Todos_Pela_Educacao.pdf. Acesso em: 2 ago. 2025.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. **Parceria entre TCE/SC, Todos Pela Educação e Prefeitura de Florianópolis busca contribuir para a transformação da política educacional em Santa Catarina**. Florianópolis: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 21 mar. 2025a. Disponível em: <https://www.tcesc.tc.br/parceria-entre-tcesc-todos-pela-educacao-e-prefeitura-de-florianopolis-busca-contribuir-para>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SANTOS, Alex Sandro Batista dos. **As estratégias de privatização do fundo público na rede municipal de ensino público de Florianópolis (2007 - 2020)**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254390>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SÃO JOSÉ. **Projeto de Lei Ordinária nº 0084/2005**. Autoriza o município de São José a conceder auxílio financeiro e uso de ginásio para prática do esporte à entidade santa catarina empreendimentos esportivos e culturais (Unisul esporte clube), bem como autorizar a abertura de crédito adicional suplementar junto ao orçamento da fundação municipal de esporte e lazer, para o exercício de 2005. São José: Câmara Municipal, 2005. Disponível em: <https://www.cmsj.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Lei/0/130/0/41546>. Acesso em: 7 out. 2024.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane; GARCIA, Cardoso Maria Rosalba. Decifrar Textos para Compreender a Política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *In: Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina; 4ª edição, 2007.

SILVA, Sérgio João da. **Os Desdobramentos da Reestruturação Produtiva do Capital e das Políticas Educacionais Locais Sobre a Organização do Trabalho Docente na Rede Estadual de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituição de Ensino Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021, 175p. Disponível em:

https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11047107. Acesso em: 3 de jan. 2025.

SIMÕES, Nataly. Associação Cidade Escola Aprendiz. Entrevista com Marcio Tascheto: “Uma Cidade Educadora é radicalmente democrática”. **Educação e Território**, 8 ago. (2024). Disponível em:

<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/marcio-tascheto-uma-cidade-educadora-e-radicalmente-democratica/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SINGER, Helena. **LinkedIn**: perfil profissional, 2025. Disponível em:

<https://www.linkedin.com/in/helena-singer-36610075/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SINTRASEM. **Na pressão contra as Organizações Sociais**. Florianópolis/SC. 24 mar. 2018. Disponível em:

<http://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/1416/na-pressao-contra-as-organizacoes-sociais>. Acesso em: 4 mar. 2023.

SINTRASEM. **Exclusivo**: Gean entrega creches de Florianópolis para empresa laranja. Florianópolis/SC. 25 nov. 2019. Disponível em:

<http://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/9848/exclusivo-gean-entrega-creches-de-florianopolis-para-empresa-laranja>. Acesso em: 4 mar. 2023.

SINTRASEM. **Sistema Arlequim**: contrato milionário poderia comprar 6 mil computadores por ano aos estudantes. 10 mai. 2024. Disponível em:

<https://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/28381/sistema-arlequim-contrato-milionario-poderia-comprar-6-mil-computadores-por-ano-aos-estudantes>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SINTRASEM. **Ponto eletrônico**: Topázio ameaça trabalhadores com ainda mais sobrecarga e vigilância. 1 mar. 2024a. Disponível em:

<https://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/28316/ponto-eletronico-topazio-ameaca-trabalhadores-com-ainda-mais-sobrecarga-e-vigilancia>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SINTRASEM. **Mato toma conta de espaços para crianças em escola e creche do Norte da Ilha**. 25 mar. 2025. Disponível em:

<https://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/28640/mato-toma-conta-de-espacos-para-criancas-em-escola-e-creche-do-norte-da-ilha>. Acesso em: 30 jul. 2025.

TARSO GENRO. In: **WIKIPÉDIA**: the free encyclopedia, [s/d]. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Tarso_Genro. Acesso em: 22 jun. 2025.

TAVEIRA, Rebeca Torres. **Ofício solicitando acesso aos documentos orçamentários referentes ao Programa Bairro Educador**. Florianópolis, de 8 de janeiro de 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já Municípios 2024**: Recomendações de Políticas Educacionais para as Gestões Municipais (2025-2028). 2024. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/10/educacao-j-a-municipios-2024-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Página institucional do Todos Pela Educação**, [s/d]. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/sobre/>. Acesso em: 2 ago. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Inovação tecnológica e desenvolvimento de recursos humanos: um estudo de caso sobre o impacto do sistema gerencial da qualidade total no sistema de desenvolvimento de recursos humanos. **Repositório Institucional de teses e dissertações do centro sócio-econômico**, 1994. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76067>. Acesso em: 26 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Uma metodologia de implantação de técnicas e filosofias japonesas na gestão de empresas brasileiras. **Repositório Institucional de teses e dissertações do centro tecnológico**, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/157533>. Acesso em: 26 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. 15ª Jornada Nacional de Literatura e 7ª Jornadinha Nacional de Literatura. **César Coll**. Passo Fundo, 2013. Disponível em: <http://jornadasliterarias.upf.br/15jornada/index.php/autores/445-cesar-coll.html>. Acesso em: 29 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Cátedra Unesco**: A cidade educa e transforma. Passo Fundo, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://www.upf.br/noticia/catedra-unesco-a-cidade-educa-e-transforma>. Acesso em: 23 jun. 2025.

VECAM. **Rosa Maria Torres**. Perfil biográfico. 2014. Disponível em: https://vecam.org/2002-2014/spip91b9.html?page=auteur&id_auteur=233&lang=pt&nemo=edm. Acesso em: 29 jun. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Quadro com Levantamento Bibliográfico, 2025

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025 Cidades Educadoras; Política Educacional; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO DA PUBLICAÇÃO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	LINK DE ACESSO
CASAGRANDE, Samir. <i>Modos contemporâneos de concepção das políticas de escolarização: a transversalidade entre políticas públicas da assistência social e da educação em tempo integral</i> . 2022. 135 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2022.	CASAGRANDE, Samir.	2022	Dissertação.	Trabalho não publicado.
MENDONÇA, Fernando Medeiros. <i>Currículo Integrado e Cultura Corporal em Escolas de Tempo Integral da Rede Municipal de Goiânia-Go</i> 12/06/2019 215 f. Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiânia, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) - Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede . Acesso em: 10 de jan. de 2025	MENDONÇA, Fernando Medeiros.	2019	Dissertação	https://sucupira-legacy.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8407509#
MATOS, Sheila Cristina do Nascimento. <i>Programa Mais Educação/Mais Escola: avanços e desafios na prática</i>	MATOS, Sheila Cristina do Nascimento.	2011	Dissertação	Documento indisponível para leitura

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Política Educacional; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
educativa em Duque de Caxias. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.				
AZEVEDO, Nair Correia Salgado de. <i>Programa "Cidade Escola" no 1º ano do ensino fundamental em uma escola de Presidente Prudente: entre a ludicidade e a sala de aula</i> . 2012. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entidades/publication/af613d0a-c8a2-48a1-989a-e01990cc57ef . Acesso em: 20 de jul. 2025.	AZEVEDO, Nair Correia Salgado de.	2012	Dissertação	https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/a4f5a6b7-48b8-4b40-b370-b24f194371cb/content
NUNES, Márcia Cristina Ximenes Miranda. <i>Educação Integral Em Tempo Integral Na Amazônia: Um Diálogo Com Os Profissionais De Uma Escola Pública Em Santarém-PA</i> , 29/10/2019, 124 f. Mestrado em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém Disponível em: https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/273 . Acesso em: 10 de jan. de 2025.	NUNES, Márcia Cristina Ximenes Miranda.	2019	Dissertação	https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/273
FARIAS, Victor Carvalho Loback de. <i>Espacialidades dos CIEPs fluminenses: contribuições para a geografia da educação</i> . 2022. 210 f.	Victor Carvalho Loback de Faria	2022	Tese	https://sucupira-legacy.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?pop

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025 Cidades Educadoras; Política Educacional; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11332013 . Acesso em: 5 de jul. 2025.				up=true&id_trabalho=11332013

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025 Aparelhos Privados de Hegemonia; Cidades Educadoras				
Título	Autor(es)	Ano da publicação	Tipo de publicação	Link de acesso
CUNHA, Daniel José da. <i>Educação política e educação escolar: análise do projeto cidades educadoras</i> . 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11341 . Acesso em: 5 de jul. 2025.	Daniel José da Cunha	2019	Mestrado	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11341

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
Título	Autor(Es)	Ano Da Publicação	Tipo de Publicação	Link De Acesso

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
ROSA, Alessandra Victor do Nascimento. <i>Educação integral e(m) tempo integral: Espaços no Programa Bairro-Escola, Nova Iguaçu</i> , Rio de Janeiro, 31/03/2011 173 f. Mestrado em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Biblioteca Depositária: Central da UNIRIO	ROSA, Alessandra Victor do Nascimento.	2011	Mestrado	Documento indisponível
TAVARES, Deborah Etrusco. <i>A Educação Integral na Perspectiva da Cidade Educadora: uma Possibilidade para Ampliação dos Espaços de Aprendizagem</i> , 21/12/2017 160 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6023084 . Acesso em: 5 de fev. de 2025.	TAVARES, Deborah Etrusco.	2017	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6023084
ROCHA, Daniel Romulo de Carvalho. <i>Educação Integral e Cidade Educadora: cartografia de territórios educativos em bairros de Governador Valadares</i> , 21/02/2018 160 f. Mestrado em GESTÃO INTEGRADA DO	ROCHA, Daniel Romulo de Carvalho.	2018	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6331375

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
TERRITÓRIO Instituição de Ensino: Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares Biblioteca Depositária: Biblioteca Univale. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6331375 . Acesso em: 10 de jan. de 2025.				
GÓES, Flávia Temponi. <i>Política educativa municipal e promoção do desenvolvimento local: o caso do Programa Educação Integral e Integrada de Contagem/MG</i> . 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2010.	GOÉS, Flávia Temponi.	2010	dissertação	Documento Indisponível
FERREIRA, Josiane. <i>A Educação de Tempo Integral na Cidade De Apucarana: um diálogo com Anísio Teixeira</i> . 04/03/2020 116 f. Mestrado em Educação Universidade Estadual de Londrina, Londrina Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital da UEL. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10050619	FERREIRA, Josiane.	2020	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10050619

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
rue&id_trabalho=10050619 . Acesso em: 5 de jan. de 2025.				
ARAÚJO, Vanessa Jordão das Neves. <i>Educação integral, políticas públicas e docência na escola pública</i>. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23867. Acesso em: 20 de jul. 2025.	ARAÚJO, Vanessa Jordão das Neves.	2021	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11340567
HANSEN, Fabiana Cristina. <i>Por uma política pública de educação integral na educação infantil: desafios da gestão municipal e escolar</i>. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10341728. Acesso em: 20 de jul. 2025.	HANSEN, Fabiana Cristina.	2021	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10341728

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
CAPUCHINHO, Cristiane Branco. <i>Quando municípios aderem à política federal do tempo integral: condicionantes locais da ampliação da jornada no ensino fundamental</i> . 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7723146 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	CAPUCHINHO, Cristiane Branco.	2019	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7723146
SAMPAIO, Schirley Silva. <i>A Educação em Tempo Integral no Colégio Democrático Estadual Professora Florentina Alves dos Santos (CODEFAS)</i> 04/05/2021 168 f. Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos Instituição de Ensino: Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro Biblioteca Depositária: Rômulo Galvão. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11052241 . Acesso em: 02 de jan 2025.	SAMPAIO, Schirley Silva.	2021	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11052241
SILVA, Jeferson Farias da. <i>Políticas de</i>	SILVA, Jeferson	2023	Tese	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/p

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
<i>Ampliação da Jornada Escolar no Município do Rio De Janeiro: às experiências do turno único e os desafios para gestão escolar</i>, 22/11/2023 undefined f. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14840618. Acesso em: 15 de jan, 2025.	Farias da.			ublic/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14840618
GILIOLI, Juliana Bianchi. <i>Os docentes da escola do campo e os saberes necessários à sua prática</i>. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12630521. Acesso em: 20 de jul. 2025.	GILIOLI, Juliana.	2022	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12630521
FILEMON, Orley Olavo. <i>Centro de Ensino em Período Integral (CEPI) em Goiás: o ensino Médio de tempo integral em Goiânia</i>. 26/08/2019 346 f. Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Biblioteca Depositária:	FILEMON, Orley Olavo.	2019	Tese	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8350244

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
PUC Goiás. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8350244 . Acesso em: 5 de jan. 2025.				
MONTEIRO, Cinthia Vieira. As Políticas Públicas de Educação Integral: escola plena Silvestre Gomes Jardim em Rondonópolis-MT 29/03/2023 171 f. Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Rondonópolis, Rondonópolis Biblioteca Depositária: biblioteca central da UFR. Disponível em: http://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14839389 . Acesso em: 3 de jan. 2025.	MONTEIRO, Cinthia Vieira.	2023	Dissertação	http://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14839389
SIMÕES, Ceane Andrade. A criação curricular cotidiana e as políticas práticas da EMEF Prof. Waldir Garcia: “caminhos de canoa” nos/dos currículos de educação integral, 07/01/2019 96 f. Mestrado em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Universidade do Estado do Rio De Janeiro, São Gonçalo. Biblioteca Depositária: UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D. Disponível: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7660476	SIMÕES, Ceane Andrade.	2019	Dissertação.	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7660476

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
lic/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=766047 . Acesso em: 5 de jan. 2025.				
MARQUES, Amanda Moreira Borde da Costa. <i>Gestão democrática em escolas públicas de educação em tempo integral: um estudo a partir de experiências portuguesas e brasileiras</i> . 2022. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13387801 . Acesso em: 20 de jul. 2025.	MARQUES, Amanda Moreira Borde da Costa.	2022	Tese	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13387801
COSTA, Valdeney Lima da. <i>Formas de colaboração na educação (integral) em tempo integral: indução / sedução das municipalidades?</i> 2019. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8468306	COSTA, Valdeney Lima da.	2019	Tese	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8468306

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
lic/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=846830 . Acesso em: 15 de jul. 2025.				
SANTOS, Thiago Luiz Alves dos. <i>Inovações e Desafios do Programa Bairro Escola de Nova Iguaçu/RJ</i> , 31/10/2010 190 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH.	SANTOS, Thiago Luiz Alves dos.	2010	Dissertação	Trabalho indisponível.
RIBEIRO, Marcos Antonio Pinto. <i>Educação Integral e Educação Científica: seus entrelaçamentos nas velas do Velho Chico</i> , 04/12/2023 undefined f. Mestrado em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE (UFSM - FURG) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Disponível: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14136413 . Acesso em: 3 de fev. 2025.	RIBEIRO, Marcos Antonio Pinto.	2023	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14136413
AMARO, Ricardo Eduardo. A educação em tempo integral da cidade de Vitória/ES à luz da abordagem do ciclo de	AMARO, Ricardo Eduardo.	2022	Tese	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?p

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
políticas. 2022. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11626932 . Acesso em: 20 de jul. 2025.				opup=true&id_trabalho=11626932
ALVES, André Luiz Farias. <i>Avaliação de um (re)caminho em busca da melhoria do ensino médio: a experiência da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Custódio da Silva Lemos, Distrito de Guanacés, em Cascavel-Ceará</i> . 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74208 . Acesso em: 5 de dez. 2024.	ALVES, André Luiz Farias.	2022	Mestrado	https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74208
PIEROTTI, Renato Campos. <i>Pedagogia do esporte no ensino em tempo integral: avaliação da aprendizagem esportiva dos alunos</i> , 23/05/2019 104 f. Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais Instituição de Ensino:	PIEROTTI, Renato Campos.	2019	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8418867

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
Universidade de Taubaté, Taubaté Biblioteca Depositária: Unitau. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8418867 . Acesso em: 5 de jan. 2025.				
FIGUEIREDO, Ricardo. <i>Curricul(o)rizando a cidade: enredamentos possíveis das práticas políticas dos/as praticantes-pensantes do Programa Educação em Tempo Integral no território-cidade de Vitória-ES</i> . 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/items/a17908cf-d402-41c0-b1a9-4d24f168b742 . Acesso em: 5 de dez. 2024.	FIGUEIREDO, Ricardo.	2015	Tese	https://repositorio.ufes.br/items/a17908cf-d402-41c0-b1a9-4d24f168b742
ARAÚJO, Antonia Jacqueline Avila de. <i>Escola de tempo integral: avaliação do percurso dos programas Mais Educação e Novo Mais Educação no município de Maracanaú-CE</i> . 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do	ARAÚJO, Antonia Jacqueline Avila de.	2023	Dissertação	file:///C:/Users/Asus/Downloads/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINALIZADA%2003-02%20para%20enviar.pdf

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/ . Acesso em: 4 de jan. 2025.				
RECHDAN, Nelson Luis Condino. <i>Representações Sociais Dos Educadores Sobre O Desenvolvimento Musical No Período Integral</i> , 25/02/2021 undefined f. Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais Instituição de Ensino: Universidade de Taubaté, Taubaté. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11465003 . Acesso em: 2 de jan. 2025.	RECHDAN, Nelson Luis.	2021	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11465003
SOUZA, Carlos Alberto Coutinho de. A <i>implantação do ensino de tempo integral na etapa do ensino médio em Mato Grosso do Sul: um estudo de instituições escolares públicas de Campo Grande</i> . 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14048455	SOUZA, Carlos Alberto Coutinho de.	2023	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14048455

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
rue&id_trabalho=14048455 . Acesso em: 3 de jul. 2025.				
LAITER, Lucimara Leite. <i>O Programa Mais Educação e o incentivo à educação em tempo integral: um estudo de caso em Ourinhos-SP</i>. 2021. 180 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10973492. Acesso em: 3 de jan. 2025	LAITER, Lucimara Leite.	2021	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10973492
GOEDERT, Daiane. <i>Oferta educativa de escolas em tempo integral na rede municipal de ensino de Campo Grande-MS (2015-2020)</i>. 2023. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13769660	GOEDERT, Daiane.	2023	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13769660

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
60. Acesso em: 4 de fev. 2025.				
HULLER, Carlos. <i>O currículo do ensino em tempo integral: um estudo de caso em uma escola da rede pública de ensino de Joinville/SC</i> . 2021. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10979229	HULLER, Carlos.	2021	Dissertação	
29. Acesso em: 3 de jan. 2025				
RESENDE, Mary Margareth Marinho. <i>Escola integrada: uma proposta de educação para todos</i> , 30/06/2012 156 f. Profissionalizante em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Central da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1735 . Acesso em: 2 de jan. 2025.	RESENDE, Mary Margareth Marinho.	2012	Mestrado Profissional	
SOUZA, Edileia Alves Mendes. <i>Educação em</i>	SOUZA, Edileia Alves Mendes	2019	Tese	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewT

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
<i>tempo integral: uma análise das implicações da política de ampliação da jornada escolar na rede estadual de Montes Claros/MG (2011–2014).</i> 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7977657. Acesso em: 3 de jan. 2025.				rabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7977657
NEGREIROS, Bheatriz Cortez. Os desafios da gestão escolar e o trabalho docente durante a pandemia de Covid-19 em uma escola de tempo integral, 15/11/2022 66 f. Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática Instituição de Ensino: Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína Biblioteca Depositária: Prof. Dr. Francisco Severino. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13345413. Acesso em: 5 de fev. de 2025.	NEGREIROS, Bheatriz Cortez.	2022	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13345413
RODRIGUES, Jaqueline Aquino. <i>Yoga e a Prática Pedagógica: uma proposta de educação integral em uma escola na rede pública de</i>	RODRIGUES, Jaqueline Aquino.	2023	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
<i>ensino em Juazeiro-Ba</i>, 13/04/2023 98 f. Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos Instituição de Ensino: Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro Biblioteca Depositária: Repositório Saber Aberto. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13729038. Acesso em: 2 de jan. de 2025.				13729038
VALADARES, Florence Rodrigues. <i>Implantação e implementação das escolas municipais em tempo integral na cidade de Goiânia</i>, 28/02/2011 265 f. Doutorado em Educação Escolar Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Araraquara Biblioteca Depositária: UNESP. Disponível em: https://observatorioeducacao.ufba.br/implantacao-e-implementacao-das-escolas-municipais-em-tempo-integral-na-cidade-de-goiania. Acesso em: 21 de jan. 2025.	VALADARES, Florence Rodrigues.	2011	Tese	https://observatorioeducacao.ufba.br/implantacao-e-implementacao-das-escolas-municipais-em-tempo-integral-na-cidade-de-goiania
LIMA, Edilene Eva de. <i>Educação integral: repercussões do financiamento nos redesenhos curriculares</i>. 2021. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina,	LIMA, Edilene Eva de.	2021	Tese	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11081753

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
Florianópolis, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11081753. Acesso em: 20 de jan. 2025.				
SILVA, Sergio João da. <i>Os Desdobramentos da Reestruturação Produtiva do Capital e das Políticas Educacionais Locais Sobre a Organização do Trabalho Docente na Rede Estadual de Pernambuco</i>. 25/02/2021 175 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11047107. Acesso em: 3 de jan. 2025.	SILVA, Sergio João da.	2021	Mestrado	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11047107
MATOS, Sheila Cristina do Nascimento. <i>Programa Mais Educação/Mais Escola: avanços e desafios na prática educativa em Duque de Caxias</i>. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de	Sheila Cristina do Nascimento Matos	2011	Mestrado	O arquivo não está disponível para consulta

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.				
NUNES, Márcia Cristina Ximenes Miranda. Educação Integral em Tempo Integral na Amazônia: <i>um diálogo com os profissionais de uma escola pública em Santarém-PA</i> , 29/10/2019 124 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém Biblioteca Depositária. Disponível em: https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/273 . Acesso em: 2 de jan. 2025.	NUNES, Márcia Cristina Ximenes Miranda.	2019	Dissetação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9105740
LEMOS, Raquel Araujo Facundo. <i>Educação de tempo integral: desafios na implementação da política pública na EEMTI Padre Saraiva Leão na cidade de Redenção-CE</i> . 2022. 158 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13294794	LEMOS, Raquel Araujo Facundo.	2022	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13294794

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
94. Acesso em: 13 de jul. 2025.				
AZEVEDO, Nair Correia Salgado de. <i>Programa "CidadeEscola" no 1º ano do ensino fundamental em uma escola de Presidente Prudente: entre a ludicidade e a sala de aula</i> . 2012. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/af613d0a-c8a2-48a1-989a-e01990cc57ef . Acesso em: 5 de jul. 2025.	AZEVEDO, Nair Correia Salgado de.	2012	Dissertação	https://repositorio.unesp.br/entities/publication/af613d0a-c8a2-48a1-989a-e01990cc57ef
CARMO, Fabrício Xavier do. <i>O que dizem os alunos sobre o Ginásio Experimental Olímpico (uma escola de tempo integral vocacionada para o esporte)</i> . 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=884205	CARMO, Fabrício Xavier do.	2019	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=884205

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
5. Acesso em: 3 de jul. 2025.				
GUIMARÃES, Edna Liberato Vieira. <i>A finalidade educativa da escola de tempo integral: a perspectiva dos alunos do ensino fundamental anos finais</i>. 2023. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4927. Acesso em: 5 de fev. 2025.	GUIMARÃES, Edna Liberato Vieira.	2023	Tese	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14385509
SCHERRER, Flávio de Souza. <i>Contribuições do Programa Ensino Integral (Pei) para Construção do Projeto de Vida dos Alunos do Ensino Médio</i>, 12/08/2019 157 f. Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura. Instituição de Ensino: Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - George Alexander. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7939022. Acesso em: 21 de jan. 2025.	SCHERRER, Flávio de Souza.	2019	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7939022

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
FILHO, Antonio Carlos Barbosa. <i>O ensino de Ciências na escola de tempo integral e a formação omnilateral</i>. 2022. 168 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática) – Instituto Federal de Goiás, Jataí, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11821335. Acesso em: 20 de jan. 2025.	FILHO, Antonio Carlos Barbosa.	2022	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11821335
VASCONCELOS, Rafaella Lira de. <i>Arte-educação e experiências artísticas nas escolas-parque de Brasília: concepções e transformações no tempo</i>. 2022. 335 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11730469. Acesso em: 3 de fev. 2025.	VASCONCELOS, Rafaella Lira de.	2022	Tese	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11730469
ULLOFFO, Renan Moreira. <i>Narrativas de</i>	ULLOFFO, Renan Moreira.	2023	Dissertação	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/tr

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
<i>gestores sobre a experiência vivida no Programa Ensino Integral (PEI) do município de Presidente Prudente – SP. 2023.</i> 359 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13871669. Acesso em: 20 de jan. 2025.				abalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13871669

PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES, 2025				
Aparelhos Privados de Hegemonia; Cidades Educadoras; Política Educacional				
Título	Autor(Es)	Ano da Publicação	Tipo de Publicação	Link De Acesso
MATIELLO, Alexandre Mauricio et al. <i>Identificação de novos territórios educativos na escola infantil em tempo integral: a contribuição de alguns instrumentos de avaliação da percepção ambiental.</i> 2017. Artigo (Universidade Federal da Fronteira Sul). Disponível em:	MATIELLO, Alexandre.	2017	Artigo	https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/13847

PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES, 2025				
Aparelhos Privados de Hegemonia; Cidades Educadoras; Política Educacional				
https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/13847 . Acesso em: 20 de fev. 2025.				

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025				
Aparelhos Privados de Hegemonia; Cidades Educadoras; Política Educacional				
Título	Autor (Es)	Ano da Publicação	Tipo de Publicação	Link de Acesso
BATISTA, Manuela Cassia da Silveira Gomes. <i>Salvador, cidade educadora e os ciclos de parceria público-privado (2005-2012)</i> . 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/843 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	BATISTA, Manuela Cassia da Silveira Gomes.	2019	Dissertação	http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/843#previous-link0

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025				
Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
Título	Autor(es)	Ano da publicação	tipo de publicação	Link para acesso
SOARES, José Nildo Oliveira. <i>Programa Mais</i>	SOARES, José Nilvo	2020	Tese	https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/2

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
<i>Educação: uma política progressista de educação integral em tempo integral.</i> 2020. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24209 . Acesso em: 15 de fev. 2025.	Oliveira.			4209
ALVARENGA, Adriana Claudia Junqueira Ribeiro de. <i>Experiências de cidades educadoras: uma análise de ações, princípios, desafios e resultados.</i> 2024. 125 f. Tese (Doutorado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2024. Disponível em: https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/3563 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	ALVARENGA, Adriana Claudia Junqueira Ribeiro de.	2024	Tese	https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/3563
SANTOS, Raphael Alario Rodrigues dos. <i>Os fundamentos da educação integral no Programa Mais Educação.</i> Universidade Federal de Pernambuco, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32442 . Acesso em: 13 de jan. 2025.	SANTOS, Raphael Alario Rodrigues dos.	2017	Dissertação	https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32442

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
BARBOSA, John Mateus. <i>A educação integral dos territórios educativos do programa Mais Educação em Caruaru-PE: a institucionalização de ajustes e encurtamentos no interior das escolas</i> . 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17231 . Acesso em: 5 de jan. 2025.	BARBOSA, John Mateus.	2015	Dissertação	https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17231
SILVANO, Paulo Cesar. <i>O processo de implementação do programa educação integral em tempo integral numa escola da rede estadual de Minas Gerais: desafios da ampliação do tempo escolar</i> . 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/123456789/10169 . Acesso em: 20 de jul. 2025	SILVANO, Paulo Cesar.	2018	Dissertação	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/123456789/10169
ARAÚJO, Antônio Joceli de. <i>A implementação da educação em tempo integral: reflexões sobre</i>	ARAÚJO, Antônio Joceli de.	2020	Dissertação	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12065

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
<i>o que pensam os estudantes de uma Escola de Ensino Médio em Tempo Integral do Ceará.</i> Dissertação, 2020, Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12065. Acesso em: 6 de jan. 2025.				
FERNANDES FILHO, Vanderlei. <i>Desafios na implementação do Projeto de Educação Integral em uma escola de Ribeirão das Neves/MG.</i> 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6847. Acesso em: 20 de jan. 2025.	FERNANDES FILHO, Vanderlei.	2017	Dissertação	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6847
MEDEIROS, Elizabeth Oliveira de. <i>A implementação do programa de educação integral da rede municipal de ensino do Recife: êxitos e desafios.</i> Dissertação, 2016, Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3686. Acesso em: 15 de jan. 2025.	MEDEIROS, Elizabeth Oliveira de.	2016	Dissertação	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3686
RAMALHO, Bárbara	RAMALHO,	2014	Dissertação	https://repositorio.ufmg .

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
Bruna Moreira. <i>Educação integral e jovens-adolescentes: tessituras e alcances da experiência.</i> Dissertação, 2014, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9URPL4 . Acesso em: 15 de jan. 2025.	Bárbara Bruna Moreira.			br/handle/1843/BUOS-9URPL4
FONTANA, Silene. <i>Escola de tempo integral ou escola fora do tempo escolar: o caso de Barretos.</i> 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9737 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	FONTANA, Silene.	2013	Tese	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9737
SOUZA, Edileia Alves Mendes. <i>Educação em tempo integral: uma análise das implicações da política de ampliação da jornada escolar na rede estadual de Montes Claros/MG (2011–2014).</i> 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trab	SOUZA, Edileia Alves Mendes.	2012	Dissertação	https://repositorio.unb.br/handle/10482/11048

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
alhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7977657. Acesso em: 20 de jan.. 2025.				
LOURENÇO, Gilmar dos Santos. <i>Educação musical na escola de tempo integral: processos pedagógicos em escola estadual de Goiânia-GO</i> . 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/d6c37576-62af-431c-bcad-221eafe199f8 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	LOURENÇO, Gilmar dos Santos.	2015	Dissertação	https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/d6c37576-62af-431c-bcad-221eafe199f8
ESTEVÃO, Daniel Carlos. <i>Educação integral: um projeto em construção na Escola Municipal Professor Zeferino Vaz</i> . 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2018. Disponível em: http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1907 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	ESTEVÃO, Daniel Carlos.	2018	Dissertação	http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1907
MENDES, Ana Luiza Pedra Climaco. O	MENDES, Ana Luiza	2013	Dissertação	https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
<i>Programa Mais Educação e seus entrelaces com a Educação Integral: desafios e perspectivas para as escolas do município de Nova Iguaçu.</i> 2013. 108 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Disponível em: https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13139 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	Pedra Climaco.			139
MENDES, Maria Aparecida. <i>"Mais educação": percepções do voluntariado. Uma análise a partir de uma unidade escolar Da prefeitura de Duque de Caxias/RJ.</i> 2022. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2022. Disponível em: https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/16051 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	MENDES, Maria Aparecida.	2022	Dissertação	https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/16051
ARAÚJO, Vanessa Jordão das Neves. <i>Educação integral, políticas públicas e docência na escola pública.</i> 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação –	ARAÚJO, Vanessa Jordão das Neves.	2021	Dissertação	https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23867

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23867 . Acesso em: 20 de jan. 2025.				
SILVA, Dayane Izaete. Dificuldades na implementação da educação integral na Escola Estadual Constelação. Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2018. https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11444	SILVA, Dayane Izaete.	2018	Dissertação	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11444
ZAGO, Marcia Regina Rodrigues da Silva. <i>Práticas de vermicompostagem e educação ambiental em escolas públicas de educação integral em tempo ampliado de Curitiba – PR.</i> 2021. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/26297 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	ZAGO, Marcia Regina Rodrigues da Silva.	2021	Tese	https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/26297
DA SILVA, Paulo Aparecido Dias. <i>A falácia da educação</i>	DA SILVA, Paulo Aparecido Dias.	2017	Tese	https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5673

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
<i>integral sob o domínio imperialista: um estudo do Programa Mais Educação em Rondônia.</i> 2017. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5673 . Acesso em: 20 de jan. 2025.				
ARAÚJO, Rosa Maria Monteiro de. <i>Jornadas literárias no Ensino Fundamental II em uma escola de tempo integral na cidade de Manaus.</i> 2020. 84 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8185 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	ARAÚJO, Rosa Maria Monteiro de.	2020	Dissertação	https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8185
ESTEVES, Leandro Sales. <i>Um estudo sobre a educação ambiental inserida no programa Mais Educação: a partir do relato de uma experiência de educadores.</i> 2017. 67 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade	ESTEVES, Leandro Sales.	2017	Dissertação	https://dspace.mackenzie.br/items/b36c63a5-e7bf-466f-85cc-8733724b6d1c

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017. Disponível em: https://dspace.mackenzie.br/items/b36c63a5-e7bf-466f-85cc-8733724b6d1c . Acesso em: 20 de jan. 2025.				
GUIMARÃES, Edna Liberato Vieira. <i>A finalidade educativa da escola de tempo integral: a perspectiva dos alunos do ensino fundamental anos finais</i> . 2023. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4927 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	GUIMARÃES, Edna Liberato Vieira.	2023	Tese	https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4927
NASCIMENTO, Mauricio Lavarda do. <i>Educação integral e o paradigma da educomunicação: um estudo sobre o Programa Mais Educação nas escolas de Santa Maria/RS</i> . Dissertação, 2015, Programa de Pós Graduação em Comunicação, UFSM. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6364	NASCIMENTO, Mauricio Lavarda do.	2015	Dissertação	https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6364
MOTA, Patricia Flavia. <i>Percursos em busca da Educação Integral: o Ciep Henfil em Duque</i>	MOTA, Patricia Flavia.	2013	Dissertação	https://www.bdtb.uerj.br:8443/handle/1/10015

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
de Caxias. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013. Disponível em: https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/10015. Acesso em: 21 de jan. 2025.				
LIMA, Maria Margareth de. <i>O samba na escola e a escola no samba: configurações de uma educação integral popular</i>. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12637. Acesso em: 20 de jan. 2025.	LIMA, Maria Margareth.	2017	Tese	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12637
PORTO, Jane Ferreira. <i>O Iter assecuratório na concretização do direito à educação: uma experiência acerca da educação integral no município de Duque de Caxias</i>. 2014. 216 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil Constitucional; Direito da Cidade; Direito Internacional e Integração Econômica; Direi) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível: https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/9665	PORTO, Jane Ferreira.	2014	Dissertação	https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/9665

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
8443/handle/1/9665 . Acesso em: 5 de jan. 2025.				
RESENDE, Mary Margareth Marinho. Escola integrada: uma proposta de educação para todos. Dissertação, 2012, Faculdade de Educação, Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1735 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	RESENDE, Mary Margareth Marinho.	2021	Dissertação	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1735
ARAÚJO, Monalisa Porto. <i>O Programa Mais Educação e o fortalecimento da identidade da Escola Popular do Campo</i> . Tese, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18095 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	ARAÚJO, Monalisa Porto.	2018	Tese	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18095
SILVA, Alcinéia de Souza. <i>As contribuições de tempos, espaços e práticas para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de Geografia em um CEPI de Formosa-Goiás: diálogos com a reforma do ensino médio</i> . 2022. 292 f., il. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em:	SILVA, Alcinéia de Souza.	2022	Tese	https://repositorio.unb.br/handle/10482/44891

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
https://repositorio.unb.br/handle/10482/44891 . Acesso em: 20 de jan. 2025.				
CRISPIM, Regina Célia Santos Ribeiro. <i>Paraty como Cidade Educadora: história decolonial e contra-hegemônica da cidade</i> . 2022. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022. Disponível em: https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/17662 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	CRISPIM, Regina Célia Santos Ribeiro.	2022	Dissertação	https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/17662
ARAÚJO, Mikhaela Beatriz Prado De. <i>A "Cidade Educadora" nos Estudos Organizacionais: Uma pesquisa à luz de Paulo Freire</i> . 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2024) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=113835 > Acesso em: 1 de mai. 2025.	ARAÚJO, Mikhaela Beatriz.	2024	dissertação	https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=113835
OLIVEIRA, Priscila Martins de. <i>O projeto bairro-escola em Nova Iguaçu: análise da implementação e da descontinuidade em Miguel Couto</i> . Programa de Pós-Graduação em	OLIVEIRA, Priscila Martins de.	2022	dissertação	https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/15775

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2025 Cidades Educadoras; Educação Integral; Educação em Tempo Integral				
Geografia, UFRJ, mestrado, 2022. Disponível em: https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/15775 . Acesso em: 20 de jan. 2025.				

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFSC, 2025 Aparelhos Privados de Hegemonia; Educação Integral; Educação em Tempo Integral; Cidades Educadoras; Política Educacional				
título	Autor(es)	Ano da publicação	Tipo de documento	Link de acesso
Neiverth, Thaisa. <i>A transição do financiamento das creches conveniadas em Florianópolis entre o FUNDEB e a focalização</i> . Programa de Pós-Graduação em Educação UFSC, dissertação, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93316 . Acesso em: 20 de jan. 2025	NEIVERTH, Thaisa.	2009	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93316
DANTAS, Jeferson Silveira. <i>Espaços coletivos de esperança: a experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC</i> . Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96346 . Acesso em: 20 de jan. 2025.	Jeferson Silveira Dantas	2012	Tese	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96346

OCORRÊNCIAS REPOSITÓRIOS UFSC				
QUADRO 2, 2025				
Título	Autor	Ano da publicação	Tipo de documento	Link de acesso
LOPES, Kátia de Carvalho. <i>Educação pública como nicho de investimento social privado</i>. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94484. Acesso em: 24 de jul. 2025.	LOPES, Kátia de Carvalho.	2010	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94484
CARDOSO, Alciléa Medeiros. <i>O ideário gerencial no trabalho do diretor escolar: concepções, contradições e resistência</i>. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91196. Acesso em: 24 de jul. 2025.	CARDOSO, Alciléa Medeiros	2008	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91196
OESTREICH, Marlise. <i>Democratização da educação infantil no município de Florianópolis: uma análise das creches ampliadas</i>. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95903. Acesso em: 24 de jul. 2025.	OESTREICH, Marlise.	2011	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95903
MARI, Cezar Luiz de. <i>Sociedade do conhecimento e educação superior na década de 1990: Banco Mundial e a produção do desejo irrealizável de Midas</i>. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88827	MARI, Cezar Luiz de.	2006	Tese	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88827

OCORRÊNCIAS REPOSITÓRIOS UFSC				
QUADRO 2, 2025				
3456789/88827 . Acesso em: 24 de jul. 2025.				
MACHADO, Zenaide de Sousa. <i>Educação de 0 a 3 anos: a qualidade na perspectiva das famílias de um creche conveniada</i> . Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158802 . Acesso em: 25 de jul. 2025.	MACHADO, Zenaide de Sousa.	2015	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158802
ZARPELON, Geovani. <i>A Relação público-privada na educação infantil: um estudo sobre os convênios com entidades privadas na rede municipal de educação de Joinville/SC</i> . Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95544 . Acesso em: 24 de jul. 2025.	ZARPELON, Geovani.	2011	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95544
LEANDRO, Karine de Sousa. <i>Programa Educação Integral: escolarização ou custódia?</i> . Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129506 . Acesso em: 24 de jul. 2025.	LEANDRO, Karine de Sousa.	2014	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129506
SANTOS, Alex Sandro Batista dos. <i>As estratégias de privatização do fundo público na rede municipal de ensino público de Florianópolis (2007 - 2020)</i> . Tese (doutorado) -	SANTOS, Alex Sandro Batista dos.	2023	Tese	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254390

OCORRÊNCIAS REPOSITÓRIOS UFSC				
QUADRO 2, 2025				
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254390 . Acesso em: 24 de jul. 2025.				
COLLETO, Patricia Muryell Guimarães. <i>"Parcerias público-privadas" na gestão educacional: o caráter fetichista das cisões na literatura acadêmica</i> . Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/240980 . Acesso em: 24 de jul. 2025.	COLLETO, Patricia Muryell Guimarães.	2020	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/240980
SILVEIRA, Eriberto Nascente. <i>Ideologia de mercado na educação</i> . Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88343 . Acesso em: 24 de jul. 2025.	SILVEIRA, Eriberto Nascente.	2006	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88343
OLIVEIRA, Lucimara Domingues de. <i>Implicações da Prova Brasil na formação continuada de professores: uma análise da rede municipal de ensino de Florianópolis (2005 - 2010)</i> . Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2011. Disponível: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95241 . Acesso em: 24 de jul. 2025.	OLIVEIRA, Lucimara Domingues de.	2011	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95241
CAMPOS, Rosânia. <i>Educação infantil e organismos internacionais: uma análise dos projetos em curso</i>	CAMPOS, Rosânia.	2008	Tese	https://repositorio.ufsc.br/handle

OCORRÊNCIAS REPOSITÓRIOS UFSC				
QUADRO 2, 2025				
<i>na América Latina e suas repercussões no contexto nacional.</i> Tese [doutorado] - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92091. Acesso em: 24 de jul. 2025.				/123456789/92091
ALVES, Mari Celma Matos Martins. <i>Rede Kipus e formação docente na América Latina e Caribe: do protagonismo à subordinação.</i> Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95581. Acesso em: 24 de jul. 2025.	ALVES, Mari Celma Matos Martins.	2011	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95581
SOARES, Luana Bergmann. <i>A ação do Instituto Ayrton Senna na rede municipal de educação de Joinville/SC (2001-2008): subordinação da escola pública a princípios e métodos da gestão empresarial.</i> Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93438. Acesso em: 24 de jul. 2025.	SOARES, Luana Bergmann.	2010	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93438

ANEXOS

ANEXO A – Quadro Documental, documentos nacionais, 2025

ANO	REFERÊNCIA	DOCUMENTO	CONTEÚDO
2019	ASSOCIAÇÃO BRAÇOS ABERTOS. Relatório de Execução. Prestação de serviços nos bairros do Programa Bairro Educador, no município de Florianópolis.	Relatório de Monitoramento	Dispõe sobre a execução dos serviços prestados pela ABA na oferta do Programa Bairro Educador 15.08.2019 até 14.02.2020.
2017	ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ. Aprendiz: 20 anos de histórias e reinvenções, 2017.	Aprendiz: 20 anos de histórias e reinvenções.	Publicação composta por textos de diversos autores, relatando suas experiências com a Associação Cidade Escola Aprendiz e sobre os projetos implantados pela associação.
2018	ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ. Relatórios de Atividades 2018: programa Cidades Educadoras, 2018.	Relatórios de Atividades 2018: programa Cidades Educadoras, 2018.	O documento apresenta informações sobre a implementação do programa Cidades Educadoras, da Associação Cidade Escola Aprendiz, sobretudo em São Paulo.
[s/d]	ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ. Bairro Escola: passo a passo, [s/d].	Bairro Escola: passo a passo.	Manual para implantação do modelo de educação formulado pela Associação Cidade Escola Aprendiz e utilizado pelo Programa Mais Educação
1995	BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília: MARE, 1995.	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.	“Define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira.”.
1998	BRASIL. Lei nº 9637, de 15 de maio de 1998.	Lei nº 9637, de 15 de maio de 1998.	“Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.”

2007	BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.	Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.	“Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.”
2007a	BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília, DF, 2007a.	Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.	Dispõe sobre a regulamentação do FUNDEB.
2010	BRASIL. Presidência da República. Portaria Interministerial 17/2007 e Decreto 7083 de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a instituição do Programa Mais Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.	Portaria Interministerial 17/2007 e Decreto 7083 de 27 de janeiro de 2010.	Dispõe sobre a criação do Programa Mais Educação.
2011	BRASIL. Ministério da Educação. Manual Bairro Escola - Passo a Passo. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011.	Manual Bairro Escola - Passo a Passo.	Manual orientando a implantação do Programa Mais Educação.
2011a	BRASIL. Ministério da Educação. Caminhos para Elaborar uma Proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011a.	Caminhos para Elaborar uma Proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada.	Cartilha que orienta a formulação de políticas públicas para educação integral, em tempo integral, a partir do modelo proposta pelo Programa Mais Educação.
2011b	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Mais Educação: passo a passo. Brasília: Ministério da Educação, 2011b.	Programa Mais Educação: passo a passo.	Documento norteador do Programa Mais Educação.

2011c	BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011c.	Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	Regulamenta o direito ao acesso à informação pública.
2014	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014.	Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.	Documento descritivo das vinte metas contidas no PNE.
2014a	BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	“Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.”
2014b	BRASIL. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Brasília, DF: 2014b.	Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.	Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.
2014c	BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais. Dilma Rousseff: as organizações da sociedade civil são parceiras fundamentais para a implementação de políticas públicas. Brasília, DF: 31 jul. 2014c.	Dilma Rousseff: as organizações da sociedade civil são parceiras fundamentais para a implementação de políticas públicas.	Notícia publicada na página institucional da secretaria de governo sobre a aprovação do MROSC.

2014d	BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Dilma assina decreto que regulariza o MROSC. Brasília, DF: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 07 ago. 2014d.	Dilma assina decreto que regulariza o MROSC.	Notícia publicada na página institucional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos contendo o discurso proferido pela presidenta Dilma Rousseff ao assinar o MROSC.
2020	BRASIL. Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Edital de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade Nº 167 - 10/03/2020. Brasília, DF: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, 2020.	Edital de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade Nº 167 - 10/03/2020.	Dispõe sobre o edital de notificação judicial de Volmir Joner da Silveira, responsável legal pela OSC Santa Catarina Empreendimentos Esportivos e Culturais, sobre irregularidades.
2021	BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.	Regulamenta as contratações públicas por meio de processos licitatórios.
2023	BRASIL. Ministério da Fazenda. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição, Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2023.	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição	Dispõe sobre as normas para declaração de uso das verbas orçamentárias públicas.
2023a	BRASIL. Ministério da Educação. Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023a.	Escola em Tempo Integral.	Descreve a política de escola em tempo integral do MEC.
2023b	BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2023b.	Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2023.	Legislação que regulamenta a política de educação em tempo integral do MEC.

2024	BRASIL. Receita Federal. Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da Empresa Associação Braços Abertos. Brasília, DF: Receita Federal, 2024.	Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da Empresa Associação Braços Abertos.	Situação cadastral na Receita Federal da OSC ABA.
2024a	BRASIL. Receita Federal. Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da empresa Unisul Esporte Clube. Brasília, DF: Receita Federal, 2024a.	Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da empresa Unisul Esporte Clube.	Situação cadastral na Receita Federal da OSC Unisul Esporte Clube.
2025	BRASIL. Receita Federal. Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da Organização da Sociedade Civil Associação de Saúde São Bento. Brasília, DF: 2025a.	Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da Organização da Sociedade Civil Associação de Saúde São Bento.	Situação cadastral na Receita Federal da OSC Associação de Saúde São Bento.
2025a	BRASIL. Receita Federal. Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da empresa Bússola Social. Brasília, DF: Receita Federal, 2025b.	Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da empresa Bússola Social.	Situação cadastral na Receita Federal da empresa Bússola Social.
2025b	BRASIL. Receita Federal. Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da empresa Arlequim. Brasília, DF: Receita Federal, 2025c.	Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da empresa Arlequim.	Situação Cadastral na Receita Federal da empresa Arlequim.
2025c	BRASIL. Portal Nacional de Contratações Públicas. Contrato nº 26/2025/2025. Contratação de consultoria especializada para o apoio técnico na elaboração do planejamento estratégico da educação municipal de Florianópolis. [s.l.], 2025d.	Contrato nº 26/2025/2025.	Contratação de consultoria especializada para o apoio técnico na elaboração do planejamento estratégico da educação municipal de Florianópolis.
[s/d]	BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Glossário. Brasília, DF: IPEA, 2025.	Glossário.	Descreve a compreensão de OSC para o IPEA.

[s/d]	BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Associação Braços Abertos, [s/d].	Cadastro no IPEA da OSC Associação Braços Abertos.	Cadastro no IPEA da OSC Associação Braços Abertos.
[s/d]	BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Associação Cidade Escola Aprendiz, [s/d].	Cadastro no IPEA da OSC Associação Cidade Escola Aprendiz.	Cadastro no IPEA da OSC Associação Cidade Escola Aprendiz.
[s/d]	BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. CIEDS-Brasil, [s/d].	Cadastro no IPEA da OSC CIEDS-Brasil.	Cadastro no IPEA da OSC CIEDS-Brasil.
[s/d]	BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã, [s/d].	Cadastro no IPEA da OSC Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã.	Cadastro no IPEA da OSC Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã.
[s/d]	BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Perguntas Frequentes. Definições do IPEA sobre OS, OSC e OSCIP. [s/d].	Definições do IPEA sobre OS, OSC e OSCIP.	Definições do IPEA sobre OS, OSC e OSCIP.
[s/d]	BRASIL. IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil, Santa Catarina Empreendimentos Esportivos Culturais, [s.d].	Cadastro no IPEA da OSC Santa Catarina Empreendimentos Esportivos Culturais.	Cadastro no IPEA da OSC Santa Catarina Empreendimentos Esportivos Culturais.
2025	BRITTO, Carla Cristina. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 2024.	Currículo do sistema currículo Lattes.	Currículo do sistema currículo Lattes de Carla Cristina Britto.
[s/d]	BÚSSOLA SOCIAL. Página institucional da empresa. [s/d]	Página Institucional da empresa.	Página Institucional da empresa Bússola Social.

[s/d]	CASTRO, Fernando Santos. LinkedIn: perfil profissional, 2025.	Fernando Santos Castro.	Perfil profissional de Fernando Santos Castro no LinkedIn.
[s/d]	CIEDS-Brasil. Bairro Educador. [s/d]	Bairro Educador.	Página institucional sobre o Bairro Educador elaborado pela CIEDS-Brasil.
2020	CORREIO SC. Prefeitura de Florianópolis rompe contrato com Associação São Bento. Correio De Santa Catarina. 10 fev. 2020.	Prefeitura de Florianópolis rompe contrato com Associação São Bento.	Notícia sobre o rompimento do contrato com a Associação São Bento por irregularidades.
2025	COSTA, Natacha. LinkedIn: perfil profissional, 2025.	Perfil profissional de Natacha Costa.	Perfil profissional de Natacha Costa.
2025	DA SILVA, Marcio Tascheto. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 2025.	Currículo Lattes de Marcio Tascheto da Silva.	Currículo Lattes de Marcio Tascheto da Silva.
2025	DA SILVEIRA, Gerson Luiz Joner. LinkedIn: perfil profissional, 2025.	Perfil profissional de Gerson Luiz Joner.	Perfil profissional de Gerson Luiz Joner.
2019	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Ação Civil Pública com Pedido de Tutela Provisória de Urgência instaurada contra o município de Florianópolis e a Associação Braços Abertos. Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Florianópolis, 30 jul. 2019.	Ação Civil Pública com Pedido de Tutela Provisória de Urgência instaurada contra o município de Florianópolis e a Associação Braços Abertos.	Ação Civil pública contra o município de Florianópolis e a OSC Associação Braços Abertos em virtude de irregularidades nos serviços prestados na Passarela da Cidadania Nego Quirido, no atendimento à pessoas em situação de rua.

2025	ECONODATA. Amplify. Situação cadastral da empresa consultada, 2025.	Amplify. Situação cadastral da empresa consultada.	Informações sobre a Amplify, como endereço, capital social declarado, representante legal, serviços oferecidos e número de trabalhadores contratados.
2025a	ECONODATA. Nortia Consultores Associados. Situação cadastral da empresa consultada, 2025a.	Nortia Consultores Associados. Situação cadastral da empresa consultada.	Informações sobre a Nortia Consultores Associados, como endereço, capital social declarado, representante legal, serviços oferecidos e número de trabalhadores contratados.
2025b	ECONODATA. Instituto Mix Biguaçu. Situação cadastral da empresa consultada, 2025b.	Instituto Mix Biguaçu. Situação cadastral da empresa consultada.	Informações sobre o Instituto Mix Biguaçu, como endereço, capital social declarado, representante legal, serviços oferecidos e número de trabalhadores contratados.
2023	FERREIRA, Wanessa. Dez anos atrás, tive a honra de contribuir [...] 2023. LinkedIn: Perfil de Wanessa Ferreira.	Dez anos atrás, tive a honra de contribuir [...]	Postagem de Wanessa Ferreira sobre a criação da Amplify.
2025	FERREIRA, Wanessa. LinkedIn: perfil profissional, 2025.	Perfil profissional de Wanessa Ferreira.	Perfil profissional de Wanessa Ferreira.
2016	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação 2015-2025. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2016.	Plano Municipal de Educação 2015-2025.	Plano Municipal de Educação 2015-2025.
2017	FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis Mensagem do prefeito é lida na Câmara. Florianópolis: Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis, 2017.	Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis Mensagem do prefeito é lida na Câmara.	Reprodução de parte do discurso de posse do prefeito Gean Loureiro.

2017a	FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar nº 596, de 27 de Janeiro de 2017. Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Municipal de Florianópolis, reestruturação de cargos, estabelece princípios e diretrizes de gestão e adota outras providências. Florianópolis: Câmara Municipal, 2017a.	Lei Complementar nº 596, de 27 de Janeiro de 2017.	“Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Municipal de Florianópolis, reestruturação de cargos, estabelece princípios e diretrizes de gestão e adota outras providências. “
2017b	FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 17.361, de 15 de Março de 2017. Regulamenta as parcerias entre o município de Florianópolis e as organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de projetos e atividades previamente estabelecidos em planos de trabalho, nos termos das leis federais nº 13.019, de 2014 e 13.204, de 2015 e do decreto federal nº 8726, de 2016. Florianópolis: Câmara Municipal, 2017b.	Decreto nº 17.361, de 15 de Março de 2017.	“Regulamenta as parcerias entre o município de Florianópolis e as organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de projetos e atividades previamente estabelecidos em planos de trabalho, nos termos das leis federais nº 13.019, de 2014 e 13.204, de 2015 e do decreto federal nº 8726, de 2016.”
2018	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde. Programa Creche e Saúde Já. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, 2018.	Programa Creche e Saúde Já.	Documento norteador do Programa Creche e Saúde Já.
2018a	FLORIANÓPOLIS. Lei nº 10.372, de 25 de abril de 2018. Institui o programa creche e saúde já no âmbito do município de Florianópolis e dá outras providências. Florianópolis: Câmara Municipal, 2018a.	Lei nº 10.372, de 25 de abril de 2018.	“Institui o programa creche e saúde já no âmbito do município de Florianópolis e dá outras providências.”

2019	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Programa Bairro Educador: Documento Norteador/2019, Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2019.	Programa Bairro Educador: Documento Norteador/2019.	Documento norteador do Programa Bairro Educador (2019).
2019a	FLORIANÓPOLIS. Ata da reunião realizada no Neim Cristo Redentor para apresentação do Programa Bairro Educador à população do bairro. 16 de maio de 2019, 2019a.	Ata da reunião realizada no Neim Cristo Redentor para apresentação do Programa Bairro Educador à população do bairro.	Ata contendo registro da reunião realizada no Neim Cristo Redentor, localizado no Morro da Mariquinha, para apresentação do Programa Bairro Educador.
2019b	FLORIANÓPOLIS. Edital de Chamamento Público nº 003/SME/2019. Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis: ed. 2466, p. 5, 26 jun. 2019b.	Edital de Chamamento Público nº 003/SME/2019.	Edital de chamamento público para seleção da OSC para gestão do Programa Bairro Educador.
2019c	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. Plano de Trabalho Associação Braços Abertos - ABA, 2º aditivo do termo de colaboração 061/PMF/SEMAS/2019. Dispõe do plano de trabalho da OSC para o atendimento às pessoas em situação de rua (vinculação com a Proteção Social Especial). Florianópolis: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2019c.	Plano de Trabalho Associação Braços Abertos - ABA, 2º aditivo do termo de colaboração 061/PMF/SEMAS/2019.	“Dispõe do plano de trabalho da OSC para o atendimento às pessoas em situação de rua (vinculação com a Proteção Social Especial). “
2020	FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Relatório de Parcerias Firmadas entre o Município e Entidades. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2020.	Relatório de Parcerias Firmadas entre o Município e Entidades.	Relatório de Parcerias Firmadas entre o Município e Entidades de 2020.

2020a	FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Assistência Social. Ofício de encaminhamento da prestação de contas do termo de colaboração com dispensa de chamamento público. Florianópolis: Secretaria Municipal de Assistência Social, 20 jan. 2020a.	Ofício de encaminhamento da prestação de contas do termo de colaboração com dispensa de chamamento público.	Referente à prestação de serviço da Associação Braços Abertos.
2021	FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 23.061, de 23 de Julho de 2021. Dispõe Sobre Permissão de Uso, A Título Precário e Gratuito, À Instituto Escola de Esporte Cidadã". Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis: ed. 2993, p. 2, 23 jul. 2021.	Decreto nº 23.061, de 23 de Julho de 2021.	"Dispõe Sobre Permissão de Uso, A Título Precário e Gratuito, ao Instituto Escola de Esporte Cidadã".
2021a	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Edital de Chamamento Público nº 002/SME/2021. Seleção de Organização da Sociedade Civil para gestão do Programa Bairro Educador. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2021a.	Edital de Chamamento Público nº 002/SME/2021. Seleção de Organização da Sociedade Civil para gestão do Programa Bairro Educador.	Edital de chamamento público para seleção de OSC para gestão do Programa Bairro Educador, 2021.
2021b	FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 23.339 de 16 de Novembro de 2021. Nomeia Bruno Borges Becker a função de superintendente do Programa Bairro Educador. Florianópolis, 2021b.	Decreto nº 23.339 de 16 de Novembro de 2021. Nomeia Bruno Borges Becker a função de superintendente do Programa Bairro Educador.	Nomeação de Bruno Borges Becker para a função de superintendente do Programa Bairro Educador.
2022	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Programa Bairro Educador: Documento Norteador/2022. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2022.	Programa Bairro Educador: Documento Norteador/2022.	Documento norteador do Programa Bairro Educador, 2022.

2022a	FLORIANÓPOLIS. Edital de Chamamento Público nº 001/SME/2022. Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis: ed. 3199, p. 5, 24 maio de 2022a.	Edital de Chamamento Público nº 001/SME/2022.	Edital de chamamento público para seleção de OSC para gestão do Programa Bairro Educador.
2023	FLORIANÓPOLIS. Programa Bairro Educador, Documento Norteador: 2023. Secretaria Municipal de Educação, 2ª edição, Florianópolis, 2023.	Documento Norteador: 2023.	Documento norteador do Programa Bairro Educador, 2023.
2023a	FLORIANÓPOLIS. Lei nº 10.961, de 28 de março de 2023. Autoriza o Município de Florianópolis a Integrar à Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE). Florianópolis: Câmara Municipal, 2023a.	Lei nº 10.961, de 28 de março de 2023.	“Autoriza o Município de Florianópolis a Integrar à Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE).”
2023b	FLORIANÓPOLIS. Decreto municipal nº 24.554, de 2 de janeiro de 2023. Exonera Bruno Becker dos cargos em comissão da secretaria municipal de educação da prefeitura Municipal de Florianópolis. Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis: Secretaria Municipal da Casa Civil, Florianópolis, ed. 3350, p. 97-98, 2 jan. 2023, 2023b.	Decreto municipal nº 24.554, de 2 de janeiro de 2023.	“Exonera Bruno Becker dos cargos em comissão da secretaria municipal de educação da prefeitura Municipal de Florianópolis.”
2023c	FLORIANÓPOLIS. A Lei Complementar nº 736, de 2 de janeiro de 2023. Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração pública do poder executivo municipal de Florianópolis, reestrutura os cargos e funções gratificadas, estabelece princípios e diretrizes de gestão e adota outras providências. Florianópolis: Câmara Municipal, 2023c.	A Lei Complementar nº 736, de 2 de janeiro de 2023.	“Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração pública do poder executivo municipal de Florianópolis, reestrutura os cargos e funções gratificadas, estabelece princípios e diretrizes de gestão e adota outras providências. “

2024	FLORIANÓPOLIS. Controladoria-Geral do Município. Parcerias do Município. Relatórios de parcerias firmadas entre o município e entidades. Florianópolis: Controladoria-Geral do Município, 2024.	Relatórios de parcerias firmadas entre o município e entidades.	Relatórios de parcerias firmadas entre o município e entidades, 2024.
2024a	FLORIANÓPOLIS. Requerimento de nº 00269/2024, de 9 de julho de 2024, protocolado pelo vereador Afrânio Tadeu Boppré. Solicitação de documentação referente ao Programa Bairro Educador à Câmara Municipal de Vereadores. Florianópolis, 2024a.	Requerimento de nº 00269/2024, de 9 de julho de 2024.	Solicitação de documentação referente ao Programa Bairro Educador à Câmara Municipal de Vereadores.
2024b	FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei (PL) n.º 19269/2024, de 19 de junho de 2024. Dispõe sobre a criação de programa bairro educador e dá outras providências. Florianópolis: Câmara Municipal, 2024b.	Lei (PL) n.º 19269/2024, de 19 de junho de 2024.	“Dispõe sobre a criação de programa bairro educador e dá outras providências.”.
2025	FLORIANÓPOLIS. Decreto municipal nº. 27.327, de 07 de Janeiro de 2025. Exonera, a pedido, cargos em comissão da Secretaria Municipal de Educação, Carla Cristina Britto. Diário Oficial Município de Florianópolis: Secretaria Municipal da Casa Civil, Florianópolis, ed. 3847, p. 318-319, 7 jan. 2025.	Decreto municipal nº. 27.327, de 07 de Janeiro de 2025.	Exoneração da servidora Carla Cristina Britto da função de superintendente do Programa Bairro Educador.
2025a	FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. 6º Aditivo ao Termo de Colaboração nº152/PMF/SME/2022. Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã. Diário Oficial Município de Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, ed. 3846, p. 299, 6 jan. 2025a.	6º Aditivo ao Termo de Colaboração nº152/PMF/SME/2022.	Prorrogação do termo de colaboração firmado em 2022 com o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã para gestão do Programa Bairro Educador.

2025b	FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. 7º Aditivo ao Termo de Colaboração nº152/PMF/SME/2022, Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2025b.	7º Aditivo ao Termo de Colaboração nº152/PMF/SME/2022.	Prorrogação do termo de colaboração firmado em 2022 com o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã para gestão do Programa Bairro Educador.
2025c	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Portaria nº. 91/2025. Nomeia Jheniffer Ramos Soares para gestão da parceria com o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2025c.	Portaria nº. 91/2025.	Nomeação de Jennifer Ramos Soares para a gestão da parceria com o Instituto Escola de Esporte Cultura e Educação Cidadã.
2025d	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Thiago Mello Peixoto da Silveira: Secretário Municipal de Educação. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2025d.	Thiago Mello Peixoto da Silveira: Secretário Municipal de Educação.	Perfil institucional sobre o secretário de educação Thiago Mello Peixoto da Silveira.
2025e	FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. Projeto de Resolução N.º 02974/2025. Concede o troféu Governador Celso Ramos ao senhor Guilherme Pontes. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2025e.	Projeto de Resolução N.º 02974/2025.	Concessão do troféu Governador Celso Ramos a Guilherme Pontes.
2025f	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Portaria nº 18/CGM/2025. Trata da exoneração de Guilherme Gevaerd Silvestrin Pontes. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2025f.	Portaria nº 18/CGM/2025.	Exonera o Guilherme Gevaerd Silvestrin Pontes por irregularidades administrativas.

2025g	FLORIANÓPOLIS. Extrato do Contrato nº 268/SME/2025. Contratação de serviços de Assessoria e Consultoria em Educação (ACE), para novo posicionamento de Bairro Educador, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis/SC. Diário Oficial Município de Florianópolis: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias, ed. 3945, p. 113, 02 jun. 2025g.	Extrato do Contrato nº 268/SME/2025.	Contratação de serviços de consultoria em Educação do SESI para reposicionamento do Programa Bairro Educador.
2025h	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Portaria Nº. 465/2025. Designa Felipe Augusto Teixeira como fiscal do contrato nº268/SME/2025 - Serviço Social da Indústria – SESI/Florianópolis. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação 2025h.	Portaria Nº. 465/2025.	Designa Felipe Augusto Teixeira para o acompanhamento do contrato do SESI com a SME.
2025i	FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. 18ª Legislatura. Posse como vereador de Felipe Augusto Teixeira. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis. 2025i.	Câmara Municipal de Florianópolis. 18ª Legislatura.	Notícia sobre a cerimônia de posse de Felipe Augusto Teixeira como vereador.
2025j	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal da Casa Civil. Secretaria Executiva de Gestão por Resultado. Programa de Metas 2025 - 2028: Compromisso com Florianópolis: Secretaria Municipal da Casa Civil, 2025j.	Programa de Metas 2025 - 2028: Compromisso com Florianópolis: Secretaria Municipal da Casa Civil.	Dispõe sobre o planejamento das ações para a cidade de Florianópolis até 2028.

2025k	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias. Inexigibilidade de Licitação N°138/SMLCP/SULIC/2025. Diário Oficial Município de Florianópolis: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias, ed. 3939, p. 71, 23 maio 2025k.	Contratos e Parcerias. Inexigibilidade de Licitação N°138/SMLCP/SULIC/2025.	Documento trata dos critérios estabelecidos para contratação de OSCs para oferta de recomposição de aprendizagem.
2025l	FLORIANÓPOLIS. Extrato do Contrato N° 280/SME/2025. Diário Oficial Município de Florianópolis: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias, ed. 3946, p. 114, 2 jun. 2025l.	Extrato do Contrato N° 280/SME/2025.	Extrato do Contrato de Consultoria Técnica com a Amplify.
2025m	FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. Requerimento N.º 00522/2025. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2025m.	Requerimento N.º 00522/2025.	Solicitação de esclarecimentos, realizada pelo vereador Camasão, sobre o Programa Bairro Educador e a contratação dos serviços de consultoria da Amplify
2025n	FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. Resposta ao Requerimento N° 00522/2025. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2025n.	Resposta ao Requerimento N° 00522/2025.	Resposta do secretário da educação ao requerimento protocolado pelo vereador Camasão.
2025o	FLORIANÓPOLIS. Edital de Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil (OSCS) Na Área de Educação nº 026.000/SMLCP/2025. Diário Oficial Município de Florianópolis: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias, ed. 3979, p. 97, 22 jul. 2025o.	Edital de Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil (OSCS) Na Área de Educação nº 026.000/SMLCP/2025.	Edital de credenciamento de OSCs que objetivam estabelecer parceria com a prefeitura de Florianópolis.
[s/d]	FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis. Biografia, Atividades e Mandatos de Bruno Borges Becker. Florianópolis: Câmara	Biografia, Atividades e Mandatos de Bruno Borges Becker.	Biografia e histórico de atuação de Bruno Borges Becker.

	Municipal de Vereadores de Florianópolis, [s/ d].		
[s/d]	FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Localização das sedes dos Bairros Educadores. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, [s/d].	Localização das sedes dos Bairros Educadores.	Localização das sedes dos Bairros Educadores.
2013	FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Bairro Educador. Vídeo do Youtube, 13 nov. 2013.	Bairro Educador. Vídeo do Youtube	Vídeo produzido pela Fundação Banco do Brasil sobre o Bairro Educador implantando no Rio de Janeiro.
[s/d]	GEAN MARQUES LOUREIRO. In: WIKIPÉDIA: the free encyclopedia, [s/d].	Gean Marques Loureiro	História de Gean Marques Loureiro.
[s/d]	GIFE. Descrição do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, [s/d].	Descrição do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.	Descrição do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas que compõem o GIFE.
[s/d]	GILBERTO DIMENSTEIN. In: WIKIPÉDIA: the free encyclopedia, [s/d].	Gilberto Dimenstein.	História de Gilberto Dimenstein.
2023	INSTITUTO ESCOLA DE ESPORTE CULTURA E EDUCAÇÃO CIDADÃ. Estatuto do Instituto Escola Cidadã, 2023.	Estatuto do Instituto Escola Cidadã.	Estatuto do Instituto Escola Cidadã, 2023.
2025	INSTITUTO ESCOLA DE ESPORTE CULTURA E EDUCAÇÃO CIDADÃ. Perfil Instituto Escola Cidadã. Instagram: @instituto.escola.cidada, 2025.	Perfil do Instituto Escola Cidadã no Instagram.	Perfil do Instituto Escola Cidadã no Instagram.

2025	INSTITUTOMIX. Portal Institucional do Instituto Mix Biguaçu, 2025.	Portal Institucional do Instituto Mix Biguaçu.	Portal Institucional do Instituto Mix Biguaçu.
[s/d]	LIDE. Fórum LIDE de Educação, [s/d].	Fórum LIDE de Educação	Página institucional sobre o Fórum de Educação da LIDE.
[s/d]	LIDE. Página Institucional, [s/d]	Página institucional.	Página institucional da LIDE.
[s/d]	LIDE SC. Descrição Institucional, [s/d].	Descrição institucional	Descrição institucional sobre a LIDE SC.
2025	LINKEDIN. Perfil da empresa Risoluto Tecnologia e Soluções Inteligentes, 2025.	Perfil da empresa Risoluto Tecnologia e Soluções.	Perfil da empresa Risoluto Tecnologia e Soluções.
2024	MOLL, Jaqueline. Currículo do sistema currículo lattes. Brasília, 2024. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/5636898381563825 . Acesso em: 10 out. 2024.	Currículo do sistema currículo lattes.	Currículo do sistema currículo lattes.
2025	MONTEIRO JUNIOR, Áureo Gomes. LinkedIn: perfil profissional, 2025.	Perfil de Áureo Gomes Monteiro Junior.	Perfil de Áureo Gomes Monteiro Junior.

[s/d]	MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO. Portal institucional, [s/d]	Portal institucional.	Portal institucional.
[s/d]	NEAMP. João Agripino da Costa Doria Junior. Perfil biográfico, [s/d].	Perfil Biográfico de João Agripino da Costa Doria Junior.	Perfil Biográfico de João Agripino da Costa Doria Junior.
2023	PAIVA, Ana Júlia. Em Brasília (DF), Cátedra Unesco discute políticas de Educação Integral e o papel educador das cidades. Educação e Território, 17 ago. 2023.	Cátedra Unesco discute políticas de Educação Integral e o papel educador das cidades.	Notícia sobre a participação da Cátedra Unesco nos debates sobre educação integral, realizado em Brasília/DF.
2025	PEREIRA, Maurício Fernandes. Currículo do sistema Lattes. Brasília, 2025.	Currículo do sistema Lattes.	Currículo do sistema Lattes de Maurício Fernandes Pereira.
2025	PEREIRA NETO, Miguel. LinkedIn: perfil profissional, 2025.	Perfil profissional.	Perfil profissional de Miguel Pereira Neto, no LinkedIn.
2025	REPULHO, Cleuza. Currículo do sistema Lattes. Brasília, 2025.	Currículo do sistema Lattes.	Currículo do sistema Lattes de Cleuza Repulho.
2025	RIBEIRO, Raiana. LinkedIn: perfil profissional, [s/d].	Perfil profissional.	Perfil profissional de Raiana Ribeiro.
[s/d]	SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. 18º Gerson Luiz Joner da Silveira - Presidente no período de	Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. 18º Gerson Luiz Joner da Silveira - Presidente no período de 2015	Biografia sobre Gerson Luiz Joner da Silveira.

	2015. Florianópolis: Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, [s/d].		
2012	SANTA CATARINA. Governo de Santa Catarina. Decreto nº 1.323, de 21 de dezembro de 2012. Aprova a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Florianópolis: Governo de Santa Catarina, 2012.	Decreto nº 1.323, de 21 de dezembro de 2012.	“Aprova a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.”
2025	SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Acordo de Cooperação Técnica N. TC 07.2025. Acordo que entre si celebram o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a organização da sociedade civil Todos pela Educação, para a realização de atividades em prol do desenvolvimento da educação no Estado de Santa Catarina. Diário Oficial Eletrônico: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, n. 4045, 24 mar. 2025.	Acordo de Cooperação Técnica N. TC 07.2025. Acordo que entre si celebram o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a organização da sociedade civil Todos pela Educação, para a realização de atividades em prol do desenvolvimento da educação no Estado de Santa Catarina.	Acordo de cooperação técnica do estado de Santa Catarina com a organização Todos Pela Educação.
2025a	SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Parceria entre TCE/SC, Todos Pela Educação e Prefeitura de Florianópolis busca contribuir para a transformação da política educacional em Santa Catarina. Florianópolis: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 21 mar. 2025a.	Parceria entre TCE/SC, Todos Pela Educação e Prefeitura de Florianópolis busca contribuir para a transformação da política educacional em Santa Catarina.	Estabelece parceria entre a prefeitura de Florianópolis e o grupo Todos pela Educação.
2005	SÃO JOSÉ. Projeto de Lei Ordinária nº 0084/2005. Autoriza o município de São José a conceder auxílio financeiro e uso de ginásio para prática do	Projeto de Lei Ordinária nº 0084/2005.	“Autoriza o município de São José a conceder auxílio financeiro e uso de ginásio para prática do esporte à entidade santa catarina empreendimentos esportivos

	esporte à entidade santa catarina empreendimentos esportivos e culturais (Unisul esporte clube), bem como autorizar a abertura de crédito adicional suplementar junto ao orçamento da fundação municipal de esporte e lazer, para o exercício de 2005. São José: Câmara Municipal, 2005.		e culturais (Unisul esporte clube), bem como autorizar a abertura de crédito adicional suplementar junto ao orçamento da fundação municipal de esporte e lazer, para o exercício de 2005.”.
2024	SIMÕES, Nataly. Associação Cidade Escola Aprendiz. Entrevista com Marcio Tascheto: “Uma Cidade Educadora é radicalmente democrática”. Educação e Território, 8 ago. (2024).	Entrevista com Marcio Tascheto: “Uma Cidade Educadora é radicalmente democrática”.	Entrevista com Marcio Tascheto: “Uma Cidade Educadora é radicalmente democrática”.
2025	SINGER, Helena. LinkedIn: perfil profissional, 2025.	Perfil profissional.	Perfil profissional de Helena Singer.
2018	SINTRASEM. Na pressão contra as Organizações Sociais. Florianópolis/SC. 24 mar. 2018.	Na pressão contra as Organizações Sociais.	Notícia sobre a atuação da categoria, junto ao SintraseM, contra a atuação de OSCs em Florianópolis.
2019	SINTRASEM. Exclusivo: Gean entrega creches de Florianópolis para empresa laranja. Florianópolis/SC. 25 nov. 2019.	Exclusivo: Gean entrega creches de Florianópolis para empresa laranja.	Notícia sobre a as denúncias contra a Associação São Bento.
2024	SINTRASEM. Sistema Arlequim: contrato milionário poderia comprar 6 mil computadores por ano aos estudantes. 10 mai. 2024.	Sistema Arlequim: contrato milionário poderia comprar 6 mil computadores	Notícia sobre o impacto orçamentário da contratação dos serviços plataforma educacional da empresa Arlequim.
2024a	SINTRASEM. Ponto eletrônico: Topázio ameaça trabalhadores com ainda mais sobrecarga e vigilância. 1 mar. 2024a.	Ponto eletrônico: Topázio ameaça trabalhadores com ainda mais sobrecarga e vigilância.	Notícia sobre a implantação de ponto eletrônico na educação Risoluto.

2024b	SINTRASEM. Mato toma conta de espaços para crianças em escola e creche do Norte da Ilha. 25 mar. 2025.	Mato toma conta de espaços para crianças em escola e creche do Norte da Ilha.	Notícia sobre a precariedade estrutural das unidades educativas do norte da ilha.
[s/d]	TARSO GENRO. In: WIKIPÉDIA: the free encyclopedia, [s/d].	Tarso Genro.	Biografia de Tarso Genro.
2024	TAVEIRA, Rebeca Torres. Ofício solicitando acesso aos documentos orçamentários referentes ao Programa Bairro Educador. Florianópolis, de 8 de janeiro de 2024.	Ofício solicitando acesso aos documentos orçamentários referentes ao Programa Bairro Educador.	Ofício solicitando acesso aos documentos orçamentários referentes ao Programa Bairro Educador, 2024.
[s/d]	TODOS PELA EDUCAÇÃO. Página institucional do Todos Pela Educação, [s/d].	Página institucional do Todos Pela Educação.	Página institucional do Todos Pela Educação.
2013	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. 15ª Jornada Nacional de Literatura e 7ª Jornadinha Nacional de Literatura. César Coll. Passo Fundo, 2013.	15ª Jornada Nacional de Literatura e 7ª Jornadinha Nacional de Literatura.	Notícia sobre a 15ª Jornada Nacional de Literatura e 7ª Jornadinha Nacional de Literatura.
2023	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Cátedra Unesco: A cidade educa e transforma. Passo Fundo, 3 mar. 2023.	Cátedra Unesco: A cidade educa e transforma.	Notícia sobre a Cátedra Unesco: A cidade educa e transforma.
2014	VECAM. Rosa Maria Torres. Perfil biográfico. 2014.	Rosa Maria Torres. Perfil biográfico.	Rosa Maria Torres. Perfil biográfico.

APÊNDICE B – Quadro Documental, documentos Internacionais, 2025

ANO	REFERÊNCIA	DOCUMENTO	CONTEÚDO
2008	AICE. Educação e Vida Urbana: 20 anos de Cidades Educadoras. Associação Internacional de Cidades Educadoras, 2008.	Educação e Vida Urbana: 20 anos de Cidades Educadoras. Associação Internacional de Cidades Educadoras.	O documento é composto por publicações de autores ligados a AICE que relatam a história da associação internacional.
2020	AICE. Carta das Cidades Educadoras, 2020.	Carta das Cidades Educadoras.	O documento descreve a concepção de Cidades Educadoras, cidadania, educação, finalidades educativas e os princípios norteadores estabelecidos pela AICE.
2021	AICE. Guia Metodológico: da leitura da carta à consolidação de uma cidade educadora. Associação Internacional de Cidades Educadoras, 2021.	Guia Metodológico: da leitura da carta à consolidação de uma cidade educadora.	Manual para implementação dos princípios, modelo de Cidade Educadora e de educação da AICE.
2024	AICE. Congresso Internacional de Cidades Educadoras, 2024.	Congresso Internacional de Cidades Educadoras.	O documento apresenta informações sobre o Congresso Internacional de Cidades Educadoras, de 2024, realizado em Curitiba/PR, Brasil.
[s/d]	AICE. Site da Asociación de Ciudades Educadoras. Página inicial, [s/d].	Site da Asociación de Ciudades Educadoras. Página inicial.	Portal Eletrônico da AICE.
[s/d]	ASHOKA. Portal Institucional Ashoka Empreendedores Sociais. Página inicial, [s/d].	Portal Institucional Ashoka Empreendedores Sociais.	Site da associação internacional de empreendedores sociais Ashoka.
1977	FAURE, Edgar. Aprender a Ser. 2ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.	Aprender a Ser.	Relatório produzido a pedido da Unesco para formulação de seu modelo de educação integral.